

**A GEO-HISTÓRIA DE TERESINA NA PERSPECTIVA DAS AÇÕES DA IGREJA
CATÓLICA, NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO: 1903-1963**

Stanley Braz de Oliveira





**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PROP GEO**

STANLEY BRAZ DE OLIVEIRA

**A GEO-HISTÓRIA DE TERESINA NA PERSPECTIVA DAS AÇÕES DA IGREJA
CATÓLICA, NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO: 1903-1963**

Fortaleza
2014

STANLEY BRAZ DE OLIVEIRA

**A GEO-HISTÓRIA DE TERESINA NA PERSPECTIVA DAS AÇÕES DA IGREJA
CATÓLICA, NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO: 1903-1963**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado Acadêmico em Geografia do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Geografia.

Área de concentração: Território, Sociedade e Cultura.

Orientador: Dr. Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos Júnior.

Fortaleza
2014

OLIVEIRA, Stanley Braz.

A GEO-HISTÓRIA DE TERESINA NA PERSPECTIVA DAS AÇÕES DA IGREJA CATÓLICA, NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO: 1903-1963 [recurso eletrônico] / Stanley Braz OLIVEIRA. - 2014.

1 CD-ROM: il.; 4 % pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 214 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Tese (doutorado) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências e Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2014.

Área de concentração: Análise geoambiental e ordenação do território nas regiões semiáridas e litorâneas .

Orientação: Prof. Ph.D. Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos Junior.

1. Ações educacionais da Igreja Católica. 2. Práticas Espaciais Urbanas. 3. Território. I. Título.



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - CCT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: "A GEOHISTÓRIA DE TERESINA NA PERSPECTIVA DAS
AÇÕES DA IGREJA CATÓLICA, NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO: 1903 - 1963"

Data da Defesa: 01/07/2014

Nome do Autor: Stanley Braz de Oliveira

Nome do Orientador: Prof. Dr. Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos (Orientador – UECE)

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia – CCT/UECE, como requisito parcial para obtenção do Título de Doutor em Geografia, Área de Concentração: Análise Geoambiental e Ordenação do Território nas Regiões Semi-Áridas e Litorâneas.

BANCA:

Prof. Dr. Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos Júnior – UECE
1º Membro (Orientador)

Prof. Dr. Josier Ferreira da Silva - URCA
2º Membro Interno

Prof. Dr. Francisco Ari de Andrade – UFC
3º Membro Externo

Prof. Dr. José Gerardo Vasconcelos – UFC
4º Membro Externo

Profª. Drª. Maria Adalza Martins Albuquerque – UFPA
5º Membro Externo

A minha Mãe, Maria das Graças Campelo Oliveira,
que me proporcionou a vida e sempre esteve presente em todos os meus
momentos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, à minha mãe, fundamental para a minha existência, ao meu orientador, Prof. Dr. Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos Júnior, por confiar em minha capacidade e sempre estar disponível para ajudar-me a dar continuidade a esta pesquisa, aos meus amigos e amigas: Márcio Iglesias, por ter sido um dos primeiros a me dar oportunidade quando cheguei a Fortaleza, à Prof^a. Dra. Samara Mendes, por suas dicas, incentivos e oportunidades, à minha amiga Carla Andrea, por sempre me ouvir e ter uma palavra amiga nos momentos difíceis, a Profa. Dra. Anézia Fonseca, que, desde meu primeiro trabalho científico “monografia” tem me acompanhado e contribuído com suas críticas construtivas e opiniões. A minha amiga Jane Maria Gonçalves, que, mesmo distante, tem torcido e acompanhado esta trajetória. À minha amiga Jurdilene Barbosa (*in memoriam*), que tinha entre seus objetivos conseguir seu doutorado, mas que de forma abrupta partiu, deixando saudades e a lembrança de suas palavras de torcida por mim, onde expressava seu orgulho por eu ter chegado aqui; ao Alex Sousa, por seu incentivo e apoio e compreensão nas horas difíceis; à professora Rosa (na revisão das normas gramaticais e da ABNT), pela confiança que traçamos ao longo desta trajetória e também por sua ética profissional e contribuições; ao Lucas Cardoso e suas contribuições; à Julia, secretária do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UECE, sempre disposta a ajudar, nunca tinha aborrecimentos ou problemas que a fizessem dizer um não, o meu eterno obrigado por sua competência, humanidade e profissionalismo; às escolas que repassaram informações de grande relevância para meu trabalho; à Susana Paes Landim e Mariana Silva, que se mostraram dispostas a ajudar com informações sobre a pesquisa, a Danielle Tajra pela contribuição na tradução do abstract e a todos que direta ou indiretamente deram seu apoio para concluir esta etapa da minha vida.

RESUMO

O presente trabalho se propõe a compreender, na geo-história de Teresina-PI, o papel da Igreja Católica na criação de instituições educacionais e como ocorreu o crescimento do espaço urbano da cidade nesta dinâmica espacial. Ao investigarmos a relação entre o Estado e a Igreja na produção espacial brasileira e o início de sua formação como território, percebemos que os jesuítas, principais autores das ações educacionais no Brasil e induzidos por princípios católicos interessados em catolicizar através da educação, conseguiram construir um sistema de educação, e ao mesmo tempo proporcionar a produção de espaços que se formaram no entorno de seus mosteiros e escolas, construindo um elo considerável entre a educação e a produção espacial brasileira. Partindo deste cenário, fomos conduzidos a construir um olhar na geo-história deste processo em nível de Brasil e de Teresina. Na cidade de Teresina, são visíveis as ações da Igreja Católica como agente produtor do espaço urbano através das escolas confessionais que direcionaram e limitaram o espaço urbano teresinense, de acordo com as suas necessidades. Para analisarmos esta problemática, recorreremos à etnografia e à historiografia. A princípio, realizamos um levantamento bibliográfico, para nos apropriarmos das categorias conceituais e entrelaçarmos com os dados empíricos. No segundo momento, mergulhamos na pesquisa de campo, tendo como lócus para este estudo as escolas confessionais e a arquidiocese de Teresina. A partir deste percurso, percebemos que as ações educacionais da Igreja Católica em Teresina foram de suma importância para produzir o espaço teresinense e que, em alguns momentos, delimitava o espaço geográfico e, em outros, a expansão espacial, resultando em uma participação ativa e significativa na dinamicidade das práticas espaciais urbanas, deixando no seu espaço marcas das ações de agente produtor da Igreja Católica, através das escolas confessionais.

Palavras-chaves: Ações educacionais da Igreja Católica. Práticas Espaciais Urbanas. Território.

ABSTRACT

The present study aims to comprehend the geo-history of Teresina-PI, the Catholic Church's role in the creation of educational institutions and how the growth of the urban space of the city occurred in this dynamic space. Investigating the relationship between the State and the Church in Brazilian production space and the beginning of its formation as a territory, we realize that the Jesuits, authors of educational activities in Brazil and induced by Catholic principles which was interested in catechize in Catholic principles through education, They were able to build an education system, at the same time providing the production of spaces which have formed in the vicinity of their monasteries and schools, building a considerable link between education and the Brazilian production space. Based on this scenario, we were led to build a look at the geo-history of this process at the level of Brazil and Teresina. In the city of Teresina, are visible actions of the Catholic Church as an agent of urban space through the producer denominational schools that directed and limited urban space of Teresina, according to their needs. To analyze this issue, we resort to ethnography and historiography. Initially, we conducted a literature review to appropriate the conceptual categories and interlace with empirical data. In the second moment, immerse in field research, and as a locus for this study denominational schools and the Archdiocese of Teresina. From this route, we realized that the educational activities of the Catholic Church in Teresina were critical to produce Teresina space and, at times, bordered geographic space and in others, the spatial expansion, resulting in an active participation and significant in the dynamics of urban spatial practices, leaving marks in your space of actions producing agent of the Catholic Church, through the confessional schools.

Keywords: Educational actions of the Catholic Church. Urban Spatial practices. Territory.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 -	Primeiro traçado urbano de Teresina	17
Imagem 2 -	Bairros de Teresina	18
Imagem 3 -	Capitania do Piauí	48
Imagem 4 -	Primeiras cidades e primeiras vilas do Piauí	49
Imagem 5 -	Organização espacial urbana da província do Piauí	52
Imagem 6 -	Organização da Diocese e arquidioceses do Piauí	55
Imagem 7 -	Estrutura urbana de Teresina no período de 1852 a 1900	60
Imagem 8 -	Regras da Companhia de Jesus	65
Imagem 09 -	Seminário de Olinda	72
Imagem 10 -	Construção do Seminário de Teresina	89
Imagem 11 -	Avenida Frei Serafim	101
Imagem 12 -	1º Prédio do Colégio das Irmãs na Av. Frei Serafim	105
Imagem 13 -	Construção do 1º prédio, em 1907-1930	106
Imagem 14 -	Ata de Concessão de gratuidade e redução de contribuição escolar	109
Imagem 15 -	Momento de oração das alunas pagantes na área externa do colégio	110
Imagem 16 -	Visita do Bispo e de representantes do Governo ao Colégio	111
Imagem 17 -	Visita do Presidente da República Getúlio Vargas ao Colégio Sagrado Coração de Jesus	112
Imagem 18 -	Primeiro prédio construído para o Colégio Sagrado Coração de Jesus	113
Imagem 19 -	Vista aérea do prédio atual do Colégio Sagrado Coração de Jesus	114
Imagem 20 -	Atual configuração espacial da Av. Frei Serafim. À esquerda o Colégio Sagrado Coração de Jesus	114
Imagem 21 -	Casa do Coronel João do Rego Monteiro, o Barão de Gurgueia	115

Imagem 22 - Prédio do Colégio Diocesano durante a moradia de Dom Otaviano	117
Imagem 23 - Fac-símile do início da ata de bênção e colocação da pedra fundamental do Colégio São Francisco de Sales	118
Imagem 24 - Dom Avelar	119
Imagem 25 - Diretor Carlos Bresciani	119
Imagem 26 - Apresentação do novo brasão do Colégio Diocesano	121
Imagem 27 - Nova Fachada do Centro Poliesportivo Pe. Anchieta	121
Imagem 28 - Gov. Mão Santa na bênção do Centro Poliesportivo	123
Imagem 29 - Casa de Retiro Col. Diocesano	123
Imagem 30 - Colégio Santo Afonso	123
Imagem 31 - Vista aérea da Escola Santo Afonso no início de sua formação	124
Imagem 32 - Av. Frei Serafim	134
Imagem 33 - Distribuição espacial das escolas confessionais no espaço urbano de Teresina	136
Imagem 34 - Igreja Nossa Senhora das Dores e Colégio Diocesano	138
Imagem 35 - Ponte sobre a Rua Barroso	139
Imagem 36 - Av. Frei Serafim e o Colégio Sagrado Coração de Jesus- Colégio das Irmãs	141
Imagem 38 - Ponte de madeira construída sobre o Rio Poti	142
Imagem 39 - Duplicação da Av. Pres. Kennedy	145
Imagem 40 - Condomínios de luxo nas proximidades da Escola Santo Afonso	146
Imagem 41 - Fachada atual do Colégio Santo Afonso	147
	57

LISTA DE MAPAS

Mapa - 01	Mapa das microrregiões do Piauí	58
Mapa - 02	Crescimento espacial urbano de Teresina 1800-1900.....	99
Mapa - 03	Teresina Polo de Atratividade Humana.....	102
Mapa - 04	Crescimento Espacial Urbano de Teresina (1800-1900)...	131
Mapa - 05	Evolução do sítio urbano de Teresina (1800-1995).....	144
Mapa - 06	Divisão Administrativa de Teresina (2010).....	146
Mapa - 07	Localização das escolas confessionais na atual configuração espacial de Teresina.....	149

LISTA DE GRÁFICOS E QUADROS

Gráfico 1 -	Produção espacial da província do Piauí.....	50
Gráfico 2 -	Crescimento Populacional de Teresina	142
Quadro 1-	Primeiras vilas e cidades com seus respectivos padroeiros – 1762	54
Quadro 2 -	Aumento das cidades e paróquias piauienses	55
Quadro 3 -	Cartografia das escolas e mestres	71
Quadro 4 -	“À memória de Martim Francisco”	75
Quadro 5 -	Curso e ano de Implantação no CSCJ	107

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	GEO-HISTÓRIA: A CONSTRUÇÃO DE UM CONHECIMENTO	22
2.1	GEO-HISTÓRIA: AS CONTRIBUIÇÕES DE BRAUDEL.....	26
3	DIALOGANDO SOBRE TERRITÓRIO	31
3.1	TERRITÓRIO E IDENTIDADE: UMA RELAÇÃO INTRÍNSECA DE ANÁLISE RELEVANTE.....	37
3.2	PRÁTICAS ESPACIAIS: CONTRIBUIÇÕES PARA UMA ANÁLISE URBANA.....	44
3.2.1	Seletividade espacial	44
3.2.2	Fragmentação-remembramento espacial	45
3.2.3	Antecipação espacial	46
3.2.4	Marginalização espacial	46
3.3	AS PRÁTICAS ESPACIAIS DA IGREJA CATÓLICA NO ESPAÇO PIAUIENSE.....	47
3.3.1	A urbanização piauiense e o papel da Igreja católica	54
3.4	A GEO-HISTÓRIA DE TERESINA: POLÍTICA, EDUCAÇÃO E PRODUÇÃO ESPACIAL.....	59
3.5	EDUCAÇÃO: GEO-HISTÓRIA E PRODUÇÃO ESPACIAL	64
3.5.1	Educação e o período imperial	74
3.5.2	Fim do padroado e a educação brasileira	79
4	A CONTRIBUIÇÃO DA IGREJA CATÓLICA ATRAVÉS DAS AÇÕES EDUCACIONAIS PARA A EVOLUÇÃO DO ESPAÇO URBANOTERESINENSE	82
4.1	A IGREJA COMO AGENTE PRODUTOR DO ESPAÇO URBANO DE TERESINA ATRAVÉS DAS AÇÕES EDUCACIONAIS	94
4.1.1	A Geo-história das Escolas Confessionais, Colégio Sagrado Coração de Jesus (Colégio das Irmãs) Colégio São Francisco de Sales (Colégio Diocesano) e Colégio Agrícola Santo Afonso	103
4.1.2	Colégio Sagrado Coração de Jesus- Colégio das Irmãs	103
4.1.3	Colégio São Francisco de Sales – Diocesano	115

4.1.4	Escola Santo Afonso Rodriguez.....	122
4.2	AS ESCOLAS CONFESSIOAIS E A CARTOGRAFIA DO CRESCIMENTO ESPACIAL URBANO DE TERESINA.....	129
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	140
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	155
	ANEXOS.....	163

INTRODUÇÃO

O surgimento da cidade de Teresina possui todo um diferencial na sua dinamicidade espacial, sobretudo com as intervenções da Igreja católica, que eram voltadas para impor sua importância política e social. Para isso, unia-se ao Estado com o objetivo de produzir ações e símbolos que imprimissem no espaço urbano sua hegemonia, como forma de ampliar o seu poder de decisão e de ação no espaço urbano da capital do Estado do Piauí.

Vários foram os momentos de ação da Igreja junto ao Estado que resultaram em um gerenciamento do espaço urbano de Teresina. Como também diversos foram os conflitos que impulsionaram a Igreja Católica a se organizar e se tornar independente, o que culminou com a separação da diocese do Piauí dos domínios da diocese do Maranhão, transformando assim todo o cenário político da Igreja Católica e da cidade.

Com este rompimento, vieram as primeiras ações educacionais direcionadas pelo 1º bispo, que criou as escolas confessionais na intenção de resgatar a influência da Igreja sobre a educação, perdida por motivos de quebra do padroado. Este resgate ocorreu com a criação das escolas confessionais, que vão aos poucos surgindo na cidade Teresina, com o intuito de não somente educar sobre a fé, mas também imprimir no espaço a imponência da Igreja e também direcionar e limitar o crescimento espacial da cidade.

Através de uma cartografia espacial, é possível visualizar o “Colégio das Irmãs”, no sentido centro/norte; o “Diocesano”, no sentido centro/sul; e o Seminário, no sentido leste. Isto mostra como a Igreja Católica se delimitava na dinâmica espacial da cidade. Entretanto, vale destacar que esta instituição mantinha relações políticas com o Estado, a despeito do seu distanciamento.

Só que esta hegemonia da Igreja passou a ser rompida com a inserção de outros agentes sociais urbanos que se integravam na dinâmica da cidade, rompendo os limites pré-estabelecidos e dando um novo rumo para Teresina. A Igreja Católica ainda buscava afirmar-se na zona rural, ao erguer a “Escola Agrícola Santo Afonso”, atrelando-se naquele momento ao crescimento do espaço urbano da cidade. Atualmente, esta escola faz parte do perímetro urbano da cidade, sedimentando os objetivos da Igreja Católica de agente produtor.

Diante das ações educacionais que a Igreja Católica, e posteriormente o Estado, praticou no espaço urbano de Teresina e que contribuíram para o crescimento espacial da cidade, pode-se apontar o sistema educacional, que remodelou a estrutura urbana da capital, no sentido de simbolizar o espaço, através da construção de uma escola que afirmava o poder e a importância da Igreja Católica como agente empreendedor.

Em razão dos motivos apresentados, este estudo justifica-se em face da visível atuação da Igreja Católica no sistema educacional teresinense, o qual interferiu na dinâmica espacial urbana da cidade. Dessa forma, pretende-se compreender como ações educacionais impulsionadas por agentes criados a partir de políticas e projetos educacionais interferiram substancialmente na construção do urbano de Teresina. Por conseguinte, não há como se distanciar da geo-história de Teresina a partir da relação educação *versus* crescimento urbano.

Como objetivo, tem-se a análise do contexto geo-histórico e sua relação com a Igreja Católica, no processo de implantação de instituições educacionais, e a dinâmica espacial como eixo propulsor do crescimento territorial urbano da cidade de Teresina-PI, o qual foi alcançado através da historiografia. Buscou-se, ainda, demonstrar como as ações educacionais da Igreja Católica contribuíram para a produção espacial urbana da referida cidade que, usando de práticas espaciais, foi progressivamente imprimindo no espaço suas ações de agente produtor.

Essas ações tornaram o lócus urbano de Teresina dinâmico e em constante crescimento, ora definindo o limite, ora instituindo o seu direcionamento espacial, que dessa forma contribui significativamente para o desenvolvimento da cidade no sentido não somente espacial como também educacional.

Vale destacar que as ações da Igreja Católica se inserem não apenas como dissipadoras da fé, da educação e dos bons costumes, como também agente de produção espacial. Na imagem 001, a Igreja de Nossa Senhora do Amparo representa o marco zero da cidade, explicitando a participação incontestável da Igreja Católica no espaço urbano teresinense.

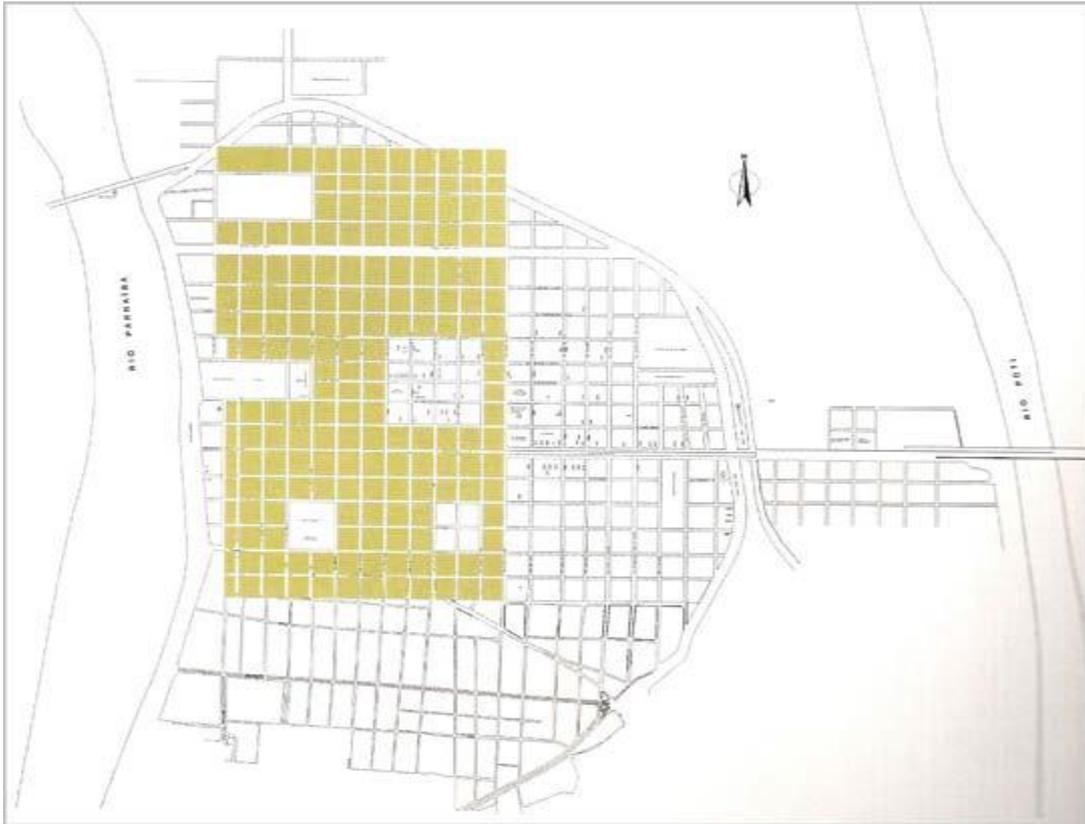


Imagem 1 - Primeiro traçado urbano de Teresina

Fonte: SILVA FILHO, Olavo P. Carnaúba, pedra e barro na capitania de São José do Piauí. Belo Horizonte: Ed. do Autor, 2007, p. 108.

O planejamento urbano de Teresina foi elaborado por Saraiva, em traçado retilíneo, típico do planejamento urbano brasileiro da época (BRUAND, 2002). A cidade é direcionada evoluindo do marco zero, a Igreja Nossa Senhora do Amparo, e ganha ruas, formando um tabuleiro no entorno da Igreja, limitado pelo rio Parnaíba, dando à cidade suas primeiras formas urbanas. Assim a cidade vai se ampliando, envolvida pelas ações do Estado e da Igreja Católica, vivendo momentos de apogeu, de crises de união e de distanciamento entre ambos. Todavia, o elo entre Igreja e Estado pode ser considerado determinante para a produção espacial da cidade de Teresina, sobretudo porque só teve a ganhar, através das lutas incessantes da Igreja, e o trilhar da educação e expansão espacial. Por intervenção do primeiro bispo da Diocese do Piauí, Dom Joaquim Almeida, ocorreram as primeiras ações educacionais da Igreja Católica, com a construção do “Colégio das Irmãs”, das irmãs Catarina de Sena, e do Colégio São Francisco de Sales, o “Diocesano”.

A Igreja Católica, direcionando e limitando o espaço urbano da cidade, consegue, dentro de suas possibilidades, participar dinamicamente da produção espacial teresinense, com a construção da “Escola Santo Afonso Rodrigues”, no bairro Socopo, localizado no extremo leste da cidade, hoje, formando um conjunto de ações que culminaram na evolução do perímetro urbano de Teresina. Como mostra o mapa a seguir:

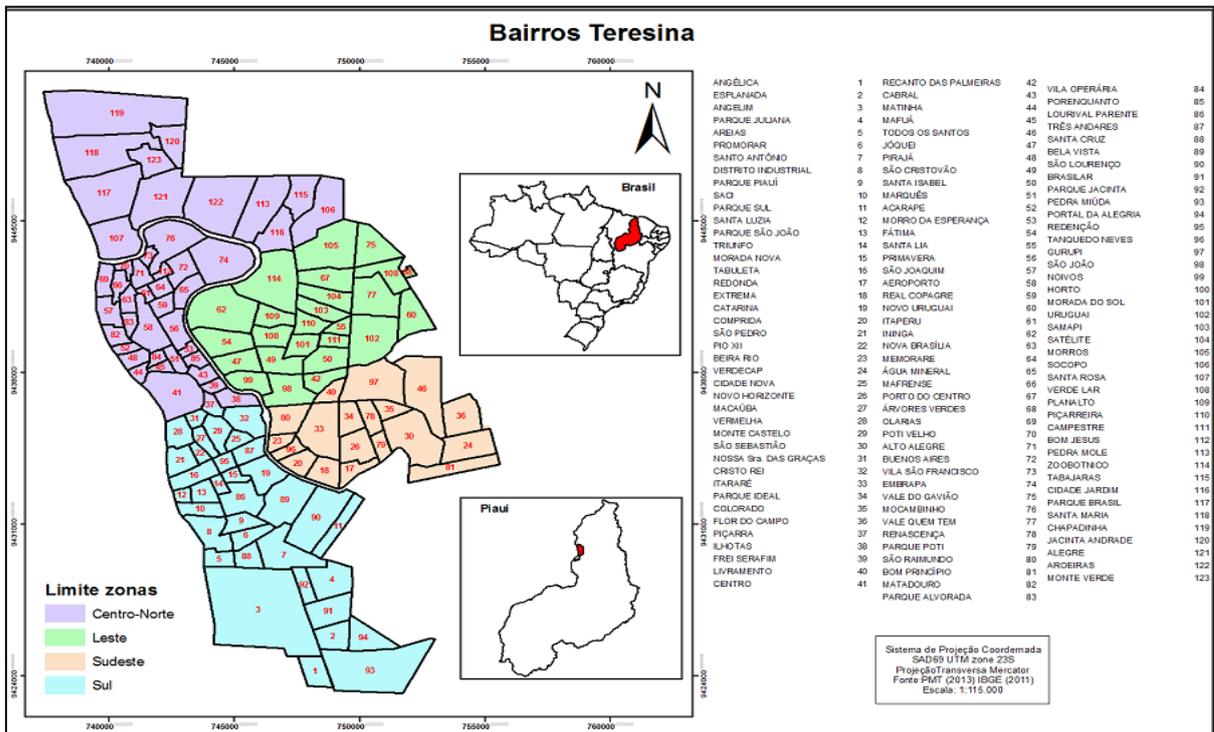


Imagem 2 - Bairros de Teresina

Fonte: Prefeitura Municipal de Teresina 2013/IBGE 2011.

Todos os fatos expostos acima foram de suma importância para a escolha de Teresina como local para o desenvolvimento e síntese desta pesquisa, pois nela a Igreja católica imprime seus fixos através de seus templos e das escolas confessionais que serviram de aporte para todo o desenvolvimento e comprovação da hipótese levantada nesta pesquisa. A metodologia é uma das etapas principais do trabalho científico para a compreensão dos processos operacionais do trabalho ora proposto.

Assim, utilizaremos a historiografia, que fundamentará as análises documentais desta pesquisa e, associado a este método, teremos a valorização das categorias de análise, que são o espaço, as práticas espaciais urbanas, o território, as políticas educacionais e as ações educacionais da Igreja católica, na perspectiva de avaliar como estes processos se inter-relacionam e fornecem instrumentos para o desenvolvimento e análise deste estudo.

Nesse sentido, um levantamento bibliográfico foi necessário, o qual fundamentou uma rica fundamentação teórica que deu sustentação aos dados da pesquisa. Foram também consultados: os acervos bibliográficos das Igrejas católicas de Teresina, como também das escolas e universidades, além de teóricos que já tinham pesquisa sobre a temática. Posteriormente, foi realizado um levantamento cartográfico da cidade desde a sua criação até o momento presente, para um melhor acompanhamento da evolução do espaço urbano da cidade, e analisada a contribuição do sistema educacional neste processo.

Ainda nesse propósito, foram realizadas pesquisas bem como fotografias das instituições escolares e adjacências. Convém ressaltar que hoje a fotografia é entendida como uma ferramenta útil, porquanto não se trata mais do uso da fotografia como ilustração, mas como uma técnica de análise, e a sua generalização e o uso utilitário constituíram-se, ao longo dos anos, numa ferramenta de registro e de restituição de paisagens. E não só. A fotografia da paisagem é um ato de presença no mundo. Ela é, por si mesma, um dispositivo de expressão, e nesta pesquisa será utilizada através de arquivos pessoais e institucionais como também de registro da atualidade para uma posterior comparação.

Algumas escolas confessionais serviram como fonte primordial de pesquisa, como o “Colégio das Irmãs” e o “Colégio São Francisco de Sales” ou “Diocesano”, e a “Escola Santo Afonso Rodrigues”, na arquidiocese de Teresina. Houve também visita ao acervo público de Teresina e o uso de acervo pessoal do autor; a elaboração e análise de mapas através das informações obtidas no campo, a partir dos quais se interpretaram e se descreveram os dados.

Assim, entendemos que a Geo-história de Teresina, no Piauí, foi marcada pela relação Estado e Igreja Católica, desde o momento em que se ergueram os primeiros prédios da cidade, demarcados espacialmente por símbolos que afirmavam o papel que cada um exercia no cenário social. Com o rompimento da

hegemonia da Igreja Católica sobre o Estado a partir da Quebra do Padroado, a Igreja teve seus poderes reduzidos, e o resultado disso foi a implantação de um país laico.

Com isso, a Igreja Católica dá novos rumos a sua história, imprimindo pressa em construir estratégias para que a sociedade brasileira não se perdesse dos princípios católicos, daí a criação das escolas confessionais, com o escopo de se manter a propagação da fé católica. Diante dessa retórica é que a tese foi desenvolvida, pois buscamos, dessa forma, através da Geo-história de Teresina, compreender as ações educacionais da Igreja Católica e como isso influenciou no crescimento do espaço urbano da cidade.

Para oferecer uma leitura mais detalhada deste objeto de estudo e mostrar como ele foi elaborado, apresentamos na Introdução (Capítulo I) a justificativa desta pesquisa, analisa a a GeoHistória de Teresina a partir das ações da Igreja Católica no âmbito educacional no período de 1903 a 1963, pelo fato do ano de 1903 marcar a autonomia da diocese do Piauí onde as ações do primeiro Bispo do Piauí Dom Joaquim são fundamentais para esta pesquisa pois marca a instalação escolas confessionais: Colégio Sagrado Coração de Jesus(Colégio das Irmãs) e Colégio São Francisco de Sales(Diocesano), e o segundo 1963 a instalação da Escola Agrícola São Afonso. Em seguida, expomos os objetivos geral e específicos e como construímos a metodologia, a hipótese e o recorte espacial. Já no Capítulo II, realizamos um enfoque sobre a Geo-história como ciência e seus conceitos para proporcionar um embasamento teórico sobre seus significados e quais as suas contribuições para o desenvolvimento deste trabalho.

No Capítulo III, trazemos o conceito de território e as práticas espaciais que podem ocorrer em um determinado território, construindo um embasamento teórico denso sobre a temática desenvolvida. No Capítulo IV, abordamos as práticas espaciais da Igreja Católica no espaço piauiense, a relação entre urbanização piauiense e a Igreja Católica, dando um maior destaque à Geo-história de Teresina, a partir da política, da educação e da produção espacial. No mesmo capítulo, buscamos discutir o papel da educação na Geo-história e a produção espacial brasileira *pari passu* com uma análise desde o período colonial até o fim do padroado, que não provocou um rompimento total entre Igreja e Estado mas sim oportunizou a Igreja católica dá novos rumos às suas políticas de propagação da fé.

No Capítulo V, debatemos a contribuição da Igreja Católica através das ações educacionais para a evolução do espaço urbano teresinense, abordando desde a criação da Diocese de Teresina e independência como Arquidiocese até a construção dos seus ideais católicos, destacando a Igreja como agente produtor do espaço urbano através das ações educacionais. Nesse processo, fomos destacando a participação das escolas confessionais e o crescimento espacial urbano de Teresina, através da Geo-história de cada escola investigada, culminando com a construção da cartografia da evolução espacial urbana da capital do Piauí.

Por fim, trazemos as considerações finais, onde buscamos mostrar, através de análises, como as ações educacionais da Igreja Católica em Teresina foram fundamentais para produzir o espaço da cidade em tela e que, em alguns momentos, delimitava o espaço geográfico e em outros a expansão espacial, resultando em uma participação ativa e significativa na dinamicidade das práticas espaciais urbanas, deixando no seu espaço marcas das ações de agente produtor desta instituição, através das escolas confessionais.

2 GEO-HISTÓRIA: A CONSTRUÇÃO DE UM CONHECIMENTO

Este capítulo discorre sobre a produção do conhecimento da Geo-história como ciência. Nesse sentido, buscamos o suporte necessário da História e da Geografia, as áreas do conhecimento que mais contribuíram para o seu desenvolvimento, sobretudo, por seus objetos de estudo: o espaço e o tempo. A Geo-história tem seu contexto complexo. Tal como outros segmentos da investigação do conhecimento, recebeu contribuições de vários teóricos e vivenciou conflitos de aceitação de adeptos e até mesmo abandono, todavia, seguiu em busca de sua identidade. É a partir dessa discussão que tentaremos relatar as várias contribuições e conflitos que a formaram, para que possamos entendê-la. Iniciaremos com os subsídios de Viencis Vives, que presenciou o período franquista na Espanha e foi considerado historiador e geopolítico. Posteriormente, fez um esboço sobre Geografia Política, em que propõe o uso do termo Geo-história em substituição à Geopolítica, com a finalidade demonstrar a neutralidade científica de suas análises, bem como explicitar que a Geo-história refere-se a uma ciência das sociedades históricas organizadas sobre o espaço natural, tendo se inspirado nas teorias de Tonybee para relatar a adaptação da sociedade ao meio físico e ao contato com outros grupos que formarão um espaço social.

Vives se embasa em Tonybee quando diz que “o estímulo mais efetivo é aquele que se situa entre a carência e o excesso de adversidade”. Nesse sentido, enumera tipos de estímulos que levam ao crescimento de uma sociedade criada por ações sociais que o impulsionam a analisar a influência do estímulo do meio físico para a sociedade, analisando essa sociedade como parte de um todo. Assim, a relação tempo/espaço vai ganhando novas concepções, em que os obstáculos da natureza são superados e com isso surgem novos espaços. Dessa forma, a necessidade de conhecer a dicotomia tempo/espaço vai criando subsídios para a consolidação da Geo-história como ciência, havendo sempre a necessidade de se relacionar os dois (SANTOS, 1980). Com o surgimento de movimentos de renovação do pensamento geográfico no século XX, três movimentos fundamentam o pensamento Geo-histórico: a Geografia Histórica e Cultural, a Nova Geografia e a Geografia Radical ou Crítica, que deram suporte para a valorização da história nas análises dos processos espaciais.

Com essa evolução no pensamento da Geo-história, torna-se visível a afinidade da História com a Geografia, em que a segunda precisa da primeira para entender o passado para a construção do espaço, visto que o espaço é resultante de diferentes períodos históricos. E, para conhecer o espaço, é imprescindível o entendimento de seu processo histórico. Essa relação intrínseca da ciência geográfica com a História leva a várias discussões e contribuições, como a do historiador Lucien Febvre que, através da Escola de Anales, fortalece a Geografia moderna e colabora para as inovações dentro do conhecimento geográfico, assim como outros teóricos que produziram subsídios para a consolidação da Geo-história, dentre eles Jean Brunet, Augusto Longo, Carl Sauer, através da Escola de Berkeley, que difundiu suas teorias sobre a História Cultural com um direcionamento das ações antrópicas sobre a paisagem, concorrendo também para o surgimento da Geografia Cultural; sem esquecer ainda Paul Claval, que também somou no desenvolvimento da Geo-história.

Dessa forma, criou-se uma relação entre a evolução do pensamento da História com a valorização da Geografia, dentro de suas concepções históricas, que elevaram a Geo-história à categoria de ciência, pois, tendo como aporte o historiador Vidal de La Blach, que valorizava significativamente a ciência geográfica como ciência que contribui para os estudos históricos, cristalizando a cientificidade da Geo-história. Dessa forma, impulsionou o seu surgimento no século XXI, trazendo uma renovação no pensamento da história, porquanto substituíam os relatos por análises vividas por ações interdisciplinares entre a Geografia e a História, modificando o pensamento sobre tempo/espaço. Todos esses acontecimentos fundamentavam a Geo-história, mas foi na Escola de Anales, citada anteriormente, que esta disciplina ganha sua valorização científica através de Lucien Febvre, Henry Berr, Marc Bloch e de seu maior mentor, Fernand Braudel, que, nesta produção, terá por merecimento um relato descritivo de sua contribuição à Geo-história, visto que foi a partir da criação do tema “tempo de longa duração” que ele proporcionou a ruptura com a História Tradicional, levando-nos a ver as múltiplas temporalidades, superando o simplismo e o linearismo fragmentado da História tradicional.

Segundo Santos (1996), essa percepção de Braudel cria arranjos de influências nas mais diversas ciências, desde as sociais às naturais, e até mesmo podendo ser entendida como o processo de colonização da Geografia. É importante reforçar que a Geo-história traz uma inovação na contextualização das análises sobre espaço e tempo, pois consegue visualizar o espaço e seu grupo social, impondo as suas necessidades espaciais e temporais, e com isso descrever este grupo, observando suas relações, trazendo olhares da História e da Geografia, a fim de identificar a produção espacial através de uma trama temporal cronológica, na qual analisa a sociedade em seu passado e ao mesmo tempo a estrutura geológica que a sustenta (UNZUÉ, 2010).

O olhar da Geo-história torna-se agregador no momento em que consegue analisar o diacronismo dos períodos em longas durações, em sincronia com o desenvolver da sociedade com seus costumes e desejos econômicos, simultaneamente, em uma escala local, regional, nacional, internacional e mundial (UNZÉ, 2010). Levando-nos ao ir e vir do espaço e do tempo sem perda de informações, permitindo compreender, ordenar e sistematizar as ações do passado que se apresentam no presente e que necessitam desse transitar tempo/espaço para ser bem mais entendidas. Esse ir-e-vir no tempo é fundamental para que possamos estudar o passado relacionando-o com os contrastes humanos existentes tanto com o olhar da História como da Geografia – a História sendo imóvel em relação com o homem que a rodeia, e a Geografia com a visão do espaço e da sociedade, construindo assim uma afinidade estreita, que só poderá ter uma separação se for mental, pois ambas são vitais para as dominações ideológicas construídas pelo homem. Moraes (2008) corrobora este pensamento ao afirmar que:

A geografia é uma espécie de anfiteatro da história, um mundo de plena naturalidade, a partir do qual (e na relação com o qual) os grupos humanos vão construir suas culturas. O geográfico (confundido com o natural) é, portanto, concebido como a qualidade do que antecede o trabalho humano, uma matéria-prima para a história (MORAES, 2008, p. 24).

Essa relação entre as duas ciências cristalizam as contribuições que uma oferece à outra, levando-nos a ver a importância de unir esses conhecimentos científicos para agregar a interpretação da relação tempo/espaço não como uma

dicotomia, mas como um sincronismo que se entrelaça para o surgimento de novas formas de conhecimento com a Geo-história, ressaltando que, mesmo com esse sincronismo, o olhar da História não é igual ao da Geografia, devendo cada ciência ocupar um papel específico nas suas contribuições. É obvio que agregar conhecimento das ciências traz uma discussão que não é simples, tendo em vista que estas ciências em algum momento histórico tiveram agregadas e conseguiram sua independência e caracterização de seus objetos de pesquisa, o que de certa forma, cria um *apartheid* científico em busca de um destaque e independência.

Mas, no que se refere à Geo-história, o campo de atuação da História é bem mais complexo do que o da Geografia e, sob esse prisma, podemos apontar a Geografia como produto da História, até porque tem como objeto de estudo o espaço e, por que não dizer, as interferências desse espaço pelo homem, que por sua vez são explicadas pela História. Isso nos leva a inferir que a historicidade pode ser um meandro para entendimento dos objetos e processos espaciais, foco de análise geográfica (MORAES, 2008). Ao discorrer sobre a ciência geográfica, percebe-se que suas análises e interpretações são distintas, e que muda de acordo com os lugares e costumes, sobretudo, pelo período em que estes processos foram construídos, explicitando a representatividade humana e nos levando a aceitar que a ciência geográfica aparece distintamente em cada tempo da história de um lugar, pois ela surge com a relação homem-meio, e assim produz um espaço dentro de um tempo, resultando na história de uma determinada sociedade. Com efeito, em qualquer tempo histórico existe um espaço produzido pelo homem através da relação tempo-espaço, ou seja, o homem construindo os acontecimentos históricos e geográficos.

A priori, as relações espaço-tempo e homem-meio podem ser consideradas as bases da Geo-história, pois elas irão fundamentar a História e a Geografia, que impulsionaram o seu embasamento teórico e o seu desenvolvimento como ciência, agregando um olhar complexo de duas ciências de suma importância para as análises espaciais em longo e curto prazo, como veremos, com maiores detalhes, na abordagem de Fernand Braudel, um dos maiores colaboradores da Geo-história.

2.1 GEO-HISTÓRIA: AS CONTRIBUIÇÕES DE BRAUDEL

Braudel proporciona à História e à Geografia várias contribuições, visto que, para ele, a interdisciplinaridade servirá para entender a complexidade do passado e seus isolamentos, criando a essência de totalidade dos fatos. Na sua produção clássica, *O Mediterrâneo* é a sua primeira contribuição para a Geo-história, ocasião em que lança a concepção de “longa duração”, e oferece uma nova visão de tempo, antes limitada ao pensamento de tempo breve. Para Braudel (1996 b), o curto e longo prazo coexistem e são inseparáveis, com isso ele agrega à Geografia uma nova visão de ver o espaço não somente no presente, mas também no passado, desconcentrando a Geografia das formas espaciais atuais, para começar a ver o passado e a trajetória das ações no espaço, situando a Geografia com a noção de longa duração de tempo.

No pensamento de Braudel (1996b), era preciso quebrar a dialética tempo/espaço, visão esta que ganha apoio de Vidal de La Blach que, mesmo tendo lá suas divergências de opinião, agregou sua concepção e essa aliança propiciou novas compreensões sobre espaço, haja vista a ideia de “comunicação” que, em suas teorias, se torna vital para o seu desenvolvimento científico, cristalizando-se na sua maior temática, a da “circulação”, as quais são agregadas a várias concepções sobre espaço e tempo, e definitivamente colaboram para a formação dessa nova ciência, a Geo-história, pois todas essas contribuições se propõem a analisar o espaço e, para isso, necessitar-se-á do tempo, visto que, desde os primórdios das ciências geográficas já se utilizava o tempo para se entender o espaço, mesmo sem ter uma precisão real sobre ele. Nesse sentido, várias tentativas foram feitas pela ciência no intuito de quebrar essa dicotomia tempo/espaço, mas só tivemos essa quebra com maestria em Braudel (1996b).

Assim, podemos dizer que a História depende de condicionantes sociais, seus acontecimentos, guerras, heróis, grandes teóricos todos entrelaçados por seus desejos foram imprimindo no espaço ao longo do tempo suas ações, que devem ser entendidas como vitais para um olhar processual sobre um determinado acontecimento histórico múltiplo, que não pode ser reduzido ao simplório, pois é fruto das ações antrópicas individuais e coletivas, que se misturam, dando

significado às relações interpessoais e nos fazendo ver a impossibilidade de um ser se encerrar em si mesmo (BRAUDEL, 2011). É visível que ações separadas só tomam repercussão ao se hibridarem com as ações do outro e, a partir daí formar o social que concretizam um fato histórico.

Essa visão braudeliana muda o olhar científico da História e, consideravelmente, somará para a Geo-história apropriar-se de uma nova visão sobre o espaço-tempo, uma dinamicidade realista que exclui heroísmos exacerbados e demonstra a complexidade e interligação dos fatos que divergem em tempo e objetivos, mas que constroem um momento social instantâneo, o qual era visto pela história tradicional como um tempo breve carregado de drama e detalhamento pragmático dos fatos, sendo superada pelas suas novas concepções, que podemos denominar de nova história, que amplia seus horizontes vendo os processos de formas cíclicas e complexas, renovando significativamente o pensamento da ciência histórica, deixando de lado as fórmulas e visualizando que é de um pólo ao outro do tempo, do instantâneo à longa duração, que se situará a discussão braudeliana (BRAUDEL, 2011).

Essa inovação científica não era considerada por Braudel como absoluta, mas ele via a necessidade de romper as barreiras da curta duração, pois isso se tornava necessário para transformar a ciência, mesmo sendo consciente das inúmeras crises a enfrentar, com o desenrolar dos seus ideais, começa a compreensão da dinamicidade do tempo e sua relação com a complexidade do espaço social e, dessa forma, visualizar todas as manifestações de vida econômica, social, de um determinado grupo. Desde então, vislumbra-se a defeituosa visão do tempo curto, que pode obscurecer fatos diante da pressa em esclarecer algo longo em curto prazo.

O inovar na visão científica dos fatos relacionados à teoria braudeliana sem dúvida desprende a História de um ostracismo tradicionalista, emergindo daí novos teóricos adeptos da visão braudeliana, todavia, insuficiente para extinguir a visão de tempo curto, pois ele estava ativo na intrínseca relação economia *versus* sociedade. Nem suficientemente vital para inibir o *boom* das ideias braudelianas que emergem a visão de que o tempo não é feito por um fato dentro de um dia, mês ou ano, mas sim pela junção de todos eles e das ações de seus atores, que são imprescindíveis para esse desenrolar cronológico.

Se aceitarmos que essa superação do tempo curto foi o bem mais precioso, porque o mais raro, da historiografia dos últimos cem anos, compreenderemos o papel eminente da história das instituições, das religiões, das civilizações, e graças à arqueologia, a qual necessita de vastos espaços cronológicos, o papel de vanguarda dos estudos consagrados à Antiguidade clássica. Ontem eles salvaram nossa profissão (BRAUDEL, 2011, p. 47).

Com efeito, concordamos com Braudel e com seus *insights*, que foram de grande valia para o renovar do pensamento histórico, porquanto conseguiu destronar a supremacia do tempo cronológico e construir um diálogo com as outras ciências, e no desenrolar de suas críticas, as metodologias utilizadas pelas ciências como também a superficialidade por elas utilizadas, em especial, a História e a Geografia, que ele arriscava dizer que viviam em plena descrição e narração dos fatos. Nesse sentido, propõe uma articulação de ambas, sugerindo a terminologia Geo-história, ao afirmar que havia uma crise nas ciências humanas necessitadas de um trabalho coletivo e que suas organizações inteligentes ainda iriam erigir (BRAUDEL, 2011).

Com isso, a Geo-história ganha suporte, e suas ideias sobre a necessidade de ver o homem na sua totalidade com seus hábitos, crenças, religiões, relação com a natureza e até mesmo nas relações interpessoais, constroem um verdadeiro arsenal de ideais inovadores sobre as ciências do homem, sobretudo a Geografia que, na visão braudeliana, é uma estrutura que desafia a História, por descrever detalhadamente a história dos povos, onde ele a utilizava para visualizar o real da história das sociedades, de como elas viviam e o que faziam para sobreviver em um longo tempo, levando-o a afirmar que essa relação tempo/espaço deve ser analisada de uma forma minuciosa, ou seja, em uma longa duração, pois foi no decorrer do tempo que as sociedades apropriaram-se do espaço, denominando-o como lócus de sobrevivência e necessidades, trazendo para a Geo-história a missão de analisar esse tempo imóvel (DOSSE, 2004).

A relação História x Geografia tem um papel fundamental na construção da Geo-história. Em Braudel, como vimos anteriormente, essa relação se tornou mais acentuada porque, para ele, a Geografia está subordinada à História. Ressalta ainda que essa subordinação entre as ciências é considerada natural, a qual podemos chamar de hierarquia de maturação e evolução do pensamento científico de cada

vertente investigativa que, ao tempo em que produz uma relação hierárquica, constrói uma interdisciplinaridade entre si. Essas interpretações braudelianas sobre a Geografia trouxeram um aprofundamento, claro que guiado sob sua ótica científica, que só vem a somar, sobretudo à luz do seu olhar sobre as relações sociais e suas manifestações no espaço socioeconômico, onde ele utiliza essa diretriz para embasar seus conhecimentos sobre o espaço que evolui ao longo de suas discussões e aprofundamento científico e até mesmo inovando seus ideais.

Daix (1999) assevera que Braudel, no desenvolver de suas teorias, desprende-se do determinismo que o acompanhava desde sua formação inicial com a História. Para ele, Braudel vivia na busca do rompimento com o determinismo, que foi carregado pela História, mas que seu envolvimento com a Geografia e a Geo-história os trazia de volta a esta discussão complexa e carregada de valores e posicionamentos científicos, os quais foram fundamentais para a construção da Geo-história. Nada mais coerente que ceder a fala a seu criador Braudel (1949), ao deixar claro sua intenção com a Geo-história, qual seja, proporcionar algo distinto da Geopolítica, alimentado de uma história mais ampla, sem determinismo de situação presente ou futura; era impulsionar a princípio a Geografia a repensar seus métodos, objetos, fazendo disso um renovar nas análises socioespaciais e o surgir dessa ciência.

Com essa interdisciplinaridade proposta por Braudel, a História e a Geografia unem seus conceitos. Na visão de Braudel, a Geo-história constrói um pilar fundamental, a “indissociabilidade” do espaço e do tempo, visto que o tempo ocorre no espaço e impulsiona as ações sociais que fundamentaram a construção de um tempo histórico-geográfico, pois impossível a existência de um fato histórico sem um espaço geográfico e, para analisá-lo, precisamos de um olhar de longa duração e escala, buscando sua complexidade, que vai desde as relações do homem com a subsistência até a da mais-valia capitalista, construindo uma rede de informações e ações socioespaciais.

A riqueza da relação tempo-espaço a cada evoluir do pensamento braudeliano fazia aflorar mais aporte e inspirações para a construção da Geo-história, pois o tempo com sua abstração e o espaço com sua concretude produzem um novo foco que rompe os padrões deterministas históricos, biológicos e espaciais e emerge com um novo olhar, o do progresso histórico, através do despir dos

conceitos arcaicos. Com isso, inicia-se um olhar para o espaço complexo e de novas formas espaciais interagindo com o velho, e o deixando mais complexo, colocando o econômico como gestor desse novo condutor social, construindo uma relação intrínseca homem-meio numa tendenciosa tentativa de supervalorização do espaço e, por conseguinte, de quem o habita, criando toda uma reestruturação da sociabilidade espacial.

Não há paisagem que não traga a marca desse trabalho contínuo, aperfeiçoado ao longo das gerações, em suma, capitalizado graças a esse labor, o homem transforma a si mesmo por esse poderoso trabalho de si sobre si, de que fala Michelet ou, se preferir, por essa produção do homem pelo homem, como diz Marx (BRAUDEL, 2004, p. 31-32).

É válido concordar com Braudel, pois nada melhor para explicar um espaço construído do que a relação homem-meio vista de dentro através de seus menores detalhes ao longo de um tempo. Essa exposição braudeliana explicita um novo olhar da História e da Geografia sobre o espaço, seja ele histórico ou espacial, pois a História lança mão de seu olhar unilateral sobre o homem e, ao mesmo tempo, a Geografia se permite sair do pragmatismo e, por que não dizer, do determinismo natural. Com esses *insights*, a Geo-história concretiza-se e traz o olhar complexo e renovado dessas duas ciências, desde o social, passando pelo cultural e construindo um objeto de estudo que podemos denominar “tempoespacial”, que se torna o marco e o suporte para Braudel construir a Geo-história.

Toda a discussão sobre espaço/tempo e as relações antrópicas com o meio produziram essa literatura sobre a Geo-história, tendo em Braudel a maior contribuição para sua solidificação, a qual deu outro sentido às investigações sobre espaço, que ultrapassam as barreiras naturais e artificiais, levando-nos a ver o espaço, território e lugar, através de uma leitura do tempo e suas durações que regaram estes conceitos geográficos de inovações e contribuições para a inovação da História e da Geografia.

3 DIALOGANDO SOBRE TERRITÓRIO

Discutir o território é uma tarefa tão complexa quanto os atores sociais que o construíram, visto que o homem faz sua história no território ao tempo que o constrói, criando uma relação simbiótica que dá sentido à existência de ambos, o que explica a complexidade de se falar sobre ele. Devemos descrevê-lo com esse olhar complexo, para não cair no erro da comparação dos termos Espaço e Território, pois, apesar de estarem imbricados, possuem suas próprias características sociais e físicas, o espaço pode ser vivo como a prisão que os homens constroem para si, concretizando as relações diacrônicas e sincrônicas da analogia com o espaço, levando-nos ao entendimento de que o território é construído carregado de símbolos e desejos, que envolvem tanto o social como o espacial.

Esse espaço, que é apropriado pelos seus atores sociais e posteriormente transformado em território, possui um emaranhado de ideias e desejos que se expressam em símbolos e formas, construindo teias que se interligam a partir de objetivos comuns. *A priori*, o território tem utilidade para o homem, porquanto significa poder para quem o detém. Essa ideia vem desde os primórdios da sociedade e foi evoluindo e se cristalizando na relação homem-espaço, chegando à sociedade atual mais forte e determinante para a construção de um ideal. Mas com um diferencial, o da contemporaneidade, que trouxe as suas relações com o meio tecnológico, os fluxos e redes, conforme argumenta Bonnemaïson (1981, p. 252). Um território, antes de ser uma fronteira, é primeiro um conjunto de lugares hierarquizados, conectados a uma rede de itinerários.

Para a Geografia, o território tem uma história com base na obra Antropogeografia, de Ratzel. Inspiradas no determinismo e no imperialismo alemão, através de sua ideia principal, o “espaço vital”, caracterizado por Ratzel como algo imprescindível para o progresso de uma nação, pois daria subsídios para a sobrevivência, principalmente, para a conquista de novos territórios. Criando assim a ideologia de poder, e fazendo do território algo de grande valia. As práticas espaciais ocorridas no território podem ser chamadas de territorialidades, originando identidades para os que a exercitam. Com isso, a Geografia, nos séculos XIX e XX, torna-se arma nas mãos do Estado, que como maior detentor do território da

época, utiliza-se desta ciência para ter um melhor conhecimento de suas posses. Com isso, a Geografia se torna uma forma de poder e vai ganhando espaço na sociedade e evoluindo dentro dos seus objetos de estudo.

Como já enfatizava Rafestin (1993) ao argumentar que, para a Geografia política clássica, o Estado é uma instituição semelhante às outras, mas com um forte arsenal de poder de detenção territorial adquirido ao longo de sua trajetória, que formou uma rede de poderes multidimensionais que ideologicamente é plantada no executor e nos receptores de suas ações. “O poder é a chave – em toda relação circula o poder, que não é nem possuído nem adquirido, mas simplesmente exercido.” (RAFESTIN, 1993, p. 7). E assim o Estado vai exercendo seus ditames, criando redes que dão maior sustentabilidade a sua condição de “detentor”.

Dentro de suas táticas, o Estado faz uma cartografia no espaço, dividindo-o, na tentativa de encontrar o território, porém, ao se deparar com os outros agentes produtores do espaço, que também o olham e o produzem, criam alianças favoráveis a sua hegemonia, permitindo uma diversificação de agentes na produção espacial. Nessa compreensão, podemos destacar como novos atores da produção espacial os agente imobiliários, os movimentos sociais, os latifundiários, sem esquecer um dos mais poderosos agentes – a Igreja Católica – que, unidos, criaram territórios, agregaram poder e se interligaram na dinâmica espacial, construindo assim as territorialidades humanas. De acordo com Rafestin (1987, p. 267), podem ser definidas como “o conjunto das relações mantidas pelo homem; como ele pertence a uma sociedade, com exterioridade e alteridade através de mediadores ou instrumentos”.

Para a sustentabilidade dessas territorialidades é vital a existência das redes, que são ligadas por nós, que, mesmo sendo interdependentes, se relacionam e se comunicam, proporcionando-lhes o poder de fazer e desfazer as relações no espaço, dando ao território a ação de criar fluxos e fixos. No entendimento de Rafestin (1993), as redes podem ser entendidas como o instrumento por excelência do poder”. Vale ressaltar, contudo, que essas redes necessitam de gestores para sua dinamicidade, requer o poder, e faz o Estado afirmar sua hegemonia, criando relação com a nação e, por que não dizer, a relação Estado-Nação, que agrega a necessidade do povo de um gestor e a do Estado de um povo para ser gerido. Marcelo Souza faz menção a essa relação afirmando que:

No entanto, ele [o território] *não precisa e nem deve* ser reduzido a essa escala nacional e à associação com a figura do Estado. Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (p. ex., uma rua) à internacional (p. ex., a área formada pelo conjunto dos territórios dos países-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN); territórios são construídos e (desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica. Não obstante essa riqueza de situações, não apenas o senso comum, mas também a maior parte da literatura científica, tradicionalmente restringiu o território à sua forma mais grandiloquente e carregada de carga ideológica: o “território nacional” (SOUZA, 1995, p. 81).

Mas essa redução do território ao Estado foi construída ao longo de uma trajetória entre o Estado e o poder, que terminou por construir uma cultura de que o Estado é o Território e o Poder. E a partir dessa hegemonia vão se criando as detenções de poder secundárias que podem ser vistas em todos os segmentos sociais através das territorialidades. Souza (1995) apresenta as territorialidades em diferentes escalas como as da prostituição, os territórios do crime organizado, dentre outros. Nesse sentido, elas representam as relações sociais expressas no espaço, sejam elas fixas ou flexíveis. As afirmações de Santos contribuem para melhor elucidação desse aspecto:

[...] o território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência. A Geografia passa a ser aquela disciplina mais capaz de mostrar os dramas do mundo, da nação, do lugar (SANTOS, 2002, p. 9).

Alocando essa relação ao Estado, observa-se que é a partir da soberania das de suas ações políticas que ele consegue manter o poder, e com ele os rumos do território, mesmo considerando as multiterritorialidades, o Estado consegue se sobrepor às demais. Pois seu território é uma totalidade, conquanto não seja único. Um estado-nação é formado por práticas sociais, que Lacoste (1988) as define como ações que se tornaram mais ou menos confusamente multiescalares, e por políticas que constroem espaços e territórios inseridos no seu território, sendo assim formado por hierarquias soberanas. E com isso aos poucos o território vai se tornando um instrumento tanto de poder como análise das práticas espaciais que, por terem

agentes complexos, se expressam de formas distintas no espaço, criando e recriando territorialidades, fixos e fluxos e dando ao espaço a sua mutabilidade, e às pesquisas geográficas, a importância do território. “Não há como definir o indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade sem ao menos inseri-los num determinado contexto geográfico, ‘territorial’” (HAESBAERT, 2004, p. 20).

Para tanto, entender o território requer olhar as relações sociais e deixar de ver território apenas como espaço de poder, pois ele ofusca diversos territórios implícitos no espaço, para assim garantir a liderança de quem o controla, conservando a relação dominante e dominado. As diferenças no território nos levam à compreensão das territorialidades. Sejam elas no urbano ou rural, em uma escala local ou mundial. São essas diferentes relações sociais e políticas que proporcionam a construção e reconstrução dos territórios, dando a ele sua devida essência. Devemos entender o território como uma totalidade multidimensional, pois todas as ações nele ocorridas se expressam em várias dimensões, sejam elas no campo político, econômico teórico ou ideológico. Essa multidimensionalidade nos apresenta os territórios visíveis com suas relações invisíveis, que somente um olhar científico poderá desvendá-las e as expor, explicitando as dinâmicas territoriais. Os conflitos nelas existentes refletem a resistência das classes, grupos ou movimentos sociais que se expressam no espaço, resultando na criação de espaços distintos em busca da sobrevivência, consequência da conflituosidade que se dá pela conquista dos objetivos desenvolvimentistas que fazem dos territórios ambientes de inclusão ou exclusão pelos ditames capitalistas, produtores de desigualdades e soberanias supremas.

As múltiplas facetas e escalas dos territórios nos levam à interpretação das tipologias territoriais, que estão em permanente processo de construção marcadas por disputas territoriais. Estas são alimentadas pelas ideologias capitalistas que desorganizam outras relações sociais existentes, exterminando assim as relações não capitalistas, ação definida por Harvey (2003) como “acumulação pela espoliação” (*accumulation by dispossession*), que agrega consideravelmente poderes aos que já possuem e enfraquece os menos favorecidos, empurrando-os para uma situação de dependência e desapropriação de seus bens, mudando as situações econômicas e criando novas relações capitalistas.

Essa dinamicidade capitalista empurra a sociedade para a extinção de relações não capitalistas, aumentando o número de excluídos socioeconomicamente, tendo no Estado um aliado implícito. Nesse aspecto, não podemos deixar de associar o território ao poder, mas devemos desvincular da ideia de poder “político”, visto que ele possui uma complexidade de agentes formadores, mas podemos associá-lo à dominação ou apropriação, inserido em diversas relações em um fluxo contínuo ligado à sobrevivência, como ao cultural e ao econômico, em uma sintonia de sobrevivência para uns e mais-valia para outros, transformando o espaço em poder e o “ser” em mercadoria. Esse processo contínuo do território o faz se territorializar, expressando a diversidade de seus agentes, pois ele é construído e reconstruído conforme a necessidade e manifestação de seus agentes, que buscam o controle de um determinado território, visando influenciar, se aposar, controlar pessoas e, conseqüentemente, dominá-los totalmente. Sack (1986) e Saquet (2004, p. 28) advertem que a apropriação é “econômica, política e cultural, formando territórios heterogêneos e sobrepostos fundados nas contradições sociais”.

E assim vai se descortinando uma visão distinta do que é território, ora algo funcional, ora simbólico, criando com seus agentes “funções” e relações de dependência no momento em que abriga, desenvolve seu agente socioeconomicamente e, ao tempo em que exerce função, cria vínculo afetivo, transformando-o em algo vivo, carregado de sentimentos e simbologias. Ou seja, podemos ver o território como abrigo dos “atores hegemonzados”, conforme Santos (2000). Podemos ir mais além com Bonnemaizon e Cambrèzy (1996), para alguns agentes “perder seu território é desaparecer”. No sentido de possibilitar a vitalidade do território na existência de seus agentes. O território desvincula-se da unilateralidade de função e passa a ter importância de existencialismo, construindo *a priori* a supremacia de um sobre o outro.

Para Sack (1986), o território nasce da necessidade de controle que seus atores determinam como necessária à vida socioeconômica, criando assim uma supremacia, uma soberania, ou seja, instituindo uma territorialidade em várias escalas, do micro ao macro, de um simples ator social a um de grande relevância como o Estado. Lorenz (1973) e Tinbergen (1967) fazem uma analogia interessante sobre a territorialidade na vida de várias espécies animais. Eles descreveram que os

espaços de vida são minuciosamente demarcados, criando uma ordem hierárquica que podemos denominar de *peckingorder*, fazendo com que *a posteriore* os seres construam uma delimitação espacial, assegurando dessa forma a perpetuação e controle do seu território e de seus dependentes.

A análise territorial é tão complexa que até mesmo a fenomenologia tem dado suas contribuições quando avalia as civilizações primitivas, e observa que a terra é uma forma de deter poder, pois é dela que procede a essência dos seres. Nesse sentido, Bonnemaïson (1986) descreve um complexo de mitos que repercutem diretamente no modo de se apropriar e cuidar do território conquistado, e Yoon (1986) complementa discorrendo acerca dos conflitos europeus e os Maoris da Nova Zelândia, que têm como causa as distintas formas – ambos gerem seus territórios, destacando que os europeus possuem o território como um “bem” mutável, com finalidade de sobrevivência, e os Maoris têm no lugar o motivo de sua existência, carregado de simbologias, cuidando desse espaço não só como lugar de conquistas mas de essência de suas vidas. Isso nos instiga a observar o território em sua historicidade, como foi construído cada lugar, vendo seus comportamentos e relações materiais e simbólicas, pois os territórios são lugares que refletem as ações dos homens e os ajudam a gerir seus territórios de acordo com suas essências, criando uma ação de pertencimento, de lócus vivido, como corroboram Brunet et al (1992, p. 436), ao afirmar que o território contribui, em compensação, “(...) para fortalecer o sentimento de pertencimento, ajuda na cristalização de representações coletivas, dos símbolos que se encarnam em lugares memoráveis (...).

É importante olharmos a historicidade e as vivências do território, sua trajetória desde a dominação e de apropriação do espaço, vista para as civilizações antigas como fonte de “recursos”, e na sociedade moderna busca o controle da mobilidade, dos fluxos, conexões – construindo uma transição de um território de controle para um território de fluxos, fazendo da mobilidade e das redes (transporte, comunicação, dentre outras) base da construção do território. A complexidade do território nos remete a olhar sua função e simbologia como fatos que interagem, rompendo a hegemonia de gestão territorial que se vê obrigada, hoje, a conviver com novas representatividades que agregam poder e reorganizam as territorialidades, deixando-as mais complexas.

Essa complexidade territorial do mundo atual permitiu a reorganização espacial e gerencial dos territórios, pois gerou conexões em rede, uma “sociedade informacional, global em rede” (CASTELLS, 2002) e, por que não dizer, construiu uma multiterritorialidade funcional e simbólica como a da elite ou da “burguesia” globalizada (HAESBAERT, 2002a), que a cada momento evolui criando mobilidades através das redes ultramodernas que se encaixam nas vidas modernas e sofisticadas dessa elite:

[...] comunicação instantânea, contatar e mesmo agir [como no caso de grandes empresários que praticamente “dirigem” suas fazendas ou firmas à distância, via Internet e outras modalidades informacionais] sobre territórios completamente distintos do nosso, sem a necessidade de mobilidade física. Trata-se de uma multiterritorialidade envolvida nos diferentes graus daquilo que poderíamos denominar como sendo a conectividade e/ou vulnerabilidade informacional (ou virtual) dos territórios (HAESBAERT, 2004, p. 345).

A mobilidade caracteriza a existência de uma multiplicidade de territórios e suas articulações, que constroem distintas formas expressas no espaço em que estão inseridos, nos forçando a entender as novas formas de uso do território onde a sociedade vive com mais intensidade – o território, e com isso constroem uma diversidade de territórios, ou seja, a “multiterritorialidade”, discutida por Haesbaert (2005, 2006). A multiterritorialidade deve ser tratada tomando como referência suas funções e seus símbolos hibridados com seus agentes a partir de uma releitura dos seus significados, essências e identidade. É o que iremos discutir no subitem a seguir.

3.1 TERRITÓRIO E IDENTIDADE: UMA RELAÇÃO INTRÍNSECA DE ANÁLISE RELEVANTE

O que entendemos por identidade “características de um grupo ou de um ser” pode ser uma simples descrição como essa, ou algo mais complexo. Mas, independente do seu significado, é importante analisá-la para entender como ela contribui para a produção territorial e também como se expressa nele.

Sabemos que a ideia de identidade faz parte da historicidade do homem. Agregando a sua essência a necessidade de expressar suas características, mesmo nas sociedades em que a dinamicidade de comunicação, através das redes, diversificou a referência identitária, que o homem tinha como base, porto seguro, onde se quebraram os valores outrora construídos, erodindo-os demasiadamente, não se destruiu a necessidade que o homem ainda precisa de sua identidade para se sentir parte de um todo. Independente da classe social, ele sempre arremete suas memórias e o pouco dos princípios que sobram para suas origens e identidade “mãe”. Para Martin (1994), o discurso identitário serve para guiar as escolhas, de tornar normal, lógico, necessário, inevitável, o sentimento de pertencer, com uma forte intensidade, para um determinado grupo social o definir e os impulsionar a ter alguma coisa a defender juntos.

A identidade controla a territorialidade, constrói a necessidade de os seus atores dominar o território, isolando os outros de seus *lócus*, demarcando assim seu espaço. Criar divisões e afetos a ponto de o simples fato de viver em um determinado espaço já se identificar socialmente, construindo nele um espaço vivido. Se articulado em função de interesses econômicos e construindo um sentido de pertencimento, como sublinha Haesbaert (1988, p. 25), “é o sentido de pertencer a uma região e/ou território”. Com isso vai se construindo ao longo da história do território uma identidade, que jamais será *a priori* ou *a posteriore*, se dará sempre durante a produção e irá definir o *status* ontológico dessa prática espacial.

Durante o processo de produção territorial, a construção de uma identidade vai se produzindo partir do momento em que um ator se reconhece no outro, criando afinidades e simbologias.

Castells (2000) agrega um detalhe de suma importância à ideologia. Segundo ele, é através dela que esses povos se unem e constroem uma estrutura urbana, movidos por interesses comuns, fomentados pela comunicação que os fazem se reconhecer dentro de um mesmo processo, ou seja, de um mesmo código. Com isso, a territorialidade vai se construindo e ao mesmo tempo seus atores expressam uma identidade comum, organizam o território, fazendo da identidade um processo construído através da comunicação, com harmonia ou não, resultando em uma territorialidade que se expressa no cotidiano dos atores sociais.

Essa hibridação da identidade com o território se constrói ao longo do tempo, e tem no sentido de pertencimento do indivíduo ou do grupo social o lugar vivido, um sentimento de pertencimento a esse lugar habitado, e com isso se produz enraizamento, emaranhado em uma sociabilidade complexa, construindo no espaço a essência de território que possui um ser ou um grupo, e que poderá se representar de múltiplas formas, a exemplo das associações de bairro, de comerciários, das classes trabalhistas. E essas formas distintas de identidade e de representação é que irão dar ao território as suas multiterritorialidades, fomentadas pela identidade desses atores que, impulsionados pelos seus desejos e simbologias, irão dar o contínuo ao território.

Ao desenvolver dessa retórica sobre o território, vemos a imensidão de sua complexidade onde, para entendê-lo, precisamos analisar suas especificidades e assim compreender a territorialidade como uma relação do vivido cotidianamente, sem correr o risco de hibridar todos seus atores e perder as suas diversidades; temos de ver o território além as suas relações de poder, visualizar seus processos identitários que devem ser vistos de forma diferente, devido à função que os processos históricos têm na organização social e política de cada sociedade, criando em cada lugar uma identidade distinta, hibridada com a historicidade local. Na sociedade moderna, os processos identitários são vistos valorizando os vários contrastes, a diversidade, que dá ao território uma mutabilidade constante. Podemos dizer que o corpo, em algumas relações de poder, se torna um território, remodelando as formas de ocupação do espaço e criando novas formas de poder e de expressão de identidade, pois devemos ver a identidade como algo construído, e com isso compreender seus processos de como, por que, para quem e para que os fatos aconteceram (CASTELLS, 2008).

Ou seja, um processo de construção de significados formado por uma inter-relação de elementos culturais, tendo nos símbolos de significados múltiplas identidades para determinado indivíduo ou ator coletivo (CASTELLS, 2008). Haesbaert (2007) cita “processos de identificação” para descrever o dinamismo e o caráter relacional que a identidade constrói no espaço, o qual tem um processo dinâmico e relacional da identidade; já Castells (2008) vê a geografia, a biologia, as instituições produtivas, as personalidades e memória coletiva. Elementos vitais para o entendimento de uma produção identitária em um território. Para Haesbaert:

[...] identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das ideias quanto no da realidade concreta, o espaço geográfico constituindo assim parte fundamental dos processos de identificação social. (HAESBAERT, 1999, p. 172).

Vale ressaltar que território e construção identitária possuem uma relação intrínseca e, porque não dizer que ambas, quando associadas ao simbolismo que o território possui, se hibridam, construindo um processo harmônico, no qual entender a representatividade do processo é vital para compreender a dinamicidade e complexidade do termo “território”. Bonnemaïson (2002, p. 107) analisa a territorialidade como um comportamento vivido: englobando a relação com o território e com o espaço “estrangeiro”. Ou seja, o que fixa o homem no seu lugar é aquilo que o impele para fora do território, lá onde começa o “espaço”. Espaço que não o apetece de valores nem de sentimentos. Dessa forma, cria um processo externo, instável entre os simbolismos fixos e móveis.

Nada mais coeso que, ao falar de território, fazer uma menção sobre o espaço urbano, de como ele se produz e se organiza, dando margens a sua territorialização. Portanto, podemos entender o espaço urbano como um *lócus* de uso de terras justapostas (CORRÊA, 2004). Que vão se organizando e apresentando formas e sentidos distintos, de acordo com a necessidade de seu produtor. E com isso ele vai se fragmentando e ao mesmo tempo se articulando através de fluxos e redes de comunicação, financeiras, transporte etc., todas elas entrelaçadas com as dinâmicas capitalistas, que vão organizando o espaço de forma desigual, onde podemos dizer que essa particularidade é uma condicionante social que se articula com as necessidades e interesses da dinâmica capitalista e assim constroem um lugar carregado de complexidades e interesse: o espaço urbano.

Eis aqui o espaço urbano: fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolo e campo de lutas. É assim a própria sociedade em uma dimensão, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais... O espaço urbano como se indicou, é constituído por diferentes usos de terra. Cada um deles pode ser visto como uma forma espacial (CORRÊA, 2004, p. 9).

É essa fragmentação do espaço urbano que dá origem aos territórios. A origem da palavra território vem do latim *territorium*, e é derivado de terra, que também pode significar “pedaço de terra apropriada”. Levando-nos a ver que a apropriação do espaço e sua fragmentação em territórios criam as identidades de poder, e *pari passu*, a representatividade de domínio e supremacia em relação aqueles que não o possuem. Nesse contexto (SAQUET, 2004), considera o território como espaço produzido temporalmente ou mais permanente, pelo exercício de poder de um determinado grupo ou classe social. É importante a compreensão das relações de poder em diversas dimensões, tais como, os recursos naturais, de produção ou as ligações afetivas e de identidades entre um grupo social e seu espaço. Mas é também relevante a compreensão de quem domina um território ou influencia e como essa relação se reflete no espaço humanizado. A constituição de grupos determinantes na configuração de territórios é vital para a sua organização como *locus* da atuação da sociedade, pois, nos mais diferenciados territórios de produção, dentre eles o da prostituição ou do tráfico de drogas, pode haver tanto espaços territoriais amigos quanto inimigos, sendo possível a ocorrência de conflitos e disputas. Toda essa organização é paralela à supremacia do Estado, e este não participa da configuração da territorialidade desses grupos, pois, de acordo com Sousa:

As grandes metrópoles modernas [...], com toda sua complexidade, parecem conter os exemplos mais interessantes e variados de tais “territorialidades flexíveis”, os territórios da prostituição feminina ou masculina (prostitu-travestis, michês), onde os "outros" tanto podem estar no mundo exterior em geral (de onde vêm os clientes em potencial) quanto, em muitos casos, em um grupo concorrente (prostitutas *versustravestis*), com os quais se pode entrar em conflito [...]. Quando a noite chega, porém, as lojas, com exceção dos bares e *night clubs*, estão fechadas, e os transeuntes diurnos, como trabalhadores "normais", pessoas fazendo compras e os residentes do tipo que a moral dominante costuma identificar como "decentes", cedem lugar a outra categoria de frequentadores, como prostitutas (ou travestis, ou ainda rapazes de programa) fazendo *trottoir* nas calçadas e entretendo seus clientes em hotéis de alta rotatividade. O caráter cíclico deste tipo de territorialização, com uma alternância habitual dos usos diurno e noturno dos mesmos espaços (SOUSA, 2000, p. 87-88).

Essa ideologia de posse e poder que os atores do território constroem pode ser corroborada pelas ideias de Raffestin, ao afirmar que:

quando se fala no território, faz-se sempre uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço. A ação desse grupo gera de imediato a delimitação e a posse (RASFFESTIN, 1993, p. 153).

Esses grupos formam os agentes produtores do espaço, os quais, de acordo com Trindade Júnior (1998), ao discutir agentes produtores do espaço e territorialidades urbanas, destaca os seguintes agentes e as características de suas territorialidades: os formatos territoriais institucionalizados (municípios, por exemplo), os territórios das empresas do mercado imobiliário e as organizações populares e suas territorialidades. Sobre esta última, o autor destaca a subjetividade de processos, a multidimensionalidade do poder (já que ele não é institucional), e a familiaridade como parte da matriz desta territorialização. Em conformidade com as ideias de Trindade Júnior. Vasconcelos Júnior assevera que:

Nesta relação entre território e poder, se faz necessário desvincular desta análise o conceito tradicional que possuímos sobre território. Sempre que a palavra território vem à tona, associamos o termo Estado ao território nacional, sempre vinculamos a grandes extensões espaciais. Territórios existem em diversas escalas, uma rua, uma cidade, até o Brasil, uma outra generalidade vinculada à visão é algo posto pela história, construído antes em um passado, por isso, distante da realidade atual. Esta visão é sem dúvida associada a países que definiram suas fronteiras há mais de um século. Por isso, é importante salientar que os territórios existem, mas eles são constantemente construídos e desconstruídos dentro da dimensão tempo, sendo este tempo uma escala que pode ser medida em séculos, décadas, anos ou até mesmo dias. Esta argumentação teórica amplia o significado de território e vai mais além, possibilita investigar o poder através de sua territorialidade, não perdendo de vista a dinamicidade do processo de análise do mundo em termos de espaço e tempo. (VASCONCELOS JÚNIOR, 2008, p. 407)

Vários têm sido os agentes produtores do espaço urbano brasileiro, mas a participação da Igreja Católica remonta ao período colonial, onde, através do projeto português expansionista desde a colônia, é voltado para a propagação da fé cristã, anti-pagã e anti-protestante. O que resultou na união do Estado com a Igreja Católica, garantindo assim a presença de religiosos no território brasileiro e com isso o surgimento de seus templos (Igrejas). Isso foi fundamental para a produção

espacial brasileira, porquanto desenhou nos espaços urbanos a historicidade do poder de agente produtor espacial da Igreja Católica. Dentro desse processo, várias foram as ramificações da Igreja Católica voltadas para sua organização política, merecendo destaque as ordens religiosas que acumularam ao longo de sua trajetória, ruas, terrenos e prédios urbanos, em que muitas delas conseguiram até fazendas lotadas de gado. Toda essa trajetória de enriquecimento foi apoiada pela Coroa portuguesa, fazendo com que, nos séculos XI e XII, ela tivesse seus direitos confundidos com os da Igreja, proporcionando-lhe poderes até então inexistentes na cúria da Igreja Católica, o que fez a Ordem de Cristo ser detentora do poder financeiro na colônia brasileira, a qual tinha o poder de receber o “dízimo eclesiástico”. Nesse mister, cabia-lhe toda a administração e jurisdição das terras conquistadas por Portugal. A Ordem dos Jesuítas foi financiada pela Coroa portuguesa, pois a eles cabiam domar e guiar os índios e os sociáveis.

Seguindo toda uma trajetória eclesiástica e reafirmada pela relação Estado-Igreja, as cidades, ao serem fundadas, tinham seu termo e rossio territorializados (FRIDMAN, 1999). Cada termo era doado em sesmarias e o rossio era uma reserva de expansão que servia para cultivo e plantações, sendo de uso público no interior do termo. As Constituições da época recomendavam que as construções da Igreja católica estivessem em lugares de destaque e com condições geográficas amenas, e com espaços suficientes para seus adros, determinações que reforçam as contribuições da Igreja Católica na produção do espaço urbano brasileiro, ação esta sempre deixada de lado, como reforça M. Marx (1991) ao afirmar que o clero fazia recomendações expressas que interferiram no desenho urbano. Portanto, isso só comprova a importância da Igreja como agente produtor do espaço urbano brasileiro.

Podemos classificar a relação entre Igreja Católica e Estado no mínimo como complexa, no entendimento de que produziram consideráveis territórios no espaço brasileiro. O olhar geográfico sobre essa relação intrínseca reconhece no território o palco das ações da Igreja e do Estado, formatando um caráter tanto político e religioso como cultural. O que nos permite afirmar que foi a cultura religiosa católica que imprimiu geo-símbolos no espaço urbano brasileiro. Com efeito, a Igreja Católica sempre organizou territórios onde a religião era uma de suas funções, pois a representava de forma mais visível, embora a política e seu elo com o Estado

sempre estiveram presentes, considerando que os limites geográficos da Igreja eram os limites do Estado, fato que pode ser comprovado nos mapas das dioceses católicas, bem como nos mapas políticos do Estado. Essas práticas espaciais realizadas pelo estado e Igreja foram *a priori* as mais importantes no processo de produção e organização espacial brasileira, ações estas que poderemos entender melhor a partir das teorias de Correa discutidas a seguir.

3.2 PRÁTICAS ESPACIAIS: CONTRIBUIÇÕES PARA UMA ANÁLISE URBANA

As práticas espaciais se expressam de forma localizadas, desenhadas por agentes sociais em busca de seus objetivos. Podemos afirmar que o entendimento sobre as práticas espaciais é, *a priori*, de uma complexidade riquíssima, na qual o homem, na busca incessante pela organização de seu espaço, foi realizando práticas que imprimiram no espaço suas marcas, transformando e conservando-as. Essas práticas servem de instrumento para o homem produzir e gerir o espaço, conforme as várias teorias sobre a temática. De acordo com Corrêa (2007), as práticas espaciais, identificadas parcialmente, não são mutuamente excludentes, elas podem se agregar servindo de complemento uma a outra na organização do espaço apropriado. E são classificadas em:

3.2.1 Seletividade espacial

Esta é a prática espacial mais geral, comum a todos os tipos de sociedade, desempenhando papel crucial na diferenciação socioespacial. Trata-se de prática efetivada tanto em decisões locacionais na escala da rede urbana como na escala do espaço intraurbano. A seletividade espacial advém da negociação entre objetivos, possibilidades do agente social específico e dos interesses e possibilidades de outros agentes sociais. Repetida sistemática e regularmente na mesma área, transforma-se em processo de concentração espacial. Fertilidade do solo, sítio urbano, acessibilidade, economias de aglomeração, status social elevado, vantagens fiscais são características que influenciam na seletividade espacial.

É a partir da seletividade que se escolhe o lugar, e suas amenidades servem de atratividade para a aglomeração social e construção espacial. A escolha deste lugar irá gerar a ramificação necessária para a dinamicidade que requer um espaço em processo de produção e este espaço serve para expor todas as ações antrópicas, desde a cultura, necessidades básicas, até as econômicas, construindo uma “área laboratório” (LA BLACHE, 1954), que terá de oferecer amenidades que servirão de sustentabilidade para uma posterior fixação e formação de uma civilização. Esse processo seletivo sempre foi algo presente nas organizações sociais e, mesmo sem um conhecimento lógico do processo, o homem selecionava espaços que suprissem suas necessidades. Vale explicitar que a lógica que se relaciona com a seletividade, desde os primórdios da humanidade, ganha uma identidade quando o processo de transformação se torna presente nas organizações socioespaciais, que constroem um complexo alimentar, para garantir a sobrevivência de um determinado grupo social ao longo de um ano (SORRE, 1967). Em tese, os grupos sociais em busca de sua sobrevivência emergem desse processo criando uma relação produtiva para suas necessidades básicas, até o surgimento da ideologia mercadológica, que deixa essa relação mais complexa e arraigada de novos sentidos, que fragmenta o espaço de acordo com seus interesses, substituindo a troca por um processo onde o descartar dos bens e das espécies depreda o meio e às vezes o extingue, iniciando uma ação antrópica desenfreada e alimentada pela ambição devastadora da sociedade moderna.

3.2.2 Fragmentação – lembramento espacial

Por necessidade política, os atores sociais fragmentam o espaço para uma melhor organização, composta por um grupo que se une por afinidades sejam elas políticas ou religiosas. A fragmentação no espaço urbano cria uma subdivisão espacial lucrativa que resulta na diferenciação e segregação socioespacial, que irá produzir toda uma dinâmica no espaço e ao mesmo tempo construir sua complexidade, fazendo o homem se reorganizar a cada nova necessidade, como a de lembrar o espaço anteriormente fragmentado por uma necessidade específica, agora levado pela dinamicidade espacial. Isso requer uma recomposição,

seja por questões econômicas, bélicas ou religiosas. Segundo Correa (2009, p. 38-39):

O remembramento espacial, por outro lado deriva, via de regra, de uma política de empresa visando impor outra racionalidade ao seu espaço de atuação. Através da aglutinação de unidades locacionais e áreas, origina-se uma outra organização espacial. A diminuição da oferta da produção é uma das razões que leva ao remembramento espacial. O aumento da acessibilidade, por outro lado, pode eliminar localizações que só faziam sentido num contexto de precária circulação.

Observa-se que o espaço, por se encontrar dominado por seus agentes produtores que o direcionam em prol de suas necessidades criando, recriando ou reorganizando arranjos que lhe dão a verdadeira essência, e ao mesmo tempo nos levando ao seu entendimento.

3.2.3 Antecipação espacial

A própria etimologia da palavra nos leva a uma prévia análise sobre sua intencionalidade, mas é através de suas ações que podemos entendê-la melhor e concluir que ela é sumamente importante para a produção espacial, pois ela se volta para antecipar a criação de oferta significativa de matéria de bens e serviços, analisando desde o físico ao social, na busca de uma produção espacial rentável. Nessa perspectiva, transforma um determinado lugar vazio em uma reserva que *a posteriore* se tornará um lócus de grande valia, segregando e antecipando o espaço urbano. A exemplificar este processo temos as periferias, que crescem estilhaçadas, reflexo do combinado da fragmentação e a antecipação espacial (CORREA, 2009). Essa prática é, sem dúvida, significativa para a dinâmica espacial, pois representa uma reserva territorial que garantirá o futuro tanto de seu proprietário como do espaço em que se encontra inserido, garantindo uma dinâmica espacial contínua e um desenvolvimento em extensão, economia e população, alimentando assim a vida dos espaços urbanos.

3.2.4 Marginalização espacial

Território é poder – temos visto isso ao longo de nossa discussão, o qual pode estar atrelado ao valor que um determinado lugar possui. Isso estará diretamente ligado às práticas que seus atores irão aplicar, valor este que terá uma variação no decorrer do tempo, alimentado por um arranjo de influências que vão desde a economia à cultura. E assim lugares vão se valorizando e outros se desvalorizando, ou seja, sendo marginalizados, reflexo das ações capitalistas; os atores sociais emergem e imergem cidades, ou lócus de produtividade, de acordo com suas necessidades. É rotineiro nas práticas espaciais brasileiras cidades inteiras serem inundadas em prol de uma usina hidrelétrica, enterrando com elas histórias, vivências jamais reconstruídas novamente. Como também vemos uma troca de valoração de lugares, onde perdem e ganham atratividade conforme o tempo vivido, fazendo dos espaços urbanos lócus de instabilidades territoriais, que resulta na lei do mais forte e assim mantém a essência da sobrevivência, que dará margem para a criação de práticas e a sua manutenção no espaço.

Esse entendimento irá fundamentar a compreensão das práticas espaciais utilizadas pelo Estado e pela Igreja na produção do espaço piauiense, que, através de uma sintonia, produziram e reproduziram as espacialidades piauienses.

3.3 AS PRÁTICAS ESPACIAIS DA IGREJA CATÓLICA NO ESPAÇO PIAUIENSE

O Piauí, que tem a sua produção territorial ligada à atividade pecuária, construiu uma cultura sertaneja entrelaçada pela religiosidade e pelos vaqueiros que representam a historicidade da produção do território piauiense. A maior parte das cidades piauienses foi criada a partir da atividade pecuária, que produziu as grandes fazendas que posteriormente originaram as primeiras cidades, organizando a estrutura política administrativa e espacial. Representada de acordo com mapa abaixo:

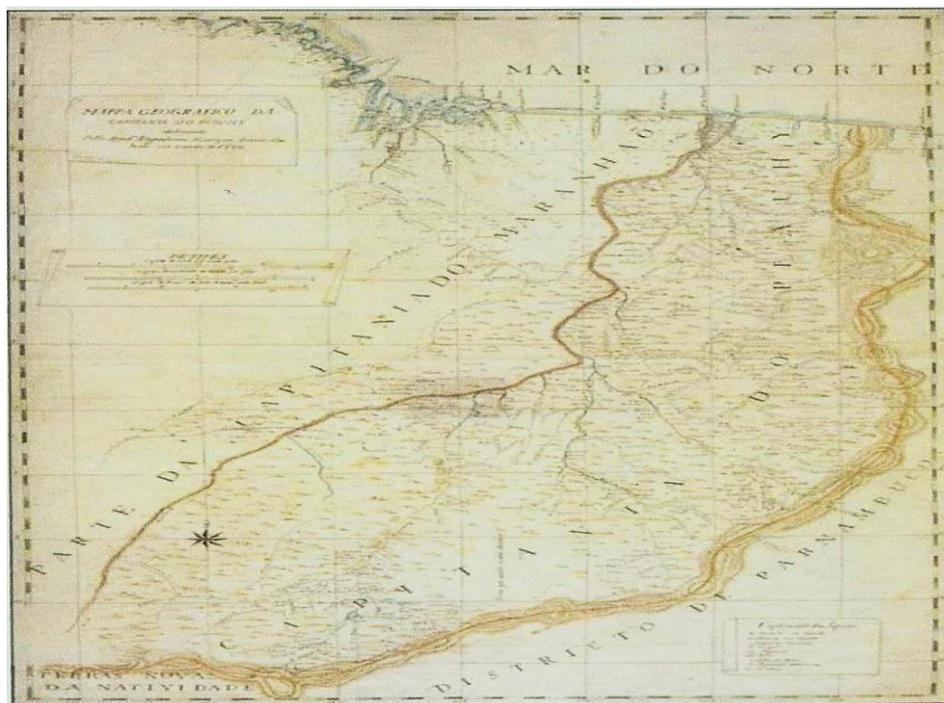


Imagem 3 - Capitania do Piauí

Fonte: FAÇANHA (2009, p. 57)

Assim se desenvolvia a capitania do *Phiauy*, com configuração espacial demonstrada na imagem acima, formada por uma grande disponibilidade de terras devolutas, que iam sendo divididas em grandes propriedades, de acordo com a vontade dos seus. As grandes facilidades para as prosperidades das fazendas atraíam ainda mais os que pelas terras se interessavam, e assim foi se modelando o território piauiense, atrelado à pecuária e às ações da Igreja, resultando em uma província tipicamente católica. Dessa forma, o Piauí se desenvolve como grande potencial pecuarista, se destacando como uma das mais importantes regiões produtoras de gado, exportando para os estados do norte, nordeste e sudeste (BARBOSA, 1993).

Atrelado a este destaque na exportação do gado, a religiosidade tem um papel fundamental, pois a cada fazenda, uma capela, e assim essa relação economia/religiosidade unifica-se ao ponto de o calendário festivo religioso está ligado à figura do vaqueiro, pois era reservado em cada festejo uma homenagem a eles explicitando a hegemonia religiosa da Igreja católica no território piauiense e contribuindo para o surgimento das primeiras vilas e, posteriormente, as primeiras

idades, tendo sua organização espacial formada pela cidade de Oeiras e as vilas de Valença, Marvão, Campo Maior, São João da Parnaíba, Nossa Senhora do Livramento do Parnaguá e Jerumenha, como ilustra o Mapa 4 a seguir.



Imagem 4 - Primeiras cidades e primeiras vilas do Piauí
Fonte: Baptista (1986, p. 77).

Essa configuração espacial acima dá início à produção territorial do Piauí, onde já é possível ver a presença da religiosidade na identificação das cidades como Nossa Senhora do Livramento e São João da Parnaíba, fato este que só foi

possível devido à participação da Igreja Católica na produção espacial do Piauí, porquanto foi a primeira a reconhecer a existência deste Estado antes mesmo da Coroa Portuguesa, através da criação da freguesia de Nossa Senhora das Vitórias, que posteriormente viria a se tornar a capital da província e com uma nova denominação: Oeiras.

Nesse sentido, a Igreja também atuou em parceria com o poder político na criação e organização das vilas e cidades do Estado, bem como construiu a cultura da religiosidade cristã na sociedade piauiense desde as suas primeiras aglomerações sociais nas fazendas, pois ali foram edificadas capelas que deixariam mais complexo o espaço, gerando ligações e repasses de informações que anteriormente era impossível, em razão da falta de comunicação entre as fazendas. A constituição dessas capelas proporcionou o surgimento dos primeiros povoados, resultando na formação sucessiva das freguesias, vilas e cidades, produzindo assim o espaço da ainda capitania piauiense, conforme é possível identificar no gráfico a seguir 001.



Gráfico 1 - Produção espacial da província do Piauí.
Fonte: Oliveira (2010).

A análise do gráfico acima nos leva a perceber que a Igreja católica foi fundamental para a produção do espaço urbano piauiense, processo que não foi

pioneiro, pois desde a colonização havia participação significativa desta no processo de organização espacial brasileiro, em que as missões religiosas contribuíram para desbravar o território e doutrinar os padrões sociais junto ao Estado, uma relação que permaneceu por muitos anos, consagrando a Igreja uma aliada do Estado para manter sua hegemonia, funcionando como instrumento do deste, visto que Ihe era subordinada.

Posteriormente, por volta de 1981, com o fim do Padroado Real no Brasil, a Igreja torna-se independente, ficando sob o poder do Papa, cabendo a ela como instituição toda uma reformulação em sua estrutura, e continuar como uma das instituições mais confiáveis e de importância para o Estado, para continuar a produzir e organizar o território brasileiro, como o que ocorreu na produção do espaço piauiense, que foi estruturado através da relação poder e religiosidade.

O processo de urbanização piauiense ocorre com mais nitidez no século XVIII, quando as freguesias passaram a ser denominadas vilas, e criada a primeira cidade depois de ter sido elevada a Vila da Mocha, surgindo a cidade de Oeiras. Nessa ocasião, a falta de infraestrutura assolava as vilas e cidades como também a superioridade da população rural em relação à urbana, proporcionando à província dificuldades de desenvolvimento econômico em comparação com as demais, pois a estrutura do Piauí girava em torno das fazendas, que eram desarticuladas espacialmente. A falta de comunicação foi amenizada com a ação da Igreja católica e dos fazendeiros que construíram capelas nas fazendas, proporcionando a quebra dos costumes rurais desarticulados, de forma a possibilitar manifestações culturais ligadas à religiosidade produzida pela Igreja católica, permitindo a divulgação desses eventos, que resultaram na integração dos proprietários e trabalhadores das fazendas.

Desse modo, a cidade de Oeiras tornou-se a primeira capital da capitania, sendo produzida e organizada aos olhos da Igreja, que orientava a conduta social e dentro dela iria se construir um espaço urbano comandado pelos dogmas da Igreja católica e do poder político, fazendo a cidade ganhar o título de “capital da fé”, guardando no seu patrimônio histórico as mais antigas construções da Igreja no Piauí. Nesse contexto, foi produzido um padrão na organização espacial das cidades piauienses, onde Igreja é construída no centro, e no entorno, a praça, representando a fé, e a prefeitura, o poder político. Nos arredores, as residências das famílias

aliadas à Igreja e aos outros grupos de poder político e econômico, produzindo e reproduzindo o espaço urbano piauiense. Ver esquema abaixo:

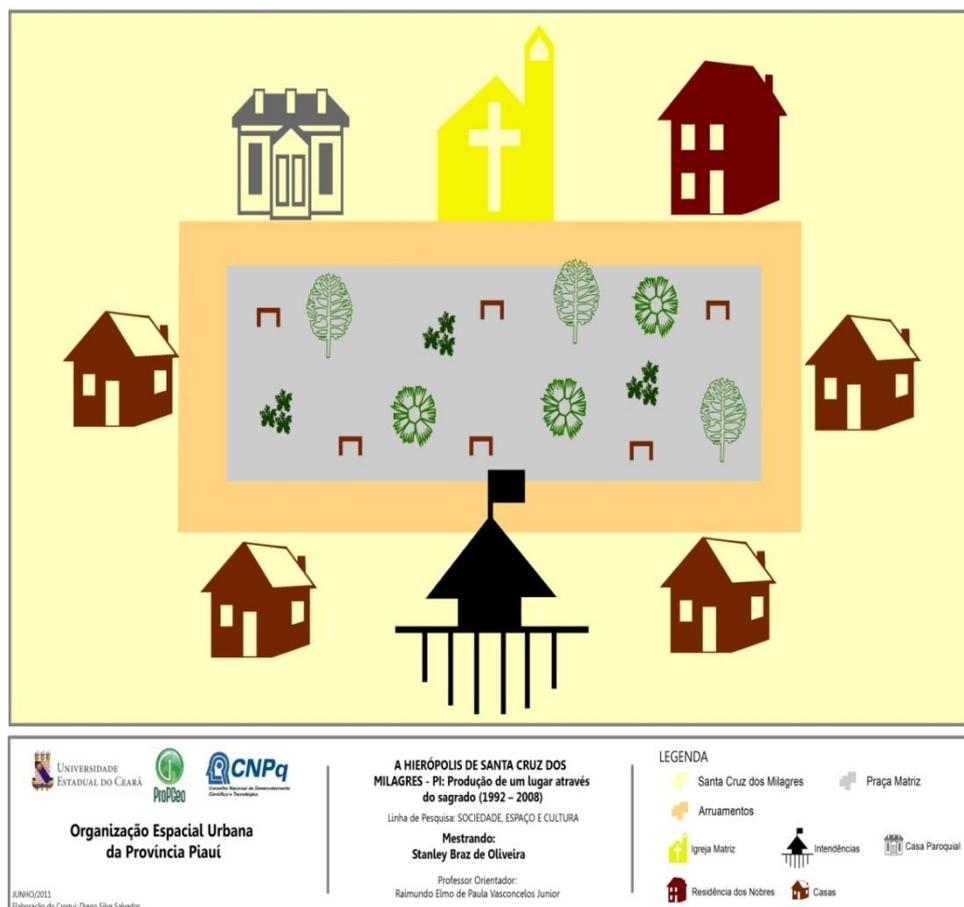


Imagem 5 - Organização espacial urbana da província do Piauí
 Fonte: Oliveira (2011).

Nesse contexto, a Igreja Católica participou ativamente na produção espacial do Piauí, tornando-o território propício para a divulgação da fé proposta por ela contribuindo para organizar os espaços urbanos piauienses como mostra imagem acima. Nessa perspectiva, a maioria das vilas que posteriormente vieram a tornar-se cidades, tem nomes ligados à Igreja Católica, e as que não têm essa explícita relação, foram cristalizadas festividades religiosas que construíram a cultura do Piauí atrelada a elas, acompanhando o desenvolvimento populacional, disseminando o catolicismo popular e obtendo adesão significativa da população piauiense da época. Embora não existisse uma articulação considerável entre as fazendas, vilas e cidades, a Igreja produzia novenas nas fazendas condicionadas às

festas em homenagem aos santos, que se tornariam os padroeiros das futuras cidades. Posteriormente, esses santos seriam os companheiros mais próximos aos fiéis, proporcionando-lhes uma ligação com o sobrenatural, construindo uma religiosidade vertical (BAKKER, 1974).

O catolicismo popular produziu festejos junto à elite pecuarista e aos trabalhadores das fazendas, articulando-se entre os pobres e os ricos, adaptando-se tanto às capelas das fazendas como também aos altares construídos nos terreiros dos povoados, tornando-se visível a distinção entre essas classes, pois era comum, nesses eventos religiosos, a ausência de representantes da Igreja. Convém ressaltar a importância do proprietário que promovia a novena, pois, conforme seu destaque socioeconômico, era enviado um sacerdote da freguesia mais próxima, daí resultando em festejos com missa, comidas, danças, etc., para representar a religiosidade católica do Estado, que contribuiria para produzir vários espaços urbanos piauienses.

Não há como negar a importância da participação da Igreja na produção dos espaços piauienses, pois, ligada diretamente ao Estado, preocupava-se em conseguir adeptos ao catolicismo, uma prática que vem desde o Brasil colonial, e no Piauí aconteceu de forma mais intensa, repercutindo na formação e desenvolvimento das cidades do Estado, que resultou na integração dos piauienses na busca pela salvação, permitindo que a Igreja piauiense fosse gestora da maior parte dos espaços que seriam produzidos. No contexto do século XIX, era comum numa vila, quando elevada à categoria de cidade, haver um representante do poder político e outro da Igreja, de modo interligados, fazendo da fé algo condicionado à Igreja, e o poder, aos representantes políticos. Por muito tempo, a união estado/Igreja comandou a organização espacial piauiense, condicionando à Igreja o papel de representante de todas as manifestações culturais considerada por ela de bons costumes.

Era visível a junção entre Igreja e Estado, na qual a primeira atendia as cerimônias políticas, excluindo desses momentos os menos favorecidos, que só se integrariam nas novenas, festividades cristãs que favoreciam uma maior aproximação, mas com visível segregação entre os detentores de poderes políticos e administrativos. Todavia, era necessário estar no meio de todos os fiéis, visto que era através da religiosidade que a Igreja mantinha o seu prestígio e poder na

sociedade, usado para produzir as cidades piauienses. Isso era perceptível no momento da nomeação das primeiras vilas e cidades, em que a maioria possuía nome de santos, e as que não possuíam tinham suas manifestações culturais ligadas às festividades religiosas. Essa configuração pode ser identificada no quadro a seguir:

CIDADE/VILA	PADROEIRO
São João da Parnaíba	Nossa Senhora das Graças
Santo Antônio do Campo Maior	Santo Antônio
Marvão	Nossa Senhora do Desterro
Valença	Nossa Senhora do Ó
*Oeiras	Nossa Senhora das Vitórias
Jerumenha	Santo Antônio
Nossa Senhora do Livramento do Parnaguá	Nossa Senhora do Livramento

Quadro 1 - Primeiras vilas e cidades com seus respectivos padroeiros – 1762

*Oeiras era a única cidade na época.

Fonte: OLIVEIRA (2011). A partir de pesquisa documental junto à diocese da Igreja.

3.3.1 Urbanização piauiense e o papel da Igreja católica

A urbanização piauiense segue atrelada ao processo nacional, que se fez semelhante ao modelo europeu que, aplicado ao espaço brasileiro, apresentou falhas, visto que a urbanização europeia deu-se baseada no processo de urbanização tecnológica, do qual o Brasil ainda não tinha sido favorecido, por isso sua urbanização foi lenta e pontual, acontecendo somente em algumas regiões, tendo em vista que a atividade econômica ligada à pecuária era voltada para a exportação, processo este que não integra o Piauí ao contexto de urbanização nacional, resultando na produção de pequenas cidades com uma economia mais atuante. Nos meados da década de 1950, surgiam mais cidades que permitiram um maior desenvolvimento da economia e articulação entre elas.

AUMENTO DAS CIDADES PIAUIENSES E DE SEUS RESPECTIVOS PADROEIROS

ANO	Nº DE CIDADES	Nº PADROEIRO
1950	49	49
1960	71	71
1970	114	114
1980	118	118

Quadro 2 - Aumento das cidades e paróquias piauienses

Fonte: Oliveira (2011).

Esse significativo aumento no número de cidades demonstrado no quadro 002 acima é acompanhado por outro fato de significativa importância na produção do espaço urbano piauiense, ou seja, o desenvolvimento da Igreja como instituição, que contribuiu para o surgimento dos lugares no Piauí, e assim conseguir manter-se entre os estados de maior número de católicos e organizar o espaço na conduta social da população, fazendo sua organização interna semelhante à estrutura gestora do estado. De acordo com o destaque da cidade, era criada uma diocese para as menos desenvolvidas e, para as mais desenvolvidas, uma arquidiocese. Essa organização iria contribuir para perpetuar a cultura religiosa católica nas novas cidades como também manter nas já existentes. Ver mapa a seguir que demonstra a localização das dioceses nas mesmas cidades, em que estão localizadas as representações administrativas das microrregiões do Estado.

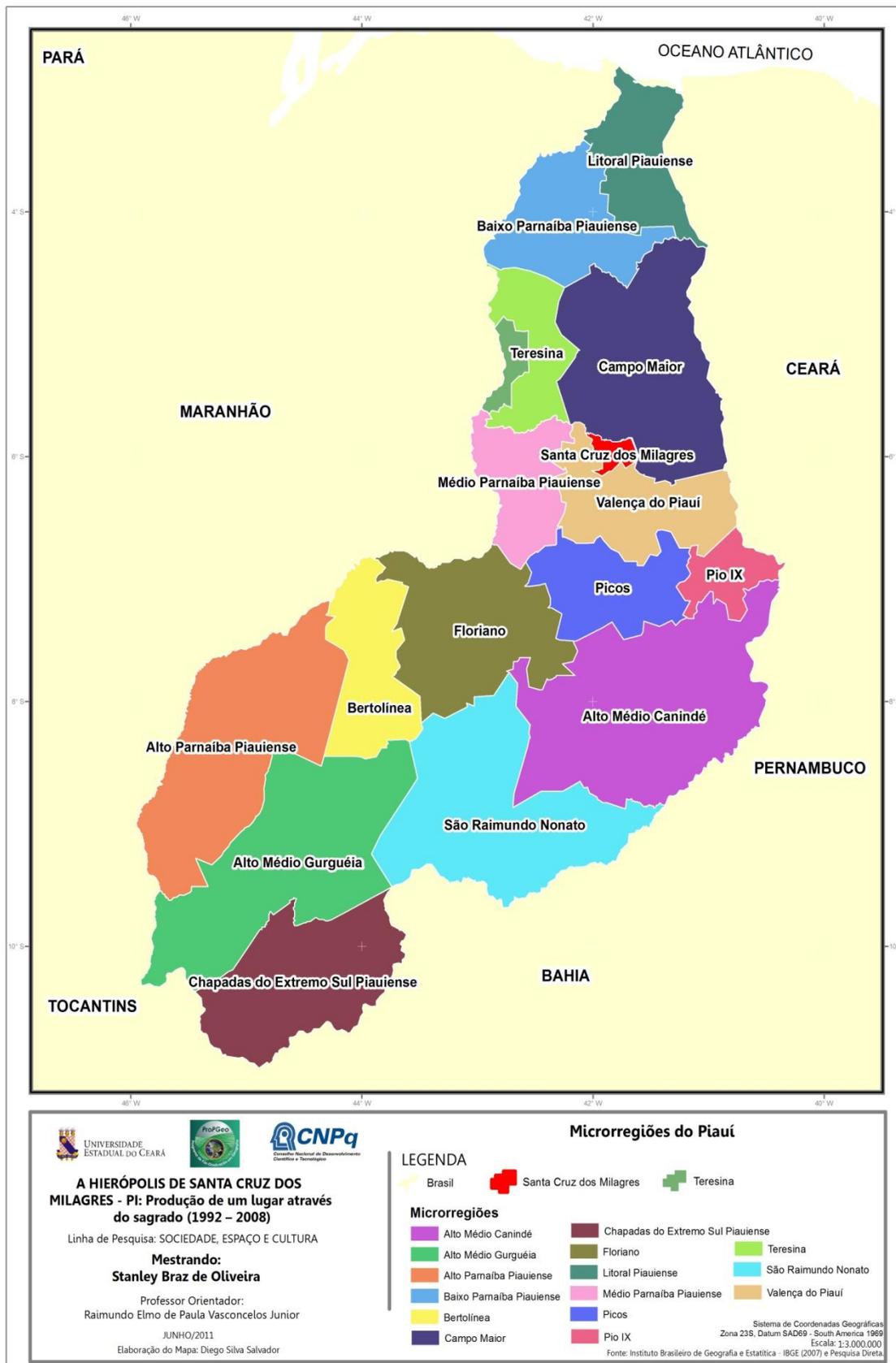


Imagem 6 – Organização das dioceses e arquidioceses do Piauí

Fonte: www.cccbne4.org.br/

Como no período colonial a relação poder e religiosidade permanecem ativos, visto que algumas cidades vão se tornando pólo de desenvolvimento, conseqüentemente a Igreja dá maior importância a elas, estruturando sua administração de acordo com a importância da cidade e com as regionais administrativas do território piauiense, possibilitando assim o seu desenvolvimento, a organização do Estado e da própria Igreja. Nesse sentido, a organização da Igreja fez comandos estratégicos, instalando em cada cidade polo de desenvolvimento uma diocese para cultivar e distribuir a religiosidade católica, o que contribuiu significativamente para a construção espacial do estado do Piauí.

No século XXI, o Piauí possui 224 municípios, divididos em microrregiões denominadas Litoral, Baixo Parnaíba Piauiense, Teresina, Campo Maior, Médio Parnaíba Piauiense, Valença do Piauí, Floriano, Picos, Pio IX, Bertolândia, Alto Médio Canindé, Alto Parnaíba Piauiense, São Raimundo Nonato, Alto Médio Gurgueia, Chapadas do extremo sul piauiense. Conforme o mapa a seguir.



Mapa 01 - Microrregiões do Piauí
Fonte: Oliveira (2011).

De acordo com o mapa das microrregiões do Piauí, essa divisão territorial do Piauí proporcionou à Igreja interligar as microrregiões do Estado com suas dioceses, fazendo da atual capital a sua única arquidiocese do Estado, centrando as maiores decisões de manutenção e disseminação da religiosidade católica em todo o Piauí.

3.4 A GEO-HISTÓRIA DE TERESINA: POLÍTICA, EDUCAÇÃO E PRODUÇÃO ESPACIAL

A cidade de Teresina, como reflexo do modelo capitalista de produção, surge planejada nos anos de 1852, explicitando a marginalização espacial de Oeiras, e em necessidade de realizar os interesses políticos, cristalizou-se entre dois rios – Poti e Parnaíba –, com a intencionalidade de gerar economia e uma maior ligação com o interior do estado. Desse modo, construiu-se uma paisagem urbana planejada, com um centro comercial às margens do rio Parnaíba, com armazéns e um comércio que atendia as necessidades de uma sociedade guiada pela ideologia capitalista da classe dominante da época (CORRÊA, 1989), que orientou a produção do espaço urbano teresinense.

O espaço urbano é o maior polarizador de pessoas e capital e está em constante processo de mutabilidade, nesse sentido, cria valores para o solo urbano a partir da inter-relação do trabalho e capital, a qual alimenta as estratégias capitalistas, colocando o trabalhador como principal agente do espaço urbano. Assim, revela-nos que o espaço é fruto de seus agentes e que, através de seus interesses, cristalizam símbolos, constroem paisagens, estruturando o contexto sócio espacial de um determinado lugar. Na relação tempo-espaço de Teresina, dois agentes foram vitais para sua produção e organização o Estado e a Igreja – que agregaram suas ações às ideologias capitalistas e produziram um espaço imbricado de filosofias internas e capitalistas.

Ressalte-se que a Igreja Católica apresenta-se fisicamente como o marco simbólico da cidade e um agente produtor relevante que direcionou o seu crescimento, fazendo de suas escolas confessionais um instrumento de educação elitista e impulsionador do desenvolvimento do espaço urbano da capital, que foi se

desenvolvendo atrelado às ações da Igreja católica. Nessa perspectiva, coube aos teresinenses o papel de agente produtor da Igreja Católica, que aliou educação com produção e organização espacial, valorizando espaços nas proximidades de suas escolas e criando uma educação de alto custo voltada para atender a elite local.

O planejamento urbano de Teresina difere de muitos outros espaços urbanos, pelo fato de que proporciona a seus agentes o poder de guiar e também de organizar estratégias políticas que originaram a cidade e foram vitais para seu desenvolvimento. Essa atividade remonta a sua criação e evoluiu sempre direcionada pelas ações do Estado, sobretudo da Igreja através de suas relações íntimas de poder. O seu desenvolvimento econômico e urbano transformou a transformou em centro dinâmico e com maior facilidade de gerenciamento do restante do território estadual. Não é demais frisar que a Igreja Católica participou ativamente da produção e organização do espaço teresinense de forma marcante, o qual teve início com a Igreja de Nossa Senhora do Amparo, que foi o marco da produção espacial urbana da capital do Piauí. Conforme imagem abaixo.

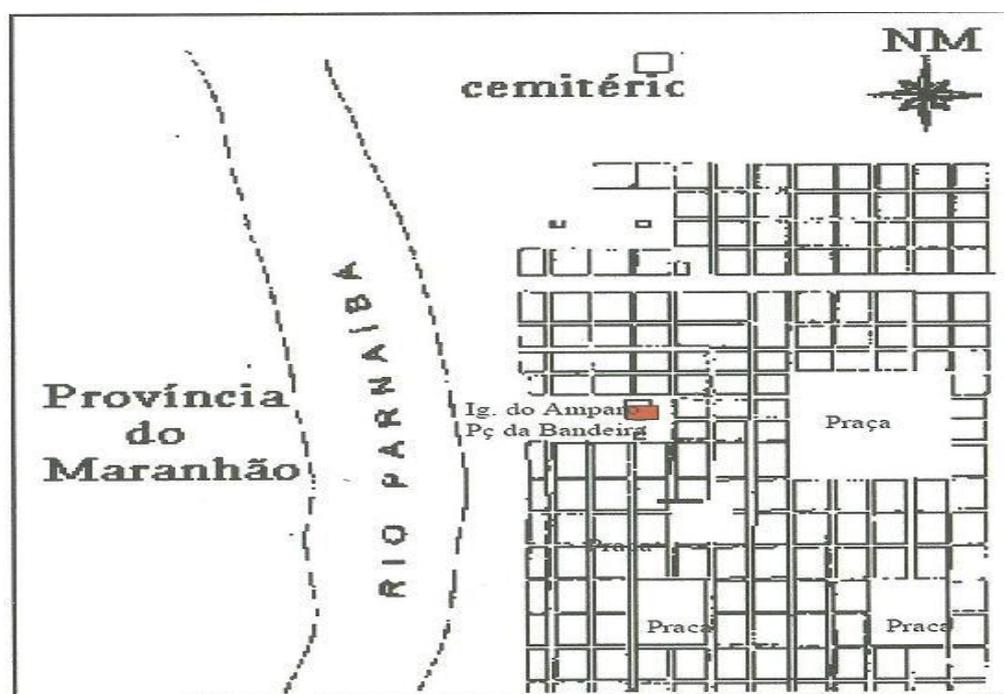


Imagem 07 - Estrutura urbana de Teresina no período de 1852 a 1900.

Fonte: BRAZ, Ângela Napoleão. [200-?]. (mimeo.), p. 7.

A partir desse símbolo – a Igreja do Amparo – o catolicismo foi se impondo no espaço da cidade, determinando até onde ela poderia ir. Nos momentos de perda de força de poder, reorganizava-se e retomava o controle, mas sempre com o foco de produzir o espaço urbano da cidade de Teresina. Nesse mister, faz da educação uma aliada, e das escolas confessionais, instrumentos para se reorganizar como também para direcionar-lhe o crescimento. Na visão de Vasconcelos Júnior:

[...] as ações da Igreja Católica [...] visam enriquecer o entendimento de como se dão e de como se organizam as relações entre poder e espaço na produção de territórios. O estudo do território na perspectiva de se conhecer melhor a história da Educação e os desdobramentos das políticas educacionais é apenas um caminho de abordagem na procura sempre constante do entendimento do espaço enquanto multidimensional (VASCONCELOS JÚNIOR, 2011, p. 158).

Essa multidimensionalidade do espaço é observada na construção do traçado urbano que irá demonstrar o reflexo dos interesses de seus agentes. De acordo com Corrêa (2002), o espaço é um produto social, pois é através do uso do solo por seus agentes que ele vai se organizando, de acordo com os que o ocupam. O uso reaparece em acentuado conflito com a troca no espaço, pois ele implica “apropriação” e não “propriedade”. Ora, a própria apropriação implica tempo e tempos, um ritmo ou ritmos, símbolos e uma prática. Tanto mais o espaço é funcionalizado, tanto mais ele é dominado pelos “agentes” que o manipulam, tornando-o unifuncional, menos ele se presta à apropriação. Por quê? Porque ele se coloca fora do tempo vivido, aquele dos usuários, tempo diverso e complexo. (LEFEBVRE, 1986, p. 411-412).

E essas relações de poder, troca, propriedade, que aconteceram no espaço urbano teresinense demonstram a ligação e poder dos maiores agentes espaciais urbanos de Teresina: a Igreja Católica e o Estado, que por muitos anos foram os principais agentes produtores do espaço urbano, sendo gestores de sua produção. Nesse sentido, construíram espaços e se flexibilizaram quando necessário, produzindo a evolução da malha urbana da cidade através dos seus interesses capitalistas. E a Igreja, a partir de suas ações educacionais, deu seus maiores legados para a produção do espaço urbano da capital.

Convém ressaltar que as ações da Igreja Católica sempre foram visíveis na produção dos espaços urbanos brasileiros, mas as suas ações educacionais não eram visualizadas com destaque nas análises espaciais, portanto, analisar a Igreja e suas ações educacionais que unem filosofias internas aos ditames capitalistas revela-se de suma importância, visto que inovam as análises geográficas sobre o espaço urbano.

Após a reestruturação institucional da Igreja católica condicionada a fatores internos e políticos, ela começa a se preocupar com a manutenção, dissipação e sustentabilidade do seu catolicismo no território brasileiro, cabendo-lhe usar de suas armas– “as escolas confessionais” – para promover este processo, retomando ações que já haviam sido praticadas em outros momentos da história do país. Como fator marcante para a reorganização da Igreja Católica, temos a Constituição de 1981, que resulta na cisão Estado/Igreja Católica e a direciona a traçar metas e objetivos com a educação para sua expansão sobre o território brasileiro, selecionando espaços que foram vitais para seu desenvolvimento.

A seletividade espacial reflete interesses e decisões, tendo como consequência a sua difusão (CORRÊA, 2003), processo utilizado pela Igreja Católica para traçar sua apropriação e controle sobre o território brasileiro, construindo assim sua territorialidade religiosa, como reforçam Rosendahl e Corrêa (2006), ao afirmar, categoricamente, que o território, por ser um conceito-chave na Geografia, é um importante instrumento de existência e reprodução do agente social que o criou e o controla. Souza (2003) corrobora suas ideias ao dizer que “O território é, fundamentalmente, um espaço definido por e a partir de relações de poder.” (SOUZA, 2003, p. 78). Esses *insights* indicam que o planejamento da Igreja se reorganiza no sentido de usar a educação para a disseminação do catolicismo, demarcando assim seu território, mantendo-se no poder para renovar sua importância dogmática e de agente produtor do espaço em um entrelace de filosofias internas e ditames capitalistas.

Vasconcelos Júnior (2006) enfatiza que a reestruturação institucional da Igreja Católica, a recatolização do povo nos moldes da Igreja Católica Romana, e não mais no modelo brasileiro, era o ponto de partida das novas políticas internas da Igreja, tendo início com a laicização do ensino público e posteriormente com as escolas confessionais, que objetivavam reeducar a sociedade dentro de suas novas

ideologias e costumes, e conter as escolas acatólicas ou neutras, como consta no Concílio do Vaticano I. Assim, a Igreja Católica, unindo interesses, seleciona os melhores espaços para escolha e desenvolvimento da educação confessional.

Como já relatado anteriormente, a Igreja traçou metas, planejou e produziu o espaço urbano brasileiro atrelando a seus interesses, e fez da educação um instrumento desse processo. No contexto piauiense, houve toda uma organização interna para esse processo, em que se buscou fortalecer o catolicismo com a criação da Diocese Piauiense, após tentativa dos maiores produtores urbanos da época – a Igreja – representada pelo clero, e o Estado – através dos políticos, culminando em propostas e ações conjuntas do clero piauiense, que resultou na separação do clero maranhense, segundo Melo (1993), através da bula *Supremum Catholicam Ecclesiam*, assinada pelo Papa Leão XIII, que cria a Diocese do Piauí em 20 de fevereiro de 1901, sendo publicada em 6 de janeiro de 1903, e que trazia no seu bojo o desmembramento da Diocese do Piauí da Diocese do Maranhão. Isso vai proporcionar uma reterritorialização das ações da Igreja católica no espaço piauiense. Rosendahl e Corrêa afirmam que a diocese, o segundo nível hierárquico de gestão religiosa, é evocada como território religioso verdadeiramente presente e atuante no processo mais profundo de regulação da religiosidade católica (ROSENDAHL, 2005). Os geógrafos afirmam que tal espacialidade religiosa católica constitui o espaço de aproximação entre o regional e o universal, isto é, entre as ações de controle pastoral regional e as ações na escala do mundo (ROSENDAHL e CORRÊA, 2006, p. 2).

Teresina trilhava seu desenvolvimento e a Igreja precisava conservar seus dogmas com o desmembramento das dioceses do Piauí e Maranhão, o qual resultou na independência da Diocese de Teresina, e foi elevada à categoria de Arquidiocese e Província Eclesiástica do Piauí em 9 de agosto de 1952, pela Bula *Quae madmodum Insignes* do Papa Pio XII, sendo posteriormente denominada Arquidiocese de Teresina.

A Igreja segue os planejamentos internos, e as escolas confessionais e os seminários, que objetivavam fazer uma educação à Luz Divina, produziram o espaço urbano teresinense que, por ser planejado, se tornou mais fácil de conduzir seu crescimento e conservar a orientação religiosa do povo de Teresina. Em 1906, surge a primeira Escola Confessional, vislumbrando a manutenção dos princípios

católicos, ameaçados pelos republicanos, que não queriam mais a Igreja no comando da educação, condicionando a Igreja Católica à educação confessional, o que fortaleceu o seu poder de agente produtor e capitalista para o direcionamento do crescimento espacial urbano da cidade e obtenção de lucros com uma educação elitizada. Para o entendimento deste processo educacional, é necessário imergir na história da educação brasileira, como faremos no tópico seguinte.

3.5 EDUCAÇÃO: GEO-HISTÓRIA E PRODUÇÃO ESPACIAL

“Porque a principal coisa em que o moveu a mandar povoar as ditas terras do Brasil foi para que a gente delas se convertesse a nossa santa fé católica de modo que os gentios possam ser doutrinados e ensinados nas coisas de nossa santa fé”. (DOM JOÃO III, 1992, p. 145 e 148 apud SAVIANI, 2010). Com a apropriação territorial do Brasil nos anos de 1500, o Brasil integra o grupo de territórios civilizados. Comandados por Manuel da Nóbrega, chegaram à terra próspera os primeiros jesuítas com a tarefa de domar os nativos denominados por Dom João de “gentios”.

Com isso a colônia começa a dar seus primeiros passos para a definida civilização, envolvida pela política interna da Igreja, que instituiu no território brasileiro várias práticas espaciais *pari passu* com a instalação de escolas e seminários, formando um mosaico nacional – o da educação –, construindo o marco do processo educacional no Brasil, guiados pela tríade ideológica da Igreja Católica e do Estado: colonização, educação, catequese (SAVIANI, 2010), e dessa forma se desenvolve toda a trajetória da educação brasileira. Claro que, mesmo que estas palavras tenham significados universais, na prática seguiram-se as diretrizes de seu agente produtor, a Igreja Católica, posto que a educação na colônia brasileira devastou quase toda a cultura local, numa atitude dominadora que representava os interesses, em primeira instância, do governo português e, em segunda, a ação dominadora da Igreja Católica, evidentemente relegando os interesses do colono para segundo plano.

No fundo, a educação na colônia brasileira foi uma proposta de aculturação idealizada pela Coroa Portuguesa e realizada pela Igreja Católica em uma sintonia

de perfeita execução, com suas diretrizes explícitas no Regimento do governo português, o qual passou por distintas etapas, conforme expõe Saviani (2010, p. 31):

A primeira etapa (1599-1759) corresponde ao chamado “período heróico”, que, segundo Luiz Alves de Matos (1958), abrange de 1549, quando chegaram os primeiros jesuítas, até a morte de padre Manoel de Nóbrega em 1570. Considero mais apropriado estender essa fase até o final do século XVI, quando ocorre a morte de Anchieta, em 1597, e a promulgação do *Ratio Studiorum*¹, em 1599, valendo ressaltar que os jesuítas forneceram grandes contribuições ao desenvolvimento da colônia e da educação, contribuições essas que eram regidas pela Companhia de Jesus e, ao chegarem ao Brasil, seguiram fielmente. A segunda etapa (1599-1759) é marcada pela organização e consolidação da educação jesuítica centrada no *Ratio Studiorum*. A terceira etapa (1759-1808) corresponde à fase pombalina, que inaugura o segundo período da história das ideias pedagógicas no Brasil.

Confira imagem a seguir.

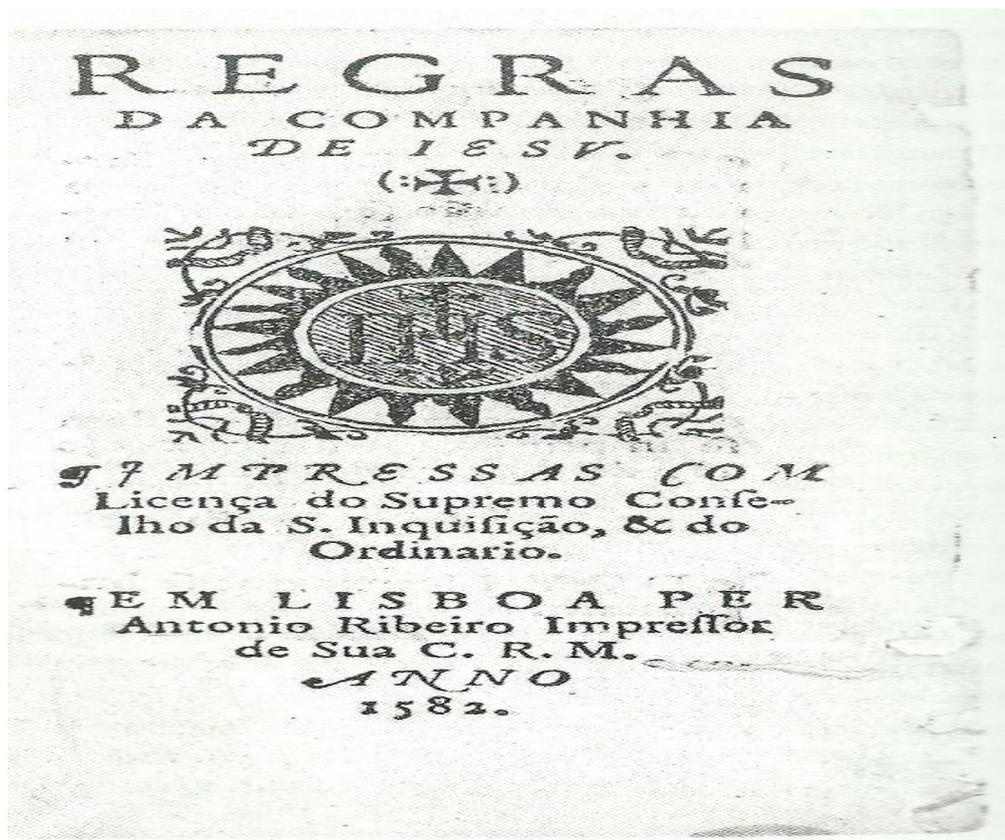


Imagem 8 - Regras da Companhia de Jesus

Fonte: Saviani (2010, p. 48).

¹ Conjunto de normas criado para regulamentar o ensino nos colégios jesuíticos. Sua primeira edição, de 1599, além de sustentar a educação jesuítica ganhou status de norma para toda a Companhia de Jesus. Tinha por finalidade ordenar as atividades, funções e os métodos de avaliação nas escolas jesuíticas.

E assim se desenvolve toda a Geo-história da educação brasileira, arraigada de ideologias e interesses, quando os portugueses adentram o território brasileiro, desbravam terras, apropriam-se de seus povos, denominados primitivos, e encenam toda uma retórica de mudança de hábitos, costumes e destruição da educação, para cultivar e semear sua cultura – decerto não se pode negar a historicidade de costumes e práticas educativas desenvolvidas pelos povos primitivos. Seguindo a organização da Coroa Portuguesa e da Igreja Católica, se instalaram na colônia as chamadas “Ordens Religiosas”, que por algumas tentativas foram instauradas e por vários motivos tiveram de recuar ou foram exterminadas pelos nativos. Todavia, nos anos de 1534, trazidos por um desastre natural, franciscanos se instalam no sul do país, trazendo consigo técnicas de catequização que deram início ao processo de catequização e educação brasileira. Para isso, trabalhavam em sistema de internato, desenvolvendo aprendizados sobre ofícios e uso da terra. Em 1585, cristalizou-se o papel da Ordem com a fundação do primeiro convento em Olinda-PE.

E, nesse contexto temporal, surge o que podemos denominar de “guerra fria” da educação brasileira, em que jesuítas e franciscanos traçam rotas e estratégias para desenvolver a educação e conquistar territórios. Nesse aspecto, a Ordem dos Franciscanos é apontada como a que mais penetrou o território e também a que mais teve aceitação dos antigos, apesar de os jesuítas também se destacarem, pois estavam envolvidos com teorias e práticas pedagógicas que foram vitais para sua supremacia no desenvolvimento da educação brasileira. Nesse quesito, faltava aos franciscanos uma objetividade expansiva, bem como não tinham a visão de dominar e permanecer em um território, resultando na opacidade de suas ações educacionais. As ações políticas, dominadas em conjunto pela Igreja e pelo Estado, viviam em constante movimento e inovações, pois a cada território descoberto mais “guerreiros da fé” eram necessários, surgindo assim, por volta do século XVI, os Beneditinos, que fixam moradia na Bahia nos anos de 1581, seguindo por outros estados do nordeste.

Essa ordem tinha como objetivo principal a manutenção e dissipação da religiosidade católica, assim como a das Carmelitas, dos Mercedários, dos Oratorianos, e dos Capuchinos, que, por não terem apoio nem da Coroa nem da

Colônia, foram deixadas à margem da política administrativa do Estado. Assim como em qualquer meio social, que, a depender das ações de seus agentes, uns ganham e outros perdem destaque. Nesse contexto sobressai a soberania dos Jesuítas, que já trouxeram no seu contexto inicial o apoio da Coroa e as portas abertas pela Colônia, resultando em um trabalho linear com práticas pedagógicas organizadas, proporcionando, para a época, um sistema educacional do chamado “período heróico”.

Assim se desenvolve todo esse sistema heróico praticado pelos jesuítas que trazia nos seus primórdios o ensino da língua portuguesa para os indígenas, e casado a isto estava a fé dita cristã, que associava a este processo a música, técnicas agrícolas, emergindo até uma gramática latina voltada para a elite, que iria sair da colônia e ir à Europa. Nesse sentido, vale ressaltar que aos nativos cabiam as técnicas de comunicação, e à elite o resto das técnicas desenvolvidas. Nessa seara, convém dar mérito ao padre Manoel da Nóbrega, ao traçar metas a serem alcançadas pelos jesuítas no início da colonização brasileira, incentiva a criação de colégios em todo o litoral da colônia, desenvolvendo pontos de apoio como o da Bahia e o de São Vicente, onde ambos teriam a missão de ampliar seus territórios de atuação indo além das ações da Coroa, e solicitando escolas femininas, projeto que foi abortado por falta dessa prática na metrópole, que só viria vingar a *posteriore*, nos anos de 1815.

As estratégias de ensino diversificam e atingem a população, tendo destaque a educação infantil, ação de sutil inteligência alimentada pela vinda de crianças órfãs de Portugal, que serviriam de influência para as crianças indígenas e, obviamente, a todos que as cercavam, e assim surgem as escolas “Meninos de Jesus da Bahia” e “Meninos de Jesus de São Vicente”. Para Saviani:

Em Manuel da Nóbrega pode-se perceber com clareza a articulação das ideias educacionais em seus três aspectos: a filosofia da educação, isto é, as ideias educacionais entendidas na sua máxima generalidade; a teoria da educação enquanto organização dos meios, aí incluídos os recursos materiais e os procedimentos de ensino necessários à realização do trabalho educativo; e a prática pedagógica enquanto realização do processo de ensino-aprendizagem. (SAVIANI, 2010, p. 43-44)

Padre Manoel de Nóbrega, por ser estrategista, alia sua necessidade de conquista territorial à educação, que, por sua essência, atrai adeptos e ao mesmo tempo educa na linha de quem a desenvolve, com isso, os jesuítas se firmam na colônia como espelhos para a educação. E, alimentados pelos incentivos políticos, desbravam e conquistam territórios, criando os “Colégios Jesuítas”, e ganham instrumentos para desenvolvê-los, como terras, gado, manufaturas. É dentro deste contexto que a educação colonial se desenvolve, entrelaçada com a fé e os interesses políticos, sustentada pelas diretrizes políticas dos anos de 1564, com o “Plano da redizima”, o qual trazia para os colégios jesuítas 10% dos impostos arrecadados pela Coroa, impulsionando consideravelmente as missões jesuíticas e com ela a educação na colônia. Dessa forma surge o *Ratio Studiorum*, que, arraigado por uma complexidade de regras e diretrizes ligadas ao ensino e à manutenção dos objetivos políticos, elabora novos conceitos para a educação, como o de supervisionar, cristalizando a educação jesuítica como um sistema educacional.

O sistema trabalhado pelo *Ratio* trazia consigo toda a ideologia jesuítica, trabalhando em todos os lugares de forma sistemática e universal, com o objetivo de alimentar um sistema educacional voltado para todos, mas desvia seu caminho e terminar focando uma classe elitista, dando início à diversificada atuação jesuítica no território da colônia Brasil. Suprimindo os objetivos de Nóbrega e o aprendizado indígena do ler e escrever, deslocam-se para a elite dentro de uma organização didático-pedagógica que volta aos princípios da Idade Média, trazendo o conhecimento da gramática em sua íntegra para produzir uma comunicação distinta e rica, dessa forma, podendo ser visto como uma educação moderna. Como reforça Franca (1952, p. 5), o *Ratio Studiorum* ou Plano de Estudos da Companhia de Jesus, desempenhou um papel de grande importância no desenvolvimento da educação moderna.

O *Ratio* dá suporte aos jesuítas, fazendo multiplicar os colégios, a ponto de estarem presentes nos lugares mais estratégicos do território colonial, criando um sistema educacional que emerge da catequese à produção de técnicas de trabalho, cristalizando ainda mais sua posição de sistema que dava os primeiros passos a uma modernização ainda nem idealizada, onde podemos afirmar que as ideias pedagógicas expressas no *Ratio* correspondem ao que passou a ser reconhecido na modernidade como pedagogia tradicional (SAVIANI, 2010, p. 58). O *Ratio Studiorum*

proporcionou o uso dos clássicos da antiguidade para instruir os cristãos, deixando de lado a literatura, que estava carregada de anticatolicismo, unindo o objetivo educacional, a preservação e disseminação da fé católica que faz dos colégios jesuítas lócus de educar à luz da fé.

O século XVII repagina a vida ativa da Igreja, visto que as ideias revolucionárias dos intelectuais elitistas sedentos de mudanças são alimentadas na corte portuguesas pelos que estudavam no exterior, merecendo destaque Sebastião José e Carvalho e Melo, que assimilaram as ideias iluministas e movimentaram e atormentaram o catolicismo, tendo como reação da Igreja a perseguição através da “Santa Inquisição”. Uma das ideias defendidas consistia em implantar as luzes da razão, e para isso a educação teria de ser libertada dos jesuítas, pressão que ganha força com as reformas, no plano político, de Dom João V e a atuação de Dom José I, cristalizando-se com a atuação do Marquês de Pombal que, mesmo não sendo de família nobre, conseguiu ascensão através de suas experiências em outros países, chega ao poder português nos anos de 1750 sendo nomeado Secretario do Exterior e da Guerra por Dom José I.

A cada destaque político Pombal angariava mais força e a simpatia dos portugueses, e com isso desenvolveu políticas que reergueram Portugal, dando-lhe poderes até então inalcançados, permitindo-lhe atingir seus objetivos, qual seja, o de retirar o poder dos jesuítas sobre a educação, que o fez instituir a política dos diretórios, no afã de retirar os indígenas do poder dos jesuítas, ou quem sabe até expulsando-os, em 1759, e com isso transformando toda a relação Estado/Igreja. Diante desse contexto, a Igreja torna-se vinculada ao Estado e, *a posteriore*, independente de Roma, dando continuidade a sua perseguição aos jesuítas, reorganizando os estudos menores (primário e secundário) e maiores (Ensino Superior) e culminando com o fechamento, em 1759, dos colégios e da Universidade de Évora, ligados aos jesuítas. Ações que podemos denominar de autoritárias e demonstrações de poder.

As mudanças não trouxeram nada de positivo, pois as disciplinas continuaram a ser as mesmas: latim, grego e retórica. Essa mudança, que Pombal designa de “reforma dos estudos”, não nos parece que por si só mereça esta designação, posto que nada de novo foi incrementado, o ensino era o mesmo. (CARVALHO, 2001, p. 430). Podemos perceber que se tratam de ações de força, uma vez quer

reformulações contínuas foram feitas e nada inovador mereceu destaque, a não ser o fracasso da reforma com a desorganização no sistema, porque não se conseguiram professores régios suficientes; livros didáticos também eram insuficientes e salários aquém; de resto, atraso nos pagamentos, levando-nos a encontrar a matriz do fracasso do nosso sistema educacional atual, que ano após ano só evolui nos aspectos negativos apontados pelo sistema educacional de Pombal. O Marquês procura dar continuidade à reforma, cujo principal objetivo era extinguir as influências jesuítas, chegando ao ensino superior e reformulando o processo e estruturas curriculares, sobretudo, retirando os livros e disciplinas que continham pensamentos contrários às suas ideias, implementando ações que dessem embasamento às ideias iluministas.

A reforma pombalina se depara com um obstáculo: o exagero em relação aos jesuítas começa a insinuar ideologias contrárias à Igreja Católica, que obrigou Pombal a ter cautela em suas atitudes, para não parecer reacionário com a Igreja Católica. Sua reforma fecha um ciclo com as mudanças na Universidade de Coimbra em 1772, e retoma as mudanças nos ensinos menores, com a tendência de estendê-los a todos os povos. Mas logo em seguida os desejos políticos se misturam às seus ideais tendenciosamente também políticas, e reforça a exclusão social seguida anteriormente pelos jesuítas, ao afirmar que é impossível uma educação igualitária e, usando de demagogia, assinala que nem todos iriam buscar o Ensino Superior, dando início, assim, à segregação educacional. Fato que iria assolar a colônia e futuramente o Brasil. Dessa forma, Pombal e o Rei de Portugal fecham o ciclo de reformas na educação portuguesa, e aprovam, através da Real Mesa Censória, a cartografia das escolas, bem como mestres a atuarem no novo sistema educacional de Portugal. Posteriormente, foi estendida a todo o reino e à colônia Brasil como demonstra quadro 3 a seguir.

CIDADE	LER,ESCREVER,CON TAR	LATIM	GREG O	RETÓRICA	FILOSOFIA
Rio de Janeiro	2	2	1	1	1
Bahia	4	3	1	1	1
Pernambuco	1	4	1	1	1
Mariana	1	1	-	1	-
São Paulo	1	1	-	-	-
Vila Rica	1	1	-	-	-
S. J. Del . Rei	1	1	-	1	-
Pará	1	1	-	1	-
Maranhão	1	1	-	-	-
Total	16		3	6	3

Quadro 3 - Cartografia das escolas e mestres. (Organizado por Tereza M.R.F.L.e Cardoso, a partir do anexo à Lei de 6 de novembro 1772 (CARDOSO, 2002, p.155)
Fonte: Saviani (2010, p. 97).

De certo que as raízes da exclusão educacional estão na reforma pombalina, que demonstra clareza na educação voltada apenas para elite, e o saber ler para se comunicar aos menos favorecidos. Esse contexto está explícito na fala de Mandeville (1982), ao afirmar que uma nação livre na qual não se permite a escravidão, a riqueza mais segura consiste numa multidão de pobres laboriosos. Assim, “para fazer feliz a sociedade e manter contentes as pessoas, e ainda que nas circunstâncias mais humildes, é indispensável que o maior número delas seja pobre, ao mesmo tempo, totalmente ignorante” (MANDEVILLE, 1982, p. 190 apud SAVIANI 2010, p. 102). Para Pombal, essa reforma visava retirar Portugal das trevas do conhecimento imposta pelos jesuítas, e inserir o país na racionalidade, claro que essa racionalidade seria guiada pelo poder político, que modelaria a sociedade para práticas mercantilistas, seguindo outros países na prática de aburguesamento dos nobres.

Ao percorrer a historicidade da metrópole portuguesa, nos deparamos com a verdadeira essência do processo educacional brasileiro, e nos jesuítas, vemos os criadores de um sistema educacional, embora arraigado de interesses exploratórios, mas de tamanha modernidade e importância. E em Pombal, um reacionário idealista que cria estratégias para destruir os jesuítas e não para aprimorar um sistema educacional, mas é com a posse de Dona Maria Primeira que se desenrola toda a

destruição de Pombal, porquanto ele é julgado, condenado e deportado de Portugal, encerrando o período pombalino e iniciando outro período tão conturbado e cheio de interesses próprios como os dele. Nesse mister, ela retoma a participação religiosa no processo educacional com aulas de ler, escrever, contar e catecismo, marcando assim o retorno das ordens religiosas no processo educacional português (FERRER, 1997, p. 88)

No contexto da colônia Brasil, as reformas pombalinas aparecem em menor escala, tendo expressões, mas já bem diferentes das defendidas por Pombal no governo de Dona Maria I, expresso nas aulas régias, mas com um diferencial, o retorno da presença dos jesuítas ao sistema educacional como professores. E aos poucos essas aulas se espalham no território colonial desenhando o novo contexto educacional brasileiro, pois estas aulas eram dadas em casas que pareciam à sociedade como escolas, e paralelo a isto aconteciam os estudos liderados pela Igreja nos seminários e escolas destinados à formação de sacerdotes. Alguns dos seminários existentes na colônia durante o período pombalino adotaram suas medidas, e voltam-se para o sacerdote, a exemplificar, os seminários de Nossa Senhora da Boa Morte, o Seminário de Mariana e o Seminário de Olinda, onde o primeiro, posteriormente atendendo a pedidos das famílias nobres, estende sua educação para os filhos da nobreza, preparando-os para o ensino maior, fatos estes que marcam o retorno da religiosidade católica na educação da colônia. É relevante explicitar que os novos gestores não seguem a linha dos jesuítas, a destacar Azeredo Coutinho, idealizador do seminário de Olinda. Ver imagem abaixo:

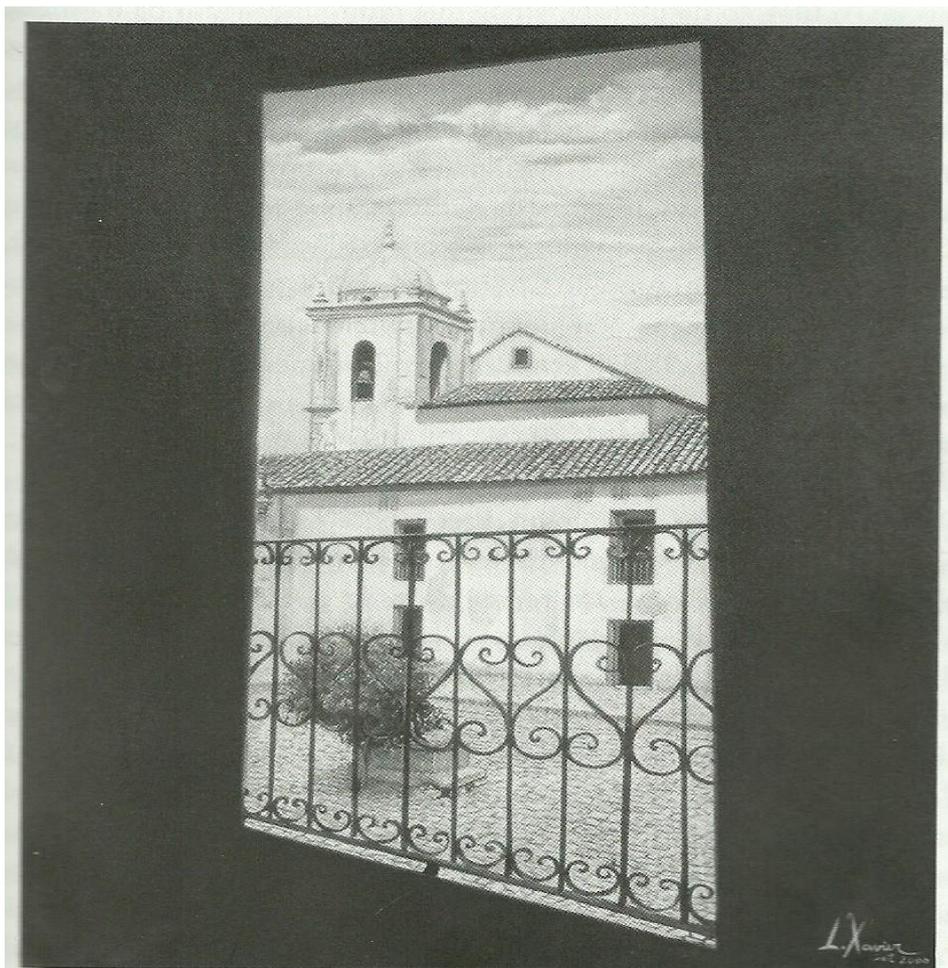


Imagem 9 - Seminário de Olinda
Fonte: Saviani (2010, p. 111).

O Seminário de Olinda, inaugurado em 1800, destaca-se como um exemplo de escola secundarista, guiado por Azeredo Caminha, que conduziu a gestão baseado em suas concepções déspotas, e assimilando as concepções pombalinas. Convém explicitar que ele queria uma escola que produzisse não somente adeptos da filosofia da Igreja Católica, mas cidadãos críticos da “natureza”, revelando o condicionamento da crítica a valores naturais, iniciando o que podemos chamar de “apaticismo social”. Queria ele o embrenhar dos padres sobre o sertão para satisfazer seus objetivos, mas o processo fugiu de seu domínio, criando padres republicanos que desejavam a independência da república. Contudo, um novo contexto político apossa-se sobre o solo da colônia: a vinda da família Real nos anos de 1808, comandada por Dom João, que ainda trazia resquícios das ideias pombalinas, mas com foco distinto, voltado para traçar metas administrativas de

organização e defesa, fazendo desencadear os estudos maiores, voltados à engenharia, medicina, para atender as necessidades estratégicas, desenvolvendo a educação colonial não por anseios, mas por interesses defensivos.

Os reflexos das ideias pombalinas explicitam seus interesses iluministas em extrair conhecimento e razão, em detrimento das trevas impostas pela religiosidade católica, segundo o olhar pombalino, mas estas ideias inovadoras encontraram alguns desafios, dentre eles, dificuldades financeiras e o receio de despertar movimentos emancipacionistas. Como a educação e outros aspectos da colônia estavam ligados diretamente à metrópole, e esta se encontrava em crise, vindo a culminar na decadência quando se torna dependente em relação à Inglaterra, refletindo na colônia, que passara por vários conflitos, e resultando na sua independência em 1822, que tem como um dos primeiros objetivos proporcionar ao Brasil uma estrutura jurídico-administrativa (SAVIANI, 2010).

3.5.1 Educação e o período imperial

Dentre as primeiras mudanças propostas no período imperial, a Constituição de 1823 trazia dentro de suas propostas o Tratado Complexo de Educação da Mocidade Brasileira, o qual, na sua essência, apresentava algumas características como:

1º Será reputado benemérito da pátria e como tal condecorado com a Ordem Imperial do Cruzeiro, ou nela adiantado se já tiver, aquele cidadão que até o fim do corrente ano apresentar à Assembleia melhor tratado de educação física, moral e intelectual para a mocidade brasileira.

2º Uma comissão composta de sete cidadãos de conhecida literatura e patriotismo, nomeados pela Assembléia, decidirá qual dos tratados oferecidos merece a preferência.

3º Não havendo concorrência e aparecendo um só tratado, ainda assim verificar-se-á o prêmio determinado pelo parágrafo primeiro se a comissão o julgar digno de ser impressa (TAVARES, 1823a, p. 80).

E ao desenvolver-se da recém-emancipada colônia brasileira, várias são as estratégias e tentativas para um organizar da educação brasileira, todas arraigadas de interesses distantes de um educar de qualidade. Posterior ao tratado descrito

acima, Martim Francisco Ribeiro elaborou um projeto denominado “À memória de Martim Francisco”, que estruturava a instrução pública em três níveis:

GRAU	ESTUDOS	OBJETIVOS	DURAÇÃO
1º	Comuns	Verdades e os conhecimentos úteis e necessários a todos os homens	3 anos
2º	Básicos	Instruir para diversas profissões	6 anos
3º	Científico	Prover educação científica para a elite	*

Quadro 4 - “À memória de Martim Francisco”

Fonte: Saviani (2010)

A partir desse projeto tornam-se claros os novos rumos da educação brasileira – o laicismo –, dominada agora pela burguesia, e posteriormente pela elite, mas todo este processo é deixado de lado nas discussões da Constituinte, e se lançam outros projetos como o da criação de universidades, inicialmente para São Paulo e Olinda, que também não prossegue, devido à dissolução da Assembleia Constituinte. Mas se reorganiza com a Constituição outorgada de 1824, que traz além de várias mudanças políticas, o retorno do catolicismo como religião oficial do Império, dando às outras religiões permissões reclusas a seus lares sem expressões de templos. Todas essas mudanças alimentam o desenvolvimento educacional brasileiro que, com a retomada das discussões sobre a instrução pública que dividia o ensino em quatro graus – 1º grau: pedagogias; 2º grau: liceus; 3º grau: ginásios; 4º grau: academias e, mesmo não sendo aprovado, sinaliza inovações na área educacional, apontando ideias laicas que abrem espaço para mudanças, que se prosseguiram a cada evolução socioeconômica do Império.

Não podemos deixar de mencionar a relação educação e escravidão. O escravo, denominado de cativo, com o tempo, poderia ter um pouco de conhecimento sobre a língua portuguesa, estando apto a trabalhar nas casas dos seus senhores (WEECH, 1992), podendo até ganhar um ofício, a exemplificar, o de pedreiro, tarefa essa dada aos mais inteligentes (MAESTRI, 2001). Aos poucos, a interatividade entre senhores e servos acontecia e as “liberdades” afluíam timidamente, como os laços matrimoniais entre os servos, constituindo até famílias organizadas, mas somente nas fazendas de ordem religiosa. As crianças escravas cabiam estar ligadas nos primeiros anos às mães, posteriormente eram deixadas nas senzalas onde recebiam dos mais velhos introdução aos costumes e linguagens afro-brasileiro; quando eram vistos como aptos ao trabalho, eram encaminhados às plantações para atividades corriqueiras como vigiar lavouras, abrir porteiros dentre outras; eram vistos pelos servos como objetos que aprendiam coisas, afazeres, apenas imitando os outros, ou seja, não se pretendia nenhum tipo de educação para eles, pois eram considerados apenas “mão de obra sem importância além trabalho”, que evoluíram da situação de trabalhador rural para urbano.

A escravidão urbana abriu maior espaço para a formação formal e informal do trabalhador escravizado. Nas cidades, escravistas viviam da exploração direta do aluguel ou permitiam que seus cativos vendessem produtos e serviços pelas ruas, desde que pagassem um ganho diário, semanal ou mensal (ZANETTI, 2002). Então virou um negócio formar os escravos em um ofício, fazendo do negro mais uma vez a mercadoria, e que faziam diversas atividades, para não perderem a utilidade, inexistindo uma educação formal, pois era feita de forma segregada, e assim os negros foram recebendo a educação conveniente para seus senhores, aprendendo pequenos ofícios desde os do lar aos de utilidades básicas. As escolas eram fechadas para os negros, até mesmo os livres, condicionando-os à ignorância, salvo em casos raros em que alguns aprendiam a ler e escrever e a contar com seus senhores, mas as trocas de influências foram recíprocas, pois a convivência dos senhores com os escravos proporcionou uma crise linguística, na qual sinhozinhos e sinhazinhas começaram a utilizar palavras erradas, adquirindo os vícios de linguagem dos escravos (FREYRE, 1996), demonstrando a força das influências sociais.

Ao longo do desenvolvimento histórico, várias discussões relacionadas com a escravidão se desenrolaram, culminando com o seu fim, e a preocupação de como iriam substituir a mão de obra escrava pelo trabalhador livre. Mais uma vez a educação entra no processo com a finalidade de educar e produzir novos cidadãos com um novo perfil, o de trabalhador. Esse processo abolicionista foi concretizado por ser visto como inevitável, pois, desde a proibição do tráfico negreiro, em 1850, iniciam-se as primeiras ações, sendo seguida pela lei do Ventre Livre, em 1871, e posteriormente, do sexagenário, em 1885, culminando na Lei Áurea, em 1888, explodindo uma verdadeira preocupação com a mão de obra que se apresentava. Como medidas pioneiras, criaram-se escolas agrícolas para atender as crianças nascidas libertas pela lei do Ventre Livre. Assim eram necessárias medidas urgentes para solucionar a problemática da abolição.

Difundiu-se a crença de que a libertação gradativa dos escravos deveria ser acompanhada da presença da escola para transformar “os ingênuos e os homens livres, parasitas da grande propriedade e da natureza pródiga, em trabalhadores submetidos às regras do capital (SCHELBAUER, 1998, p. 52).

Nessa perspectiva, educar, para poder utilizar de forma sábia. E assim os escravos são domesticados nos princípios capitalistas, mas, com a autonomia, os escravos ganharam destinos próprios, fracassando as escolas e as pretensões dos capitalistas que, prevendo as ações dos escravos, já haviam iniciado a imigração europeia para seus cafezais. Em virtude da crise na produção europeia, a imigração tornou-se algo muito valioso e importante para o Brasil, que aos poucos foi esquecendo a necessidade das escolas agrícolas para os libertos e investindo na imigração, dando continuidade ao abandono dos projetos de reforma educacional propostos desde no período colonial, e que se prosseguiram durante o Império, sem obter êxito. Dentro das discussões que a educação reaparece é na proposta das eleições diretas, que propunha o fim do voto do analfabeto, onde os defensores da educação, a exemplificar Rui Barbosa, mostravam-se a favor, na tentativa de valorar a sua importância, fato que obteve sucesso com a criação da Lei Saraiva, em 1881, que trazia no seu bojo o condicionamento do voto à prática de ler e escrever, reduzindo o eleitorado, como temia José Bonifácio no ato de sua oposição ao processo.

E assim, a educação vai aos poucos sendo vista como importante para um processo social – “sendo vista”, mas não colocada em prática, e várias reformas são colocadas no papel sem dele conseguir sair, tendo como tentativa mais próxima de uma realização a proposta, pelo estado de São Paulo, criando cargos de Diretor-Geral da Instrução Pública e a Secretaria Geral, que foram extintos pela Lei nº430/1896, seguida pela extinção do Conselho Superior da Instrução Pública e as Inspetorias Distritais, voltando a educação a ser comandada por representantes municipais. Em meados de 1890, que trouxe consigo os grupos escolares, estruturas que agregavam várias escolas, proporcionando uma organização espacial e administrativa diferenciada, que foi se espalhando pelo país, disseminando uma educação mais homogeneizada e elitizada – pois até então não se falava em educação para a massa –, que se revela nos anos de 1920, encabeçada por Sampaio Doria, que tinha como diretriz erradicar o analfabetismo, criando uma escola obrigatória e gratuita, para alfabetizar todas as crianças em idade escolar.

A reforma Sampaio Dutra abriu o ciclo de reformas estaduais que marcou a década de 1920. Esse processo alterou a instrução pública em variados aspectos como a ampliação da rede de escolas; o aparelhamento técnico-administrativo; a melhoria das condições de funcionamento; a reformulação curricular; o início da profissionalização do magistério; a reorientação das práticas de ensino; e, mais para o final da década, a penetração do ideário escolanovista.[...] a reforma Cearense em 1922, encabeçada por Lourenço Filho; no Paraná, a reforma de Lysimaco Ferreira da Costa e Pietro Martinez, em 1923; a reforma de José Augusto iniciada em 1924 no Rio Grande do Norte; a reforma baiana, dirigida por Anísio Teixeira em 1925[...] representam a consolidação das normas já estabelecidas (SAVIANI, 2010, p. 220).

Com essas reformas na educação brasileira, se insere uma sequência de mudanças e surgimento de novas ideias pedagógicas, como a criação da Associação Brasileira de Educação (ABE), que serve de marco para as renovações pedagógicas. Todavia, vale ressaltar que a influência da Igreja Católica sempre esteve em alta, e nem nos momentos decisivos de crise com o Estado ela deixou de exercer ascendência sobre a educação no Brasil, tendo se fortalecido com o padroado, constituído por várias bulas papais (BRUNEAU, 1974). Esse regime se viu ameaçado pelos movimentos revolucionários que por sua vez sofreu influência das ideias iluministas. A soma das divergências entre Igreja e Estado resulta na

quebra do padroado com a proclamação da república dando novos rumos para a educação laica brasileira.

3.5.2 Fim do padroado e a educação brasileira

O século XX foi marcado pela separação entre Estado e Igreja e pela independência da Igreja em colocar suas ações em prática, tendo como marco sua reorganização territorial – demarcando territórios –, se opondo ao laicismo e seus idealizadores, considerados comunistas, bem como criando arranjos em busca da defesa dos seus interesses em relação à sociedade e ao Estado. Para essa nova fase, a Igreja Católica instituiu vários instrumentos, dentre eles a luta pela influência sobre a sociedade que, não obstante todas as dificuldades enfrentadas, nunca perdeu totalmente sua ascendência no que concerne ao desenvolvimento político brasileiro, a exemplificar, o estado novo, que trouxe consideráveis modificações no cenário político nacional. Mas em alguns casos, ela manteve-se distante de intervenções que pudessem agravar suas relações já abaladas com o Estado. Essas atitudes revelam sua preocupação em se manter ativa na vida da sociedade e para isso precisava de boas relações com o gestor dessa sociedade.

Como preceptor dessa harmonização com o Estado, a Igreja teve a participação ativa de Alceu Amoroso Lima, que foi diplomático durante o processo de adaptação do estado laico, que marcou não só a política, mas as bases estruturais da Igreja, a qual lutou intensivamente em busca da retomada de sua importância junto ao Estado, desejo este que tem início com o governo de Vargas, que influenciou diretamente a reaproximação entre ambos. Isso fez a Igreja olhar o novo cenário social brasileiro, repleto de complexidades, desde racial a religiosas, empurrando-a a mudanças como a criação de movimentos e grupos sociais ligados à Igreja, impelindo a sociedade a retomar seus laços católicos. Portanto, o século vinte representa a reaproximação da Igreja Católica com o estado e a sociedade, e os reflexos deste processo na educação brasileira, foi a retomada de sua importância tida a posteriori, e deve-se essa reestruturação de poder à educação, que se torna um instrumento de reaproximação com o Estado, posto que a Igreja Católica conseguiu realizar significativas mudanças no sistema de ensino. Além disso, a crescente estruturação e afirmação alcançadas pelo movimento católico

nessa etapa permitiram também que o grupo empreendesse, em caráter particular, iniciativas relevantes no campo da educação básica e superior. (VASCONCELOS JÚNIOR, 2006).

Com o laicismo, a educação toma diretrizes diferentes das fomentadas pela Igreja Católica, que vê o ensino religioso excluído das escolas, deixando a Igreja fora do contexto da educação. Esse fato ativou a reação da Igreja, fazendo com que ela pressionasse o retorno do ensino religioso nas escolas públicas, e emitisse suas ideias pedagógicas através de revistas, jornais e livros didáticos. Nos anos de 1920 tinha como sua principal aliada a revista *A Ordem*, que se tornou o mais ativo veículo de difusão das posições católicas. Com um grande histórico na educação, neste momento difícil a Igreja vislumbra na educação uma aliada, criando a Associação de Professores Católicos, que serviu de apoio nas luta contra as ideias laicas.

O principal objetivo da Igreja Católica era a retomada de sua extrema importância educacional que ela teve *a posteriore* nessa área, e isso representaria sua influência sobre a formação social. Mas essa pretensão se deparou com problemáticas construídas pelo laicismo, que proporcionou propostas alternativas para o sistema educacional, tendo como principal opositor das ideias educacionais católicas o grupo Escola Nova, que colocou o Estado em uma situação difícil, visto que, para se reestruturar administrativamente, precisava de laços políticos de ambos os segmentos, católicos e laicos, mas precisava também se encontrar como Estado e, para isso, atende à proposta de ambos. Nesse aspecto, a educação ganha o papel de agente transformador, haja vista a tamanha importância expressa nas atitudes desses segmentos sociais, fazendo da educação instrumento de poder, onde quem a controlasse teria unificado a ela o poder político.

Os fatores que contribuíram para o descrédito da Igreja Católica em relação ao sistema educacional foi sua submissão à Santa Fé, arraigada de bulas papais, que eram vistas como empecilhos às ideias autênticas e inovadoras para o sistema educacional. Mas as manifestações da Igreja em prol dessa retomada de poder foram significantes, a exemplo das lideranças eclesiais e leigas que influenciaram significativamente no emergir do catolicismo no Brasil, e dos laços com o Estado produzindo o que podemos chamar de “Reação Católica”. Um fato de suma importância nessa renovação do sistema católico foi a descentralização do

arranjo espacial, pois com ele surgem as dioceses, que revivem os laços católicos com a sociedade e fornece ao catolicismo instrumentos de sobrevivência, tendo em vista a destruição do padroado.

Essa nova Igreja tinha como meta principal sua reestruturação interna, inserindo em cada lócus uma representatividade, e para isso sua descentralização seria vital, criando para cada unidade da federação uma diocese, que tinha como missão a romanização da fé católica no Brasil. Cabia a cada diocese sua independência financeira, como também a influência de seu território, criando meios de aproximação com a sociedade através de ações ligadas à educação, assistência social e à saúde. Que resultou na criação de casas de saúde, hospitais, maternidades, asilos de idosos e doentes mentais, creches e orfanatos. Mas a maior ação resultado da reação da Igreja foi a criação das Escolas Confessionais voltadas para o gênero, onde os rapazes estudavam nos seminários, e as moças, nas escolas de freiras (MANOEL, 1996), fazendo ressurgir a importância da Igreja Católica frente à educação, e ao mesmo tempo fornecer-lhe recursos financeiros, pois, com um histórico educacional de grande valia, a Igreja desperta os olhares da elite brasileira, que vê nestas escolas um saída para uma educação de qualidade, reascendendo assim a chama dos valores católicos diante da sociedade.

4 A CONTRIBUIÇÃO DA IGREJA CATÓLICA ATRAVÉS DAS AÇÕES EDUCACIONAIS PARA A EVOLUÇÃO DO ESPAÇO URBANO TERESINENSE

Para entendermos as contribuições da Igreja Católica para a evolução do espaço urbano teresinense é necessário entender um fato de grande relevância - a política da Igreja católica em Teresina, expressa na diocese e na arquidiocese, e a construção dos ideais católicos. Por estar ligada ao bispado do Maranhão, a criação de uma diocese independente no Piauí pode ser considerada a que possuiu um maior tempo de transição, levando 81 anos de esforços políticos e clericais para a conclusão deste processo. No ano de 1822, tivemos o primeiro gesto nessa direção, um projeto apresentado a Portugal, de autoria do deputado Miguel Borges Leal Castelo Branco, ação esta que almejava a separação da diocese do Piauí da diocese do Maranhão, que se encontrava sediada na então capital do Estado: Oeiras, desencadeado várias manifestações das câmaras municipais junto à Igreja, em prol dessa separação.

Essa independência era desejo não só dos representantes da Igreja Católica, mas também dos políticos, pois isso evidenciaria o poder de decisão do Piauí. De acordo com Mello (1992), nos anos de 1829, mais uma proposta é apresentada ao governador da província do Piauí, que trazia em sua essência um desejo de independência dos membros da Igreja católica, visto que seu representante, Pe. Marcos de Araújo Costa, solicitou que o governador dirigisse às cortes imperiais, petição para que se desse ao Vigário Geral do Piauí os poderes que comumente são conferidos a estas autoridades eclesiásticas, porque nem a faculdade de dispensar impedimentos matrimoniais lhe era concedida (MELO, 1992).

Com efeito, pôde-se visualizar que a Igreja tinha hierarquias embutidas de interesses políticos internos, ao ponto de seus representantes limitarem serviços básicos somente ao alto clero da diocese do Maranhão, pois com isso garantiam autonomia e poder de decisão. E várias discussões foram travadas em prol desta independência e em uma delas se obteve como resposta a esta solicitação específica de celebrar casamento.

Que não se realizavam alguns casamentos por causa da demora da sentença de dispensa que, alcançada à custa de grandes quantias, chegava às vezes até depois da morte dos contraentes, e de outros que não se realizavam por falta de dinheiro que inteirasse o que se

exigia no Maranhão, a título de obras piuis, ou por falta de procuradores que dispusessem de relações na Cúria Eclesiástica (MELO, 1992, p. 12).

E assim, as respostas e indagações continuam em busca da conquista dos interesses piauienses e maranhenses, do primeiro em busca de uma independência católica que cairia, aos olhares políticos em geral, um ar de autonomia, e do outro a diocese maranhense preocupada em manter seu poder político e financeiro oferecidos pelo controle do catolicismo no Piauí.

Nos anos de 1829, através do Ministério da Justiça, encaminham-se ao bispado maranhense os anseios da diocese do Piauí, e a falta de interesse em relação à separação faz com que o cônego Constantino Gomes de Castro deixe a resposta a seu sucessor, Dom Marcos Antônio de Sousa, que representaria um adiamento nas respostas e um “vencer pelo cansaço”, culminando na negação por parte de Dom Marcos. Por tratar-se de interesses políticos internos da Igreja Católica no Piauí e de seus representantes políticos, ocorre uma união de força a cada pedido negado, a exemplificar o posicionamento do Conselho Provincial do Piauí, que encabeça campanhas em prol da diocese piauiense, e com isso agradava ao clero piauiense e à população, que era envolvida pelos apelos dos representantes da Igreja, fazendo dessa independência não só um fato isolado da Igreja, mas do Piauí, na esfera política, social e clerical.

Em 1830, mais especificamente em 30 de janeiro, os anseios dessa conquista levaram ao Governo Provincial publicar uma resolução que determinava a separação do bispado do Piauí em relação ao do Maranhão, mas a diocese maranhense desconhece tal autonomia do governo e nega a resolução.

Esta ação não consegue barrar os interesses da Igreja e do governo em prol da independência, resultando em uma alternativa mais tímida, que foi a criação de um bispado denominado Bispo do Anel, o qual teve o pedido negado pela diocese maranhense, explicitando, dessa forma, a não aceitação dessa separação e a insistência piauiense.

Ainda assim, não se deixa vencer, fazendo uma investida atrás da outra, como a de 6 de fevereiro de 1934, que desejava a criação de uma Prelazia.² Obtém

² Tipo de [circunscrição eclesial erigida](#) para atender a necessidades peculiares em um território (prelazia territorial) ou de um grupo de fiéis (prelazia pessoal).

uma nova negação, e alimentando os ideais piauienses, que recorreram às falhas no cumprimento da Constituição, e às mudanças de representantes do clero, ficando nas mãos de Dom Frei Carlos José a decisão de separação e, por conseguinte, uma petição que trazia em sua essência a criação de três dioceses e entre elas estava a tão sonhada Diocese do Piauí.

Coube ao Pe. Lopes coordenar uma missão em busca de aliados para essa conquista, que deveria ser aprovada pelo alto clero. Para isso, percorreu todo o Piauí e estados vizinhos cooptando aliados. E, em 20 de fevereiro de 1901, através de Papa Leão XIII, foi criada a Diocese do Piauí, por meio da bula *Supremum Catholicam Ecclesiam*.

A Bula de Criação da Diocese do Piauí

“LEÃO, Bispo, Servo dos Servos de Deus, para perpétua memória. O supremo ofício que por divina Providência nos assiste de governar a Igreja Católica, requer antes de mais nada, busquemos, com todo empenho, quanto redunde em bem e utilidade espiritual das almas a nós confiadas.

Grande alegria nos trouxe o pedido que nos fizeram os nossos veneráveis Irmãos, Bispos da província Eclesiástica de São Salvador, no Brasil, quando das conferencias provinciais, há pouco realizadas, no sentido de, para maior proveito e comodidade na promoção do serviço divino, e para o bem dos fieis constituir-se em próprio e separada Diocese, o vastíssimo Estado do Piauí, debaixo (até o presente) da jurisdição espiritual do nosso também Venerável Irmão Bispo de São Luis do Maranhão.

Atentando pois na vastidão territorial do Estado do Piauí, na numerosa população que o habita e nas inúmeras distancias daquelas terras que não permitem aos fiéis um fácil acesso ao Pastor, e considerando que um contacto freqüente dos cristão com o seu Bispo, é-lhes de suma utilidade para o bem e proveito espiritual das almas, não receiamos de aceder a estes rogos.

Acordamos nisto o atual Bispo de São Luis do Maranhão, sob cuja jurisdição se encontra o Estado do Piauí, e com a desmembração da qual se constituirá o novo infradito Bispado, considerados os votos do Governo e do Povo; ouvido o nosso dileto filho, Núcio Apostólico no Brasil que de mui bom grado a tudo plenamente assentiu, com o consenso dos demais interessados; ponderando com muita prudência o quanto em tais negócios cumpre advertir, absolvendo e julgando haverem de ser absolvidos – para a só obtenção da graça que as presentes letras encenam – todos os favorecidos das mesmas letras, de qualquer excomunhão, suspensão, interdito, ou outras sentenças, censuras e penas eclesiásticas, se é que destas, de algum modo há impedidos, de “motu próprio” com conhecimento de causa e usando a plenitude do Poder Apostólico, elevamos á gloria de cidade episcopal a cidade de Teresina, capital de todo o Estado do Piauí. Doravante

fruirá dos mesmos direitos, honras e privilégios de furem usam e gozam as outras sedes episcopais do Brasil.

Ainda, com a mesma autoridade apostólica, promovêramos à categoria e dignidade de catedral, a Igreja de Teresina dedicada a Nossa Senhora das Dores que, conservando esta invocação, se equipará às demais Igrejas Catedrais da República Brasileira, para uso e gozo de Todos os direitos, privilégios e honras que lhes são próprios. Naquela Igreja, terá sua Cátedra e Dignidade Episcopal, um Bispo com o título – Bispo do Piauí Dirigirá este espiritualmente a referida Igreja, Cidade, Diocese, com seu clero e seu povo. Convocará o Sínodo. Terá e exercerá todos os ofícios e deveres de que gozam ou poderão gozar as restantes Igrejas Catedrais do Brasil e seus respectivos Antístites, Mesa Episcopal, Cabido, Arco, Sêlo e demais insígnias, direitos, jurisdições, preeminências, prerrogativas, privilégios, graças, favores e indultos reais, pessoais e méritos, executados os de título oneroso e indulto ou privilégio particular.

Constituímos essa recém-criada Diocese do Piauí, sufragânea “pro tempore” do Arcebispo de São Salvador a cujo direito metropolitano a subordinamos.

Suprido, quanto for necessário, o consenso dos interessados ou dos que tais se presumirem, desmembramos, dividimos e separamos, pela mesma virtude de Nossa Autoridade Apostólica, da Diocese de São Luis do Maranhão, a que atualmente pertence todo o Estado do Piauí, que abrange 32 paróquias. Constituirá este Estado – assim o mandamos – a Diocese do novo Bispado do Piauí, onde deverá residir o seu novo Bispo e depois, seus legítimos sucessores. Para aquele e estes, transferimos a jurisdição ordinária, o poder e superioridade do atual Bispo de São Luis do Maranhão bem como todo o direito do cabido e dos cônegos de sua Igreja Catedral, sobre todas as Igrejas, mosteiros, sociedades, como, outrossim, sobre os demais benefícios de toda espécie, secular ou regular, sobre as pessoas de ambos os sexos e de qualquer condição, leigos, clérigos, sem executar os Padres beneficiados e religiosos de qualquer estado, ordem ou condição, existente nos supraditos território, paróquias e lugares desmembrados e separados.

Sirvam como limites da recém - constituída Diocese do Piauí o mesmo que demarcam o Estado Civil do mesmo nome.

Ordenamos que todos os documentos concernentes às paróquias e lugares desmembrados da Diocese de São Luis do Maranhão, para a formação do Bispado do Piauí, e que se encontram na Cúria daquela, sejam de lá, oportunamente transferidos para a nova Cúria desde, onde deverão Dora em diante conservar-se. Constituímos patrimônio da mesa episcopal da nova Diocese os bens imóveis existentes no seu território, os quais parece, são bastantes para a conveniente manutenção no presente, da dignidade episcopal. Quando empossar-se de sua sede, o novo Bispo – assim confirmamos no Senhor – a generosidade dos piedosos fiéis, para cuja utilidade espiritual se erigiu a nova Diocese, e a liberalidade dos seus pios governantes, querendo Deus, acrescentarão maiores subsídios à mesa episcopal da nova Diocese, para a gloria de Deus e promoção dos interesses da religião. Para a decente habitação do novo Bispo e de seus sucessores no Episcopado ordenamos seja “in perpetuum” destinado na cidade Episcopal o prédio anexo e conjunto a própria Igreja feita Catedral.

Como esplendor do culto divino mereça, de uma parte a maior atenção e carinho, mandarmos a solicitude do futuro novo Bispo, cuide da ereção em sua diocese, segundo as leis canônicas da Igreja, do Cabido da Catedral, constituindo as prebendas teológica e penitenciária e conservando as mesmas dignidades das outras Igrejas Catedrais do Brasil. A colação todavia de dignidade acima do Episcopado, para todo o sempre se reserve à Santa Sé Apostólica.

Escolha o Bispo um conselho de varões prudentes e experimentados, de cuja prudência terá auxílio na resolução dos negócios mais graves de uma diocese, até que se constitua canonicamente ereto, a faculdade de consoante as prescrições dos Sagrados Cânones e sobretudo do Concilio Tridentino, promulgar, quanto antes estatutos, ordens e decretos que deverão submeter-se ao conhecimento e aprovação do Bispo, afim de que tenham realmente força e eficácia de lei. Damos e concedemos ao mesmo Cabido, o gozo de todos os privilégios direitos e prerrogativas que tem os cabidos das outras Igrejas Catedrais do Brasil, com exceção dos concebidos por indulto particular e dos adquiridos mediante titulo oneroso.

Além disso, como cultivo da vinha do Senhor, postule o aumento do número de sacerdotes, para o que grandemente (mostra a experiência) concorrem os seminários, queremos que, quando for possível, se esforce o novo Bispo por fundar um Seminário, de acordo com as regras ditadas neste particular pelo Concílio de Trento, no amplo edifício, para tal fim muito apropriado, que há próximo e anexo a Igreja Catedral da novel Diocese. Seja seu escopo: a preparação acurada na piedade e na doutrina sagrada dos jovens clérigos, segundo as normas da Sé Apostólica, para que sejam ministros e obedeçam à nave da Igreja.

Reservamos expressamente a nós e a Sé Apostólica a faculdade de ulterior desmembração ou circunspeção da nova Diocese, quando tal for vista seja conveniente, sem que seja necessário inquirir o assenso do Antistite e do Cabido da Catedral, nem fazer qualquer compensação de Território.

Tudo o se refere às coisas, direitos e pessoas eclesiásticas, e de que não há expressa menção no nosso presente Motu Próprio, queremos se observe de conformidade com as leis canônicas e a disciplina da Igreja Católica.

Caso apareça alguma dificuldade ou controvérsia sobre o acima dito a respeito da recém-criada Diocese do Piauí, seja levada à Sé Apostólica, que pesando tudo com prudência, julgará como for de direito.

Fixamos a taxa canônica da mencionada Igreja Católica do Piauí, consideradas circunstâncias do tempo, em 33,1/3 florins áureos da Câmara, mandando assim assentar, como é costume, nos livros da Câmara Apostólica.

Para que Nossos presentes Letras alcancem plenamente seu objetivo, concedemos por elas mesmas ao Nosso Venerável Irmão José Macchi, Arcebispo de Tesalônica, Núncio Apostólico no Brasil, todas as facultades oportunas e necessárias para que cuide seu integro cumprimento. Damos-lhes outrossim o poder de para tal subdelegar qualquer outra pessoa, contanto que seja constituída em dignidade eclesiástica. O próprio Exmo Sr Núncio, ou seu delegado poderá

decidir definitivamente sobre qualquer oposição que por ventura surja contra as presentes.

Queremos entanto que mesmo Exmo Sr Arcebispo José Macchi se obrigue a no prazo de 6 meses enviar a esta Sé Apostólica uma copia autentica das atas das solenidades de execução do que lhe foi confiado. Queremos também que as cópias ou excertos destas nossas letras, mesmo se impressas, contanto que seja subscrita por algum Notário Público, e levem o selo de um sacerdote constituído em dignidade ou officio eclesiástico, se dê em juízo ou fora dele, o mesmo crédito que se daria às presentes, caso exhibidas e apresentadas no próprio original.

A ninguém seja licito infringir ou contrariar com temerária ousadia este nosso decreto de absolvição, disjunção, desmembração, isenção, liberação formação, ereção, instalação, declaração, sujeição, constituição, injunção, faculdade, concessão, indulto, preceito, reserva, constituição, mandado, derrogação de decreto e de vontade. Se alguém, todavia atrever-se a atentar tal coisa saiba que haverá de incorrer na indignação de Deus Onipotente e dos Bem Aventurados Apóstolos São Pedro e São Paulo.

“Dado em Roma, junto de São Pedro, aos 20 de Fevereiro do ano de 1901 da encadernação do Senhor, e vigésimo quarto no nosso Pontificado”. (MELO, 1992, p. 19, 20, 21, 22, 23)

Diante de majestosas palavras, o momento tão esperado chegou, ou quase isso, pois, por motivo desconhecido, o documento ficou engavetado por dois anos (MELO, 1992). Pe. Lopes, conhecido por sua persistência, viajou ao estado do Maranhão na tentativa de conseguir ajuda e se depara com os mesmos obstáculos, mas isso não o faz desistir e busca novamente o bispado da Bahia, que expressa seu apoio e assim consegue a execução da sonhada diocese. Todavia, ainda havia mais um obstáculo: os parnaibanos tinham pretensão de sediá-la, oferecendo patrimônio e regalias à Igreja. Mas pareceu ao Papa que a proposta era algo separado e não de uma conjuntura piauiense, fato que leva o Pe. Lopes novamente a batalhar pela causa do Piauí, numa luta constante, seguindo dessa vez ao Rio de Janeiro, com a finalidade de solucionar definitivamente a questão da criação da Diocese no Piauí o que lhe proporcionou mais um período de angústia. Em tese, a diocese já contava com patrimônio e sustento oferecidos pelo Estado, e daria um novo rumo à política e à história da Igreja Católica no Piauí.

Começa agora a organização política da Igreja católica em torno de um gestor para a nova diocese, que encontrava rejeição devido à enorme dificuldade econômica que o Piauí atravessava, e assim, depois de algumas tentativas, assume o bispado do Piauí Monsenhor Almeida, então reitor de um seminário na Paraíba. O

novo bispo chega ao Piauí e é recebido com festa na Igreja Nossa Senhora do Amparo, enchendo o povo piauiense de esperança nessa nova autonomia, repleto de conhecimento, ideais e boas intenções, dentre elas, a criação de um seminário para a formação daquele que daria continuidade à missão católica no solo piauiense.

No ano de 1906, dirige-se ao Piauí o então primeiro bispo Dom Joaquim Almeida, que trazia consigo padres seminaristas e a esperança para o catolicismo no Piauí. Após uma viagem cansativa, chega ao solo piauiense pelas vias fluviais, desembarcando no cais do rio Parnaíba, e se deparando com a mais calorosa recepção, que contava com quase a metade da população teresinense da época em torno de vinte e cinco mil habitantes (MELO, 1992), representando o peso do catolicismo no estado. Sem descanso, o novo bispo nomeia seus assessores e logo começa dá início aos preparativos para a construção da casa onde se formariam os missionários da Igreja Católica, o “seminário”. Conhecedor da realidade do Piauí e de seus ideais, trouxe consigo missionários piauienses, como o Cônego Fernando Lopes e o Pe. Clarindo Lopes Ribeiro, dentre outros de origem paraibana. As ações desses missionários já tinham local certo: a gestão do magistério do futuro seminário, surgindo assim o resgate da força educacional jesuítica no Piauí e, com isso, se instala no limite leste da cidade o Seminário voltado para a formação dos padres. Ver imagem a seguir.



Imagem 10 - Construção do Seminário de Teresina

Fonte: Acervo do Arquivo Público Municipal de Teresina

Dando continuidade seu planejamento educacional, cria-se o Colégio Diocesano no limite sul, fazendo-se visível o poder da Igreja na delimitação do espaço teresinense e ao mesmo tempo na dominação da religiosidade da sua população. Dom Joaquim aposta nesses dois investimentos a esperança de multiplicar os adeptos do clero e a religiosidade católica. Sentindo que ainda faltava algo ainda maior para se apropriar da sociedade piauiense, Dom Joaquim queria fazer jus a sua missão e, incansável, quis abarcar, de acordo com Melo (1992), logo após a criação do seminário para a formação dos padres e do Colégio Diocesano para a educação da elite masculina, a Congregação das Irmãs Catarinas, que vieram ao Piauí e abriram, em 1º de outubro de 1906, o “Colégio das Irmãs”, voltado para a educação feminina. Depois seguiu para Parnaíba e criou outra escola com a mesma finalidade, obtendo tamanho êxito que a maçonaria sentiu-se inferiorizada e exigiu do governo a criação da Escola Normal de Teresina. Dom Joaquim trazia consigo o desejo da mudança para a sociedade piauiense e, sem medir esforços,

embrenhou-se pelos rincões do Estado interiorizando a educação e com isso conservando a religiosidade católica.

A visão flexível de Dom Joaquim fez com que ele conseguisse atrair de volta a Igreja até os então excluídos, realizando casamento dos amasiados, juntando os separados, e com isso reconstruindo lares e conservando a religiosidade católica. Nos anos posteriores, sente a necessidade de um meio de comunicação mais abrangente, e nesse sentido conta com a ajuda do então idealizador da Diocese, Pe. Lopes que, juntos, criam “O Apóstolo, primeiro jornal católico de Teresina, o qual teve sua primeira impressão em 19 de maio de 1907, onde era perceptível a visão distinta do então Bispo, posto que abraçava o berço da formação dos cidadãos teresinenses com a criação das escolas confessionais e, de posse de um meio de comunicação, a Igreja ganharia mais voz e explicitaria suas ações a um maior número de habitantes. *O Apóstolo* passa então a despertar a ira de um dos principais opositores da Igreja – a maçonaria – e logo vieram as retaliações, como invasão e destruição de templos, como forma de calar a voz da Igreja católica que, por este meio já não só mais divulgava o catolicismo mas também se opunha a ações políticas desfavoráveis a sua conjuntura.

Como todo processo complexo resulta em várias faces, uma das faces do governo de Dom Joaquim não foi nada agradável, porquanto tinha na maçonaria teresinense – a qual era composta da massa intelectual que preconizava o anticlericalismo – sua maior rival, tendo momentos de selvageria como a invasão da Igreja do Amparo e um quase trucidamento do pároco na hora da missa; às vezes, ia mais além nas reações contra o bispado, com ações comandadas por João e Miguel Rosa, que nos anos de 1909 atocaiaram o Bispo no Palácio Episcopal, numa tentativa de deportá-lo. Esse fato tomou repercussão nacional, cabendo ao Bispo pedir ajuda ao governo federal, haja vista a passividade e, porque não dizer, cumplicidade do governo piauiense. O povo então passa a despertar aversão à maçonaria e insatisfação com o governo, fato amenizado com a morte do governador da época, substituído por Antonino Freire, que traz nas suas táticas amenizar os conflitos com a Igreja e reaproximar-se dela.

Ambos arguidos de ideais políticos reatam laços, e com isso o governo retoma o controle dos conflitos e a Igreja consegue benefícios econômicos, obtendo apoio do governo para a venda do patrimônio da Igreja em Piracuruca. Nesse

cenário surge Dom Joaquim, que se aproxima dos maçons e se afasta da Igreja, pois o clero não via com bons olhos este processo de venda de posses, travando vários conflitos com a Igreja, o que resultou no seu pedido de afastamento. Os tempos áureos haviam acabado, os confrontos políticos internos e externos, e o fracasso com a gestão da Irmandade de Nossa Senhora do Carmo, feita por seus irmãos, deu origem à sua venda que, mesmo sem o apoio do clero, aconteceu. Esse fato serviu de estopim para o fim do bispado de Dom Joaquim, que é obrigado a sair de Teresina sem condições financeiras nem para o seu traslado. Dessa forma se encerra o primeiro reinado da diocese de Teresina, em clima de deficiência econômica e contradições dogmáticas.

Dom Almeida fica recluso na granja Pirajá até o momento de sua partida, deixando a Monsenhor Gil a missão de fazer a transição de seu reinado, cabendo-lhe dar equilíbrio à diocese em completa desestrutura econômica, o que fez com mérito, entregando-a a Dom Otaviano sem dívidas, conseguindo manter o colégio Diocesano e o seminário na época sem cobrança de mensalidades, e ainda 6:000000 (seis mil conto de réis). Nos anos de 1914, que, como segundo Bispo do Piauí, vinha lapidado de astúcias políticas, cuidou de nomear os representantes da diocese, em prol de boas relações, o mesmo tendo feito com o sistema político, aproximando-se intimamente a ponto de defender erros de forma explícita, com isso ganhava o repúdio do clero que nem os títulos dados conseguiram amenizar, e por repressão começa a destituí-los dos cargos dados, sendo clara sua posição política, desvinculada dos dogmas católicos.

Como se não fossem suficientes as eloquentes e incalculadas ações, Dom Otaviano fecha o Seminário e o Colégio Diocesano, alegando que eram necessários meios materiais para sua permanência e manutenção, passo errado que fez surgir especulações sobre o verdadeiro motivo do fechamento do imóvel como sua moradia, expressando interesses desvinculados de uma conservação do catolicismo piauiense. Pressionado pelo Vaticano em outubro de 1918, inicia campanhas para a reconstrução do seminário e do Colégio Diocesano, conseguindo iniciar o processo, mas não terminar, tendo em vista a sua saída da diocese do Piauí.

Em meio a erros e acertos, a Diocese de Teresina recebe novo Bispo nos anos de 1923, quando é nomeado o terceiro Bispo – Dom Severiano Vieira de Melo cuidou logo de reparar os erros de seus antecessores, reabrindo os educandários.

Em 1925 reabre o diocesano, e em 1927, o seminário. Não contente, recuperou o patrimônio que Dom Joaquim havia vendido, reformou várias Igrejas em Teresina, reativou a imprensa católica através de “O Dominical”, em 1937, que passa por problemas e retoma em 1948 com um perfil apolítico, quando começa a ser bem visto pela sociedade.

Dom Severiano torna-se bem visto também pelo clero, estado e sociedade, não só como guia da fé, mas como homem defensor da paz, quando intervém junto aos revoltosos da Coluna Prestes e impede a invasão de Teresina pelos seus participantes. Nos anos de 1946, Dom Severiano consegue mais ações, desmembrando a diocese do Piauí e criando outras duas dioceses– Parnaíba e Oeiras, que seguiriam a divisão política do estado do Piauí, firmando presença nos principais pontos do Estado.

Nos anos de 1952, é dado mais um passo para a independência eclesiástica do Piauí, com a criação da Arquidiocese de Teresina, que, libertado definitivamente o poder clerical piauiense do bispado maranhense, várias dificuldades vieram, como a seca, que fez Dom Severino ser mais bem visto, pois atuou ativamente para sanar algumas desgraças, atos que a cada dia se reduziam devido a sua saúde debilitada, mas que não o impedia de seguir com as poucas forças que lhe restavam. Foi assim que a 16 de fevereiro de 1954 inaugura o Seminário nas margens do rio Poti, direcionando o limite urbano teresinense a barreira natural o rio, e realizando seu grande sonho, que era a instalação de um lugar de formação missionária. Mas faleceu no dia 27 de maio de 1955, deixando testamento com encaminhamentos e solicitações.

“Testamento cerrado de D. Severino Vieira de Melo. Bispo de Teresina, no Piauí”, “em nome do Pai Filho e do Espírito Santo. Eu, D. Severino Vieira de Melo faço meu testamento pela presente cédula. Nasci na cidade de Vitória de Pernambuco, aos cinco de Junho de 1880. Foram meus pais Manoel do Carmo Vieira de Melo e Rosa de Sousa Vieira de Melo, pobres, mas honrados e piedosos agricultores. Órfão de pai aos 18 meses de idade, graças aos sacrifícios e à piedade de minha mãe e a eficaz proteção do meu padrinho de crisma – Monsenhor Marcolino Pachêco do Amaral – aos quais desejo prestar este último tributo da minha gratidão, cheguei, pela mercê de Deus, a ser ordenado Sacerdote, aos Quatro de Janeiro de 1903, pelo Exm^o e Revm^o Sr. D. Luiz Raimundo da Silva Brito, de sua saudosa memória, então Bispo de Olinda. Eleito pela graça de Deus e da S. Sé Apostólica, Bispo desta Diocese aos oito de Junho de 1923, dela tomei posse, como o seu mais digno

Antistite, aos 23 de Fevereiro de 1924, tendo sido sagrado pelo Exm^o e Revm^o Sr. D. Miguel de Lima Valverde, D. Arcebispo de Olinda e Recife, na Igreja Matriz de S. Pedro, em Olinda, aos 25 de Novembro de 1923. O meu título e o meu cargo indicam a minha fé católica, apostólica, romana em que nasci e em que desejo morrer, confiado na infinita Misericórdia de Deus, de quem humildemente espero o perdão de minhas culpas pela intercessão da S. S. /Virgem Mãe de Deus e minha boa e terna mãe. Com o Bispo católico, creio firmemente e sinceramente confesso tudo o que crê e confessa a Santa Igreja Católica Apostólica Romana, e veemente condeno e detesto tudo o que condena e detesta a mesma Santa Igreja. Pobre em meu nascimento, pobre sou e nada possuo em bens de qualquer natureza. Os objetos de uso que se possam dizer meus, destinados, ou não, ao exercício do culto ou às funções sagradas do meu cargo assim como toda a minha biblioteca, pertencem a esta Diocese de N. S. das Dores, de Teresina, excetuando apenas um pequeno crucifixo de metal, que se acha sobre minha mesa de trabalho, o qual será entregue ao Revm^o Sacerdote que me fizer a caridade de administrar aos últimos sacramentos, que a infinita e misericordiosa bondade de Deus espero a graças de poder receber. Nada tenho a dispor sobre o meu enterro a não ser que o desejo e peço seja feito com simplicidade e pobreza. E rogo que, caso de falecer fora da diocese, seja o meu corpo sepultado no lugar do meu falecimento, onde meus ossos esperarão a ressurreição do último dia. Rogo a todos os Sacerdotes pertencentes a essa Diocese, na época do meu falecimento, a caridade de uma Missa em sufrágio de minha alma; a todos os meus muito amados diocesanos a caridade de suas orações. A todos e a cada um em particular peço perdão de tudo em que fora do justo desempenho do meu cargo ou em defesa dos sagrados Direitos de Deus e da Igreja, os tenha ofendido ou molestado; de todas as minhas ações que por qualquer forma pudessem ter sido ocasião de desedificação ou mau exemplo; de todo bem que por ignorância ou negligência lhes deixei de fazer ou não fiz como devia, e espero que me perdoem pelo amor de Deus. De ninguém tenho queixas e ressentimento, e a todos pela ultima vez abenção em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo. Para o caso em que as minhas declarações sobre os bens do meu uso pessoal sofrer qualquer dúvida e ainda em que eu venha por qualquer motivo imprevisto, adquirir qualquer bem terreno que ainda possua na ocasião de minha morte, instituo minha herdeira universal a mesma Diocese de Nossa Senhora das Dôres, de Teresina, no Piauí, nomeio meus testamenteiros o Monsenhor Paulo Hipólito de Sousa Libório, o Padre Joaquim Ferreiras Chaves e o Padre Antonio José Rego, servindo um no impedimento dos outros, na ordem em que vêm mencionados, e pedindo-lhes que aceitem o encargo e o exerçam gratuitamente. E assim tenho concluído este meu testamento que, de livre vontade, deliberei fazer; escrevi e assino, pedindo à justiça Brasileira que o cumpram ou faça cumprir integralmente. Teresina, 15 de Setembro, festa de N. S. das Dôres, de 1943. D. Severino Vieira de Melo, Bispo de Teresina (MELO, 1992, p. 72-74).

Em 5 de novembro de 1955, assume o segundo arcebispo de Teresina – Dom Avelar Brandão Vilela –, trazendo mudanças, criando mais paróquias em Teresina, e fazendo laços com as congregações religiosas dos Jesuítas e dos Redentoristas. Esses fatos conseguiram interligar a arquidiocese de Teresina com as demais, promovendo encontros arquidiocesanos. Além disso, influenciou o regresso dos jesuítas ao Piauí, cabendo-lhes o controle da direção do Colégio Diocesano, nos anos de 1960, e dando início a sua reconquista de influências sobre a sociedade piauiense.

4.1 A IGREJA COMO AGENTE PRODUTOR DO ESPAÇO URBANO DE TERESINA ATRAVÉS DAS AÇÕES EDUCACIONAIS

A trajetória do ensino no Piauí remonta ao século XVIII, através dos jesuítas que, devido aos vários conflitos existentes no contexto brasileiro, foi aos poucos desaparecendo sua influência sobre a educação. Na realidade piauiense, a educação recebeu algumas tentativas, mas as condições socioeconômicas e uma população basicamente rural e desarticulada não foram favoráveis. Em meados do século XX, houve inclusive algumas investidas do Estado e da Igreja Católica e até mesmo da maçonaria. É salutar reforçar que o Piauí só se torna autônomo nos anos de 1718, tendo seu primeiro governador somente em 1758, – talvez possa parecer contraditório a inexistência de uma autonomia diante de estruturas educacionais, fato que pode ser explicando através das investidas voltadas para a instrução da população.

Em meados de 1733, os jesuítas recebem a missão de instalar um estabelecimento de ensino denominado “Externato Hospício da Companhia de Jesus”, o qual fracassou devido às condições econômicas e de comunicação existentes na época (BRITO, 1996), aliado à pouca valorização da educação, vista como dispensável pela ignorante população, que vivia da produção rural e de seus afazeres. Para os já bem-sucedidos, não havia necessidade de educação, apenas a aprendizagem de algumas técnicas. Mas a Igreja não dava trégua e, nos anos de 1751, recebe apoio financeiro da Coroa Portuguesa para outra tentativa de instalação de escolas em partes diferentes do Brasil. Ao Piauí coube o “Seminário Rio Parnaíba no Distrito de Mocha”, atual Oeiras, todavia, o projeto foi inviabilizado

em razão dos conflitos pela posse da terra e dos indígenas, obrigando os jesuítas a migrarem para outras áreas (BRITO, 1996).

Diante das tentativas fracassadas da Igreja Católica e por ser detentor de maior poder econômico, o Estado entra no cenário, colocando em prática suas diretrizes, conseguindo assim dar continuidade aos projetos educacionais. Nesse sentido, podemos relatar que os primeiros registros de escolas foram nos anos de 1757, com o registro de duas escolas na já então Vila da Mocha, em Oeiras, uma volta aos princípios básicos de ler, escrever e contar destinada aos meninos, e a outra voltada à educação do lar destinada às meninas, com diretrizes para coser, fiar e fazer rendas. (MELO, 2006).

Mas a visão de educação arraigada sobre a sociedade piauiense fala mais alto e estas escolas fracassam, pois, além da desvalorização do ato de educar, a má remuneração não atraía ninguém, visto que o pagamento, ainda norteado pelo escambo, era feito em “paneiro de farinha” (BRITO, 1996). Diante dessa situação degradante, os representantes piauienses tentam interceder junto à Coroa, em busca de melhorias, conseguindo êxito com a instalação de escolas de primeiras letras em Oeiras, Parnaíba Vila Campo Maior – mas novamente fracassa antes de sua abertura. O Piauí criou-se e tem sobrevivido em situação de interesses e investimentos lastimáveis, pois, mesmo após a sua independência política, não se registraram muitas mudanças significativas. No entanto, aos poucos vão surgindo escolas mesmo sem condições básicas de funcionamento. Elas afloram em várias regiões do estado.

Em 1844, havia na Província 21 cadeiras de instrução primária, sendo 18 do sexo masculino e 3 do sexo feminino e 7 do ensino secundário, 4 na capital, 2 em Parnaíba e uma em Príncipe Imperial. Em 1845, entretanto, já se registravam 19 escolas públicas de ensino primário com a matrícula de 381 alunos, além de três cadeiras de Latim localizadas, respectivamente, em Oeiras, Príncipe Imperial e Paranaguá. (BRITO, 1996, p. 23).

Aos poucos é possível ver a educação se expressar em solo piauiense como fazendo com que a Igreja católica, desejosa de poderes sobre a educação, ensaie novas tentativas como a do Pe. Marcos de Araújo Costa, na organização de uma escola rural na fazenda Boa Esperança, atual Jaicós, disseminando assim a prática de escolas particulares no território piauiense. De acordo com Silva (2010), eram 9

em Valença, 7 em Barras, 3 em Piracuruca, 2 em Príncipe Imperial, e 7 em Parnaguá. Dessa forma, nos anos de 1845 o Piauí já possuía sua instrução em andamento, cabendo ao Estado dar maior suporte, ação feita por Zacarias de Goes, que cria a primeira Diretoria da Instrução Pública na Província, através da Lei nº 198, de 4 de outubro de 1845 (SILVA, 2010), estabelecendo direitos e deveres dos professores de acordo com o novo funcionamento da rede escolar (BRITO, 1996).

Outra grande contribuição de Zacarias de Goes foi a criação do primeiro estabelecimento de instrução secundária da Província, o Liceu Piauiense, que enfrentou problemas peculiares como falta de professores, falta de infraestrutura, chegando os alunos a ter aulas em casa de alguns professores. E, por muito tempo, registrou-se um baixo índice de matrículas, fato oriundo de que os que chegariam ao ensino secundário eram membros da elite piauiense, e estes aspiravam dar continuidade aos seus estudos em outras províncias, que obviamente lhes encaminhariam ao ensino superior restrito a essa classe social. Assim, o Estado dá continuidade às suas tentativas de oferecer uma educação ao povo, dissipando entre a população a ideia de que o acesso à escola proporcionar-lhes-ia desenvolvimento social até mesmo na própria gestão do Estado, que iria necessitar de pessoas com instrução.

E continuamente o Estado inovava, fornecendo à sociedade oportunidades como a escola mista, que findava a separação de gênero no sistema educacional, e com isso o Estado reduzia custos ao contratar professoras que tinham remuneração mais baixa. Mas o momento em que se consolida o sistema educacional brasileiro é resultante da república, que ocorre em meio ao confronto de ideias da Igreja e do Estado, ou seja, entre o catolicismo e a burguesia. Assim, a burguesia que ver os dogmas católicos bem distantes do sistema educacional e até mesmo da sociedade com a instalação de um estado laico, que resultou no fim do padroado. Com a Proclamação da República, finda-se a hegemonia da Igreja como religião oficial e se estabelece o laicismo. Assim, o sistema educacional brasileiro apresenta duas vertentes: a católica, com suas escolas confessionais masculinas e femininas nos principais centros, e a do governo, norteadas pelos liberais que criam escolas de primeiras letras.

No cenário piauiense, esses reflexos da educação nacional repercutiam com menor intensidade, à vista de tantos problemas, sobretudo os econômicos e naturais, que fizeram agregar um grande número de pessoas sem acesso à instrução básica. De modo que, no século XX, o sistema escolar piauiense apresenta grandes diferenças, ampliando o acesso às escolas com números masculinos e femininos. Todavia, convém salientar que, mesmo diante do crescente número, o Piauí ainda agrega um dos maiores índices de analfabetos do país. O Brasil então entra em outro momento histórico, que requer apagar os vestígios da administração portuguesa e desenvolver o país economicamente, e o Piauí integra-se neste contexto, dentro de suas condições, e dá início a mudanças políticas, econômicas, culturais, e com isso uma integração nacional com o mundo do consumo alterando sobremaneira sua rotina.

Após esta análise da evolução espacial, econômica e educacional piauiense, adentramos no objetivo desta pesquisa, que se refere às ações da Igreja católica na construção de uma educação à luz da fé, fato que refletiu na organização espacial do Piauí e de Teresina. Diante dessa cisão, a Igreja católica volta grande atenção à sua maior aliada, a educação confessional, que serviria de arma contra o liberalismo dos intelectuais, e o perigo que eles representavam guiando a formação da sociedade através dos colégios que a Igreja católica denominava como “acatólicos”. No contexto piauiense, eram representados pelos protestantes e os liberais, os primeiros conseguiram destaque através dos Batistas que se instalaram no sul do estado na cidade de Corrente, fundando a 1ª Igreja Batista de Corrente, pioneira no Estado. Em consequência disso, surge o “Colégio Correntino Piauiense”, que inova o sistema educacional no processo de alfabetização, trazendo recursos distintos da tradicional “palmatória” (SILVA, 2010).

Na outra frente opositora temos a maçonaria, guiada por membros da elite como Miguel Rosa, Higino Cunha, resultando na criação da “Escola Normal Oficial” em 1910, como citado anteriormente, inovando os costumes de uma população arraigada nos princípios católicos. Essa revolução tem suas origens no Seminário de Olinda e na Faculdade de Direito de Recife, onde a maioria da elite nordestina teve sua formação superior, o que despertou a ira católica, pois os principais ideais dos intelectuais era afastar a Igreja católica das influências políticas, econômicas e culturais, cabendo a ela tão somente usar sua principal arma – as escolas

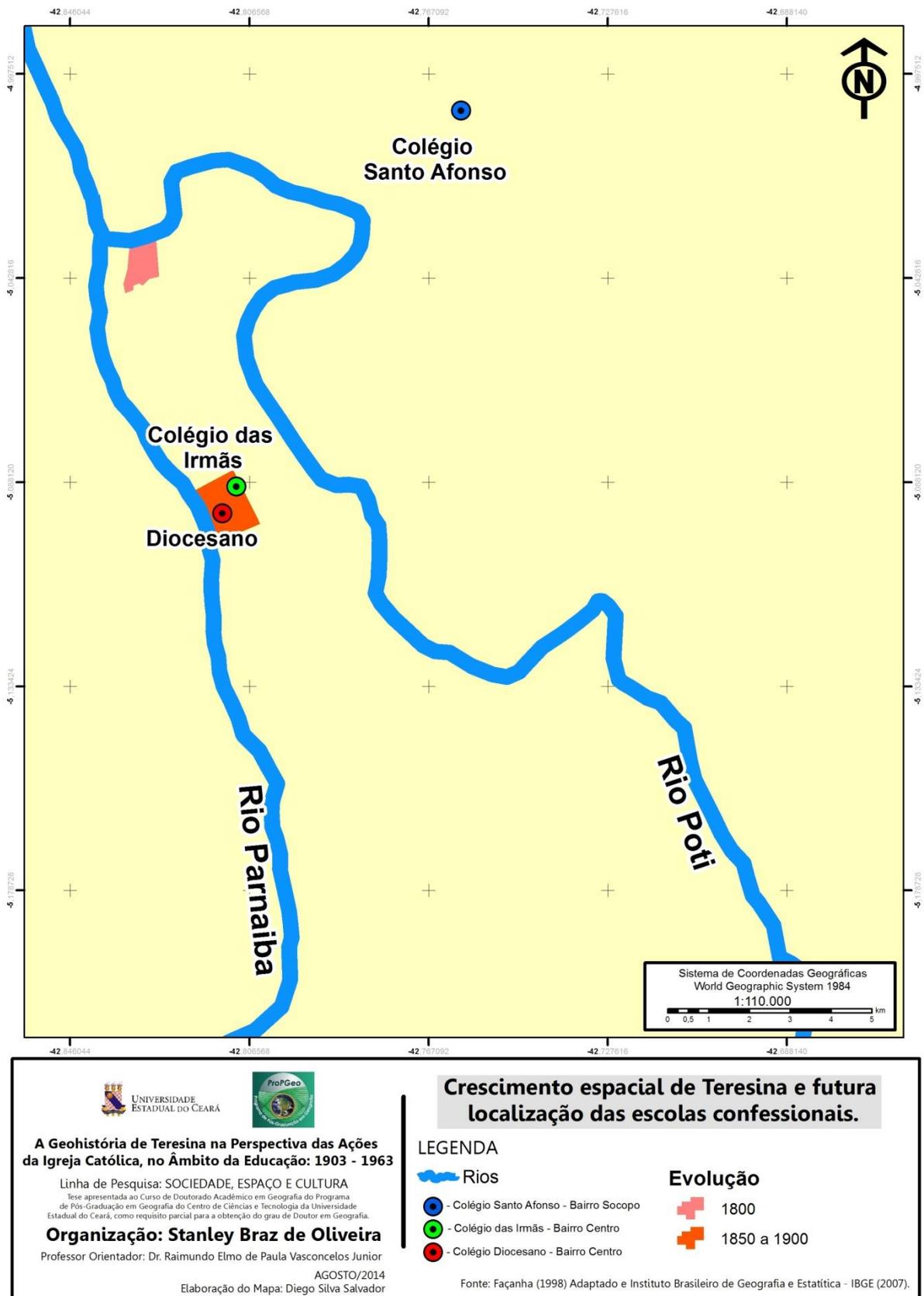
confessionais. Na reconstrução do processo educacional teresinense, o espaço encontrava-se delimitado nas principais zonas da cidade pela presença das escolas confessionais e do seminário, fazendo da Igreja uma agente produtora espacial do território teresinense, que, através de sua seletividade espacial, conseguiu conservar a fé, direcionar os limites espaciais urbanos da cidade e servir a elite com uma educação de qualidade.

Após imergir na Geo-história de Teresina, com ênfase no processo educacional piauiense, a transferência da capital de Oeiras para Teresina, conforme o §1º do artigo 4º da Resolução nº 315, de 20 de julho de 1852, torna-se viável analisar o seu crescimento espacial e como as escolas confessionais contribuíram para isso.

Nos anos de 1890 a 1900, Teresina já possuía uma população em torno de 30.000 habitantes. Como assinala Rebelo.

O Censo de 1872 revelou um maior crescimento urbano, visto que, além do aumento do número de cidades, 10 delas já contavam com população superior a 30.000 habitantes, porém nenhum dessas se localizava no Piauí. Esse número se elevou para 12 e 15 nos Censos de 1890 e 1900, aparecendo Teresina como componente desse grupo de cidades, ocupando o 10º e 11º lugares, respectivamente (REBÊLO, 2000, p. 102).

E assim Teresina vai crescendo e aos poucos ganhando formas e contingentes populacionais, ao tempo em que despertava nos seus produtores espaciais o desejo de desenvolvimento econômico, mas aos poucos se notou que não seria no imediatismo desejado, como mostra o mapa abaixo.



Mapa 02 - Crescimento espacial urbano de Teresina 1800-1900.

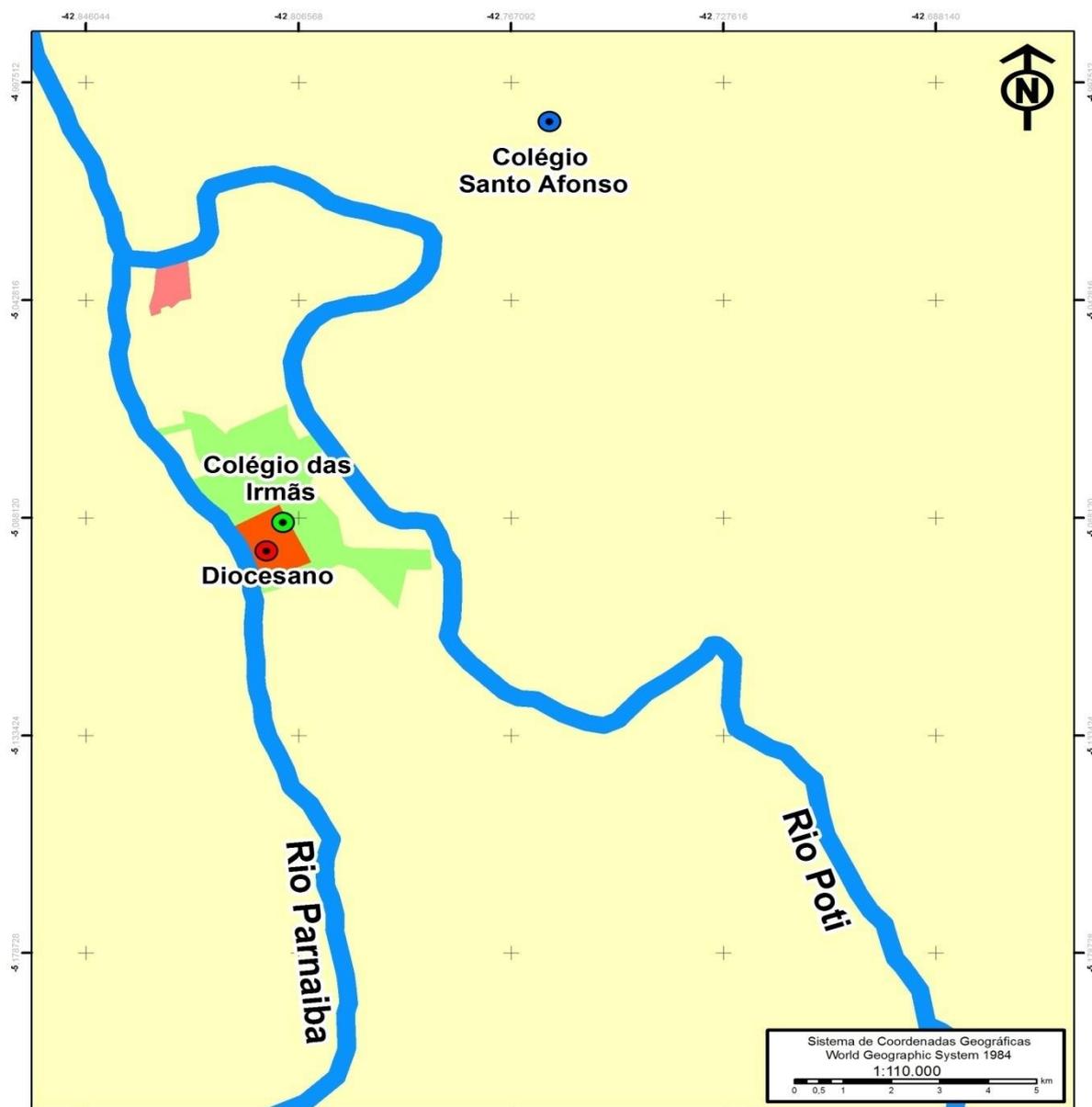
Ao longo de um século, o crescimento espacial de Teresina revelou-se abaixo do esperado. Pode ser apontada como causa desse efeito a cristalizada falta de articulação local, e também regional, estando o Piauí sempre atrás do desenvolvimento de outros estados da região nordeste. Senão, vejamos: a Companhia de Navegação a Vapor do Rio Parnaíba começa a operar em 1859, com um atraso considerável de *40 anos* após a primeira embarcação a vapor a navegar no Brasil e *52 anos* depois de Robert Fulton construir o primeiro barco a vapor; o primeiro telefone do Piauí, a primeira linha telegráfica ligando São Luís do Maranhão a Teresina, só tem seu início em 1884, *32 anos* depois de sua chegada ao Brasil e *40 anos* depois da primeira linha de telégrafo nos Estados Unidos. E assim como o restante do desenvolvimento teresinense, a exemplo da primeira usina elétrica de Teresina, concluída em 1914, *31 anos* depois do primeiro serviço municipal implantado no Brasil e *35 anos* depois de Thomas Alva Edison fazer a primeira demonstração de seu invento. A ferrovia de Teresina a São Luís do Maranhão foi concluída em 1921, decorridos *67 anos* da primeira ferrovia do Brasil e *96 anos* depois da primeira ferrovia, na Inglaterra (MENDES, 2004), e segue uma sequência de atrasos do Piauí em relação às outras regiões do país, deixando Teresina em um crescimento lento e sem muito desenvolvimento econômico, repercutindo em todo o sistema socioeconômico e educacional da cidade que passar por um longo período de inércia. Que só é superado com o desenvolvimento da navegação pelo rio Parnaíba, que mudou consideravelmente a economia do Piauí e de Teresina, pois através deste processo se estimula o cultivo de maniçoba, carnaúba e babaçu, que agora era produzido nas cidades de Teresina, Parnaíba, Floriano, Amarante, União, todas situadas às margens do rio Parnaíba – “como o pulmão” das atividades propulsoras do desenvolvimento (FAÇANHA, 1998, p. 57).



Imagem 11 - Avenida Frei Serafim

Fonte: Arquivo Público do Piauí

A avenida Frei Serafim mostrada na imagem acima , está inserida neste processo e de desenvolvimento , pois sua produção dar início aos fluxos com o interior do estado , servindo de corredor de desenvolvimento para Teresina que cresce no sentido oeste – leste, chegando na metade do século XX a 67.641 habitantes, revelando assim um aumento considerável da população teresinense, incluindo Teresina no processo de atratividade pelos maiores centros urbanos, atraindo pessoas tanto do interior como de outros estados. Fato ocorrido em outras capitais do país, onde a população rural começa a visualizar melhorias na qualidade de vida, pois Teresina, por ser planejada, dava a seus produtores espaciais margem para planejá-la espacialmente e socialmente, podendo oferecer serviços de necessidade básica, como: saúde, educação, isso somado à dinamicidade comercial de Teresina. Nesse sentido, o teresinense pôde ter condições de vida melhores, tornando-se polo de atratividade humana, crescendo consideravelmente, como mostra o mapa baixo:



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
ProGeo

Teresina, polo de atratividade humana

A Geohistória de Teresina na Perspectiva das Ações da Igreja Católica, no Âmbito da Educação: 1903 - 1963

Linha de Pesquisa: SOCIEDADE, ESPAÇO E CULTURA

Tese apresentada ao Curso de Doutorado Acadêmico em Geografia do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Geografia.

Organização: Stanley Braz de Oliveira

Professor Orientador: Dr. Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos Junior

AGOSTO/2014
 Elaboração do Mapa: Diego Silva Salvador

LEGENDA

- ~ Rios
- - Colégio Santo Afonso - Bairro Socopo
- - Colégio das Irmãs - Bairro Centro
- - Colégio Diocesano - Bairro Centro

Evolução

- 1800
- 1850 a 1900
- 1901 a 1940

Fonte: Façanha (1998) Adaptado e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2007).

Mapa 03 - Teresina, polo de atratividade humana

Inserida neste contexto, a Igreja Católica, com suas ações educacionais, gestora do espaço urbano, e ainda com poder de influência significativa, instala-se em pontos geográficos estratégicos – proporcionados por sua prática espacial da

seletividade, que contribuíram para valorizar estas zonas da cidade e ao mesmo tempo a delimitá-la, direcionando e posteriormente acompanhando o crescimento espacial urbano de Teresina. Para uma melhor compreensão da participação da Igreja através das escolas confessionais, faz-se necessário adentrar na Geo-história dessas escolas, explicitando sua contribuição para o espaço urbano teresinense.

4.1.1 A Geo-história das Escolas Concessionais: Colégio Sagrado Coração de Jesus (Colégio das Irmãs), Colégio São Francisco de Sales (Colégio Diocesano) e Colégio Agrícola Santo Afonso

4.1.2 Colégio Sagrado Coração de Jesus (Colégio das Irmãs)

Como resultado das ações de Dom Joaquim, o Colégio Sagrado Coração de Jesus insere no contexto teresinense as escolas confessionais da Igreja Católica. Essa instituição teve sua educação voltada para educar as mulheres piauienses sob o comando da Congregação dos Pobres de Santa Catarina de Sena. Suas primeiras instalações datam de 1906, sendo denominado Colégio Sagrado Coração de Jesus. Também foi polo de educação das famílias tradicionais piauienses, estando hoje na atualidade como uma das melhores escolas do estado do Piauí. De acordo com Silva (2010, p. 113-114), a Geo-história do “Colégio das Irmãs” teve quatro momentos marcantes, que são:

1º Momento histórico (1906-1925): vai de 1906, quando se iniciaram as atividades educacionais das Irmãs Catarinas no Piauí, e se encerrou em 1926, quando foi contratado o primeiro professor leigo para lecionar Língua Portuguesa;

2º Momento histórico (1926-1958): iniciou em 1926 e se encerrou em 1958, estes anos se caracterizam pelo fato de, para atender as exigências da legislação educacional, que começou a vigorar no país a partir da década de 1930, os colégios passaram a contratar professores leigos e, gradativamente, começou a ampliação dos cursos e dos níveis de ensino ofertados pelos colégios no Piauí, e teve como fato marcante a implantação do curso científico em 1959;

3º momento histórico (1959-1972): tem seu início no ano de 1959, com a abertura da primeira turma do curso científico e a continuidade do crescente fortalecimento do respaldo social da educação católica na sociedade piauiense, e se estendeu até 1973, quando os colégios passaram a adotar a coeducação;

4º momento histórico (1973 – aos dias atuais): o evento que demarca o início deste momento foi a adoção da coeducação no ano de 1973,

quando foram matriculados doze meninos na turma da 1ª série do curso primário, passando pelo centenário dos colégios, comemorado em 2006 em Teresina [...]

Com base nas afirmações de Silva (2010), é possível observar a evolução do “Colégio das Irmãs”, que vinha somar com a Igreja na conservação da fé católica e dos bons costumes, pautado na pedagogia Savianiana, a qual tinha como diretriz a instrução, não somente educacional, mas dos bons costumes, da moral e da fé católica.

Atuante e influente no espaço teresinense, a Igreja Católica pode ser vista como um agente produtor do espaço desta cidade. Mesmo não contendo de forma explícita os motivos que levaram à escolha do local desta e das outras escolas confessionais, torna-se visível o olhar seletivo que a Igreja Católica teve ao escolher a localização de cada escola contida nesta pesquisa. Todavia, o prédio do “Colégio das Irmãs”, da Av. Frei Serafim, foi o que mais mereceu cuidado e atenção. Nesse sentido, o colégio dava continuidade à cartografia radial do espaço urbano de Teresina, delimitando assim a cidade no sentido centro/norte, o que simbolizava a presença da Igreja Católica além da Igreja São Benedito, até então um dos limites geográficos da cidade naquela zona. A avenida já existia como estrada real desde 1896, e tinha como limite a Igreja São Benedito e, com sua abertura, a cidade ganharia uma linha de fluxo e de expansão espacial, tornando-se lócus de moradia da classe alta teresinense, local perfeito para a instalação do “Colégio das Irmãs”, pois ali se ergueria mais um símbolo educacional da Igreja Católica que, embora permitisse o crescimento espacial além do “Colégio das Irmãs”, era nele que o espaço urbano se delimitava e posteriormente daria inspiração para a cidade se desenvolver nos seus arredores, ficando a escola marcada na memória da cidade não somente pelo seu contexto educacional, mas pela sua função espacial.

Sua primeira instalação foi em casas doadas pelos membros da sociedade de origem católica, funcionando inicialmente em local impróprio para receber uma maior quantidade de alunas, passando por outros endereços até o momento da doação do terreno localizado na Av. Frei Serafim, doado pelo Sr. Leocádio José Santos, onde continha uma modesta casa que serviria de base e desenvolvimento de toda a historicidade do “Colégio das Irmãs.



Imagem 12 - 1º prédio do “Colégio das Irmãs”, na Av. Frei Serafim

Fonte: Silva (2011).

Esta modesta casa, por ter boa localização, recebe atenção diferenciada, pois ali a cidade se desenvolveria e a escola teria um imponente prédio, o qual iria destacar o poder de atuação da Igreja Católica, que, embora não declare suas intenções espaciais, é visível seu olhar sobre a importância dessa seletividade do espaço. E assim é construído o novo prédio do “Colégio Sagrado Coração de Jesus”, na imponente Avenida Frei Serafim, como afirma Silva (2007, p. 51).

Já em 1906 é iniciada a construção do novo prédio para abrigar o Colégio, somente concluída em 1930. A área da sede da Congregação das Irmãs Pobres de Santa Catarina de Sena é ampliada em 05 de outubro de 1909 com a aquisição de terreno contíguo e de propriedade do Bispo de Teresina, D. Joaquim Antonio de Almeida, pelo valor de quinhentos e quinze mil réis.

E com isso segue a trajetória do Colégio Sagrado Coração de Jesus, desenvolvendo ali um dos maiores símbolos de demonstração de poder da Igreja Católica, lócus acolhedor da elite piauiense, que evolui de uma pequena escola para uma escola de formação feminina e, posteriormente, quebra as barreiras do gênero e começa a formar também meninos, agregando valores, metodologias e princípios religiosos para a formação dos cidadãos piauienses.

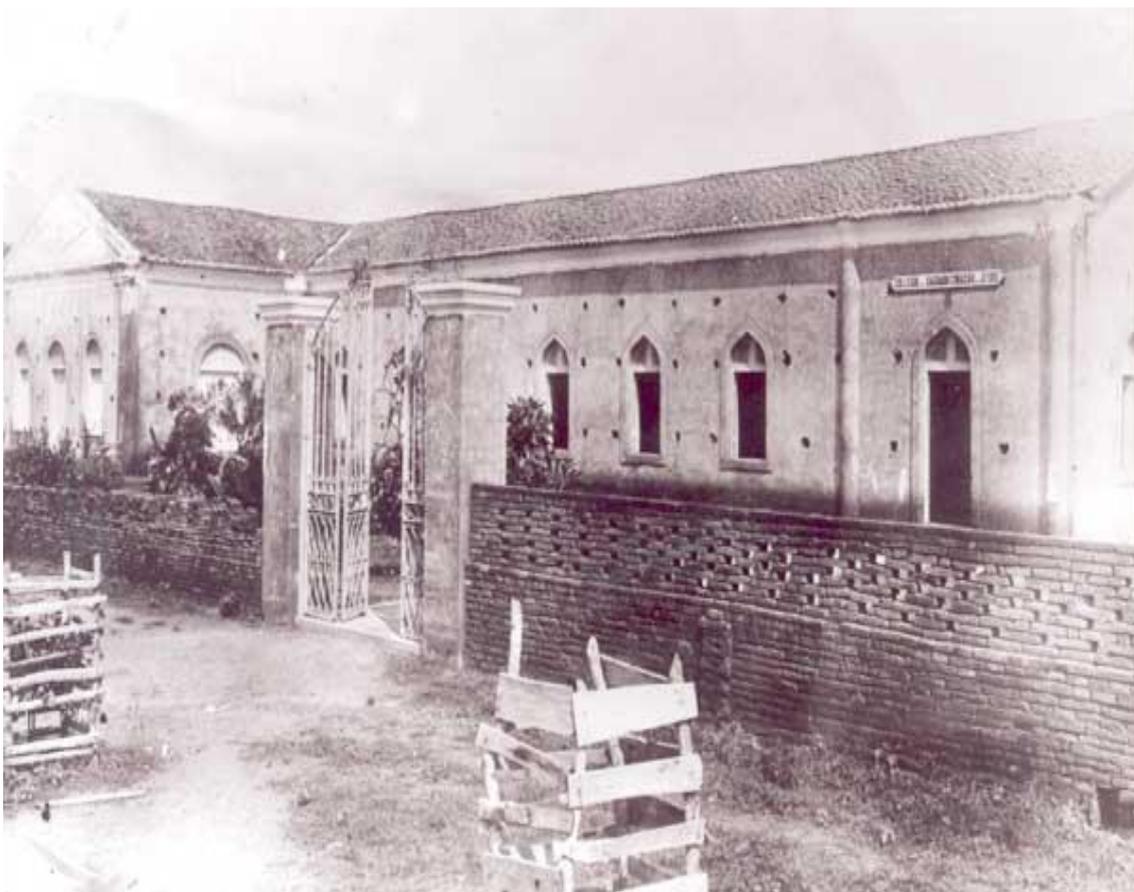


Imagem 13 - Construção do primeiro prédio, em 1907-1930.

Fonte: Arquivo Público do Piauí - Teresina-PI.

Por muitos anos, o colégio teve como docente somente as Irmãs Catarinas, que desenvolviam cursos voltados para o desenvolvimento do lar. Mas, a partir de 1925, houve uma mudança nesse cenário, como afirma Silva (2010), ocasião em que o colégio amplia seu quadro de professores, antes restrito às irmãs, em razão da exigência de se ter apenas um professor de língua portuguesa de nacionalidade

brasileira. Diante disso, a escola regulariza o curso primário, proporcionando um maior respaldo à escola no cenário teresinense.

CURSO	ANO DE IMPLANTAÇÃO NO CSCJ
Normal	1931
Jardim de Infância	1934
Ginasial	1938
Normal/Pedagógico	1931
Técnico em Comércio	1954
Científico	1959
Patologia Clínica – 2º Grau profissionalizante	1975
Desenhista de Arquitetura – 2º Grau Profissionalizante	1975

Quadro 5 - Curso e ano de Implantação no CSCJ

Fonte: Adaptado de Silva (2010, p. 125)

Após o desenvolvimento nas estruturas educacionais do “Colégio das Irmãs”, ele se destacou em todo o território piauiense. A partir de então, passou a receber incentivos do Estado, o que contribuiu para a aquisição de registro de funcionamento pelo governo estadual e o reconhecimento do governo federal, estabilizando assim a sua estrutura educacional. Dessa forma, foi possível preparar-se para o desenvolvimento da educação e o rompimento dos paradigmas da época, como o ingresso de mulheres no ensino superior que não fosse o de formação pedagógica, não obstante as opiniões contrárias.

De acordo com Silva (2010), pelos idos de 1959, o curso científico passou a ter um maior número de alunas matriculadas em relação ao curso pedagógico, quebrando os anseios sociais e educacionais da época, o que resultou no fechamento do curso pedagógico nos anos de 1974. De certa forma, isso representou uma mudança nos paradigmas sociais piauienses, inserindo assim um novo olhar sobre o papel da mulher na sociedade. Essas mudanças proporcionaram, no ano de 1973, o ingresso dos primeiros meninos na escola, pois até esta data eles

limitavam-se aos cursos de alfabetização. Quando estavam preparados, deveriam ser encaminhados para o “Colégio Diocesano”, voltado para a educação masculina.

O referido Colégio, seguindo as diretrizes educacionais federais, inicia um processo de reformulação do seu quadro docente, o que permitiu a admissão de uma quantidade significativa de professores leigos e outros com formação acadêmica. Isso mudou a rotina e as metodologias já realizadas em outros estados, assim como também a quebra das barreiras enfrentadas pelas mulheres que conseguem se inserir no ensino superior.

Como forma de manter os princípios religiosos, o Colégio dá início às obras assistenciais com o afastamento das Irmãs da docência e com a abertura de bolsas de estudos para as menos favorecidas. Vale ressaltar que esta é uma atitude arraigada de segregação, não mais de gênero, mas de condição social, pois se cria dentro do próprio Colégio das Irmãs a “Escola Santa Inês”, existindo até uniforme distinto e olhares preconceituosos por parte das outras alunas elitizadas. Essa concessão foi oficializada através de uma ata. Ver imagem abaixo:

Ata de concessão de Gratuidade e Redução de Contribuição escolar do Curso Técnico Sagrado Coração de Jesus, — em 1954.

Das 27 de fevereiro de mil novecentos e cinquenta e quatro foi encerrada a matrícula do Curso Técnico Sagrado Coração de Jesus com 25 alunas, todas do 1.º Ano Técnico. Destas, obtive gratuidade a aluna Ary Costa e estudaram com redução as alunas Maria de Jesus da Silva Reis e Joana Mesquita de Carvalho, pagando ambas, R\$60,00, quando a mensalidade fixa era de R\$120,00. Do que para constar lazei a presente ata que lida e discutida será por mim assinada em qualidade de Secretária, pela Diretora e pelo Inspetor Federal.

Jeressina, 10 de junho de 1956

Imã Maria das Mercês Melo (Secretária)

Imã Lígia Soares de Almeida (Diretora)

Sub: Rufino de Pedro L. Martins

Imagem 14 - Ata de Concessão de gratuidade e redução de contribuição escolar

Fonte: Silva (2010, p. 149)

E assim as ações da escola se dão a meio de fatos divergentes da função assistencialista eram as normatizações impostas às alunas tidas como “órfãs”, que não só eram suprimidas de laços familiares, como tinham de se submeter a essas normatizações, não se limitavam a uniformes diferenciados. No entendimento de Silva (2010), as “órfãs” assistiam a aulas em horários distintos, e as alunas “pagantes” eram proibidas de falar com elas, até mesmo as festividades eram realizadas em dias e horários diferentes. Isso nos leva a concluir que existia um *apartheid* social dentro de um mesmo lócus educacional, explicitando assim o caráter excludente dentro de uma organização denominada assistencialista, deixando evidente o componente elitista do colégio.

A religiosidade era prática obrigatória dentre as internas, fossem elas pagantes ou órfãs; as pagantes tinham como atividade diária as orações antes de

cada aula, e em alguns momentos eram feitas na área externa da escola, como mostra a imagem abaixo.



Imagem 15 - Momento de oração das alunas pagantes na área externa do Colégio
Fonte: Acervo do Colégio Sagrado Coração de Jesus – “Colégio das Irmãs”, Teresina-PI.

Esses momentos nos remetem à certeza da objetividade educacional do Colégio, que era condicionar as alunas aos ditames sociais da época, ou seja, do papel que a mulher ocupava, de boa mãe e esposa dentro dos dogmas da Igreja Católica, entidade de grande respaldo social na atualidade piauiense. Todavia, não foram suficientes para impedir as influências sociais nacionais, que afloraram a partir de 1950, mas que em nada abalaram as estruturas dos princípios da moral e dos bons costumes trabalhados no Colégio, reverberando na sociedade piauiense modelo de escola referência. Nesse sentido, angariava a proteção do conjunto da sociedade civil e política, sendo rotineira a presença de autoridades, como forma de reverenciar o trabalho executado pelo Colégio. Assim ilustra a imagem abaixo.



Imagem 16 - Visita do Bispo e de representantes do governo ao Colégio

Fonte: Acervo do Colégio Sagrado Coração de Jesus – “Colégio das Irmãs”, Teresina-PI.

A visita de autoridades explicitava a relevância do Colégio das Irmãs para a sociedade piauiense, reforçando a ativa participação da Igreja Católica no setor político e educacional, para provar a qualidade educacional das escolas confessionais, que representavam na sociedade o máximo de excelência, relevando a importância da Igreja não só como formadora da fé e dos bons costumes, mas de uma educação acima de qualquer suspeita, renovando assim a sua supremacia, que nunca tinha sido desvalorizada, porquanto se manteve presente e atuante na sociedade e na educação através da manifestação de seus fiéis dentro dos estabelecimentos de ensino, que determinava a religião católica como disciplina de religião, e não uma disciplina neutra como deveria ser, procurando manter, mesmo com o fim do padroado, a visibilidade do catolicismo. O “Colégio das Irmãs” torna-se a maior referência educacional de Teresina, atraindo não somente a atenção dos políticos locais, mas de referências políticas nacionais, como a de Getúlio Vargas na sua passagem por Teresina em 1933. De acordo com a imagem a seguir.



Imagem 17 - Visita do Presidente da República Getúlio Vargas ao Colégio Sagrado Coração de Jesus

Fonte: Silva (2010, p. 236)

E assim se construiu toda a historicidade do “Colégio das Irmãs”, guiando não somente a educação, mas o espaço urbano teresinense, tornando-se um símbolo de evolução educacional e espacial, que atraía incentivo e desenvolvimento ao Colégio, resultando na concretização de seu primeiro prédio em 1933. Conforme imagem abaixo.



Imagem 18 - Primeiro prédio do “Colégio Sagrado Coração de Jesus”

Fonte: Silva (2010, p. 276)

A imagem nos leva a confirmar as hipóteses levantadas sobre o direcionamento que o Colégio deu a esta zona da cidade, pois, onde praticamente não havia habitação, houve um crescimento e um desenvolvimento espacial da cidade, proporcionando a esta zona novos símbolos, e estimulando a habitação, cristalizando a Av. Frei Serafim como principal via da cidade, que guarda a historicidade e liga a cidade às suas principais vias de fluxos. Ver imagens abaixo:



Imagem 19 - Vista aérea do prédio atual do Colégio Sagrado Coração de Jesus

Fonte: www.portalaz.com.br



Imagem 20 - Atual configuração espacial da Av. Frei Serafim. À esquerda, o “Colégio Sagrado Coração de Jesus”

Fonte: www.vooz.com.br

Diante do exposto, constata-se a contribuição do “Colégio Sagrado Coração de Jesus” para a educação e evolução espacial de Teresina, deixando no passado as marcas de seu desenvolvimento e, no presente, a solidez do construído para um futuro repleto de símbolos religiosos e espaciais e memórias arraigadas, que contribuíram para construir toda a geo-história dessa instituição, de importância vital para a educação e o espaço teresinense, seguida pelas outras escolas confessionais a serem retratadas.

4.1.3 Colégio São Francisco de Sales – Diocesano

Dando continuidade à política educacional através das escolas confessionais, Dom Joaquim institucionaliza o “Colégio São Francisco de Sales”, ou Colégio Diocesano, no ano de 1906. E, diferentemente do “Colégio das Irmãs”, que era voltado para a educação feminina, o Colégio Diocesano tinha a função educacional pautada para educar meninos. Mesmo que implícito, seu mister era impulsionar o crescimento da cidade além daquela localização, pois por ali haviam poucas casas, como a exemplificar a imagem a seguir:



Imagem 21 - Casa do Coronel João do Rego Monteiro, o Barão de Gurgueia

Fonte: Acervo Público do Piauí

Assim como a localização do “Colégio das Irmãs” no sentido centro/norte estimulou o crescimento espacial da cidade, o “Colégio Diocesano” também contribuiu para o desenvolvimento daquela zona da cidade ainda pouca habitada, com apenas alguns casarões pertencentes à elite piauiense, como o da imagem acima, de propriedade do Barão de Gurgueia, que *a posteriore* daria nome a uma importante via de fluxo, a Av. Barão de Gurgueia, que ligaria aquela parte da cidade aos futuros bairros no sentido sul da capital, reordenando o território teresinense. O colégio Diocesano se instala inicialmente em um prédio alugado na praça Saraiva, próximo à Igreja Nossa Senhora das Dores, com instalações que deixavam muito a desejar, porquanto vinham de um longo processo de construção, que no passado ligava à freguesia de Nossa Senhor do Amparo. Assim, com a criação da Igreja de Nossa Senhora das Dores, surge uma nova freguesia regularizada pelo poder público pela lei nº 590, de 6 de agosto de 1866, mostrando o poder de agente produtor do espaço urbano teresinense, da Igreja que constrói um novo templo e com ele a cidade se reorganiza, surgindo uma nova freguesia que pretendia atender a população crescente de fiéis da cidade de Teresina. Desse modo se cristalizava o segundo templo da Igreja Católica, reordenando o espaço urbano da cidade, que por muitos anos passou por tentativas de construções apropriadas para um templo da Igreja católica, mas que somente com a reabertura do “Colégio Diocesano”, a Igreja, representada por Dom Severino, ergue um templo majestoso e elegante.

O “Colégio Diocesano” veio para somar com a Igreja Católica na expansão e organização espacial da cidade no sentido sul, e assim, no ano de 1906, inicia sua história guiada pelos gestores Pe. Bianor Emílio, reitor; Ernesto Vasconcelos, vice-reitor, Pe. Clarindo, diretor espiritual, que mantém o colégio funcionando até 1914. Diante das crises financeiras passadas pela recém-criada diocese de Teresina, o “Colégio Diocesano” é fechado por Dom Otaviano Pereira, segundo bispo da diocese de Teresina, que passa a residir no prédio onde funcionava a escola. Dizia-se que o interesse de fechá-la era para uso de sua moradia. Ver imagem a seguir:

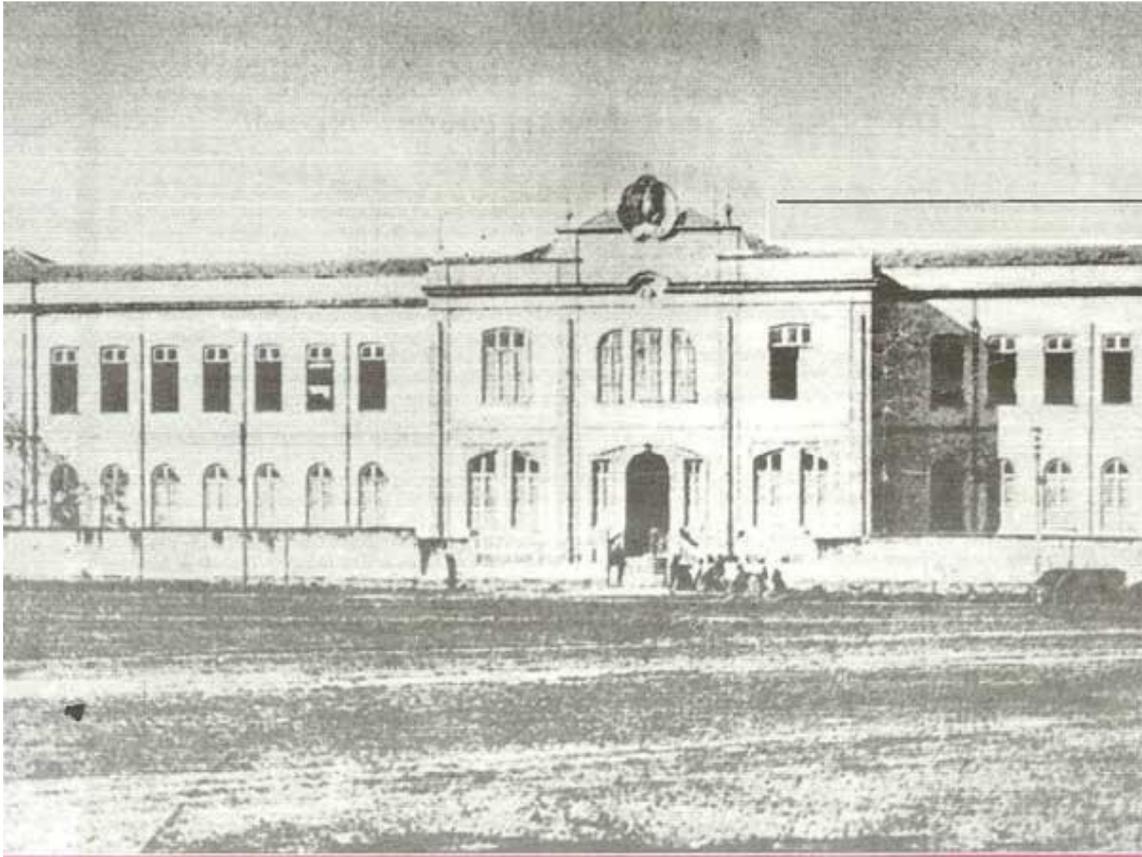


Foto do Colégio tirada em 1918

Imagem 22 - Prédio do “Colégio Diocesano” durante a moradia de Dom Otaviano

Fonte: “Colégio Diocesano” – 90 anos educando para a beleza da paz

No ano de 1924, o 3º Bispo de Teresina, Dom Severino Vieira Melo, traça como meta a reabertura do “Colégio Diocesano”, realizada em 1º de fevereiro de 1925, após um processo de reforma e construção, como retrata a imagem abaixo:

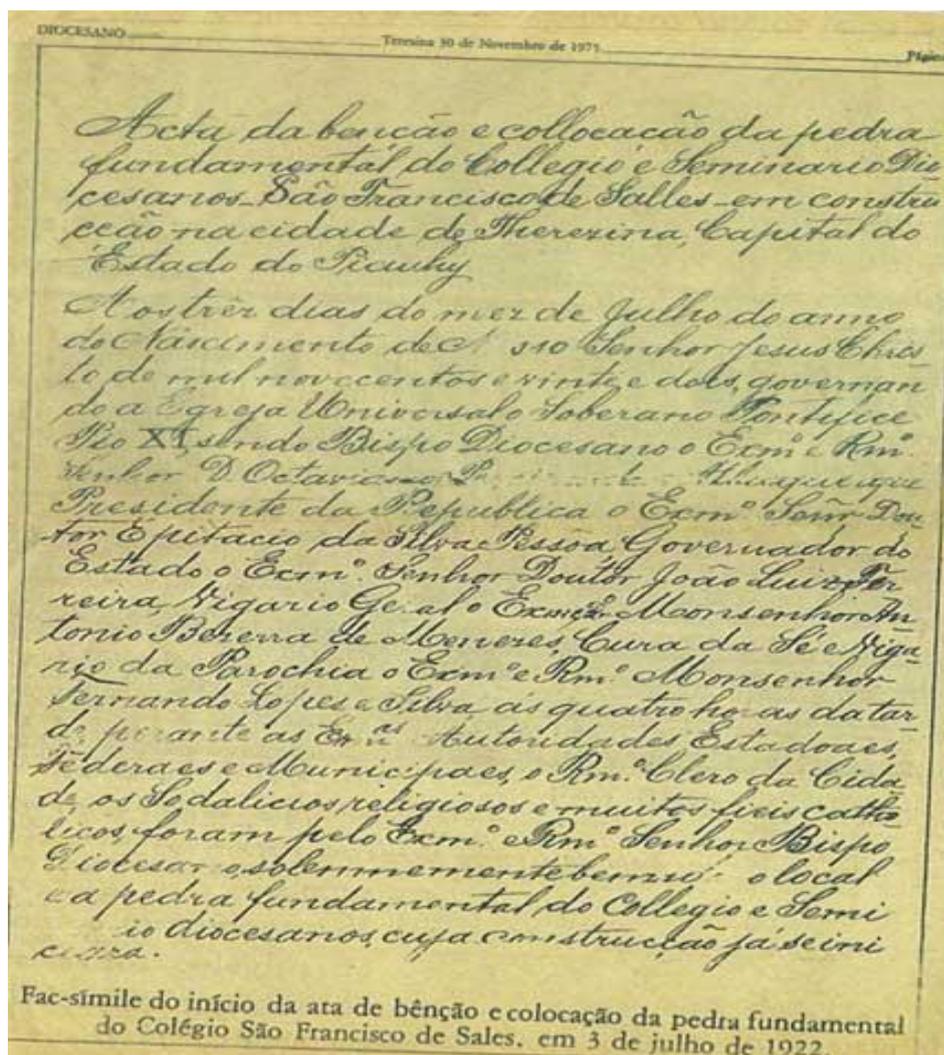


Imagem 23 - Fac-símile do início da ata de bênção e colocação da pedra fundamental do Colégio São Francisco de Sales
Fonte: "Colégio Diocesano" – 90 anos educando para a beleza da paz

Com a reabertura do "Colégio Diocesano", ele passa a funcionar em regime de internato, externato e semi-internato, nomeando-se para diretor Mons. Constantino Bozon, e para vice-diretor Zaul Pereira, que dão continuidade às atividades do colégio, criando, no ano de 1945, os cursos científicos clássicos e de comércio, sendo substituído por Pe. Deusdetit Craveiro, que reorganiza o colégio encerrando as atividades de internato, e abrindo, pela necessidade da legislação, para a entrada dos professores leigos. Posteriormente, é substituído por um professor leigo, o prof. Bernardo Lopes de Sousa, até o ano de 1960, período denominado de transição para a chegada dos jesuítas.

O ano de 1925 é ano de renovação no “Colégio Diocesano”. A escola reabre as portas para a elite piauiense com novas metodologias e em formato de semi-internato e externato, tendo neste ano um número considerável de alunos (ver anexo 001). Pelo “Colégio Diocesano” passaram os maiores nomes da política do Estado do Piauí, como os governadores Petrônio Portela e Djalma Veloso, este último deixa como legado àquela instituição de ensino agradáveis elogios (ver anexo 002). Também passou por lá o ex-Senador Lucídio Portela, reforçando o caráter elitista e de boa referência educacional. Dando continuidade às renovações do colégio, ocorreu a chegada dos jesuítas, anunciada via carta circular do Arcebispo de Teresina (ver anexo 003). E, em solenidade no dia 13 de março de 1960, o colégio foi entregue para os jesuítas (ver imagem abaixo).



Imagem 24 - Dom Avelar

Fonte: “Colégio Diocesano” – 90 anos educando para a beleza da paz



Imagem 25 - Diretor Carlos Bresciani

Fonte: “Colégio Diocesano” – 90 anos educando para a beleza da paz

Assumindo oficialmente o comando do colégio, os jesuítas, embasados pelos ensinamentos de Santo Inácio de Loyola, integram os leigos e pais de alunos às

suas filosofias, e conseguem inserir no colégio mais professores leigos (ver anexo 4) e suas filosofias e representatividades, como o novo brasão, colocado ao lado do brasão do Piauí, o símbolo dos jesuítas, demarcando a territorialidade de seus ensinamentos (ver imagem baixo):



Dr. Geraldo Barbosa Mamede e a Esposa Prof^a. Raimunda Gonzaga de Freitas Barbosa com os filhos (os menores), Geraldo Barbosa Mamede Filho, Emilio Façanha Mamede Neto e Carlos Eduardo de Freitas Mamede, na inauguração do novo Brasão do Colégio.

Imagem 26 - Apresentação do Novo Brasão do Colégio Diocesano

Fonte: “Colégio Diocesano” – 90 anos educando para a beleza da paz

Sempre baseados nas instruções jesuítas como explicita a imagem acima, os gestores do “Colégio Diocesano” tentaram colocar em prática as ações beneficentes, a exemplo da casa de retiro, sob a direção do Pe. Luciano Cimar e do Irmão Luís Oboé, obra inicialmente destinada para o recolhimento e reflexão, mas que posteriormente foram instaladas oficinas, ferrarias, hortas e granjas, projeto que, aliado ao crescimento espacial de Teresina, originou a criação de uma escola confessional agrícola fora do perímetro urbano da cidade, no sentido leste,

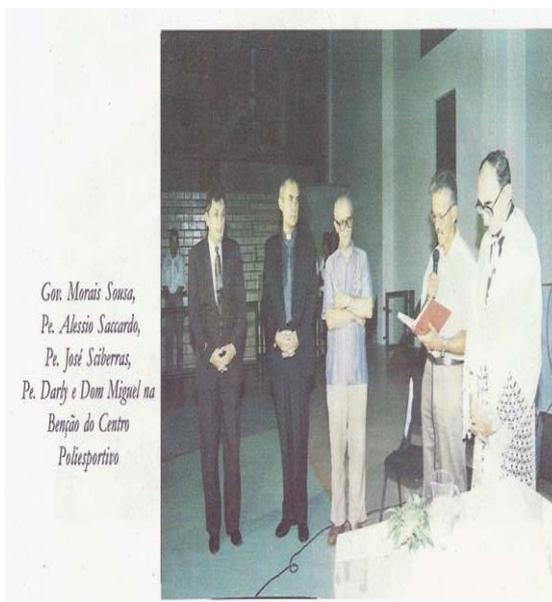
ampliando as ações jesuítas e botando em prática as ações de agente produtor do espaço urbano da Igreja católica, através da seletividade de um espaço que, na atualidade, abriga mais uma escola confessional para propagar a filosofia católica e direcionar o crescimento da cidade. Assim, as missões jesuítas adentram o “Colégio Diocesano” e se tornam rotina as cruzadas, catequeses e evangelização em busca de alcançar adeptos dentro e fora da escola, mostrando-se flexível às mudanças sociais ao inserir a modalidade de educação feminina nos anos de 1968, inicialmente com cursinhos de teatros, como mostra o anexo 7 e, *a posteriore*, matricula institucionalmente as primeiras alunas, a princípio para as quatro primeiras séries do 1º e 2º graus, expandindo para todas as séries a partir de 1974.

Com essa flexibilidade associada ao ensino de qualidade, o colégio cristaliza seu espaço na sociedade teresinense e piauiense, expandindo-o continuamente, como o Centro Esportivo, atraindo políticos para solenidades de inauguração como forma de alimentar a histórica relação intrínseca com o Estado. Conforme imagem abaixo.



Fachada do Centro Poliesportivo Pe. Anchieta

Imagem 27 - Nova fachada do Centro Poliesportivo Pe. Anchieta
Fonte: Acervo do “Colégio Diocesano”



*Gov. Moraes Sousa,
Pe. Alessio Saccardo,
Pe. José Sáberras,
Pe. Darj e Dom Miguel na
Benção do Centro
Poliesportivo*

Imagem 28 - Gov. Mão Santa na bênção do Centro Poliesportivo
Fonte: Acervo do “Colégio Diocesano”

Nos 31 anos de comemoração do Episcopado do Piauí, Dom Severino, primeiro bispo metropolitano e 3º bispo do Piauí, que completava, em 1952, 52 anos

de vida sacerdotal, teve em sua gestão, na diocese de Teresina, duas obras importantes: a reabertura do “Colégio Diocesano”, e, com obra de tamanha importância para aquela região, quebra um histórico processo de reforma da Catedral Nossa Senhora das Dores, “tornando um templo alto e elegante” (O DOMINICAL, 26/6/1955, p. 1), “quase a reconstruindo, fazendo mais três partes do que hoje há” (O DOMINICAL, 5/6/1955, p. 2). É no meio de todo esse desenrolar histórico do “Colégio Diocesano” que ele consegue contribuir para o desenvolvimento espacial da cidade de Teresina, e ao mesmo tempo dar uma continuidade às práticas espaciais e educacionais da Igreja Católica. Sua instalação ao lado da Igreja das Dores, que viveu um contínuo processo de tentativa de estruturação física, consegue quebrar uma problemática histórica, trazendo benefício à paróquia, e reordenando o território ao seu entorno, servindo de pedra fundamental para a historicidade da cidade de Teresina nos aspectos educacional e espacial.

4.1.4 Escola Santo Afonso Rodriguez

A Escola Santo Afonso é uma das mais tímidas obras confessionais da Igreja Católica, tendo seu processo iniciado através de obras assistenciais dos jesuítas ligados ao “Colégio Diocesano”, que constroem ali uma casa distante do perímetro urbano da cidade de Teresina, localizada na localidade Socopo, uma escolha aparentemente desprovida de olhares futuros, mas visivelmente observa-se o caráter celetista espacial, pois lá se expandiriam as atividades sociais, incluindo um maior raio de atuação das ações jesuítas, posteriormente dando origem ao Colégio Santo Afonso. Ver imagem abaixo:



Imagem 29 - Casa de retiro Col. Diocesano

Fonte: Acervo do Colégio Santo Afonso



Imagem 30 – Colégio Santo Afonso

Fonte: Acervo do Colégio Santo Afonso

Inicialmente, as atividades eram de marcenaria, ferraria, hortas, granjas, etc. Logo depois, houve um desenvolvimento considerável de obras assistenciais, educacionais, e se realiza mais uma obra confessional católica, o Colégio Santo Afonso Rodrigues, no ano de 1963, fundado oficialmente pelo Pe. Antônio Dante Civiero, com o ensino de 1ª a 4ª série, o então primário, e o curso profissionalizante de iniciação à agricultura. Nesse período inicial, de 1963 a 1967, a escola contava com apenas três professores, cedidos através de convênio pelo Estado, uma diretora pedagógica (registros inexistentes), e um secretário, Antônio Carneiro. A Escola Santo Afonso representava um novo limite espacial da cidade de Teresina, através das práticas espaciais da seletividade e da antecipação espacial. Dessa forma, a Igreja católica transforma um imóvel situado em um descampado distante de tudo em uma escola de referência educacional, cristalizando mais um símbolo dessa instituição e garantindo um contínuo da valoração do catolicismo. Ver imagem abaixo:

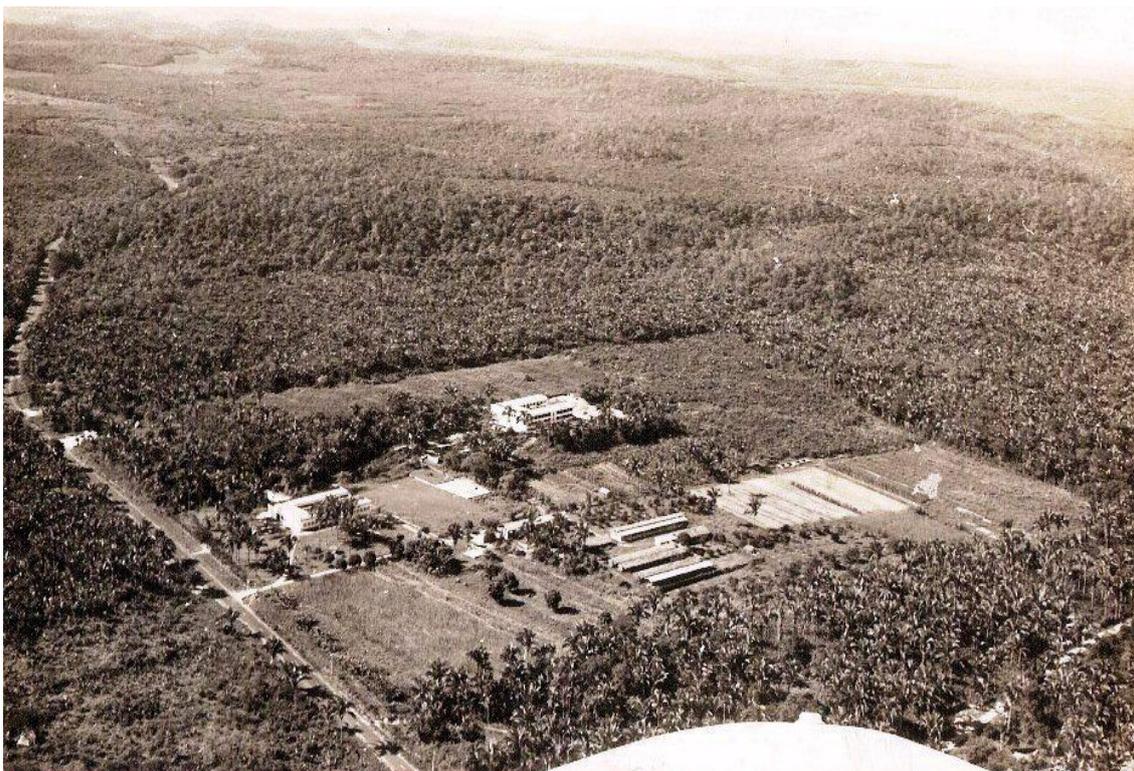


Imagem 31 - Vista aérea da Escola Santo Afonso no início de sua formação

Fonte: Arquivo da Escola Santo Afonso

Nesse espaço, até então com pouca densidade demográfica, iria se desenvolver mais uma obra da Igreja católica relacionada à expansão territorial de Teresina e ao desenvolvimento de atividades educacionais voltadas para a classe menos favorecida, que alimentaria mais um foco de dissipação e manutenção do catolicismo e traçaria toda uma trajetória de evolução espacial e educacional. De acordo com Carvalho [s.d], o Colégio Santo Afonso teve os seguintes diretores pós-gestão do Pe. Antônio Dante Civiero, e suas atuações foram de grande relevância para este processo:

Pe. Moisés Fumalli. No período de **1967 a 1979:** tendo como diretora pedagógica Elizabeth Gomes Almeida.

Pe. José Bulfoni. No período de **1970 a 1975:** tendo como diretora pedagógica Francisca Antônia de Moura Carvalho, com aumento de 6 professores, em 1972 teve início a 5ª série, antigo ginásio, em 1974 iniciou-se o curso de profissionalização, em 1975 saiu a 1ª turma de ginásio e conclusão da 8ª série.

Pe. Luciano Ciman. No período de **1976 a 1979** – continuou como diretora pedagógica Francisca Antônia de Moura Carvalho. Suas obras: pré-escola, construiu o Posto de Saúde, o prédio Moscou e

Casa Porciúncula, nesta época a escola já contava com 19 professores à tarde.

Pe. Ilário Govoni. No seu primeiro momento de **1980 a 1984** organizou e criou escolinhas isoladas: Soim com as professoras Maria de Sousa e Magnólia, ambas com turmas de 1ª série, manhã e tarde, com 30 alunos cada; Montes Claros: no município de Aroazes, com turmas de 1ª a 4ª série; Baixão de Carlos com professor Severo (ex. aluno da escola), com 16 alunos, ampliou as oficinas dos cursos profissionalizantes, diretoras pedagógicas.

Pe. Humberto Pietrogrande. No período de **1985 a 1999**: chamou **Complexo Socopo**, juntando a escola, oficinas, posto médico, ampliou o pré-escolar – já como creche, ampliou o prédio com a parte superior da escola, chamado 2º andar, com 9 salas de aula-**1986**. Criou a FUNACI, uma ONG, com esta entidade vieram as Escolas Famílias, comunidades assentadas, fazenda Nova Esperança. Em 1985, a escola deixou de ser anexo do Diocesano, tornando-se independente. A partir de 1986, foi dado início à semana pedagógica. As Semanas Pedagógicas foram feitas com todos os setores da FUNACI – Complexo Socopo. Tendo como diretora pedagógica Joana Moura de Carvalho. Em 1991, começou o ano procurando conhecer o aluno em sua família e comunidade, assim tiveram início as visitas às famílias dos alunos, havendo maior entrosamento entre escola x família. Oficializaram-se os convênios com Estado e Prefeitura.

Pe. Ilario Govoni. No período de **2000 a 15 de outubro de 2004**: em 2001, a Semana Pedagógica foi desmembrada na FUNACI. Em 2003, foi construído o prédio para o ensino médio, o ginásio de esporte Irmão Afonso Montiero. Em 2004, iniciou-se o ensino médio com duas turmas de 70 alunos. Fizeram-se mais dois convênios com o Estado, sendo um repasse e outra cessão do prédio novo até 2007. Compraram-se computadores para a escola. Escolástico Marco Antonio no ano 2000 fez seu magistério na Escola Santo Afonso, colaborou na parte pedagógica, não havia coordenador pedagógico.

Pe. Marco Antonio. No período de **16 de outubro de 2004 a outubro de 2005**: organizou a parte financeira e administrativa, iniciou a reforma da escola e não teve tempo de concluir o trabalho que começou. Ajudou a refazer o Projeto Político Pedagógico e Regimento interno da Escola. Regularizou o alvará de funcionamento da Escola. Deu entrada no Reconhecimento de Utilidade Pública Municipal. É Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social. Fez o muro da escola, melhorou a qualidade da merenda escolar, contratou um nutricionista. Melhorou a qualidade das provas. Organizou as Semanas Pedagógicas de 2000 a 2004. Tendo como diretora adjunta Joana Moura de Carvalho. Estruturou melhor a escola com departamentos. Certificado de Registro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Certificado de Registro do Conselho Municipal de Assistência Social. Renovação Provisória de funcionamento do Ensino Médio – Resolução até 2005 (incidido). Implantação do acompanhamento psicológico.

Pe. Plutarco de Sousa Almeida. Assumiu a direção da Escola Santo Afonso em outubro de 2005 até agosto de 2010. Reformou o prédio verde e fez Projeto Pedagógico, contratou o Serviço Social na escola, trazendo ainda vários projetos como: Ecologia e Meio

Ambiente; Formação Humana; Informática Básica; Montagem de Computadores; Artes Manuais; Projeto Reforço Escolar; Projeto Conviver; Projeto Criança Cidadã; Playground; Projeto Esportivo Vôlei e Badminton; Projeto Multi-cultura; Projeto Multi-vacinação. Nesse período, houve a implantação da biblioteca infantil; o almoço para os alunos que moram distante; oficina de Artes e Novos Talentos; acampamento para alunos do Ensino Médio e convênio com duas Faculdades FACID e Santo Agostinho. Trabalhos voluntários de mães, algumas conseguiram ficar trabalhando na escola, e ainda climatizou a sala de aula do 3º ano do Ensino Médio.

Pe. Álvaro Negromonte. Assumiu a direção da Escola Santo Afonso de agosto de 2010 até julho de 2012. Fez uma nova reforma do prédio e do SORPA, como também ampliou a carga horária do Ensino Médio e deu legitimidade à regulamentação da Lei n. 12.101/27 de novembro de 2009, que versa sobre a concessão de bolsas de estudos. Durante todo o ano de 2011, fez algumas mudanças nos aspectos físicos da estrutura da Escola Santo Afonso Rodriguez. Nas seguintes estruturas: direção, biblioteca, sala de nutrição, sala de música, capela da escola, corredores de acesso até as salas de aula entre os dois prédios, salas de laboratórios de ciência, jardim, sala de apoio dos funcionários, sala de Serviço Social, sala de coordenação pedagógica.

- 1- Mudou o acesso da sala da direção transferindo para o interior do prédio principal;
- 2- Ampliação do acervo bibliotecário, proporcionando a melhora na climatização do ambiente, e organizou a estrutura da mesma.
- 3- Criou a sala da nutricionista, proporcionando uma melhor estrutura de trabalhar.
- 4- Criou uma estrutura adequada para o funcionamento da sala de música, pois segundo a Lei nº 11.769, de 18 de agosto de 2008, torna a música conteúdo obrigatório em 2012 em toda Educação Básica.
- 5- Fez a ampliação da capela da Escola.
- 6- Fez melhorar a arborização e a jardinagem da Escola.
- 7- Mudou as salas do Serviço Social e da Coordenação Pedagógica da Escola.
- 8- Iniciou o Projeto do quiosque das artes. (CARVALHO, s/d). (Grifos do autor)

Em um processo contínuo, os jesuítas abraçam a obra educacional e social e vão desenvolvendo consideravelmente a escola, impondo uma tradição educativa da Companhia de Jesus, que se propõe a instruir a formação integral de seus alunos, baseados no testemunho de liderança cristã e no espírito de serviço ao próximo, objetivando assegurar-lhes a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. A filosofia católica jesuíta é um dos pilares da Escola, um processo intrínseco desde

sua criação até a atualidade, a qual ainda se encontra gerida por um padre, embora a maioria dos professores seja cedida através de parcerias entre estado e município.

Como um ritual, a escola tem seguido ao longo desses anos o ensino religioso como forma de completar todo o círculo de conhecimentos a que o aluno tem acesso, introduzindo fator primordial: o contato com Deus, pois *a posteriore* desse contato, na visão jesuíta o aluno entra em contato com a verdade, encontrando sentido para a vida, despertando para valores morais e encorajando-os para a construção de um mundo mais solidário, mais justo e humano. Essa fala é vista no discurso de quem faz a Escola, mesmo sem um quadro docente especificamente de padres, como foi feito inicialmente nas outras escolas confessionais, a filosofia inaciana dos jesuítas é seguida à risca, segundo Carvalho (s.d.). A escola proporciona encontros de Formação, Celebrações Eucarísticas, Retiros Espirituais, Palestras Educativas, visando a formação integral do aluno, resgatando seus valores éticos e morais. Este trabalho é coordenado pelo serviço de orientação religiosa e pastoral – SORPA, constituído por uma equipe de pessoas que possuem formação específica que a área exige: teológica e /ou filosófica. Este trabalho está direcionado também para as famílias dos alunos e à comunidade escolar.

Entre ações pastorais e educacionais, a Escola Santo Afonso se desenvolve continuamente, tornando-se referência educacional na zona rural de Teresina. E, com a implantação do II Plano Estrutural de Teresina – PET, em 1988, parte do bairro Socopo foi incluída na zona de expansão urbana da cidade, estando hoje totalmente inserida no seu perímetro urbano, apresentando uma população que segue o padrão social do resto da cidade, agregando no seu contingente populacional uma grande quantidade de pessoas vindas de outras cidades do interior do Estado, formando uma população com baixo poder aquisitivo, com características como subemprego, com uma renda mínima média que não ultrapassa a um salário mínimo, que atua no setor informal e convive lado a lado com o descaso público, onde inexistem políticas públicas básicas, saneamento, educação, saúde e lazer. Esse processo migratório desenvolveu uma crescente horizontalização da cidade e do número de vilas e favelas; ademais, o número de escolas não é suficiente para atender à enorme demanda, a população do bairro,

fazendo da Escola Santo Afonso a escola mais disputada pela população, o que só reforça a sua importância educacional.

A Escola Santo Afonso hoje tem na sua realidade a gestão do **Pe. Ednaldo Vieira**. Desde 31 de julho de 2012 é o atual diretor da ESAR. Mesmo com pouco tempo na direção da Escola, Pe. Ednaldo teve dentro de sua gestão mudanças como:

- 1- Acréscimo de mais uma turma do Ensino Médio;
 - 2- Continuidade no projeto de reforma do ginásio de Esporte;
 - 3- Continuou o Projeto do quiosque das artes;
 - 4- Continuação e ampliação do projeto de reforço escolar;
 - 5- Retomada do projeto de incentivo à leitura
 - 6- Conversação com a Instituição Fé e Alegria com o intuito de inserir o ensino técnico de Recursos Humanos e Informática.
- (CARVALHO, s/d). (Grifos do autor)

Segundo Carvalho (s.d.), a “Escola Santo Afonso Rodriguez” funciona por meio de um Projeto Educacional pautado:

Nos princípios da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96 e da Pedagogia Inaciana. É uma instituição de direito privado, pertencente à rede particular de ensino e tem como mantenedora a Associação Nacional de Instrução. É conveniado com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC) – Ensino Fundamental, e com a Secretaria de Educação do Estado do Piauí (SEDUC) – Ensino Médio. Sendo mantida pela Associação Nacional de Instrução – ANI, com Sede situada na Av. Tancredo Neves, n.º 1186, na cidade de Salvador, sendo uma Entidade de Fins Filantrópicos, reconhecida definitivamente em 25/09/1975, pelo Conselho Nacional de Serviço Social, Proc. n. 255/484/74, Isento de Imposto de Renda, Proc. 8.103/70.

A Escola Santo Afonso é sem dúvida uma das maiores práticas espaciais da Igreja Católica relacionada com a educação confessional, posto que conseguiu levar valorização espacial para aquela zona da cidade. Hoje a escola possui uma das maiores especulações imobiliárias, possuindo condomínios residenciais fechados e se conurbando em um processo contínuo com os espaços ociosos que ainda existem na interseção da escola e os demais bairros da cidade de Teresina. É visível nas obras, ações e fala de todos os que fazem a escola, que o sucesso está relacionado com os princípios norteadores jesuítas que originaram e têm conservado a Escola até a atualidade. De acordo com Carvalho (s.d.), a referida instituição tem como objetivos:

Objetivo geral: proporcionar gratuitamente às crianças, adolescentes e jovens uma educação humanística integral, com ênfase na qualidade do ensino e fundamentada nas tradições pedagógicas seculares da Companhia de Jesus (Jesuítas) e na legislação governamental em vigor.

Objetivos específicos: oferecer uma educação de qualidade, diferenciada e inclusiva, que mude o destino do jovem da periferia leste de Teresina, tirando-o da situação de risco e vulnerabilidade social; possibilitar aos educandos o pleno desenvolvimento da sua autoestima, fator essencial para o sucesso na aprendizagem; proporcionar aos educandos uma formação integral, que contemple os aspectos principais da cidadania, tais como direitos humanos, sexualidade e afetividade, família, meio ambiente, esportes, artes (dança, teatro, música, etc.), ética social e profissional, etc.; favorecer a integração família-escola-comunidade, visando construir um processo de corresponsabilidade de todos os segmentos envolvidos na educação; garantir o funcionamento da infraestrutura material necessária para o desenvolvimento das atividades educativas em nível de excelência. (Grifos do autor)

O ingresso dos alunos na “Escola Santo Afonso Rodriguez” é feito por meio de teste seletivo e entrevista à família, onde serão abordados pontos relevantes para a instituição e os pais, destacando-se para eles a visão, a missão, os objetivos e o perfil do aluno que a escola deseja formar, de acordo com sua proposta pedagógica. É no desenvolver da escola, na sua missão e objetivos que vemos uma analogia com o processo educacional brasileiro traçado pelos jesuítas no início da educação brasileira, vista por muitos por educação de classe, que emerge no território teresinense séculos depois, mixando interesses e princípios religiosos. Nesse sentido, constrói uma escola confessional e um fixo que impulsionaria um crescente fluxo de ocupação, redes e vias, integrando o distante com a cidade. Em tese, isso representa a união com outros agentes produtores do espaço urbano teresinense e ao mesmo tempo faz uma delimitação seus territórios, pois a concepção do poder exige a territorialidade, mesmo que seja realizada em parceria (SOUZA, 2000). Essa união com outros agentes produtores do espaço urbano é vital para o desenvolvimento das ações espaciais, como reforça Vasconcelos Júnior (2006, p. 166-168).

É bom lembrar que as ações da Igreja, pela influência que ela detinha e, em parte ainda detém, serão, em muitos dos casos, associadas às ações do poder público, como intervenções antecipadas ou posteriores em benefício de empreendimentos. Exemplos não faltam: construção de ruas, rede de água e esgoto e iluminação pública, empreendimentos, entre outros, que só

colaboram para a viabilidade de outros empreendimentos locais. Realizados por outros agentes, visando tornar viáveis várias atividades: residenciais, sociais, culturais, educativas e principalmente, econômicas [...] Vários estudos relacionados à noção de região indicam que ações implementadas num processo pré-estabelecido, planejado, onde vários atores se associam, produzem significativas alterações nesse espaço, em primeira instância relacionadas ao primeiro objetivo traçado e, posteriormente agregados ou acompanhados de novos interesses que propiciarão novas ações, que por sua vez, implantadas, se constituirão em novos elementos na forma urbana, expandindo no geral várias atividades, relacionadas a outros interesses, que não o primeiro, mas garantidas em sua sobrevivência e evolução, numa relação direta com o primeiro objetivo traçado.

Convém observar que não existe ação impensada, sobretudo quando elas estão envolvidas com organizações como a Igreja Católica. Na verdade, tudo foi calculado para que seus objetivos fossem alcançados, os quais podemos denominar de missionários, educacionais, disseminadores e expansionistas, ou simplesmente inserir outras qualificações. Todavia, não podemos fugir do caráter de produtor espacial da Igreja Católica, comprovado através de seus fixos, sejam eles escolas confessionais elitizadas ou assistenciais, ou seus templos, pois eles estão fixos, demonstrando toda a sua prática espacial.

4.2 AS ESCOLAS CONFESSIONAIS E A CARTOGRAFIA DO CRESCIMENTO ESPACIAL URBANO DE TERESINA

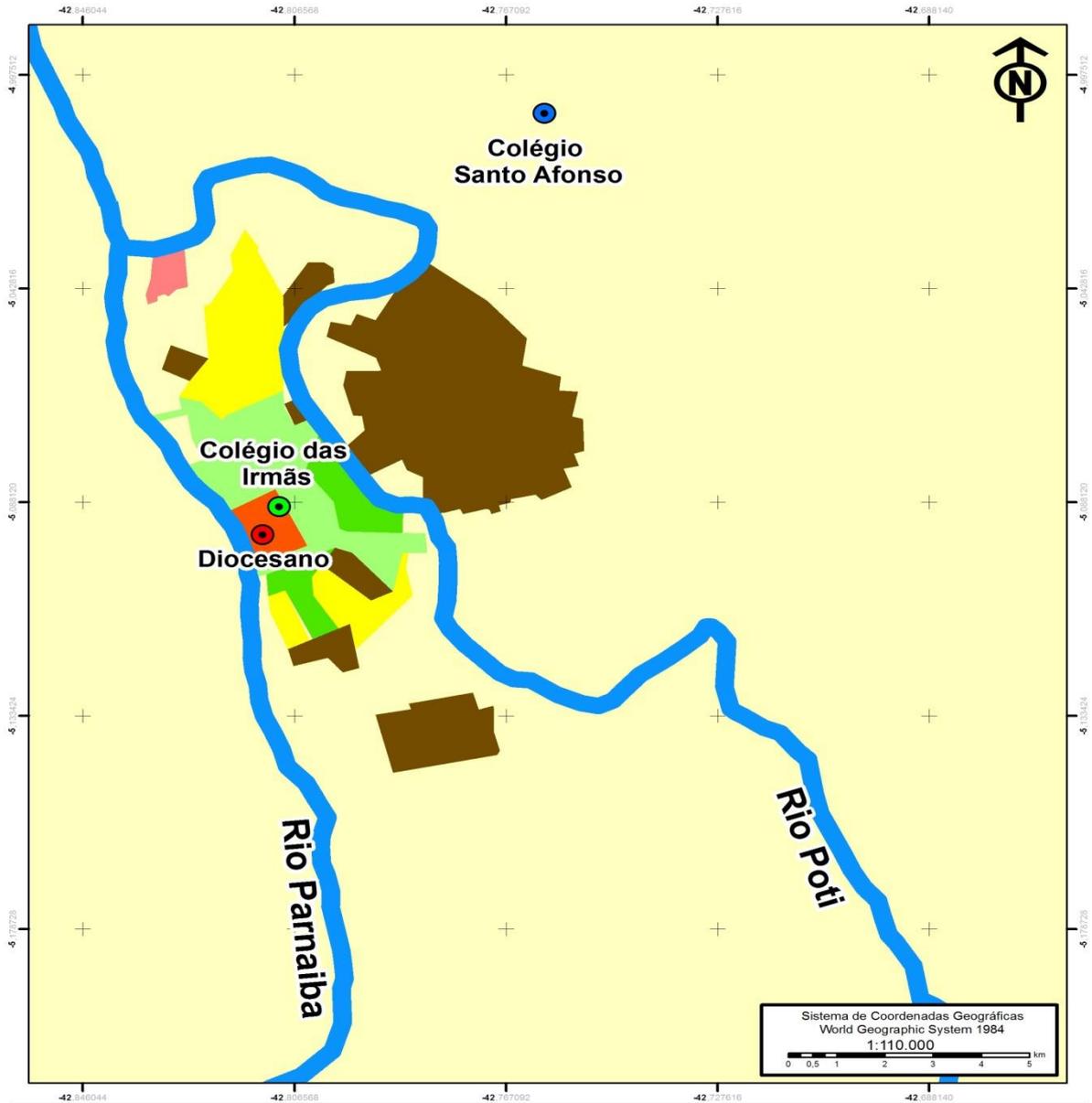
Após imergir na Geo-história de Teresina, com ênfase no processo educacional piauiense, a transferência da capital de Oeiras para Teresina, conforme o §1º do artigo 4º da Resolução nº 315, de 20 de julho de 1852, torna-se viável analisar o seu crescimento espacial e como as escolas confessionais contribuíram para isso.

De 1890 a 1900, Teresina já possuía uma população em torno de 30.000 habitantes. Como assinala Rebêlo.

O Censo de 1872 revelou um maior crescimento urbano, visto que, além do aumento do número de cidades, 10 delas já contavam com população superior a 30.000 habitantes, porém nenhuma dessas se localizava no Piauí. Esse número se elevou para 12 e 15 nos Censos de 1890 e 1900, aparecendo Teresina como componente desse grupo de cidades, ocupando o 10º e 11º lugares, respectivamente. (REBÊLO, 2000, p. 102)

E assim Teresina vai crescendo e ganhando formas e contingentes populacionais, ao tempo em que despertava nos seus produtores espaciais o desejo

de desenvolvimento econômico, mas aos poucos se observou que não seria no imediatismo desejado, como mostra o mapa abaixo.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

ProGeo

Crescimento urbano de Teresina (1800-1970)

A Geohistória de Teresina na Perspectiva das Ações da Igreja Católica, no Âmbito da Educação: 1903 - 1963

Linha de Pesquisa: SOCIEDADE, ESPAÇO E CULTURA

Tese apresentada ao Curso de Doutorado Acadêmico em Geografia do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Geografia.

Organização: Stanley Braz de Oliveira

Professor Orientador: Dr. Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos Junior

AGOSTO/2014

Elaboração do Mapa: Diego Silva Salvador

LEGENDA

Rios

- Colégio Santo Afonso - Bairro Socopo

- Colégio das Irmãs - Bairro Centro

- Colégio Diocesano - Bairro Centro

Evolução

1800

1850 a 1900

1901 a 1940

1941 a 1950

1951 a 1960

1961 a 1970

Fonte: Façanha (1998) Adaptado e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2007).

Mapa 04 - Crescimento espacial urbano de Teresina (1800-1970).

Ao longo de um século, o crescimento espacial de Teresina revelou-se abaixo do esperado. Pode ser apontada como causa desse efeito a cristalizada falta de articulação local, e também regional, estando o Piauí sempre atrás do desenvolvimento de outros estados da região nordeste. Senão, vejamos: a Companhia de Navegação a Vapor do Rio Parnaíba começa a operar em 1859, com um atraso considerável de *40 anos* após a primeira embarcação a vapor a navegar no Brasil e *52 anos* depois de Robert Fulton construir o primeiro barco a vapor; o primeiro telefone do Piauí, a primeira linha telegráfica ligando São Luís do Maranhão a Teresina só tem seu início em 1884, *32 anos* depois de sua chegada ao Brasil e *40 anos* depois da primeira linha de telégrafo nos Estados Unidos. E assim como o restante do desenvolvimento teresinense, a exemplo da primeira usina elétrica de Teresina, concluída em 1914, *31 anos* depois do primeiro serviço municipal implantado no Brasil e *35 anos* depois de Thomas Alva Edison fazer a primeira demonstração de seu invento. A ferrovia de Teresina a São Luís do Maranhão foi concluída em 1921, decorridos *67 anos* da primeira ferrovia do Brasil e *96 anos* depois da primeira ferrovia, na Inglaterra (MENDES, 2004), e segue uma sequência de atrasos do Piauí em relação às outras regiões do país, deixando Teresina em um crescimento lento e sem muito desenvolvimento econômico.

Somente com o incremento da navegação pelo rio Parnaíba, que mudou consideravelmente a economia do Piauí e de Teresina, pôde-se estimular o cultivo de maniçoba, carnaúba e babaçu, que agora era produzido nas cidades de Teresina, Parnaíba, Floriano, Amarante, União, todas situadas às margens do rio Parnaíba – “como o pulmão” das atividades propulsoras do desenvolvimento (FAÇANHA, 1998, p. 57).

Assim, a localização da cidade planejada começa a atingir os objetivos de seus agentes produtores, pois o sistema fluvial contribuiu para o desenvolvimento de serviços e ao mesmo tempo proporciona a comunicação de Teresina com as outras cidades piauienses. Sobre isto Figueiredo (2006, p. 36) comenta que:

Fazendo dos anos de 1860, o ápice do desenvolvimento espacial e econômico de Teresina, que já conseguia ter um quilômetro de extensão na direção norte-sul, que de área urbanizada estendia do largo do quartel do Batalhão, atual Estádio Lindolfo Monteiro, ao Barroão, onde hoje é a avenida José dos Santos e Silva. E ao leste-oeste, o crescimento foi menor: as ruas findavam um pouco acima

das atuais praças Marechal Deodoro e Saraiva. No sentido do rio Poti, houve um maior destaque com a chegada da Ferrovia, na década de 1920, e com a abertura da Av. Frei Serafim, tendo como eixo de expansão naquela direção a Avenida Frei Serafim (FIGUEIREDO, 2006). Ver imagem abaixo:



Imagem 32 - Avenida Frei Serafim
Fonte: Arquivo Público do Piauí

Com o crescimento demográfico, Teresina vê seu espaço ser preenchido. De acordo com Monsenhor Chaves (2005), dos 49 habitantes que existiam no processo inicial da cidade, na sua formação antes da edificação da cidade, multiplicaram-se tão rápido que na década seguinte já constavam 963 casas, descritas como 433 sólidas e 530 frágeis, de palha, para um total de 963 habitantes. Elevando consideravelmente o contingente populacional, atraindo investimentos de infraestrutura e desenvolvimento, como companhia de navegação, energia elétrica (MENDES, 2004), mesmo que timidamente. No final do século XIX, a população era de apenas 31.523 habitantes, chegando na metade do século XX a 67.641 habitantes, elevando assim um aumento considerável da população teresinense, incluindo Teresina no processo de atratividade pelos maiores centros urbanos, atraindo pessoas tanto do interior como de outros estados. Fato ocorrido em outras capitais do país, onde a população rural começa a visualizar melhorias na qualidade

de vida, pois Teresina, por ser planejada, dava a seus produtores espaciais margem para planejá-la tanto espacial e como socialmente, podendo oferecer serviços de necessidade básica de saúde, educação, isso somado à dinamicidade comercial de Teresina. Nesse sentido, o teresinense pôde ter condições de vida melhores, tornando-se polo de atratividade humana, crescendo consideravelmente.

Inserida neste contexto, a Igreja Católica, com suas ações educacionais, gestora do espaço urbano, e ainda com poder de influência significativa, instala-se em pontos geográficos estratégicos – proporcionados por sua prática espacial da seletividade, que contribuíram para valorizar estas zonas da cidade e ao mesmo tempo delimitá-la, direcionando e posteriormente acompanhando o seu crescimento espacial urbano. Para uma melhor compreensão da participação da Igreja através das escolas confessionais, faz-se necessário adentrar na Geo-história dessas escolas, explicitando sua contribuição para o espaço urbano teresinense.

A historicidade da cidade de Teresina sempre esteve ligada à Igreja Católica, inicialmente a seus templos e posteriormente ao sistema educacional, uma cidade planejada e um rebanho guiado, assim se cria o espaço urbano teresinense, entrelaçado com o desejo de crescer e os interesses de seus agentes espaciais urbanos. Dessa forma surge Teresina, arraigada de interesses e planejada para evoluir nos anos de 1852, tendo como marco inicial um dos maiores símbolos da Igreja católica, a Paróquia Nossa Senhora do Amparo e alguns moradores espalhados pelo território, em poucas moradias, antes de sua oficialização como nova capital, segundo o entendimento de Braz.

Textos de historiadores piauienses como Monsenhor Chaves e Orgmar Monteiro sobre a história de Teresina permitem concluir que a Capital da Província ao ser instalada na Chapada do Corisco já encontrou uma cidade ou aglomerado. Havia pessoas morando, trabalhando, se relacionando. Havia espaços coletivos e de uso privado. (BRAZ, [200-?], p. 6)

E assim a cidade de Teresina começa a crescer, *a priori* intrinsecamente, ligada à Igreja católica e seus templos e, *a posteriori*, às suas escolas confessionais. Nesse momento inicial havia apenas 6 km do núcleo de ocupação populacional mais próximo à Vila Poti, e um vasto território a ser ocupado da Vila do Corisco, gerando uma considerável atratividade populacional para Teresina, tendo como configuração

espacial inicial um projeto desenvolvido por um português mestre de obras denominado João Isidoro da Silva França, que planejou os traçados urbanos em linhas simétricas e teve como ponto de partida o rio Parnaíba se direcionando ao rio Poti. Segundo Figueiredo (2006, p. 35),

o núcleo inicial, concebido em um quadrilátero onde foi instalado o Paço Imperial, posteriormente Praça da Constituição e atualmente Praça Marechal Deodoro, local em que foram edificados os prédios públicos, foi voltado para o rio Parnaíba, tendo sido erguida, ao centro da ala oposta, a Igreja Matriz de N. S. do Amparo.

Todo o desenvolvimento espacial da cidade de Teresina inicialmente parte deste ponto, a Igreja Nossa Senhora do Amparo, onde a cidade se dividiria em freguesias, sendo esta a catedral e, a partir dela surgiriam as outras, que teriam como símbolo um templo da Igreja católica. A próxima freguesia a ser criada foi a de Nossa Senhora das Dores e, a partir daí, caberia ao poder público reorganizar o espaço teresinense, fato este realizado através de uma resolução da Assembleia Legislativa do estado, que

resolve, no Artigo. 1º- A linha divisória da Freguesia de N. Senhora do Amparo da de N. Senhora das Dores da cidade de Teresina começará da Rua Grande desta cidade de um e outro lado desde a margem do rio Parnaíba até a do rio Poti em linha reta e seguindo rio acima pelo lado direito até a ponte da Fazenda Calombi; S. Bento, Vereda, Cedro, Cocal, Coqueiro, Formosa e Boa Vista de Manoel Francisco Pereira e Silva, Providência, Bom Sucesso de José Luís de Macedo, Brejinho, Buritizinho, Fazenda e João Vieira e extremado com a Freguesia de N. S. do Desterro [Marvão] em linha reta desse último lugar ficarão pertencendo os sítios e fazendas referidos à Freguesia de N. S. do Amparo.³

A produção espacial urbana teresinense acontece entrelaçada com as ações da Igreja, impondo a cada zona da cidade um templo, que representaria a instituição religiosa, e posteriormente, as escolas confessionais contribuiriam para esta evolução espacial de Teresina, que começa a atrair uma população oriunda do interior do Piauí e de outros estados como o Maranhão, dando os primeiros passos

³ Livro nº 1. Este Livro há de servir para registro dos Projetos apresentados na Assembleia Legislativa. Província do Piauí e tem o número de folha declarado no termo de encerramento. Cidade de Teresina, 17 de dezembro de 1870, nº. 39, p. 59, e Resolução nº. 720 de 6 de setembro de 1870. Fonte: Acervo do Arquivo Público do Piauí.

para a organização social e espacial, que seria aproveitada pela Igreja católica para traçar suas ações espaciais, que teria como aliada sua insistente influência no Estado, servindo de apoio para a realização de suas metas.

Diante do processo de configuração espacial de Teresina, e todo o contexto vivido pela Igreja dentro do território piauiense e teresinense, a Igreja institui as escolas confessionais como instrumentos de continuidade de suas intervenções, desenvolvendo um novo desenho no espaço urbano teresinense.



Imagem 33 - Distribuição espacial das escolas confessionais no espaço urbano de Teresina
Fonte: Elaborado pelo autor (2014).

A imagem acima apresenta uma alocação de escolas confessionais distribuídas sobre o espaço urbano, de forma a demarcar uma territorialidade nos pontos extremos da cidade, construindo o que vimos discutindo ao longo deste trabalho, o potencial de agente produtor do espaço urbano, que pode ser entendido a partir da criação e localização de cada escola confessional instituída pela Igreja católica. Nos anos de 1906, são instaladas as escolas confessionais: Colégio Diocesano, que entra no cenário educacional e espacial de Teresina, levando o

desenvolvimento para uma área de pouco povoamento, fazendo a nobreza piauiense começar a habitar seus arredores em função da então educação ali desenvolvida, contribuindo para a expansão do espaço urbano do centro sul da cidade, que emerge de uma freguesia para um bairro. Ver imagem abaixo.

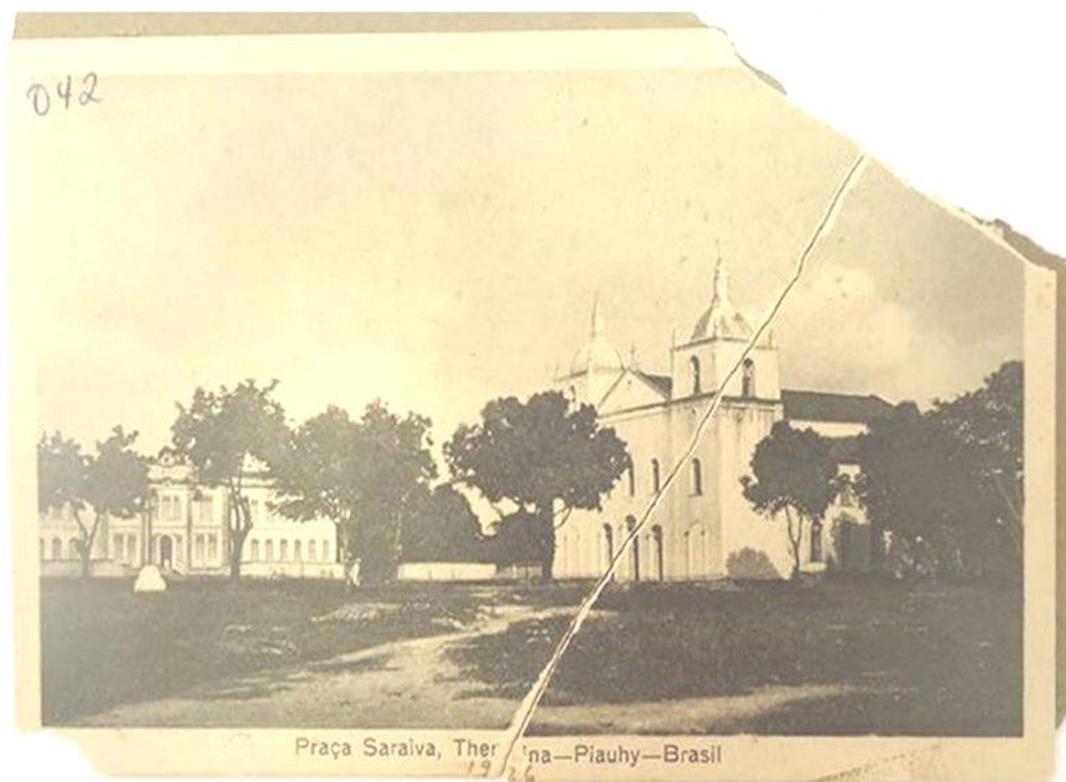


Imagem 34 - Igreja Nossa Senhora das Dores e Colégio Diocesano

Fonte: Tito Filho (1974).

Aos poucos, o bairro Centro de Teresina, no sentido sul, vai se configurando, desenvolvendo nos arredores da Praça Saraiva grandes manifestações urbanas, tendo como referência o “Colégio Diocesano”, que trouxe não apenas a expectativa educacional, criou vivências alimentadas pelas quermesses que ali se desenvolveriam, instituindo o binômio religiosidade x educação, que foi o pilar de desenvolvimento espacial daquela região, agregando posteriormente residências da elite, que se acomodariam em frente à Praça Saraiva, produzindo uma segregação espacial e alocando os menos desenvolvidos economicamente nos seus arredores.

O polo atrativo formado pelo “Colégio Diocesano” tem um processo contínuo de desenvolvimento, fazendo da Praça Saraiva um lócus de atratividade, produzindo

entretenimento em razão das festividades da Igreja, que atraía a população teresinense de origem católica sem muito lazer e desenvolvimento no entorno daquela instituição de ensino. Com o passar do tempo, começam a surgir ruas e avenidas ligando o sentido norte e sul da cidade, proporcionando maiores fluxos e interligando a cidade de forma tímida, mas contínua. Surgem bairros nos seus arredores, contribuindo sobremaneira para a sua expansão territorial. A imagem abaixo mostra o bairro Barrocão, como eram chamadas as imediações da Av. do Barrocão (atual Av. José dos Santos e Silva), separado pelos grotões⁴.



Imagem 35 - Ponte sobre a Rua Barroso

Fonte: Tito Filho (1974).

Os grotões² que serviam de barreira natural entre o “Colégio Diocesano” e o sentido sul da cidade são aterrados, pontes são construídas e a cidade vai se interligando. A construção da Avenida Barão de Gurgueia (antiga estrada nova) proporciona maior movimentação e desenvolvimento comercial nas proximidades do

⁴ Como eram chamados os fluxos pluviais que separavam as moradias existentes além Colégio Diocesano, no sentido sul.

“Colégio Diocesano”, pois os fluxos dos novos bairros como os conjuntos habitacionais Parque Piauí e Saci, e posteriormente, na década de 1960, do Distrito Industrial, reforçam ainda mais a importância do “Colégio Diocesano” como ponto de desenvolvimento espacial do sentido sul da cidade, trazendo a população desses bairros para o centro/sul da cidade, atraída pelos serviços que ali se desenvolveram. Isso fez da Praça Saraiva um ponto de convergência, enquanto a cidade não tinha recurso para a construção de uma rodoviária, a Praça Saraiva foi, por muitos anos, parada dos ônibus interestaduais, acentuando a sua importância espacial e aumentando sua relação com o interior do Estado. Nos arredores do “Colégio Diocesano” e da Praça Saraiva forma-se um considerável centro comercial, estabelecendo arranjos não somente com as localidades em suas proximidades, mas com o restante da capital e das cidades do interior, que viam Teresina como o lugar ideal para morar, gerando um processo crescente de migração.

Os anos de 1970 dão a Teresina uma nova configuração espacial, visto que a cidade havia intensificado sua política habitacional e a modernização das suas vias de acesso, estimulando o desejo da população piauiense em morar na cidade grande, tornando-se assim obrigatório um reordenar da cidade. De acordo com Façanha (1998, p. 10)

(...) Uma delas surgiu em 1969 com o primeiro Plano Diretor Local Integrado – PDLI, elaborado por uma empresa de consultoria do Estado da Bahia. Apesar de detalhado, o plano não foi seguido. A alegação: as propostas não estavam de acordo com a realidade socioeconômica da cidade.

Teresina já não era mais uma cidade sem crescimento onde o poder público e a Igreja eram os principais agentes produtores do espaço, necessitando de atitudes que dirimissem as problemáticas surgidas pós-década de 1960, forçando o Instituto de Planejamento e Administração Municipal (IPAM) a realizar o I Plano Estrutural de Teresina (PET) em parceria com a Universidade de Brasília (UnB), e posteriormente o II Plano Estrutural, em 1987, que reordenava as diretrizes para ocupação do solo urbano da cidade. Nesse sentido, procurou descentralizar o fluxo de ocupação para outras zonas da cidade, como a sul, que apresentava boa topografia e tinha diversos pontos favoráveis como o surgimento das avenidas Barão de Gurgueia e Miguel Rosa, proporcionando uma maior ocupação dessa zona. É importante destacar que

essas ações propiciaram a participação do “Colégio Diocesano” no desenvolvimento da zona sul da cidade, reforçando o papel de agente produtivo da Igreja católica através das escolas confessionais.

O “Colégio Sagrado Coração de Jesus” (Colégio das Irmãs) é instalado pela Igreja no sentido centro/norte da cidade, levando o desenvolvimento e ocupação para as proximidades de sua localização, como mostra a imagem abaixo.



Imagem 36 - Av. Frei Serafim e o Colégio Sagrado Coração de Jesus – Colégio das Irmãs
Fonte: Silva (2011, p. 57)

A Av. Frei Serafim apresenta amplas vias de fluxo, tornando-se a maior via de circulação da cidade. Com base na imagem 36, à esquerda situa-se o Colégio Sagrado Coração de Jesus – “Colégio das Irmãs”, que contribuiu sobremaneira para o desenvolvimento desta avenida, como também para o povoamento desse espaço da cidade, atraindo residências tanto de pessoas da elite teresinense quanto piauiense, que traziam suas filhas e, posteriormente seus filhos, para estudar na mais prestigiada instituição de ensino da cidade, além disso, o entorno da escola oferecia excelente localização. Com isso, o centro norte da cidade se tornou um reduto de moradia das famílias elitizadas do Piauí, com distribuição da seguinte

forma: na Avenida Frei Serafim acomodaram-se as residências das famílias mais ricas e de trajetória política, e nas ruas paralelas, as elites do interior do estado.

Assim, a antecipação espacial da localização do “Colégio das Irmãs” unida à seletividade espacial colocaram-no como carro-chefe da ocupação espacial do centro norte da cidade de Teresina e, por conseguinte, a formação de bairros que viriam a se desenvolver ao longo do trajeto da Av. Frei Serafim, a exemplo dos bairros Cabral e Ilhotas. Esse crescimento teve como barreira natural o rio Poti, onde se encerrava a avenida e o limite espacial urbano da cidade de Teresina. Com a construção da ponte Juscelino Kubitschek, essa barreira, inicialmente feita de madeira, foi vencida.

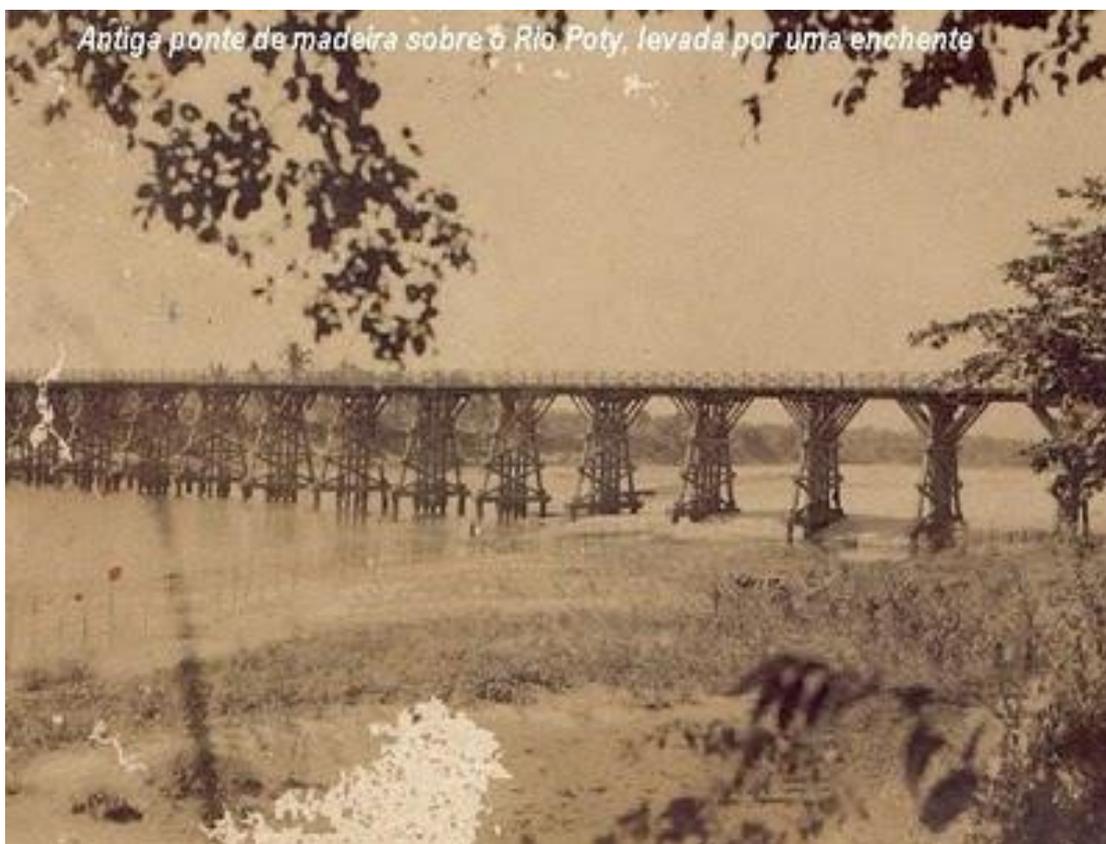


Imagem 37 - Ponte de madeira construída sobre o Rio Poti.

Fonte: Arquivo Público do Piauí.

Essa construção temporária não otimizou o crescimento da cidade no sentido leste, porque foi arrastada por uma enchente, o que estimulou o poder público a iniciar uma construção de concreto no final da década de 1950, inaugurada pelo

próprio presidente Juscelino Kubitschek, em 1957. Esse novo elo espacial dá início à ocupação da cidade além rio Poti, criando os bairros São Cristóvão, Fátima, Jóquei Clube, e Noivos, que *a priori* eram ocupados pelas chácaras da elite teresinense. Desse modo, Teresina enceta o novo ordenamento territorial, que foi dinamizado pela ação da Igreja com a instalação do Colégio Agrícola Santo Afonso, localizado no extremo leste da cidade através de uma antecipação espacial (CORRÊA, 2002) da Igreja católica. Ademais, institucionaliza o Colégio no ano de 1963, incentivando a expansão da cidade para as suas proximidades. Essas ações proporcionaram um crescimento considerável da malha urbana teresinense no final das décadas de 1960 e 1970.

Assim, a malha urbana de Teresina consegue romper seus limites e, por conseguinte, há um aumento progressivo das migrações, elevando consideravelmente sua população. Nesse sentido, pode-se apontar como mola propulsora dessa migração o atraso na agricultura e o mito do desenvolvimento e melhoria que Teresina despertava através de seu constante crescimento, levando a população a buscar melhorias de vida, integrando a cidade no processo de urbanização que a igualaria em questões de exclusão socioeconômica, levando as pessoas para as áreas menos favorecidas de infraestrutura básica. Ver gráfico abaixo.

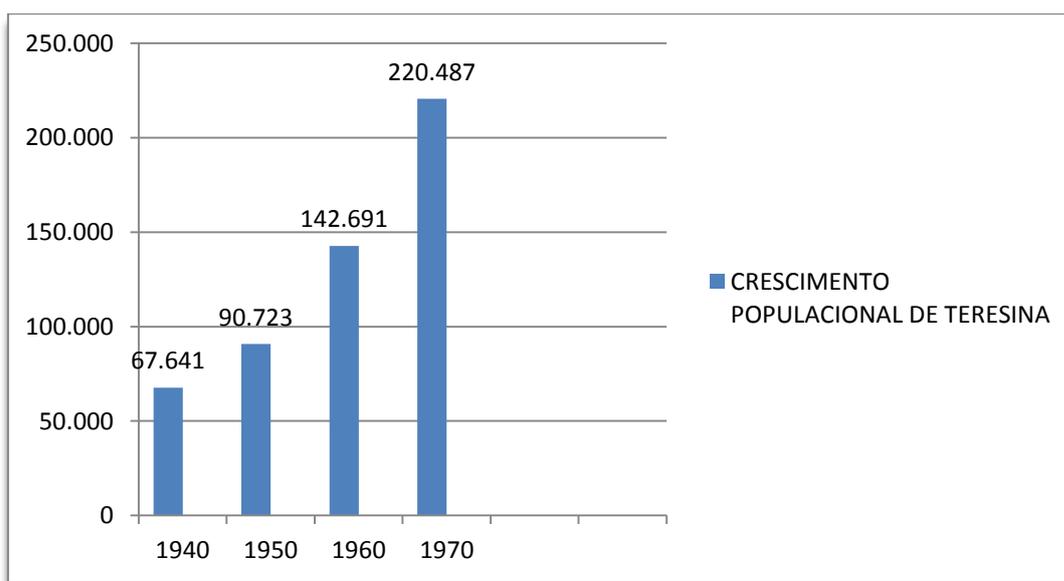
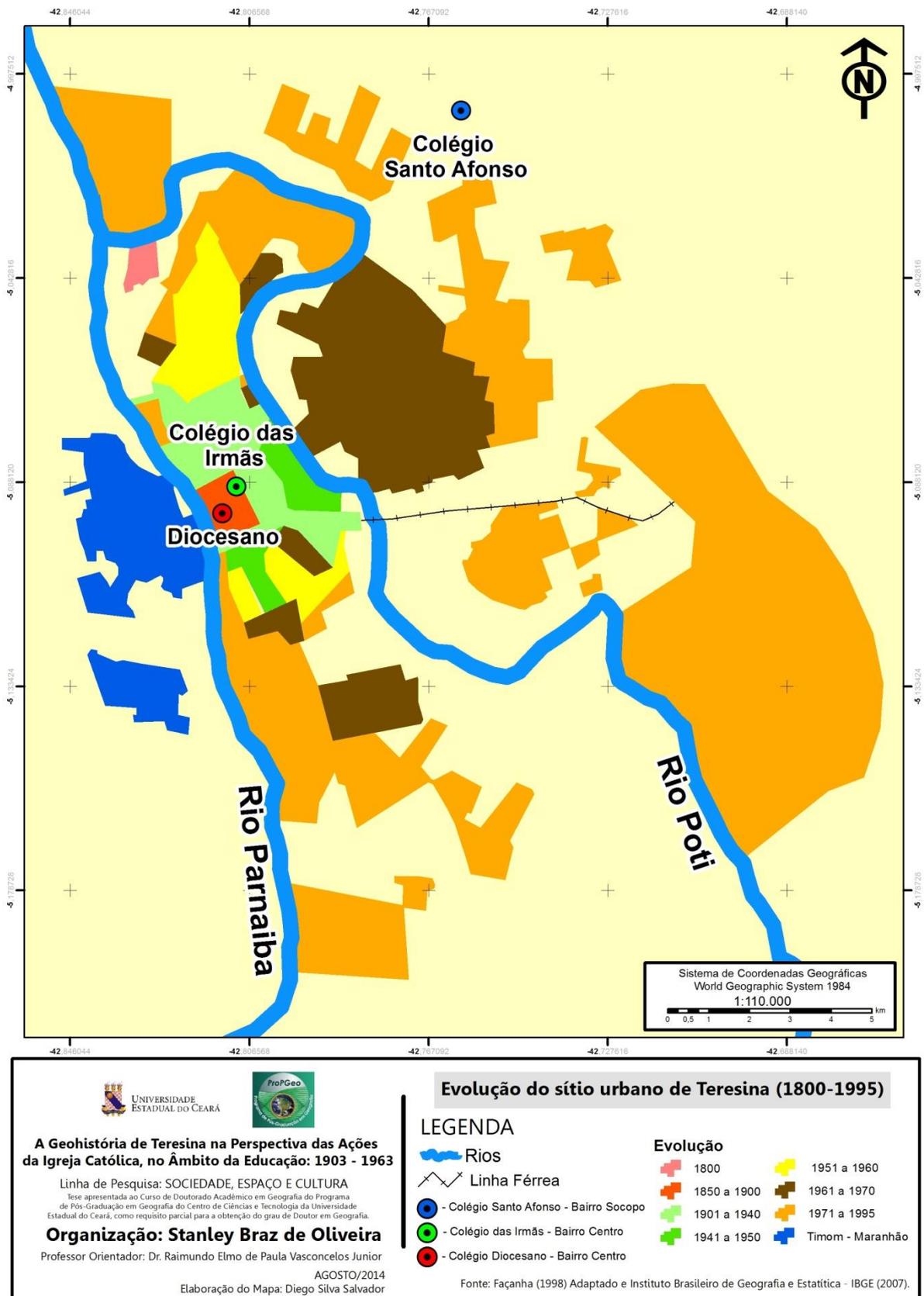


Gráfico 2 - Crescimento populacional de Teresina

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado em Façanha (1998) e Rebêlo (2000).

O crescimento populacional de Teresina vai gradativamente expandido a malha urbana, fazendo aparecer as favelas que, segundo Lima (2003), em Teresina é marcada pela ocupação da “COHEBE de baixo”, de 1974. Todavia, pode-se enfatizar que as políticas públicas de Teresina sempre estavam atentas às manifestações dos agentes espaciais que ferissem seu planejamento, e logo que ocorria uma invasão ou ocupação, sem que houvesse possibilidade de reintegração de posse, logo as favelas eram transformadas em vilas e posteriormente em bairros, a exemplo do bairro Piçarreira, no sentido leste da cidade. À medida que a cidade crescia, o poder público, nas três esferas, estabelecia estratégias para um ordenamento estável, criando conjuntos habitacionais que *a posteriore* originariam grandes bairros na cidade, contribuindo para seu crescimento espacial organizado. Ver mapa abaixo.



Mapa 05 - Evolução do sítio urbano de Teresina (1800-1995)

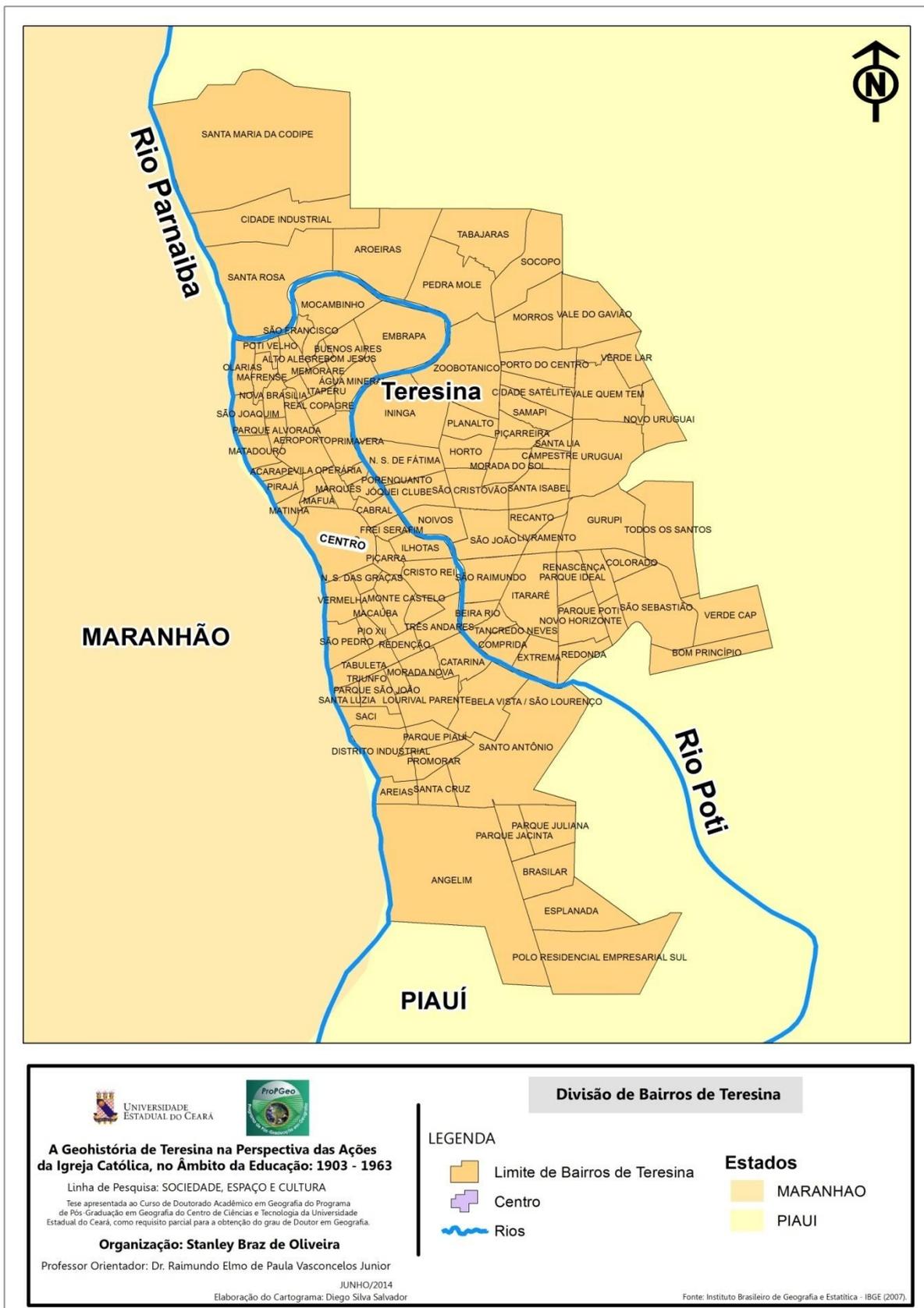
Observa-se que o traçado urbano teresinense evolui, extrapolando os limites iniciais de 1852, mas continua organizado, contendo nele ainda uma coesão do seu projeto inicial, não permitindo que a complexidade do espaço urbano desenvolvesse uma desestruturação na então planejada Teresina. É visível também o crescimento da cidade no sentido Colégio Santo Afonso, levando o povoamento e a urbanização às suas proximidades, com a duplicação da Av. Presidente Kennedy, que favoreceu sua valoração espacial e educativa. Ver imagem abaixo:



Imagem 38 - Duplicação da Av. Presidente Kennedy

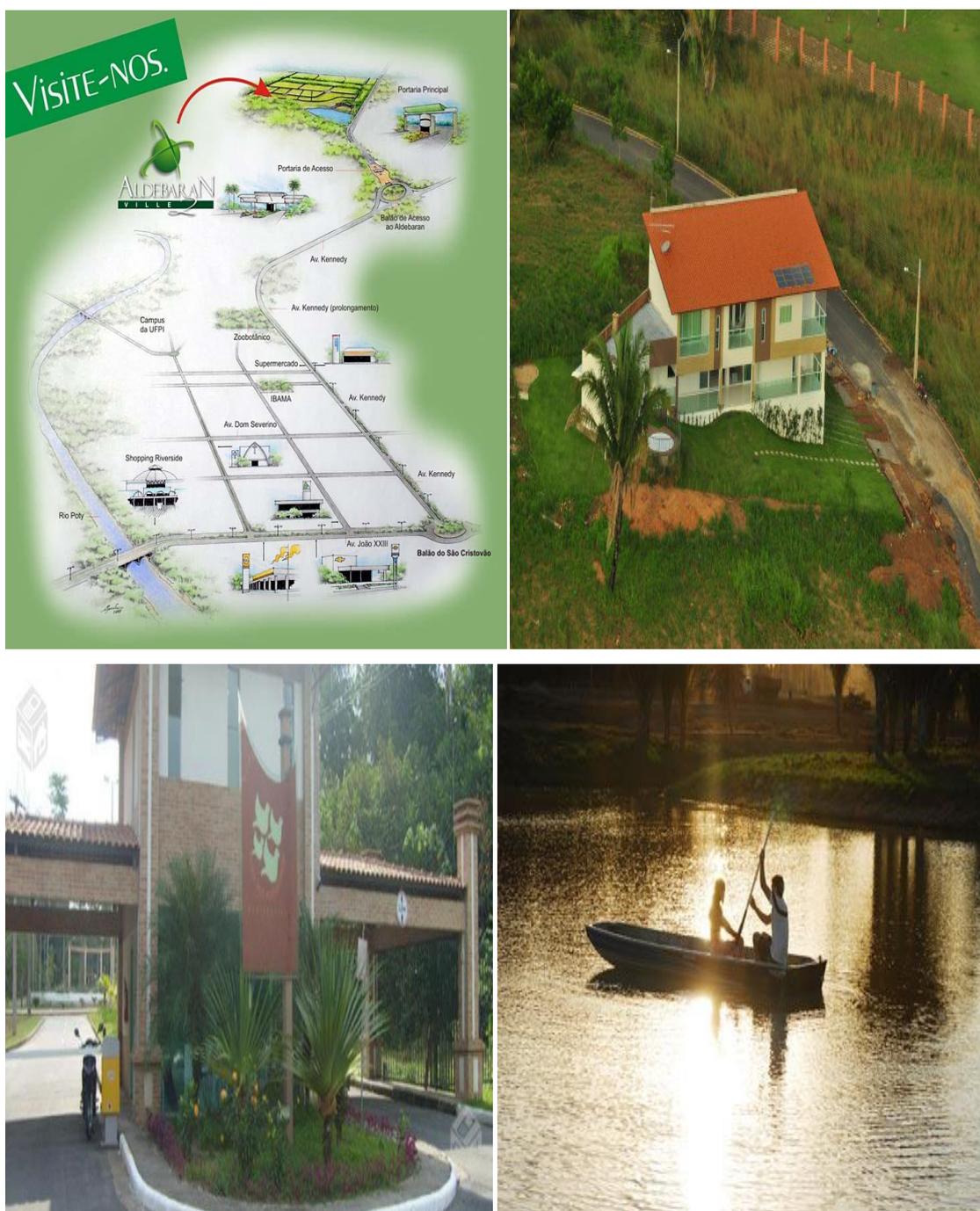
Fonte: elaborado pelo autor (2014).

Em 2010, toda a dinamicidade populacional e dos agentes dos produtores urbanos inserem o Colégio Santo Afonso no perímetro urbano de Teresina, tornando-o ponto de referência e de atratividade e especulação imobiliária. Conforme mapa a seguir.



Mapa 06 - Divisão Administrativa de Teresina (2010)

A inserção do Colégio Santo Afonso no perímetro urbano vem arraigada de ações espaciais, em que agentes produtores urbanos, como os agentes imobiliários, também já tinham feito sua seletividade e antecipação espacial, levando condomínios residenciais de luxo para as proximidades do Colégio. Ver imagens abaixo:



Imagens 39 - Condomínios de luxo nas proximidades da Escola Santo Afonso

Fonte: www.aldebaranville.com.br

A Escola Santo Afonso é sem dúvida uma das maiores representações espaciais da Igreja Católica na zona leste de Teresina, conseguindo levar educação e ao mesmo tempo evolução espacial, guiada pela filosofia jesuíta. Dessa forma, chega ao final de 2013 com assistência a 737 alunos (CARVALHO, [s.d.]), e como um dos maiores fixos que agregam valores àquela zona da cidade. Nesse sentido, corrobora a ação da Igreja católica como agente produtor do espaço teresinense a partir das ações educacionais. Ver imagem abaixo.

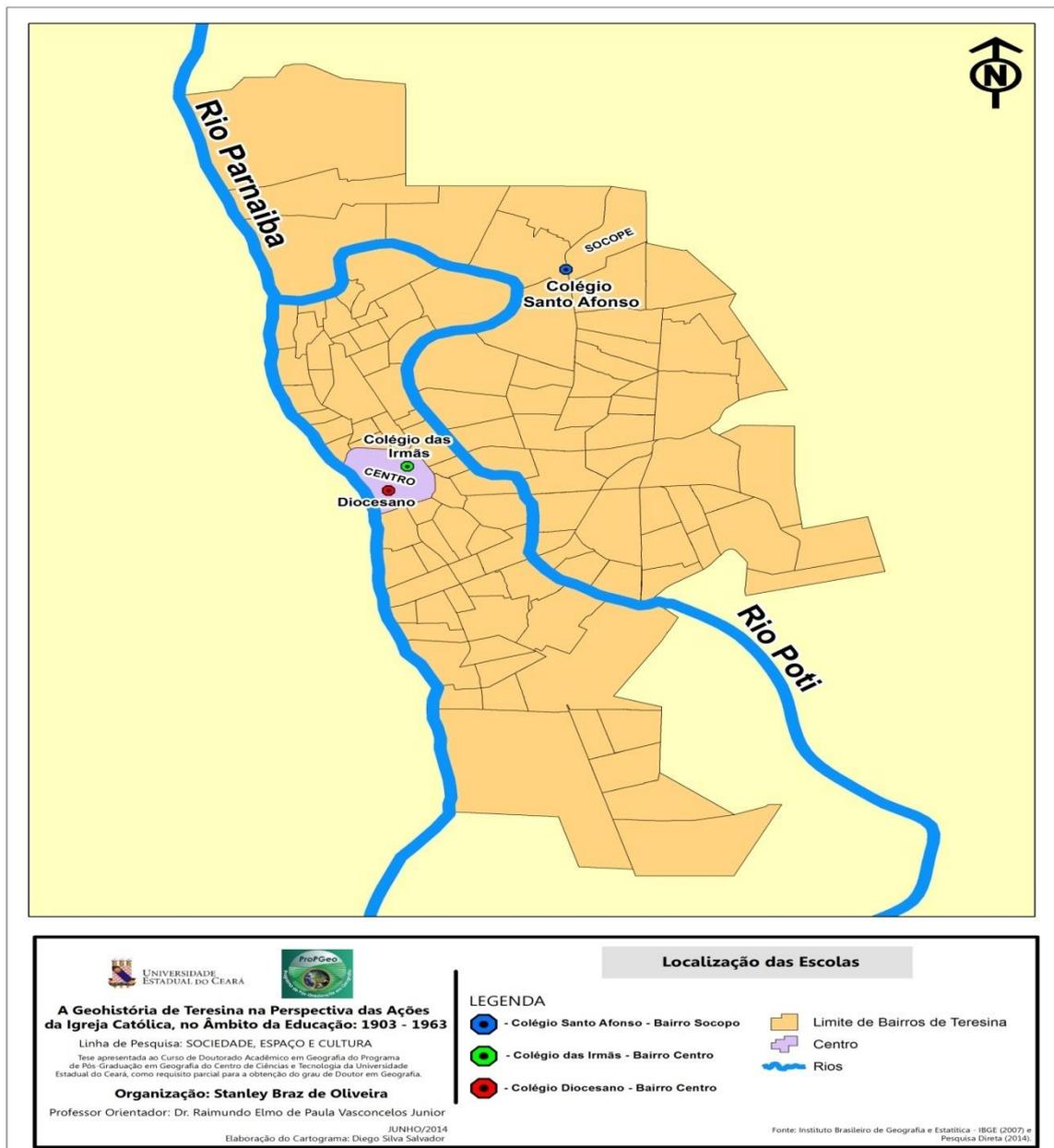


Imagem 40 - Fachada atual do Colégio Santo Afonso

Fonte: o autor (2014).

A evolução contínua que pode ser vista na imagem acima se comparando com as imagens do início da escola, acontece tanto nos aspectos educacionais como de infraestrutura do Colégio o diferencia dos demais inseridos no bairro, levando-nos a enfatizar a relevância social e educacional da escola para a evolução do espaço urbano teresinense, bem como da ação da Igreja católica na produção do espaço

urbano teresinense, que vê no fim do padroado um modo de reorganizar suas ações e políticas, pois, mesmo não tendo perdido totalmente sua influência junto ao Estado, conduziu novos rumos, criando nas escolas confessionais um fluxo destinado a impor a sociedade suas influências dogmáticas, dando nova configuração a malha urbana de Teresina ver mapa a seguir.



Mapa 07- Localização das escolas confessionais na atual configuração espacial de Teresina
Fonte: Elaborado pelo autor (2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação com espaço e educação da Igreja católica remonta do início da ocupação espacial do Brasil, onde através das ações dos jesuítas que mesmo arraigados de interesses aos poucos imprimiram os primeiros passos para uma educação nas *terras brasilis* e embasaram toda a historicidade educacional. sendo fundamental para o desenvolver o processo educacional brasileiro sendo apontada por muitos como o primeiro sistema educacional do país. Dando a Igreja católica poder diante a nação brasileira, que conseguiu ser a primeira religião oficial conduzindo lado a lado a ocupação espacial e o educar , se aproveitando desse poder para selecionar em cada novo espaço um lugar para se expressar, ou antecipar espaços que visualizava como prospero, criando assim uma rede de influencias no território brasileiro.

E fazendo da educação a maior aliada tanto para o Estado quanto para Igreja, pois a ultima se destacava como a base do conhecimento, e era vital que esse conhecimento ficasse nas mãos de quem detinha o Poder e o conhecimento educacional o “Estado” e a “Igreja Católica” criando uma aliança de maior atuação na sociedade e espaço brasileiro, dando maiores poderes de atuação a Igreja que soube utilizá-lo a cada desenvolver espacial do país. Criando estratégias de ensino para atingirem a população, focando na educação infantil, que foi impulsionada pela vinda de crianças órfãs de Portugal, com objetivo de influenciarem as crianças indígenas e, desenvolver seus princípios educacionais criando as escolas “Meninos de Jesus da Bahia” e “Meninos de Jesus de São Vicente”. Concretizando seu projeto educacional baseado no *Ratio Studiorum*.

Essa metodologia da Igreja católica se apropriou de artimanhas como o uso dos clássicos da antiguidade, deixando de lado a literatura, que estava arraigada de anticatolicismo, agregando educação e preservação e disseminação da fé católica fazendo dos colégios jesuítas lócus de educar à luz da fé. O século XVII proporciona uma reviravolta na vida ativa da Igreja, pois os pensamentos revolucionários dos intelectuais elitistas ganham espaço na corte portuguesas trazidas pelos que estudavam no exterior, que assimilaram as ideias iluministas e começam a atormentar o catolicismo, impulsionando a “Santa Inquisição”.

As idéias anticatolicismo ganham força nas mãos de quem desenvolveu políticas que reergueram Portugal, e com isso ganha poderes que o permitem atingir seus objetivos, o de retirar o poder dos jesuítas sobre a educação, que os expulsa da colônia, e a posteriormente esses desejos são concretizados parcialmente na Constituição de 1823 que trazia dentro de suas propostas o Tratado Complexo de Educação da Mocidade Brasileira. Fazendo das ações da Igreja católica motivos de indignações, e a partir desse projeto a educação brasileira ganha novos rumos.

O “laicismo”, colocando o controle da educação a priori nas mãos da burguesia, e a posteriormente nas da elite, este controle não demorou muito a ser reconfigurado, tendo na Constituição de 1824 o retomar da importância da Igreja católica, pois trazia o retorno do catolicismo como religião oficial do Império, dando às outras religiões permissões reclusas a seus lares sem expressões de templos, que só ocorreu outro reconfigura com a quebra do padroado a partir da proclamação da República, momento que podemos chamar de reorganizar da Igreja católica, valendo ressaltar que não a tira do poder apenas a proporciona a novas diretrizes como as escolas confessionais.

Na produção do espaço piauiense, a Igreja Católica teve função semelhante ao restante do território nacional, atuando ativamente conseguindo um papel determinante na produção espacial piauiense. As primeiras organizações espaciais do estado do Piauí resultaram das ações do Estado em conjunto com a Igreja, quando surgiram as primeiras fazendas. Nesse mister, a Igreja ou o proprietário das terras construía uma capela, que a princípio atraía funcionários, moradores próximos, originando os povoados, as freguesias, as vilas e finalmente as cidades. Nesse sentido, a Igreja Católica representava um marco na produção espacial do Piauí e um símbolo impresso na paisagem urbana do Estado.

A transferência da capital do estado, Oeiras, para Teresina, facilitou sobremaneira as ações espaciais da Igreja Católica, pois a então planejada cidade proporcionou-lhe continuar suas ações, sobretudo, ao fazer do marco zero da nova capital um templo dessa instituição. A partir daí, poder-se-ia ramificar o espaço urbano de Teresina, instituindo templos a cada desenvolvimento espacial da cidade, ou simplesmente direcionando ou delimitando espaços. Dessa forma, foi se construindo cada zona da urbe nesse entrelace de ações e representatividades de poder vivenciado no tempo e no espaço.

No entanto, a quebra do padroado, um momento histórico na relação Estado/Igreja, direcionou a Igreja para outras ações. Desde então, a Igreja perdeu parte de seu poder sobre o Estado, levando-a a se reorganizar em termos de diretrizes e ações, fazendo das escolas confessionais seu novo instrumento de poder e imposição socioespacial. Desse modo, implantou três escolas confessionais em três zonas distintas da cidade, além de um conjunto de ações para direcionar e limitar o crescimento da capital seja selecionando ou antecipando espaços em um interagir com a dinamicidade do uso e ocupação do solo urbano de Teresina.

Em meio aos momentos de conquistas e perdas da Igreja Católica, as escolas confessionais surgem como forma de conduzir os bons costumes a partir da educação. Com base nesse entendimento, aquela instituição religiosa selecionou espaços importantíssimos na cidade de Teresina. Senão, vejamos. No sentido centro/norte instalou o “Colégio Sagrado Coração de Jesus” em uma das mais importantes avenidas da época e da atualidade, embora até então pouco povoado e valorizado. E imprimiu ali, na Av. Frei Serafim, um dos seus maiores símbolos, para educar, até hoje, a elite de Teresina e de todo o Piauí, promovendo um desenvolvimento considerável a uma área, fruto de sua visão antecipada e seletiva do espaço. A Av. Frei Serafim representa uma zona de residência da alta elite do Estado, porquanto construiu uma hierarquização de fixos residenciais, posto que nesse local se acolham os mais abastados economicamente e, no seu entorno, os de menos poder aquisitivo, conduzindo dessa forma o crescimento da cidade para aquela região. A construção do “Colégio Sagrado Coração de Jesus” ocorreu *pari passu* à do “Colégio Diocesano”, situado no sentido centro/sul da cidade, área até então pouco habitada, tendo como símbolo espacial apenas uma Igreja sem muita expressão, na compreensão socioespacial.

Com efeito, o Colégio leva o progresso para a Igreja, que ganha arquitetura de luxo, criando assim dois fixos de extrema importância para a manutenção do seu poder no espaço teresinense. Em consonância com este desenvolvimento, a área no entorno do Colégio começa a ser povoada, atraindo a elite do interior do estado em busca de uma educação de qualidade para seus filhos. As barreiras naturais da época, “os grotões”, são aterrados, outros tiveram pontes construídas, permitindo o crescimento da cidade além daquela unidade educacional, onde novos instrumentos urbanos vão surgindo, como vias de acesso aos bairros, impulsionando a ampliação

da malha urbana e, com isso, cresce a especulação imobiliária no seu entorno, no sentido sul da cidade. Tendo em vista que o binômio escola/Igreja torna-se atrativo para residências e comércio, fazendo da região um centro comercial de grande relevância, explicitando assim o poder de desenvolvimento espacial que as escolas confessionais da Igreja católica proporcionaram ao espaço urbano teresinense.

Aos poucos, Teresina vai crescendo. Surgem outros agentes imobiliários impondo suas ações, os limites espaciais vão sendo rompidos e levam a cidade além rio Poti, com o aparecimento de novos bairros, como os Noivos, Jockey, Fátima, no lugar onde antes eram chácaras da elite teresinense. A ponte Juscelino Kubitschek (na Frei Serafim) liga a Av. João XXIII (zona leste) à Av. Frei Serafim (centro), integrando o perímetro urbano da cidade. Com isso, percebe-se a complexidade na produção espacial da cidade, pois já existem outros elementos a atuar na capital do Piauí, modificando a sua malha urbana, não somente a Igreja e o estado. Nessa proporção, a zona leste começa a ser povoada e a Av. Frei Serafim torna-se a via de maior fluxo da cidade ligando Teresina inclusive a outros estados através da interligação de outras vias de acesso. A olhos vistos, a cidade se expande continuamente no sentido leste, seguida de perto pela Igreja, com a construção de seus templos a cada nova ocupação populacional. Levando a Igreja a construir um Colégio Agrícola no extremo leste da cidade. No começo, apenas para atender os menos favorecidos, através de cursos profissionalizantes e obras de caridade, surgindo assim a Escola Santo Afonso, que por muito tempo esteve localizada na zona rural de Teresina, sem muitas vias de acesso.

A localização da Escola Santo Afonso proporcionou maior visibilidade àquela zona da cidade, e aos poucos surgem novos bairros, vias de acesso são construídas e a cidade de Teresina vai se conurbando com o espaço até então isolado, levando o perímetro urbano de Teresina à escola e fazendo da região um espaço de grande especulação imobiliária e, da escola, um dos maiores fixos e símbolos da Igreja Católica. Assim, foi-se cristalizando a importância da escola para o desenvolvimento da zona leste da cidade e o poder de agente produtor do espaço da Igreja Católica, que é notória sua intervenção no espaço da cidade de Teresina, comprovada pelas Escolas Concessionais, que imprimiram no espaço suas formas e funções.

O desenvolver do processo de produção espacial de Teresina atrelado as escolas confessionais, no remonta a enfatizar a importância da Igreja como agente

produtor do espaço urbano, que fez através da educação um instrumento para imprimir na sociedade o seu poder ainda vigente e ao mesmo tempo conduzir o crescimento espacial da cidade ora impulsionando ora limitando, mas sempre atuando de forma clara, as suas praticas espaciais de seletividade no caso do Colégio Sagrado Coração de Jesus (Colégio das Irmãs) e Colégio São Francisco de Sales (Colégio Diocesano) e da antecipação espacial no caso da Escola Agrícola Santo Afonso que visivelmente produziram o espaço urbano teresinense, deixa clara e inegável, a ação da Igreja Católica como agente produtora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKKER, N. Romarias: questionamento a partir de uma pesquisa. **REB**. v. 34, fasc. 135, set/1974, p. 546.

BARBOSA, A. M. F. **Dinâmicas ambientais e transformações da paisagem no cerrado piauiense**. 2013. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Sergipe, 2013.

BARBOSA, T. M. B. **A elite colonial piauiense: família e poder**. 1993. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

BONNEMAISO, J. **Lesfondements d'une identité**. Territoire, histoire et société dans l'archipel du Vanuatu. Paris: ORSTOM, 2 v, 1986.

_____. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Geografia cultural: um século** (3). Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2002, p. 83-131.

_____. Voyage autour du territoire. L' espace géographique – dossier. La **Geographie Culturelle**. Paris, 1981, v. 10 (4), p. 249-262.

BRAUDEL, F. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII**. v. 3. Tradução: Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1996b.

BRAZ, A. N. **Estruturação urbana de Teresina no período de 1852 a 1900**. [200_?]. (mimeo.).

BRITO, I. S. **História da educação do Piauí**. Teresina: Edufpi, 1996.

BRUAND, Y. **Arquitetura contemporânea no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

BRUNEAU, T. **O catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Loyola, 1974.

BRUNET, R. et al. **Lesmots de La Géographie**. Dictionnaire critique. Paris: Montpellier, La Documentation Française. Reclus, 1990.

CARVALHO, J. de M. **Colégio Santo Afonso: história e memória**. (mimeo.). [s/n]

CARVALHO, R. D. **História do ensino em Portugal desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. **O poder da identidade**. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

CHAVES, J. (Mons.). **Obra completa**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2005.

CORRÊA, R. L. Diferenciação socioespacial, escala e práticas espaciais. **Cidades**. v. 4, n. 6, 2007, p. 62-72.

_____. Espaço: um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C. (org.). **Geografia: conceitos e temas**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 36-40.

_____. **O espaço urbano**. 4. ed., 3. reimp. São Paulo: Ática, 2002.

DAIX, P. **Fernand Braudel: uma bibliografia**. Rio de Janeiro: Record; Francesa, 1995; 1999.

DOSSE, F. O recurso geográfico dos historiadores. In: _____. **História e ciências sociais**. Bauru: Edusc, p.115-148. 1. ed. francesa, 1998; 2004.

FAÇANHA, A. C. **A evolução urbana de Teresina: agentes, processos e formas espaciais da cidade**. 1998. 234 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1998, p. 56.

_____. **A evolução urbana de Teresina: um olhar panorâmico da cidade.** Teresina, 2002. (mimeo).

FAÇANHA, A. C. **Desenvolvimento territorial recente em espaços sub-regionais dinâmicos no Piauí.** 2009. Tese (Doutorado). Departamento de Geociência da UFPE. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

FERRER, F. A. **O obscurantismo iluminado: Pombal e a instrução em Portugal e no Brasil (século XVIII).** 1997. Tese (Doutorado em Educação). São Paulo: FE-USP, 1987.

FIGUEIREDO, D. M. F. Arquitetura e urbanismo no Piauí: formação e identidade. In: ARAÚJO, M. M. B. de; EUGÊNIO, J. K. (Org.). **Gente de longe: histórias e memórias.** Teresina: Halley, 2006, p. 11-41.

FRANCA, L. **O método pedagógico dos jesuítas.** O "Ratio Studiorum". Rio de Janeiro: Agir, 1952.

FRIDMAN, F. **Donos do Rio em nome do rei: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Garamond; Jorge Zahar, 1999.

HAESBAERT, R. A multiterritorialidade do mundo e o exemplo da Al Qaeda. Terra Livren. 7. ed. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2002a.

_____. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10. ed., 2005, **Anais...**, São Paulo: USP, 2005. 1 CD, p. 6774-6792.

_____. Identidades territoriais. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (org.). **Manifestações da cultura no espaço.** Rio de Janeiro: UERJ, 1999. Cap. 7, p. 169 a 189.

_____. Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In: ARAÚJO, F. G. B. de; HAESBAERT, R. (Org.) **Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos.** Rio de Janeiro: Access, 2007, p. 33-56.

_____. **Latifúndio e identidade regional.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

_____. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HARVEY, D. **The new imperialism.** São Paulo: New York, 2003.

LA BLACHE, P. V. (1922): **Princípios de geografia humana.** 2. ed. Lisboa: edições Cosmos, 1954

LACOSTE, Y. **A Geografia** – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas: Papirus, 1988.

LEFEBVRE, H. **La production de l'espace.** Paris: Anthropos, 1986.

LIMA, A. J. de. **As multifaces da pobreza: formas de vida e representações simbólicas dos pobres urbanos.** Teresina: Halley, 2003.

LORENZ, K.: (1965). **Evolution and modification of behaviour.** Chicago: University of Chicago Press, 1973.

MAESTRI, M. **Escravidão no Brasil.** 12. ed. São Paulo: Atual, 2003.

MANOEL, I. A. **Igreja e educação feminina, 1859-1919: uma face do conservadorismo.** São Paulo: UNESP, 1996 [Prismas].

MARTIN, D.-C.: Identités et politique: récit, mythe et idéologie. p. 13-38, de: Martin, D.-C. (org.) **Cartes d'identité.** Commentdit-on “nous” en politique. Paris: Presses de la Fondation Nationale es Sciences Politiques, 1994.

MATTOS, L. A. de. **Primórdios da educação no Brasil.** Rio de Janeiro: Aurora, 1958.

MELO, A. M. V. V. de. **Os alicerces da educação superior no Piauí: uma avaliação das experiências das faculdades de Direito e Católica de Filosofia (1930-1970).** 2006. Dissertação (Mestrado em Educação), 2006.

MELO, C. **Piauí, diocese e província eclesiástica.** Arquidiocese de Teresina, 1993.

MENDES, F. As etapas do desenvolvimento do Piauí. **Scientia et spes**: revista do Instituto Camillo Filho. Teresina: ICF, ano 3, n. 6, p. 123-130, 2004.

MORAES, A. C. R. **Território e história no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Annablume, 2008.

RAFESTIN, C. **Repères pour une théorie de laterritorialité humaine**. Cahier/Groupe Réseaux, (7), 263-279, 1987.

_____. **Por uma geografia do poder**. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

REBÊLO, E. M. de C. G. A urbanização no Piauí. In: FUNDAÇÃO CEPRO. **Carta CEPRO**. Teresina, v. 18. n. 1, p. 99-114, jan/jun. 2000.

ROSENDAHL, Z. e CORRÊA, R. L. A difusão dos territórios diocesanos no Brasil: 1551-1930. In: **Revista Eletrônica de Geografia y Ciências Sociais**. Universidade de Barcelona, v. X, nº 218(65) de 1º de agosto de 2006.

SACK, R. **Human territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge, University Press, 1986.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. O dinheiro e o território. In: SANTOS, M; BECKER, B; SILVA, C. A. F. da; et al. **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense; Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2002.

_____. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1980.

SAQUET, M. A. **O território**: algumas interpretações. 2004 (mimeo).

_____. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. rev. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2010.

SCHELBAUER, A. R. **Ideias que não se realizam**: o debate sobre a educação do povo no Brasil de 1870 a 1914. Maringá: EDUEM, 1998.

SILVA FILHO, O. P. **Carnaúba, pedra e barro na capitania de São José do Piauí**. Belo Horizonte: Ed. do Autor, 2007, p. 108.

SILVA, C. A. F. da. et al. **O papel ativo da geografia**: um manifesto. In: XII ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS. Florianópolis, 2000.

SILVA, M. I. A. **Colégio Agrícola de Teresina**: um agente de produção do espaço urbano teresinense (1954-1976). Fortaleza, 2011.

SILVA, S. M. A. **À luz dos valores religiosos**: escolas confessionais católicas e a escolarização das mulheres piauienses (1906-1973). Dissertação de mestrado, UFPI, Teresina, 2008.

_____. **Educar crianças e jovens à luz da fé e cultura** [manuscrito]: as instituições escolares confessionais católicas na sociedade piauiense (1906 a 1973)/ por Samara Mendes Araújo Silva – 2010.

SORRE, M. **El hombre en la tierra**. Barcelona: Editorial Labor, 1967.

_____. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C. e CORRÊA, R. L. (org.) **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 77-116.

_____. O território; sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de, GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L.(org.) **Geografia**: conceitos e temas. 5. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SOUSA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de, GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L.(org.) **Geografia**: conceitos e temas. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

TAVARES, M. antigo revolucionário de 1817 na Assembleia Constituinte. **Anais do Parlamento Brasileiro - Assembléia Constituinte (1823)**, Sessão de 16 de junho, vol.1, t. II, p. 70-80. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, 1874. Disponível em: <<http://bd.camara.leg.br>>. Acesso em: jan. 2014.

TINBERGEN, N. **La vie sociale desanimaux**: introduction à la sociologie animale. Paris: Payot, 1967.

TITO FILHO, A. **Teresina, meu amor**. 2. ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

TRINDADE JR., Saint-Clair C. Agentes, redes e territorialidades urbanas. In: **Revista Território**. Rio de Janeiro, ano 3, n. 5, jul./dez. 1998, p. 31-50.

VASCONCELOS JÚNIOR, R. E. de P. A territorialidade das ações instrucionais da Igreja católica no Ceará. In: VASCONCELOS, J. G. e NASCIMENTO, J. C. do (org.). **História da educação no nordeste brasileiro**. Fortaleza: Edições UFC, 2006, p. 114 (Coleção Diálogos Intempestivos).

_____. Experiências educacionais no Ceará: uma abordagem geográfica. In: VASCONCELOS (org.) et al. **Cultura, educação, espaço e tempo**. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

_____. Os espaços geográficos nas pesquisas educacionais. In: CAVALCANTE, M. J. M. et al. (org.). **História da educação, vitrais na memória**: lugares, imagens e práticas culturais. Fortaleza: Edições UFC, 2008, p. 407.

_____. **O limoeiro da educação** [manuscrito]: a história da criação da diocese e a ação educacional de Dom Aureliano Matos em Limoeiro do Norte (1938-1968). Tese de Doutorado, 2006.

WEECH, F. V. **A agricultura e o comércio do Brasil no sistema colonial**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

YOON, H.-K. **Maori Mind**. Maori Land. Berne: Peter Lang, 1986.

ZANETTI, V. **Calabouço urbano**: escravos e libertos em Porto Alegre: 1840-1860. Passo Fundo: Upf, 2002.

Artigos de Jornais:

DOM Severino *Post Mortem*. **O Dominical**. Teresina, 26 de junho de 1995, p . 1.

MEU preito de apreço. **O Dominical**. Teresina, 5 de junho de 1995, p. 1.

Sites consultados:

www.cbbne4.org.br/

www.portalaz.com.br

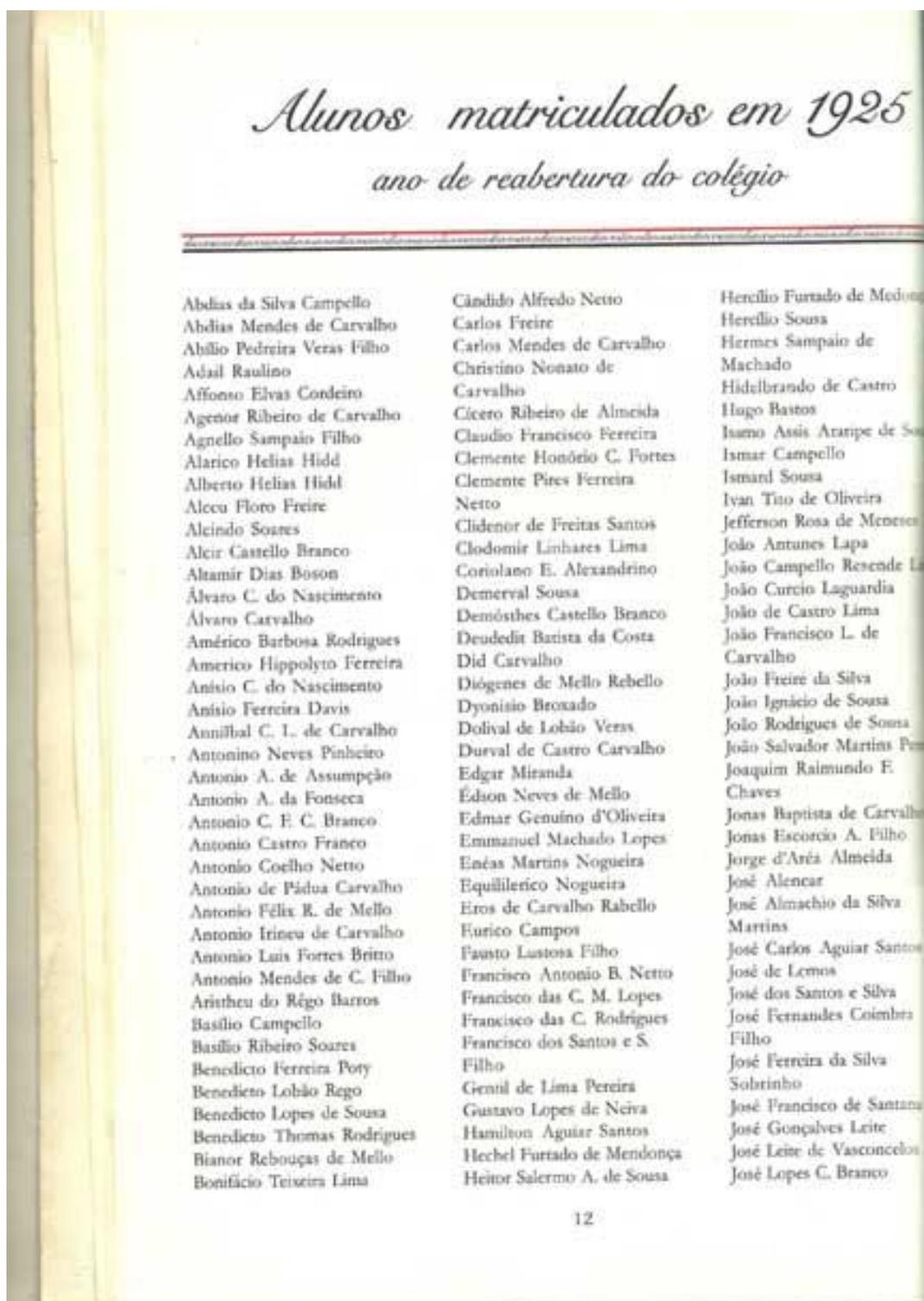
www.vooz.com.br

www.aldebaranville.com.br

ANEXOS

Anexo 01

Fonte: “Colégio Diocesano” – 90 anos educando para a beleza da paz



José Olímpio de Mello
José Percílio G. Vilhena
José Pires de Oliveira
José Rocha Machado e Silva
José Rodrigues do Rêgo
José Servo de D.G.
Cotdeiro
José Sobrinho Ferreira
Neto
Laurentino Morcira
Martins
Leovigildo Coelho
Lindomar de Freitas Dutra
Ludgero L. de Vasconcelos
Luís Barbosa Rodrigues
Luís da Cunha e Silva
Luís Gonzaga F. da Cunha
Luís Alves Bezerra
Manoel Ayres de Moraes
Manoel da Silva Carvalho
Manoel Franco
Manoel Lemos
Manoel Lopes de A. Costa
Manoel Lopes de Sousa
Manoel Pires Ferreira

Marcos F. d'Araújo Costa
Mariano Gayoso C. Branco
Mariano Lucas de Sousa
Mariano Mello
Merval C. de Vasconcelos
Messias Ribeiro de Almeida
Miguel Archanjo Soares
Miguel José Cury
Milton Rocha
Mirson da Silva Vianna
Moacyr Rodrigues Barbosa
Murillo Pires Braga
Napoleão Machado Lopes
Nilo Ribeiro Soares
Olindo Nunes Costa
Orfila Furtado
Orfila Leão
Osmir Torres
Oswaldo de Lobão Veras
Oswaldo Miranda
Oswaldo Neves de Mello
Oto Tito de Oliveira
Palmério de Sousa Veras
Palmério Gonçalves Vilhena
Patrocínio da Silveira

Paulo Borges Barros
Pedro Araújo
Pedro José da Silva Costa
Raimundo Petró Lima
Raul Antunes de Macedo
Raymundo Nonato de Sousa
Renato Ferreira Paz
Ruy Piauhyense
Saint Clair Barbosa
Rodrigues
Sebastião Carvalho
Sival de Castro Carvalho
Tácirio da Silveira Carvalho
Tasso Floro Freire
Tertuliano Cardoso Brandão
Tertuliano d'Área Leão
Theodoro Boavista de Castro
Thomáz d'Área Leão Filho
Valter Alencar
Vicente de Paula de Sousa
Vicente de Paulo B. da Silva
Vicente Moreira Martins
Waldy Moisés Saíd
Wortigam Ribeiro Reverdosa
Wortigem Lopes C. Branco

"Gente Nova" Sua Origem e Fundação

Djalma Veloso
Ex-Aluno e Ex-Governador do Piauí



Primórdios da década de 1940!

Tempos conturbados pelas transformações sócio-políticas por que passava o mundo com o advento da Segunda Grande Guerra (1939/1945),

cujas consequências catastróficas também chegavam ao Brasil.

O Piauí de então, ainda engatinhando na sua caminhada para o desenvolvimento, sofria internamente. Além dos efeitos da sangrenta guerra mundial, amargava os horrores opressivos do regime do Estado Novo (1937/1945).

O quadro aqui e alhures era dantesco! No mundo sentia-se como que o extermínio da própria Humanidade! O trivial era a destruição de tudo ou quase tudo edificado em benefício do próprio homem!

Entre nós do Brasil e, em particular, no Piauí, outro horizonte não se divisava. Era o mesmo de tristezas, inquietações, de cercceamento das

liberdades, do massacre de tudo e de todos quantos não rezassem a cartilha dos poderosos, cujos chefes teriam de ser adotados como deuses salvadores de tudo e de todos.

Felizmente, a este Piauí quis Deus premiar com instituições voltadas e preocupadas com seu desenvolvimento. No Colégio Diocesano São Francisco de Sales, cujos noventa anos estamos a ver passar, mestres ilustres que ensinavam com o saber e com o exemplo, dedicavam-se ao preparo e à formação cívico-cultural de seus alunos.

Não há porque olvidar que ao velho Diocesano o Piauí muito deve. Ontem, como hoje, essa instituição de tradicionais e beneméritas tradições é fonte dadivosa, ao longo de sua existência, de onde emanam notáveis homens que hoje enriquecem os cenários piauiense e nacional.

A mocidade diocesana da década de 1940, dedicada aos estudos, orientada por seus diligentes diretores, alicerçada pela aprendizagem sadia auferida de seus dedicados mestres, sofrida pelos efeitos da sangrenta guerra mundial e pelos horrores do regime de exceção que nos presidia no país, achou por bem fundar uma revista-veículo de seus pensamentos e reflexões da época, revista que batizara de "GENTE

NOVA", impressa na Papelaria Popular de Antonio Lopes, cujo filho Francisco, eu, Gregório Abreu, Jesus Carvalho, Raimundo Rego, Assis Carvalho, Alfredo Nunes, Nonato Santana, Jaime Oliveira, Pádua Monteiro, Paulino Torres, Odilon Freitas, Sampaio Machado e outros tantos, tudo fizemos para que surgisse a mostrar nosso esforço e nosso desejo de caminhar o amanhã.

Para a fundação de "GENTE NOVA", cujo objetivo maior era difundir o nosso Colégio, os nossos sentimentos e pensamentos da época, e a nossa aprendizagem adquirida dos mestres, não foi fácil. Não foi fácil para aquela mocidade quase ainda adolescente fazer nascer "GENTE NOVA".

Fizemo-lo percorrendo caminhos, visitando cidades de mais fácil acesso por

caminhões, conseguindo anúncios comerciais pagos, tudo animados por nossa decisão maior - a de dizermos quem éramos, quem poderíamos ser no futuro, a de promover e difundir o Colégio Diocesano, fonte dadivosa dos nossos conhecimentos ainda que nascentes e acanhados.

De todo aquele esforço, tivemos magníficas compensações : a do pioneirismo e a do estímulo e apoio do próprio Diocesano, da mocidade estudiosa e de jovens estudantes e colaboradores.

Foi válida, não há dúvida, a experiência por nós vivida com "GENTE NOVA", que se pouco pôde contribuir para nossa cultura, merece, todavia, seu galardão - o de fazer parte da própria história do velho, querido e tradicional Colégio Diocesano São Francisco de Sales.

Anexo 003

Fonte: “Colégio Diocesano” – 90 anos educando para a beleza da paz

Circular do Arcebispo de Teresina

*“Ao Reverendo Clero e fiéis da
Arquidiocese de Teresina.*

*“Em transportes de verdadeira
alegria, venho comunicar-vos a grande
notícia da presença dos Padres Jesuítas em
nossa sede Arquiepiscopal de Teresina,
depois de anteriores e prolongados
entendimentos que se estenderam por quase
um ano.*

*“Era ansio nosso entregar o Colégio
São Francisco de Sales a uma Congregação
Religiosa de experiência no campo
educacional.*

*“A Providência Divina veio em
nosso auxílio e nos trouxe para o Piauí, os
Padres Jesuítas que irão empenhar-se a fundo
no trabalho da formação intelectual, moral
e religiosa de nossa juventude.*

*“Para que tal desiderato se tornasse
realidade, um imenso esforço se teria de
fazer, inclusive no plano financeiro, porque
era preciso criar condições mais favoráveis,
dentro do Colégio, para assim entregá-lo à
benemérita Companhia de Jesus.*

*“Estas providências estão sendo
tomadas, em caráter de urgência, o que
representa um decisivo passo em ordem à*

*recuperação desse tradicional Colégio
piaulense.*

*“Agora chegou o momento de
entregá-lo à competência de sacerdotes
experimentados no setor da educação.*

*“Esperamos dos pais de família de
Teresina e do Piauí, todo o apoio para essa
batalha de recuperação do Colégio São
Francisco de Sales, apoio moral e financeiro,
por que assumi responsabilidades para as
quais não estava preparado.*

*“O problema é de interesse coletivo
e tenho certeza de que serei compreendido
nesse esforço em prol de melhores níveis de
educação primária e secundária, nesta
querida cidade de Teresina.*

*“Da Companhia de Jesus, que
retorna ao Piauí, sob extraordinária
expectativa, espero total correspondência
aos anseios do povo.*

*“Das famílias teresinenses,
sobretudo, espero acolhida generosa para os
denodados Filhos de Santo Inácio, hoje
também preocupados com a solução de um
grave e urgente problema de nosso meio - a
educação.*

*“Que Deus nos favoreça a todos nós
com a sua graça. E desça sobre todos a
bênção superabundante do coração de vosso
Arcebispo. Avelar, Arcebispo de Teresina”.*

Anexo 004

Fonte: “Colégio Diocesano” – 90 anos educando para a beleza da paz

Educadores de 1960

A Equipe Jesuítica

Pe. Carlo Bresiani: Diretor, Prof. de Religião e Latim

Pe. Luciano Ciman: Ministro do Colégio, Prof. de Matemática e Religião, Diretor do Curso Primário, Orientador Educacional e Pe. Espiritual dos alunos.

Pe. Moisés Fumagalli: Vice-Diretor e Professor de Latim, Francês e Religião.

Inspetor Federal

Prof. Cláudio Francisco Ferreira

Professores

Arcílio Torres de Araújo: Prof. licenciado de Geografia.

Artur Furtado Filho: Prof. licenciado de Geografia.

Benjamin Soares de Carvalho: Prof. de Educação Física e de Ciências no ginásio diurno e noturno.

Bernardo Lopes de Sousa: Prof. licenciado de Matemática.

Clotilde Oliveira de Carvalho: Profa. de Canto Orfeônico.

Delfina Augusta Bernaldo Bonavita: Profa. de História e Geografia no ginásio diurno e no curso científico.

João Alfredo de Carvalho Lima: Prof. de História no ginásio noturno e no curso científico.

Jeffrey do Rêgo Castelo Branco: Prof. de Desenho no ginásio noturno e no curso científico.

José de Arimatéia Tito Filho: Prof. licenciado de Português.

José Gomes Campos: Prof. de Espanhol e Francês no curso científico.

José Luiz Barbosa Cortez Pe.: Prof. de Matemática no ginásio noturno.

Luiz Gonzaga de Souza Lapa: Prof. de Matemática e Física no curso científico.

Maria Cecília da Costa Araújo: Profa. de Francês no ginásio diurno.

Maria de Lourdes Cury: Profa. no curso primário.

Maria do Carmo Couto: Profa. de trabalhos manuais no ginásio diurno e noturno.

Maria do Carmo Souza: Profa. no curso primário.

Maria do Socorro Santos Veras: Profa. de Matemática no ginásio diurno.

Maria Donata Santos: Profa. no curso primário.

Nelson de Amaral Sobrinho: Prof. de Desenho no ginásio diurno e de Inglês no ginásio diurno e noturno e no curso científico.

Pedro Ribeiro Vasconcelos Filho: Prof. de Química no curso científico.

Raimundo da Costa Ribeiro: Prof. licenciado de Português no ginásio noturno.

Raimundo José Aires Marques Soares, Pe.: Prof. de Francês ginásio noturno e de Português no curso científico.

Roberto Gonçalves de Freitas: Prof. de Português no ginásio diurno e noturno.

Terezinha Ferraz Veras: Profa. no curso primário.

Anexo 005

Alunos Do Colégio Diocesano

Fonte: “Colégio Diocesano” – 90 anos educando para a beleza da paz

<i>Carlinda Gomes Amarim</i>	<i>1ª Gin. A</i>	<i>diurno</i>
<i>Carlos Alberto C. Castelo Branco</i>	<i>3ª Primário</i>	<i>diurno</i>
<i>Carlos Alberto Costa Andrade</i>	<i>Admissão</i>	<i>diurno</i>
<i>Carlos Alberto M. de C. Andrade</i>	<i>4ª Primário</i>	<i>diurno</i>
<i>Carlos Alberto Pizna</i>	<i>3ª Gin.</i>	<i>diurno</i>
<i>Carlos Alberto Soares Martins</i>	<i>4ª Gin.</i>	<i>noturno</i>
<i>Carlos Alberto Sobral</i>	<i>4ª Gin.</i>	<i>diurno</i>
<i>Carlos Augusto de Vale Lopes</i>	<i>4ª Primário</i>	<i>diurno</i>
<i>Carlos Frederico de Moura Ramos</i>	<i>1ª Gin. A</i>	<i>diurno</i>
<i>Carlos Gustavo Miranda Torres</i>	<i>1ª Primário</i>	<i>diurno</i>
<i>Carlos Henrique Melo</i>	<i>3ª Gin.</i>	<i>diurno</i>
<i>Carlos Henrique T. de Carvalho</i>	<i>3ª Gin.</i>	<i>noturno</i>
<i>Carlos Henrique Vilas</i>	<i>1ª Primário</i>	<i>diurno</i>
<i>Carlos Machado Lopes</i>	<i>4ª Gin.</i>	<i>diurno</i>
<i>Cassio Antonio Pereira da Silva</i>	<i>Admissão</i>	<i>diurno</i>
<i>César Nogueira de Barros Filho</i>	<i>3ª Gin.</i>	<i>diurno</i>
<i>Cleone Soares Martins</i>	<i>1ª Primário</i>	<i>diurno</i>
<i>Cilton Assunção Kós</i>	<i>3ª Gin.</i>	<i>diurno</i>
<i>Cipriano Cavalcante de Oliveira</i>	<i>3ª Gin.</i>	<i>diurno</i>
<i>Claudio Francisco Ferreira Filho</i>	<i>1ª Cont.</i>	<i>diurno</i>
<i>Claudio Vicente Pacheco</i>	<i>Admissão</i>	<i>diurno</i>
<i>Clemente Linhares da Silveira</i>	<i>2ª Gin.</i>	<i>diurno</i>
<i>Clemilton D. R. Santana</i>	<i>3ª Primário</i>	<i>diurno</i>
<i>Cleuz de Machado Nogueira</i>	<i>4ª Primário</i>	<i>diurno</i>
<i>Cleuz M. Filho</i>	<i>3ª Primário</i>	<i>diurno</i>
<i>Cleuz Santana Correia Lima</i>	<i>1ª Gin. B</i>	<i>diurno</i>
<i>Constante Chaves Filho</i>	<i>1ª Primário</i>	<i>diurno</i>
<i>Cristóvão Alves de Souza Filho</i>	<i>4ª Primário</i>	<i>diurno</i>
<i>Dagoberto Barros da Silveira</i>	<i>3ª Gin.</i>	<i>diurno</i>
<i>Dael de Abreu</i>	<i>2ª Primário</i>	<i>diurno</i>
<i>Dilcio Martins Lima</i>	<i>Admissão</i>	<i>diurno</i>
<i>Domar F. de B. Maranhão</i>	<i>3ª Primário</i>	<i>diurno</i>
<i>Demerval Colillo e Silva</i>	<i>1ª Gin. B</i>	<i>diurno</i>
<i>Descléciano Gaudet Ferreira</i>	<i>Admissão</i>	<i>diurno</i>
<i>Desdery Máximo Alecar Filho</i>	<i>Admissão</i>	<i>diurno</i>
<i>Desdeditê Martins Braga</i>	<i>4ª Gin.</i>	<i>diurno</i>
<i>Desdeditê Melo C. Branco</i>	<i>Admissão</i>	<i>diurno</i>

<i>Digentes de Melo Ferreira</i>	<i>Admissão</i>	<i>diurno</i>
<i>Dionísio Brocade Lapa</i>	<i>1 Primária</i>	<i>diurno</i>
<i>Edir Wilson Alves de Moraes</i>	<i>2 Gin.</i>	<i>diurno</i>
<i>Edmilson de Menezes Silva</i>	<i>1 Cient.</i>	<i>diurno</i>
<i>Edson Primo Vaz da Costa</i>	<i>4 Gin.</i>	<i>noturno</i>
<i>Edval Mendes de Alencar</i>	<i>1 Cient.</i>	<i>diurno</i>
<i>Eduardo Gomes R. de Alencar</i>	<i>3 Gin.</i>	<i>diurno</i>
<i>Edvaldo Mendes David</i>	<i>1 Primária</i>	<i>diurno</i>
<i>Elesbão Ribeiro Gonçalves Neto</i>	<i>Admissão</i>	<i>diurno</i>
<i>Eliezer Vasconcelos</i>	<i>1 Gin.</i>	<i>noturno</i>
<i>Elen Constantino de Aguiar</i>	<i>2 Gin.</i>	<i>diurno</i>
<i>Emanuel Rodrigues Ferreira</i>	<i>Admissão</i>	<i>diurno</i>
<i>Edmar Barros Bezerra</i>	<i>1 Cient.</i>	<i>diurno</i>
<i>Emelina Sena Rosa</i>	<i>4 Gin.</i>	<i>noturno</i>
<i>Esperito Sampaio Brito</i>	<i>3 Gin.</i>	<i>noturno</i>
<i>Etevaldo Macedo Vieira Lima</i>	<i>3 Gin.</i>	<i>noturno</i>
<i>Eustáquio Rodrigues de Andrade</i>	<i>4 Gin.</i>	<i>noturno</i>
<i>Euáldo Cabral Teixeira Filho</i>	<i>1 Primária</i>	<i>diurno</i>
<i>Francisco de Assis Alencar</i>	<i>2 Gin.</i>	<i>diurno</i>
<i>Francisco de Assis Brito Santos</i>	<i>4 Gin.</i>	<i>noturno</i>
<i>Francisco de Assis F. de Carvalho</i>	<i>3 Gin.</i>	<i>noturno</i>
<i>Francisco de Assis Lantua</i>	<i>2 Gin.</i>	<i>noturno</i>
<i>Francisco de Assis M. da Rocha</i>	<i>1 Gin.</i>	<i>noturno</i>
<i>Francisco de Assis O. B. da Silva</i>	<i>3 Gin.</i>	<i>diurno</i>
<i>Francisco de Assis Rêgo de Moura</i>	<i>1 Cient.</i>	<i>diurno</i>
<i>Francisco de Assis Sousa Lopes</i>	<i>Admissão</i>	<i>diurno</i>
<i>Francisco das Chagas Alencar</i>	<i>2 Gin.</i>	<i>diurno</i>
<i>Francisco das Chagas Barradas</i>	<i>3 Primária</i>	<i>diurno</i>
<i>Francisco das Chagas C. Branco</i>	<i>3 Gin.</i>	<i>diurno</i>
<i>Francisco das Chagas C. Rego</i>	<i>4 Gin.</i>	<i>noturno</i>
<i>Francisco das Chagas Martins</i>	<i>3 Gin.</i>	<i>diurno</i>
<i>Francisco das Chagas de O. Castro</i>	<i>1 Gin.</i>	<i>noturno</i>
<i>Francisco das Chagas de Oliveira</i>	<i>2 Gin.</i>	<i>noturno</i>
<i>Francisco das C. B. Bastião da Silva</i>	<i>2 Gin.</i>	<i>diurno</i>
<i>Francisco das Chagas Sales</i>	<i>3 Gin.</i>	<i>diurno</i>
<i>Francisco José de Andrade</i>	<i>2 Gin.</i>	<i>diurno</i>
<i>Francisco José de Carvalho</i>	<i>1 Gin. B</i>	<i>diurno</i>

<i>Geraldo L. Souza</i>	<i>3 Primário</i>	<i>diurno</i>
<i>Gerson Portela Lima</i>	<i>2 Gin.</i>	<i>diurno</i>
<i>Gilberto Pereira Fortes</i>	<i>2 Gin.</i>	<i>diurno</i>
<i>Gilson Santana Pacheco</i>	<i>1 Gin. B</i>	<i>diurno</i>
<i>Gladstone José Brandão</i>	<i>1 Gin.</i>	<i>noturno</i>
<i>Gonçalo Barbosa do Bonfim</i>	<i>4 Gin.</i>	<i>noturno</i>
<i>Gonçalo Naranha Neto</i>	<i>4 Gin.</i>	<i>diurno</i>
<i>Guaporé Celso Pinheiro</i>	<i>3 Gin.</i>	<i>diurno</i>
<i>Guilherme Barreiras Mueller</i>	<i>3 Primário</i>	<i>diurno</i>
<i>Guilherme Frederico A. Lemos</i>	<i>Admissão</i>	<i>diurno</i>
<i>Guilherme Rodrigues Dias</i>	<i>1 Gin.</i>	<i>diurno</i>
<i>Haraldo Almeida Barradas</i>	<i>4 Gin.</i>	<i>diurno</i>
<i>Helício Rodrigues Aguiar</i>	<i>3 Gin.</i>	<i>noturno</i>
<i>Henrique Melo C. Branco</i>	<i>4 Primário</i>	<i>diurno</i>
<i>Herbert Belisário dos Santos</i>	<i>3 Gin.</i>	<i>diurno</i>
<i>Hermes Castelo Branco Filho</i>	<i>1 Primário</i>	<i>diurno</i>
<i>Hildebrando Carvalho de C. Filho</i>	<i>1 Gin.</i>	<i>noturno</i>
<i>Hilo Rocha Guimarães</i>	<i>1 Cient.</i>	<i>diurno</i>
<i>Hulgo Carvalho Boa Vista</i>	<i>4 Gin.</i>	<i>noturno</i>
<i>Inocêncio Francisco Caland</i>	<i>3 Gin.</i>	<i>noturno</i>
<i>Isaias P. da Silva Neto</i>	<i>Admissão</i>	<i>diurno</i>
<i>Isnard Francisco M. R. de Carvalho</i>	<i>3 Gin.</i>	<i>noturno</i>
<i>Ivan de Andrade Rodrigues</i>	<i>2 Gin.</i>	<i>noturno</i>
<i>Ivan José de Oliveira</i>	<i>1 Gin. B</i>	<i>diurno</i>
<i>Jeremias Pereira da Silva Filho</i>	<i>1 Primário</i>	<i>diurno</i>
<i>Jesuito Soares Dantas</i>	<i>4 Gin.</i>	<i>noturno</i>
<i>Jesus Carvalho de Araújo Junior</i>	<i>Admissão</i>	<i>diurno</i>
<i>Jesus Castelo Branco</i>	<i>Admissão</i>	<i>diurno</i>
<i>João Alberto A. Leão de M. e Silva</i>	<i>1 Gin.</i>	<i>diurno</i>
<i>João Aires Cavalcante</i>	<i>Admissão</i>	<i>diurno</i>
<i>João Antonio Cunha Paz</i>	<i>1 Cient.</i>	<i>diurno</i>
<i>João Alberto de G. e Almeida</i>	<i>Admissão</i>	<i>diurno</i>
<i>João Alberto Lima V. da Rocha</i>	<i>2 Gin.</i>	<i>diurno</i>
<i>João Alberto de Souza</i>	<i>4 Gin.</i>	<i>noturno</i>
<i>João de Assis Vitorino</i>	<i>1 Gin.</i>	<i>noturno</i>
<i>João Batista Bezerra de Carvalho</i>	<i>1 Cient.</i>	<i>diurno</i>
<i>João Brito Passos Pinheiro Filho</i>	<i>3 Gin.</i>	<i>diurno</i>

<i>João Batista F. Rodrigues</i>	<i>4 Primário</i>	<i>diurno</i>
<i>João de Deus Agostado</i>	<i>2 Gin.</i>	<i>diurno</i>
<i>João Henrique de Souza Teixeira</i>	<i>1 Gin.</i>	<i>noturno</i>
<i>João Moreira Ramos Filho</i>	<i>1 Cient.</i>	<i>diurno</i>
<i>João Maria de Assunção Moraes</i>	<i>2 Gin.</i>	<i>diurno</i>
<i>João da Mata Filho</i>	<i>4 Primário</i>	<i>diurno</i>
<i>João Nogueira Lima</i>	<i>1 Gin.</i>	<i>noturno</i>
<i>João Newton Pereira de Castro</i>	<i>4 Gin.</i>	<i>diurno</i>
<i>João Pedro Azevedo Soares</i>	<i>1 Cient.</i>	<i>diurno</i>
<i>João Pedro de Nascimento</i>	<i>1 Gin.</i>	<i>noturno</i>
<i>João Pereira de Sousa Filho</i>	<i>Admissão</i>	<i>diurno</i>
<i>João Soares Almeida</i>	<i>3 Gin.</i>	<i>noturno</i>
<i>João Saldanha F. Filho</i>	<i>4 Primário</i>	<i>diurno</i>
<i>João Sales Filho</i>	<i>1 Primário</i>	<i>diurno</i>
<i>João de S. M. Filho</i>	<i>3 Primário</i>	<i>diurno</i>
<i>Joaquim Abdon S. de A. Chaves</i>	<i>1 Gin. B</i>	<i>diurno</i>
<i>Joaquim Tampara Teixeira</i>	<i>Admissão</i>	<i>diurno</i>
<i>Joaquim Ferreira de Matilde</i>	<i>4 Gin.</i>	<i>noturno</i>
<i>Joaquim Nonato Sobrinho</i>	<i>3 Gin.</i>	<i>noturno</i>
<i>Josimã Evangelista de Sousa</i>	<i>1 Gin. A</i>	<i>diurno</i>
<i>Jorge Henrique e M. C. da Cunha</i>	<i>2 Gin.</i>	<i>diurno</i>
<i>José Arimatéia Alencar Maia</i>	<i>1 Gin.</i>	<i>diurno</i>
<i>José de A.P. de C. Fortes C. Bruno</i>	<i>2 Gin.</i>	<i>noturno</i>
<i>José de Arimatéia V. Rocha</i>	<i>4 Primário</i>	<i>diurno</i>
<i>José Aristóteles Ferreira Figueira</i>	<i>1 Gin. A</i>	<i>diurno</i>
<i>José Angelo Laurida</i>	<i>Admissão</i>	<i>diurno</i>
<i>José Antonio Sousa Noronha</i>	<i>2 Gin.</i>	<i>diurno</i>
<i>José Antonio Neto</i>	<i>1 Gin.</i>	<i>noturno</i>
<i>José Antonio da Silva Filho</i>	<i>2 Gin.</i>	<i>noturno</i>
<i>José Alves Nunes de Castro</i>	<i>Admissão</i>	<i>diurno</i>
<i>José Alberto Pereira</i>	<i>1 Primário</i>	<i>diurno</i>
<i>José Alberto Lattusa</i>	<i>2 Primário</i>	<i>diurno</i>
<i>José Arimatéia Régis</i>	<i>1 Gin.</i>	<i>noturno</i>
<i>José Agostinho da Vale Mendes</i>	<i>1 Gin.</i>	<i>diurno</i>
<i>José Barreto de Araújo</i>	<i>4 Gin.</i>	<i>noturno</i>
<i>José Bezerra Batista</i>	<i>4 Gin.</i>	<i>noturno</i>
<i>José Bastos Lopez</i>	<i>1 Gin. A</i>	<i>diurno</i>

<i>José Cândido de Oliveira Costa</i>	4 ^o Gin.	noturno
<i>José Carlos Borges Machado</i>	4 ^o Gin.	diurno
<i>José Carlos Torres Gonçalves</i>	3 ^o Gin.	diurno
<i>José Cerqueira Dantas</i>	1 ^o Gin. A	diurno
<i>José Eder Barreto Alexandrino</i>	2 ^o Gin.	noturno
<i>José Elias de Melo Brito</i>	1 ^o Cient.	diurno
<i>José Emídio de Oliveira Ferreira</i>	Admissão	diurno
<i>José Ernesto de Melo</i>	1 ^o Gin. B	diurno
<i>José Ferreira do Amaral</i>	2 ^o Gin.	diurno
<i>José Fortes de Pádua Filho</i>	1 ^o Gin. B	diurno
<i>José Francisco C. Melo</i>	4 ^o Primário	diurno
<i>José Francisco G. Mouzinho</i>	1 ^o Gin. B	diurno
<i>José Francisco N. P. de Santana</i>	Admissão	diurno
<i>José Francisco Rodrigues Queiroz</i>	1 ^o Primário	diurno
<i>José Gil C. Branco Filho</i>	2 ^o Primário	diurno
<i>José Geraldo Lopes de Melo</i>	1 ^o Cient.	diurno
<i>José Geraldo de Melo</i>	2 ^o Gin.	noturno
<i>José Inácio Sobrinho</i>	1 ^o Gin. A	diurno
<i>José de Jesus Silveira</i>	2 ^o Gin.	noturno
<i>José de Jesus Pierot</i>	4 ^o Gin.	noturno
<i>José Lamartine Lima do Monte</i>	1 ^o Cient.	diurno
<i>José Luis de Carvalho</i>	1 ^o Gin.	noturno
<i>José Luis Miranda Craveiro</i>	1 ^o Cient.	diurno
<i>José Luis R. M. da Cunha</i>	3 ^o Primário	diurno
<i>José Lincoln Sobral Matos</i>	1 ^o Gin. B	diurno
<i>José Maria Pereira da Silva</i>	1 ^o Gin.	noturno
<i>José Mesquita</i>	1 ^o Gin. B	diurno
<i>José Neves Costa Pinheiro</i>	1 ^o Gin. A	diurno
<i>José Oliveira de Carvalho Filho</i>	1 ^o Gin. A	diurno
<i>José Pedro da Costa Barbosa</i>	2 ^o Primário	diurno
<i>José Pereira C. B. Filho</i>	2 ^o Primário	diurno
<i>José Pereira Nogueira</i>	Admissão	diurno
<i>José de Ribamar C. Aguiar</i>	Admissão	diurno
<i>José de Ribamar G. Filho</i>	1 ^o Primário	diurno
<i>José Ribamar Mendes de Moura</i>	1 ^o Gin. B	diurno
<i>José de Ribamar Neiva Filho</i>	1 ^o Primário	diurno
<i>José de Ribamar Moura</i>	1 ^o Gin. A	diurno

<i>José de Ribamar da Silva</i>	1 ^o Gin.	<i>noturno</i>
<i>José Raimundo Lima Filho</i>	3 ^o Gin.	<i>noturno</i>
<i>José da Rocha Lemos</i>	4 ^o Gin.	<i>noturno</i>
<i>José R. de M. Cruz</i>	3 ^o Primário	<i>diurno</i>
<i>José Rodrigues da Rocha</i>	1 ^o Gin. B	<i>diurno</i>
<i>José Sersio Ferreira</i>	3 ^o Gin.	<i>noturno</i>
<i>José Sátiro Filho</i>	3 ^o Gin.	<i>diurno</i>
<i>José Sebastião Moreira</i>	3 ^o Gin.	<i>noturno</i>
<i>José Tourinho Lima</i>	4 ^o Gin.	<i>noturno</i>
<i>José Valente de Barros Filho</i>	1 ^o Cient.	<i>diurno</i>
<i>José Vilani Soares de Almeida</i>	4 ^o Gin.	<i>diurno</i>
<i>José Vilmores Silva Lopes</i>	3 ^o Gin.	<i>noturno</i>
<i>José Virgílio Ennes Fonseca</i>	1 ^o Gin. A	<i>diurno</i>
<i>José Wilson da Costa Santos</i>	1 ^o Cient.	<i>diurno</i>
<i>Josemar Rodrigues Soares</i>	1 ^o Gin.	<i>noturno</i>
<i>Júlio Guimarães C. Júnior</i>	2 ^o Primário	<i>diurno</i>
<i>Júlio Soares G. S. Júnior</i>	3 ^o Primário	<i>diurno</i>
<i>Juzián dos Santos Lopes</i>	2 ^o Gin.	<i>noturno</i>
<i>Juvenato de Oliveira Souza</i>	1 ^o Gin. B	<i>diurno</i>
<i>Lafaiete Pereira de Castro</i>	4 ^o Primário	<i>diurno</i>
<i>Lalson Cordeiro</i>	1 ^o Primário	<i>diurno</i>
<i>Lamartine Abreu Santos</i>	3 ^o Gin.	<i>diurno</i>
<i>Laizara de Jesus Rocha Soares</i>	2 ^o Gin.	<i>diurno</i>
<i>Lea de Brito Melo</i>	1 ^o Gin. B	<i>diurno</i>
<i>Leonel da Costa Alencar</i>	4 ^o Gin.	<i>noturno</i>
<i>Leonidas Arrais Mourão</i>	4 ^o Gin.	<i>diurno</i>
<i>Lindberg Pires</i>	1 ^o Cient.	<i>diurno</i>
<i>Lindomar Ribeiro Coelho</i>	1 ^o Gin. B	<i>diurno</i>
<i>Luciano Andrade Aires</i>	2 ^o Gin.	<i>diurno</i>
<i>Luciano José Couto de Souza</i>	1 ^o Cient.	<i>diurno</i>
<i>Luís Alberto R. Gonçalves</i>	1 ^o Primário	<i>diurno</i>
<i>Luís Alberto de Brito Monteiro</i>	3 ^o Gin.	<i>diurno</i>
<i>Luís Gonzaga Bezerra Leite</i>	1 ^o Gin. A	<i>diurno</i>
<i>Luís Gonzaga Cardoso Nogueira</i>	2 ^o Gin.	<i>diurno</i>
<i>Luís Gonzaga Rigo</i>	2 ^o Gin.	<i>diurno</i>
<i>Luís Parente Borges</i>	2 ^o Gin.	<i>noturno</i>
<i>Luís Paulo de Carvalho</i>	4 ^o Primário	<i>diurno</i>

<i>Luis Pedro de Souza</i>	<i>4 Primário</i>	<i>diurno</i>
<i>Luis Roberto de Magalhães</i>	<i>Admissão</i>	<i>diurno</i>
<i>Luis da Sena Rosa</i>	<i>2 Gin.</i>	<i>noturno</i>
<i>Luis Soares Filho</i>	<i>1 Gin. B</i>	<i>diurno</i>
<i>Manoel de Almeida Lira</i>	<i>4 Gin.</i>	<i>noturno</i>
<i>Manoel Alves de Souza</i>	<i>3 Gin.</i>	<i>noturno</i>
<i>Manoel Barros Belega</i>	<i>4 Gin.</i>	<i>diurno</i>
<i>Manoel E. da Costa</i>	<i>Primário</i>	<i>diurno</i>
<i>Manoel Felício F. Rocha</i>	<i>2 Primário</i>	<i>diurno</i>
<i>Marcelino Antonio de Carvalho</i>	<i>1 Gin.</i>	<i>noturno</i>
<i>Marcelo Farias</i>	<i>1 Primário</i>	<i>diurno</i>
<i>Marcelo Melo Lopes</i>	<i>Admissão</i>	<i>diurno</i>
<i>Marco Aurélio Vasconcelos</i>	<i>Admissão</i>	<i>diurno</i>
<i>Mario Alves de Mendonça</i>	<i>1 Gin. B</i>	<i>diurno</i>
<i>Mario Carvalho Filho</i>	<i>1 Gin. A</i>	<i>diurno</i>
<i>Mario José Dias Carneiro</i>	<i>2 Gin.</i>	<i>diurno</i>
<i>Mario Milton Madeira Aragão</i>	<i>2 Gin.</i>	<i>noturno</i>
<i>Mario Raulino Filho</i>	<i>4 Gin.</i>	<i>diurno</i>
<i>Mateus Teixeira Luz</i>	<i>2 Gin.</i>	<i>noturno</i>
<i>Matias de Moura Soares</i>	<i>2 Gin.</i>	<i>diurno</i>
<i>Matias Pereira de Castro</i>	<i>4 Gin.</i>	<i>noturno</i>
<i>Miguel Ramos Rodrigues</i>	<i>4 Gin.</i>	<i>diurno</i>
<i>Milton Soares da Silva</i>	<i>1 Cient.</i>	<i>diurno</i>
<i>Miquichara Cunha</i>	<i>1 Gin. B</i>	<i>diurno</i>
<i>Moacir Soares de Oliveira</i>	<i>3 Gin.</i>	<i>diurno</i>
<i>Modesto Antonio Jacobina</i>	<i>Admissão</i>	<i>diurno</i>
<i>Modesto de Brito Melo</i>	<i>2 Gin.</i>	<i>diurno</i>
<i>Moisés José Ribeiro</i>	<i>4 Gin.</i>	<i>diurno</i>
<i>Napoleão Filho</i>	<i>1 Primário</i>	<i>diurno</i>
<i>Neynaldo Cunha Nogueira</i>	<i>1 Cient.</i>	<i>diurno</i>
<i>Nilo da Silva Junior</i>	<i>3 Primário</i>	<i>diurno</i>
<i>Nilson Ribeiro Soares</i>	<i>1 Gin.</i>	<i>noturno</i>
<i>Norberto Soares Neto</i>	<i>Admissão</i>	<i>diurno</i>
<i>Oderival Francisco Pereira Costa</i>	<i>1 Cient.</i>	<i>diurno</i>
<i>Odesval Pereira Costa</i>	<i>2 Gin.</i>	<i>diurno</i>
<i>Odilon Lima Sales</i>	<i>3 Gin.</i>	<i>noturno</i>
<i>Odilon Pinto de M. Filho</i>	<i>Admissão</i>	<i>diurno</i>

<i>Odimar da Costa Alencar</i>	2 ^o Gin.	<i>diurno</i>
<i>Odorico Marques da Fonseca</i>	4 ^o Gin.	<i>diurno</i>
<i>Olavo de Deus Ferreira</i>	4 ^o Gin.	<i>noturno</i>
<i>Olavo Pereira da Silva Filho</i>	1 ^o Gin. A	<i>diurno</i>
<i>Oldemar de Souza Castro</i>	4 ^o Gin.	<i>noturno</i>
<i>Omarcinan Menezes de Queiroz</i>	1 ^o Gin. A	<i>diurno</i>
<i>Orlando Bezerra Monteiro</i>	2 ^o Gin.	<i>diurno</i>
<i>Ornaldo Monteiro</i>	4 ^o Gin.	<i>diurno</i>
<i>Osmar Ribeiro Colho</i>	1 ^o Cient.	<i>diurno</i>
<i>Osmir da Cunha Coutinho</i>	<i>Admissão</i>	<i>diurno</i>
<i>Oswaldo Campos Pereira</i>	4 ^o Gin.	<i>noturno</i>
<i>Oswaldo Mendes da Costa</i>	1 ^o Gin.	<i>noturno</i>
<i>Ozandi de Abreu Carvalho</i>	3 ^o Gin.	<i>noturno</i>
<i>Paulo Antônio Guimarães Matiz</i>	4 ^o Primário	<i>diurno</i>
<i>Paulo Antonio S. Santos</i>	<i>Admissão</i>	<i>diurno</i>
<i>Paulo Camilo Lustosa</i>	<i>Admissão</i>	<i>diurno</i>
<i>Paulo César de Souza Ribeiro</i>	1 ^o Gin. B	<i>diurno</i>
<i>Paulo Francisco A. F. Brito</i>	3 ^o Primário	<i>diurno</i>
<i>Paulo Francisco de Freitas</i>	1 ^o Gin. B	<i>diurno</i>
<i>Paulo Henrique de Carvalho Melo</i>	1 ^o Gin. A	<i>diurno</i>
<i>Paulo Henrique de O. Craveiro</i>	1 ^o Primário	<i>diurno</i>
<i>Paulo Pereira de Araújo</i>	2 ^o Gin.	<i>diurno</i>
<i>Paulo Portela Neto</i>	4 ^o Gin.	<i>noturno</i>
<i>Paulo Roberto Miller</i>	<i>Admissão</i>	<i>diurno</i>
<i>Paulo Roberto Soares Barros</i>	1 ^o Gin. A	<i>diurno</i>
<i>Paulo de Tarso de Aguiar Lopes</i>	<i>Admissão</i>	<i>diurno</i>
<i>Paulo de Tarso Lucena</i>	2 ^o Gin.	<i>noturno</i>
<i>Paulo de Tarso Melo</i>	1 ^o Gin. A	<i>diurno</i>
<i>Paulo de Tarso de Oliveira Chaves</i>	2 ^o Gin.	<i>diurno</i>
<i>Paulo Vasconcelos de Carvalho</i>	1 ^o Gin. B	<i>diurno</i>
<i>Pedro Alves do Nascimento</i>	2 ^o Primário	<i>diurno</i>
<i>Pedro Augusto da Cunha Freire</i>	1 ^o Gin. A	<i>diurno</i>
<i>Pedro Bastião da Silva Neto</i>	4 ^o Gin.	<i>diurno</i>
<i>Pedro Eduardo da Luz</i>	2 ^o Gin.	<i>noturno</i>
<i>Pedro Fortes de Pádua Filho</i>	4 ^o Primário	<i>diurno</i>
<i>Pedro Nunes de Alcântara</i>	3 ^o Gin.	<i>noturno</i>
<i>Pedro Nunes Martins</i>	1 ^o Gin. A	<i>diurno</i>

<i>Pedro de Oliveira Lopes</i>	1 ^o Gin.	noturno
<i>Pedro Paulo Lopes de M. Santana</i>	Admissão	diurno
<i>Pedro Soares Pires</i>	2 ^o Primário	diurno
<i>Pedro Tomaz da Silva</i>	1 ^o Gin.	noturno
<i>Pedro Torquato de Araújo</i>	3 ^o Gin.	noturno
<i>Pedro Vaz de Oliveira Santos</i>	Admissão	diurno
<i>Piricles Freitas Arslino</i>	Admissão	diurno
<i>Petrarca Santos de Deus</i>	1 ^o Gin. A	diurno
<i>Pitágoras da F. Filho</i>	Admissão	diurno
<i>Potino Ladeira da Mata</i>	4 ^o Gin.	diurno
<i>Primo Augusto Santana Neto</i>	1 ^o Primário	diurno
<i>Propércio das Santos Lopes</i>	4 ^o Gin.	noturno
<i>Rafael Brito C. do R. Monteiro</i>	4 ^o Primário	diurno
<i>Raimundo Ari Furtado</i>	3 ^o Primário	diurno
<i>Raimundo Cajueiro da Silva</i>	2 ^o Gin.	diurno
<i>Raimundo Castelo Branco Fortes</i>	2 ^o Gin.	diurno
<i>Raimundo Fernandes da Silva</i>	1 ^o Gin. A	diurno
<i>Raimundo Henrique de S. Almeida</i>	Admissão	diurno
<i>Raimundo Jerônimo da Silva</i>	1 ^o Cient.	diurno
<i>Raimundo Nonato Coutinho Maia</i>	1 ^o Gin. A	diurno
<i>Raimundo Nonato Gomes</i>	1 ^o Primário	diurno
<i>Raimundo Nonato M. Ribeiro</i>	4 ^o Gin.	noturno
<i>Raimundo Nonato R. Almeida</i>	1 ^o Gin. A	diurno
<i>Raimundo Nonato do Régio</i>	2 ^o Gin.	diurno
<i>Raimundo Nonato de Souza</i>	4 ^o Gin.	diurno
<i>Raimundo Nonato de Souza</i>	3 ^o Gin.	noturno
<i>Raimundo Nonato de Souza</i>	4 ^o Primário	noturno
<i>Raimundo Pires Collbo</i>	Admissão	diurno
<i>Raimundo Ramos Assis</i>	1 ^o Gin. A	diurno
<i>Raimundo do Régio Lobão</i>	Admissão	diurno
<i>Raimundo Sampaio Brito</i>	1 ^o Gin. B	diurno
<i>Raimundo Soares da Costa Filho</i>	2 ^o Gin.	diurno
<i>Raimundo de Vasconcelos Melo</i>	3 ^o Gin.	diurno
<i>Raimundo Visgueira</i>	2 ^o Gin.	noturno
<i>Reis de Moura Ramos</i>	2 ^o Primário	diurno
<i>Ricardo Celso Pinheiro</i>	1 ^o Gin. B	diurno
<i>Roberto de Jesus Fonseca Collbo</i>	4 ^o Gin.	diurno

Roberto Bandeira Gonçalves	1º Primário	diurno
Roberto Madeira Aragão	4º Primário	diurno
Roberto Said Tajra	1º Gin. B	diurno
Roberto da Silva Ribeiro	1º Primário	diurno
Roberval L. Leite	4º Primário	diurno
Rodrigo Mendes Ayres Lima	1º Cient.	diurno
Rogério Madeira Aragão	1º Gin. A	diurno
Romel da Silva Souza	1º Gin.	diurno
Ronald da Costa Araújo	1º Gin. A	diurno
Róten Souza Costa	4º Gin.	diurno
Rasi Oliveira	Admissão	diurno
Rubens Souza Cordeiro	1º Gin. A	diurno
Rubens Tajra Melo	4º Gin. B	diurno
Rui Coelho de Resende	1º Cient.	diurno
Rui de Figueiredo Barbosa	1º Gin. B	diurno
Rústenes Alves de Miranda	2º Gin.	diurno
Sábino da Silva Porto	4º Gin.	noturno
Salomão Negas da Silva	1º Gin. A	diurno
Salvador Madariaga Freitas	Admissão	diurno
Sebastião Filho	1º Primário	diurno
Sebastião Gomes Coelho Neto	2º Gin.	diurno
Sebastião Gomes Monteiro	2º Gin.	diurno
Sebastião Madeira Filho	1º Gin. B	diurno
Segismundo Ferreira Alencar	2º Gin.	diurno
Sigfredo da Silveira Pacheco	1º Gin. B	diurno
Sidney Castelo B. de S. Almendra	2º Gin.	diurno
Tarcísio Barbosa Lopes	Admissão	diurno
Teodoro Pereira Neto	1º Gin.	noturno
Tindaro Neiva Pacheco	1º Cient.	diurno
Tomé Barbosa Dias	4º Gin.	noturno
Valdeci Gonçalves da Cruz	3º Gin.	noturno
Valdenir Mendes da Silva	Admissão	diurno
Valdenir Moura	1º Cient.	diurno
Valdes Pires de Sá	Admissão	diurno
Valter Alencar Filho	1º Gin. A	diurno
Valter Martins Lima	2º Gin.	noturno
Vicente de Paula Coutinho Barbosa	1º Cient.	diurno

<i>Vicente R. G. Junior</i>	<i>3 Primário</i>	<i>diurno</i>
<i>Virmar Santana Ribeiro Soares</i>	<i>Admissão</i>	<i>diurno</i>
<i>Vitor Sérgio Vieira do Lago</i>	<i>2 Gin.</i>	<i>diurno</i>
<i>Volnei Augustinus R. Ferreira</i>	<i>1 Gin A</i>	<i>diurno</i>
<i>Wagner Oliveira de Carvalho</i>	<i>3 Primário</i>	<i>diurno</i>
<i>Wagner Luiz Serra e Silva</i>	<i>4 Primário</i>	<i>diurno</i>
<i>Wagner Serrate da Silva Oliveira</i>	<i>2 Gin.</i>	<i>diurno</i>
<i>Walter de Sousa</i>	<i>3 Primário</i>	<i>diurno</i>
<i>Washington Luis da S. Oliveira</i>	<i>Admissão</i>	<i>diurno</i>
<i>Weiden Cunha e Silva</i>	<i>2 Gin.</i>	<i>noturno</i>
<i>William Carvalho</i>	<i>4 Gin.</i>	<i>noturno</i>
<i>Wilson de Araújo Moura</i>	<i>3 Gin.</i>	<i>diurno</i>
<i>Zacarias Castelo Branco Lins</i>	<i>3 Gin.</i>	<i>noturno</i>

Concludentes do curso científico em 1962



Foto 29

Anuário do CSFE, op cit.

*Francisco Caminha Aguiar,
Francisco José M. A. Leão,
Helo Rocha Guimarães,
José Lamartine do Monte,
José Wilson Costa Santos,
João Pedro Agremonas Soares,
Lindberg Pires,
Mariano Gil, João Bezerra e
Roberto Rômulo Rezende*

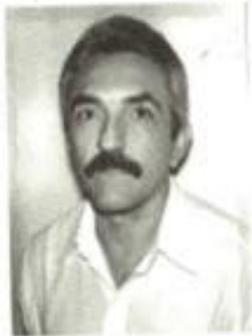
Anexo 006

Depoimentos de Ex- Alunos do Colégio Diocesano

Fonte: “Colégio Diocesano” – 90 anos educando para a beleza da paz

Congregação Mariana

Jesus Nascimento
Ex-Aluno e Mídian



Foi nos
idos de 1963,
quando a Congrega-
ção Mariana do
Colégio Diocesano já existia
há aproximadamente dois
anos, que a
convite do

querido Pe. Adriano passei a participar
deste movimento que muito me ensinou a
viver como cristão.

Foram três anos de experiências e
ensinamentos que marcaram a minha vida
para sempre. Foi na Congregação que
descobri o sentido do outro, pois além da
formação espiritual, recebíamos também,
formação social. Portávamos atendimento
como leigos, na antiga penitenciária de
Teresina, junto aos presos, ensinando-lhe
a leitura e o catecismo. Na penitenciária,
tivemos oportunidade de conhecer
condenados que, apesar de seu
afastamento dos familiares e da sociedade

em geral, continuavam ainda a manter no
fundo do coração uma esperança de
reconciliação consigo mesmo e com os
outros.

Também dávamos assistência às
famílias pobres da antiga “Palha de Arroz”
bairro às margens do Rio Parnaíba, onde,
além da palavra do Filho de Maria,
levávamos também apoio material em
forma de remédios e alimentos.

Sei que não podemos retornar ao
passado, mas neste momento, revivo com
toda a realidade e emoção aqueles anos nos
quais, eu, ainda adolescente, pude conviver
com grandes companheiros e mestres
como Padre Adriano, Pe. Moisés, Padre
Luciano, Padre Florêncio e, já no último
ano, o Padre Ângelo.

Finalmente, tendo ainda aqui, ao
meu lado, o velho Manual dos
Congregados Marianos, deixo como
depoimento a afirmação de que os três
anos vividos na Congregação continuam
vivos no meu dia-a-dia, contribuindo para
um viver Cristão no meu trabalho e na
minha querida família.

Pe. Moisés : O Disciplinador por excelência

*Alcino Evangelista de Souza
ex-aluno, Odontólogo e Militar*



Dentre os quatro jesuítas que compunham a 1ª equipe de 1960, havia um que se destacava. Pe. MOISÉS MARIA FUMAGALLI S.J., é este o seu nome. A princípio chamava a atenção pela sua compleição física, olhos escuros (o que impedia os alunos de saberem para onde ele estava olhando) e, por fim, o detalhe do corte de cabelo, bem baixo, partido ao meio da cabeça.

Porém, em poucos minutos, via-se naquele padre "grandão" - alguns chamavam-no pelas costas, é claro, de FENEMÊ - o grande disciplinador que é. Sim, é porque tem ex-alunos que tentam copiar o seu modelo.

O Pe. Moisés com o seu estilo duro, inflexível, sem jogo de cintura, sem o famoso "jeitinho brasileiro", educou não apenas os alunos, mas também os pais de alunos.

Alguns exemplos ajudariam a ilustrar a afirmação.

O Pe. Moisés nos dizia que tinha aprendido o português na viagem marítima da Itália para o Brasil. Aqui chegando, passou uma temporada na Bahia. Lá, aprendeu e reteve a palavra "AZEITE". Pois bem, vamos a um exemplo. Um dia, o aluno Joima (meu irmão) chegou com o fardamento incompleto. Não deu outra, Pe. Moisés mandou-o de volta para casa, com a recomendação de que só voltaria a assistir aulas após uma conversa com o pai ou a mãe. Imediatamente nossa mãe tomou conhecimento e veio falar com o Pe. Moisés que, com muita polidez, ouviu suas explicações de que a camisa da farda não pôde ser passada porque o ferro havia queimado, que não havia carvão para passar com o ferro à carvão etc... Então, a mãe pensando ter convencido o Pe. Moisés, foi tomada de surpresa quando ele afirmou: Muito bem, Sr., leve sua "PÉROLA" para casa, prepare a farda corretamente para amanhã, porque hoje ele não entra no Colégio nem "PASSANDO AZEITE". Não precisa nem afirmar. Mãe baixou a cabeça e chorando educadamente conduziu a sua "PÉROLA" para casa.

Certo dia, um pai de aluno questionou porque nos corredores do Diocesano havia sinais de mão e contra-mão.

O Pe. Moisés respondia: "é para que quando o seu "TESOURO" tiver habilitação de motorista já saber que os sinais de trânsito existem para serem respeitados.

Em outra oportunidade, num dia 07 de setembro, os alunos do Diocesano estavam posicionados na Avenida Frei Serafim aguardando o momento do desfile, quando surge o Pe. Moisés com seu famoso óculos escuro, com uma pasta na mão - dessas de vendedor. Logo em seguida, parando diante de cada pelotão entregava aos alunos escova e flanela para o último lustre nos sapatos. O resultado era sempre o mesmo. Colégio Diocesano, aplaudido pela multidão em virtude do uniforme impecável, (a farda de gala era linda) a cadência e a maneira garbosa dos alunos desfilarem. O Pe. Moisés conferia tudo.

Sempre que tenho oportunidade de falar em disciplina afirmo que DISCIPLINADOR POR EXCELÊNCIA foi Pe. Moisés. Dá uma saudade danada.

Decorar texto em alemão, francês, italiano ou latim, quando o aluno mal sabia o português. Era assim o Pe. Moisés.

Qual o ex-aluno do Pe. Moisés que não se lembra do seu famoso apito, pendurado no pescoço? Durante o recreio, quando ele queria dirigir-se a um aluno, não

se deslocava, nem gritava, apenas apitava. Todos paravam, olhando para o Pe. Moisés e ele lá com o "DEDÃO", apontava para o aluno indisciplinado e indicava o seu "famoso escritório". O corretivo era tão certo, como $2+2 = 4$.

Certo dia, o Pe. Moisés estava reunido com um aluno em seu escritório, quando um colega chegou, pediu licença e entrou na sala. Ele pôs-se de pé e mandou que o colega se retirasse até à porta de entrada. O aluno foi e postou-se diante da porta. Então o Pe. Moisés disse-lhe: "agora peça-me permissão para entrar e aguarde a licença para ter acesso à minha sala".

Era assim o Pe. Moisés, o grande DISCIPLINADOR.

Esteja onde o senhor estiver, tenha certeza, de que a sua "DUREZA" amoleceu os corações de muitos piauienses que hoje se encontram dirigindo os destinos do Estado do Piauí.

Que DEUS o tenha em um santo lugar.

Obrigado Pe. Moisés.

Anexo 006

Primeiras alunas matriculadas no Colégio Diocesano

Fonte: “Colégio Diocesano” – 90 anos educando para a beleza da paz

As Primeiras Alunas do Colégio

Até o ano de 1967 o Colégio São Francisco de Sales era exclusivamente constituído por alunos do sexo masculino.

O ingresso de alunas no quadro discente do Colégio foi a partir de 1968 com experiência de cursinho preparatório para o Vestibular. As aulas funcionavam a partir das 17:00 horas e prosseguiam por boa parte da noite.

Apesar de ser cursinho, o Colégio promovia encontros de formação, teatro, excursões e retiros para grupos mistos. Confira a relação das primeiras alunas do Cursinho.

*Ariél das Graças Rodrigues
Berenice Lima de Azevedo
Darina Ribeiro Gonçalves Cordão
Dulcineia Lima e Silva
Edairges Ribeiro Gonçalves Cordão
Eldia Maria de Arla Lúcia de Moraes e Silva
Eralma Mattar Lopes
Maria Augusta Barros de Moura
Maria Augusta Paschoa Ferro Gomes
Maria das Graças Andrade Silva
Maria de Fátima Leite e Silva
Maria do Socorro Carneiro
Maria do Socorro da Silva Sousa
Maria Madalena Santos de Deus
Maria Marcelina da Silva Teles
Maria Walquíria de Mesquita
Nilda Mendes de Assunção
Onilde Angélica Bezerra Monteiro
Regina Lúcia de Castro Chaves
Tereza Carina Cardoso Corrêa
Vera Lúcia Lima
Virgínia Lima de Azevedo*

Em 1973, na gestão de Pe. Luciano Ciman, SJ, o Colégio matriculou institucionalmente as primeiras alunas começando a experiência nas quatro primeiras séries do 1º grau, no turno da tarde, e no 2º grau no turno da manhã. Em 1974, expandiu a matrícula das mulheres em todas as séries.

A Farda era calça de cor vinho para as mulheres e cáqui ou jeans para os homens. Posteriormente foi unificada para ambos os sexos sendo, blusa cor bege para os alunos do 1º grau e branca para o 2º grau.

1ª série "A"

Ana Cristina de Sousa Batista
Cynthia Maria de Oliveira
Eliane Aparecida de C. Mascarenhas
Etiane Gilton Barbosa de M Castro
Maria Aparecida Fátima Pereira
Marta da Conceição Mourão de Araújo
Suzana Alves da Costa
Virgínia Ramalho Silva

1ª série "B"

Jandira Gonçalves de Oliveira Freitas
Laila de Araújo Mendes
Marta Teresa Castro de Carvalho
Rosaura Moreira Brito Bastos
Samara Eugênia Vilela do Bonfim
Susana Carolina Garcia de Menezes
Theresa Helena Taja Cortezzezi

2ª série "A"

Ivone Mara da Costa M Mattos
Olivia Maria Batista da Silva
Rejane Trindade Ribeiro

2ª série "B"

Ana Célia de Souza Figueira
Flávia Cristina de Bonfim Bezerra
Sofia Dantas Soares

3ª série "A"

Ana Maria Vilela do Bonfim
Ana Clarice Rego Gomes
Marta de Socorro Nascimento Rodrigues
Mônica Maria do Bonfim Bezerra

3ª série "B"

Jaqueline de Freitas Melo
Livia Maria Veras Magalhães
Yara Moura Borges

3ª série "C"

Mônica Lábilo Marinho
Suzana Aurora Telles de Araújo
Teresa Cristina Batista Silva

4ª série "A"

Bolisa da Costa Machado Mattos
Conceição de Maria Vale da Rocha
Denise Regina Gelmini Pizzelli
Eliane Veras Soares
Inalda Lago Veras
Jaqueline Ribeiro Gonçalves

4ª série "B"

Maria Célia Moura Borges
Marta dos Menezes Laila da Costa
Marta Francisca de Miranda Alad
Marta Iza Freitas Furtado

4ª série "C"

Marta Aparecida Souza
Marta de Socorro Sá e Pádua
Mônica Mendes da Rocha
Nara Carla Forte
Nelise Bastião Ferrer Gomes

1º científico "A"

Adelina Maria Araújo de Almeida
Ana Julieta Carvalho de Almendra Freitas
Ana Maria Chalh Gomes
Ana Luíza Buar Lillo
Ana Maria Farias Martins
Ana Virginia da Costa Matus
Angela Maria de Lacerda Formiga
Angela Teresa de Almendra Freitas
Catarina de Maria de Vile Lapes
Celia Pereira Santa Rosa
Célia Soares Martins
Claudia Almeida Meira
Edilene Oliveira Lima
Elana Taja Hidd
Eliane Farias de Sousa Martins
Maria Luíza Pereira Lapes de Araújo
Rosa Lenore de Paula Rebelo
Teresa Emilia Wall Barbosa de Carvalho

1º científico "B"

Ana Duxa de Melo Vaz
Elizabeth Lapes de Moura Santos
Emília Maria Cardoso Pires Rebelo
Eugênia Vitoria e Silva de Medeiros
Floripa da Silva Hidd
Gezela Piz Magalhães
Giselys Maria Rosa Saraiva
Inês Helena Régis Gama
Isis Gomes dos Santos
Jusente Maria Xavier Silva

Jusilda Floriana Melo
Luzimar de Oliveira Almeida
Lúcia Maria Silva Adad
Lúcia de Fátima Paiva Ferraz
Lúcia Nunes Marques
Maria Carolina Pires R. Goyos Freitas
Maria das Graças Nogueira Müller
Maria de Fátima Amarim Vieira
Maria de Rosário de Fátima O. Silva
Maria Helena Machado de Souza Mendes
Maria Teresa Machado P. S. Mendes

1º científico "C"

Fernanda Santos de Neira Enalido
Maria Fernanda Medeiros Costa
Maria Goretti Maia Mendes
Maria Hilma de Almeida Barbosa
Maria Jusente Cunha Mendes
Maria de Socorro Adad Alencar
Mary Correia Moreira
Mauro Rio Lima de Almeida
Raquel de Nazareth Martins
Rafina Maria Pereira Oliveira
Raula Maria Cabral Dóbal Tróscira
Vânia Lúcia de Melo Pires
Silvane Maria Sales dos Santos Silva
Sergil Cavalcante de Oliveira
Teresa Cristina Costa Cardoso da Silva
Thelma Pereira Santa Rosa
Valéria Sandra Canito de Araújo

2º científico "A"

*Anna Virginia Araújo Tajra
Benedita Maria Vilar Teixeira
Lúcia Maria Soares Siqueira
Lilian de Almeida Veloso
Lucia Maria Rebelo Lago
Maria Alci Lagoes Gonçalves
Maria de Fátima Sousa Lopes
Maria de Jesus de Castro Magga
Selango da Costa Barba*

Cursinho

*Lezir Gomes dos Santos
Lúcia de Fátima Almeida de Deus
Nely Bastão Ferro Gomes*

2º científico "B"

*Imeralda Maria de Nascimento
Leonor Carvalho de Almeida Freitas
Marta das Graças de Almeida Nunes
Maria Lúcia Castro Lopes de Carvalho
Márcia Simpson Forte Cerqueira
Rozina Portela Santos
Sônia Lúcia Teixeira Melo
Teresa de Jesus Carvalho Sousa
Terezinha de Jesus Moura Borges
Vânia Susly Camilo de Araújo
Vera Lúcia Monteiro da Silva
Virgínia Mamede Cantuária M. Rosa*



*Turma do 2º
científico B -
1973*

Foto: 55

Anexo 07

Ações do Colégio Diocesano na sociedade

Fonte: “Colégio Diocesano” – 90 anos educando para a beleza da paz

Os Jesuítas estimulam a participação das famílias na vida do Colégio, através da Associação de Pais e Mestres, fundada no dia 28 de maio de 1976, com a finalidade de uma ação educacional conjunta.



Anexo 008

Professores e Funcionários do Colégio Diocesano

Fonte: “Colégio Diocesano” – 90 anos educando para a beleza da paz

Professores e Funcionários Técnico-Administrativos

<i>Abel da Silva Mendes</i>	<i>Matemática</i>
<i>Adriana Almeida de Oliveira Veloso</i>	<i>Ed. Física</i>
<i>Aleixo Sacardo, Pr.</i>	<i>Director Geral</i>
<i>Amarildo Mendes da Costa</i>	<i>Sern. Gerais</i>
<i>Ana Cláudia Alves de Sousa</i>	<i>Polivalência</i>
<i>Ana Jardel Batista Fiebice</i>	<i>Polivalência</i>
<i>Ana Maria Pedreira Santiago</i>	<i>Ciências</i>
<i>Ana Marilza de Carvalho Arruda Arrais</i>	<i>Polivalência</i>
<i>Ana Rosa Saldário Rodrigues</i>	<i>História</i>
<i>Angela Regina dos Santos Reis</i>	<i>Português</i>
<i>Angela Selma Medina de Oliveira</i>	<i>Ens. Religioso</i>
<i>Angélica Maria Silva de Carvalho</i>	<i>Geografia</i>
<i>Antônia Nonata de Sousa Rodrigues</i>	<i>Sern. Disciplinar</i>
<i>Antônio Carlos Sousa Vieira</i>	<i>Português</i>
<i>Antônio Carneiro</i>	<i>Administração</i>
<i>Antônio Domingos Daniel dos Santos</i>	<i>Sern. Gerais</i>
<i>Antônio Gonçalves Honório</i>	<i>História</i>
<i>Antônio Gonçalves Rodrigues</i>	<i>Desenho</i>
<i>Antônio Marques Filho</i>	<i>Matemática</i>
<i>Antônio Pedro da Silva</i>	<i>Sern. Gerais</i>
<i>Antônio Pereira da Silva</i>	<i>Sern. Gerais</i>
<i>Antônio Pinto de Aguiar</i>	<i>Sern. Gerais</i>
<i>Auribana Ariângela da Costa</i>	<i>Sern. Disciplinar</i>
<i>Aureliano Francisco de Sousa</i>	<i>Sern. Gerais</i>
<i>Aureliano Osvaldo Antunes Macedo</i>	<i>Química</i>
<i>Benedito Alves da Rocha</i>	<i>Sern. Gerais</i>
<i>Benedito Moraes da Costa</i>	<i>Sern. Disciplinar</i>
<i>Carlos Alberto G. de Sousa</i>	<i>Ciências</i>
<i>Carlos Augusto Melo de Araújo</i>	<i>Ed. Física</i>
<i>Cassiano Antonio dos Santos</i>	<i>Física / Coord. 2º grau</i>
<i>Célia Maria D. Ribeiro Gonçalves Leite</i>	<i>Tesouraria</i>
<i>Cícero de Andrade Silva</i>	<i>Sern. Gerais</i>
<i>Cláudia Maria Alves Costa</i>	<i>Ens. Religioso</i>
<i>Claudia Patrícia dos Santos Sousa</i>	<i>Polivalência</i>
<i>Claudio Laço de Sales</i>	<i>Sern. Gerais</i>
<i>Clévis C. do Carmo Cabral, Pr.</i>	<i>Ens. Religioso</i>
<i>Deleni Alves de Aguiar</i>	<i>Sern. Gerais</i>
<i>Delton Fernando de Lima</i>	<i>Sern. Gerais</i>
<i>Denilson Alexander Martins da Silveira</i>	<i>Dactilografia</i>
<i>Djanira Alencar Sousa</i>	<i>Secretaria</i>
<i>Djanira de Sousa Bonfim Chagas</i>	<i>Português</i>
<i>Domingos Félix de Araújo</i>	<i>Física</i>
<i>Dorival Pereira Brito</i>	<i>Sern. Gerais</i>
<i>Edineyla Maria Maçon Furtado</i>	<i>SOE</i>

<i>Edmar de Jesus Almeida</i>	<i>Matemática</i>
<i>Elizabete Torres Oliveira</i>	<i>Inglês</i>
<i>Elvina Santos Sobrinha</i>	<i>Serv. Gerais</i>
<i>Érika Fabrizia Rosendo Coelho</i>	<i>Inglês</i>
<i>Estelina Maria Ribeiro Gonçalves de V. Rosendo</i>	<i>Secretaria</i>
<i>Eraldo Vieira de Sales</i>	<i>Datilografia</i>
<i>Excelia Maria da Costa Alves</i>	<i>Secretaria</i>
<i>Flárcio Lacerda, Pe.</i>	<i>Química</i>
<i>Francisca das Chagas Carvalho</i>	<i>Polivalência</i>
<i>Francisca de Fátima Costa Moura</i>	<i>Matemática</i>
<i>Francisca Marcia Dias Ribeiro</i>	<i>Polivalência</i>
<i>Francisca Maria Gomes</i>	<i>Administração</i>
<i>Francisca Osmarina de Moura Santana</i>	<i>SOE</i>
<i>Francisco A. Melo Alencar</i>	<i>Coordenação</i>
<i>Francisco Alves de Sousa</i>	<i>Biologia</i>
<i>Francisco Alves de Lima</i>	<i>Ens. Religioso</i>
<i>Francisco Coutinho de Sousa</i>	<i>Serv. Gerais</i>
<i>Francisco das Chagas Rabelo</i>	<i>Serv. Gerais</i>
<i>Francisco das Chagas Silva</i>	<i>Serv. Gerais</i>
<i>Francisco de Assis da Costa Otávio</i>	<i>Ciências</i>
<i>Francisco Gomes Ribeiro Filho</i>	<i>Geografia</i>
<i>Francisco Nelsivaldo de Sousa</i>	<i>Ed. Física</i>
<i>Francisco Vício de Araújo</i>	<i>Administração</i>
<i>Gedeão Alves Rodrigues</i>	<i>Ens. Religioso</i>
<i>Gizelda Araújo de Andrade</i>	<i>Matemática</i>
<i>Guido Tureta, Ir.</i>	<i>Administração</i>
<i>Helena Maria da Costa Mourão Rosendo</i>	<i>Polivalência</i>
<i>Helena Mendes Ribeiro</i>	<i>Serv. Gerais</i>
<i>Humberto Ferreira de Abreu e Silva</i>	<i>Matemática</i>
<i>Jaci Maria da Conceição Alves</i>	<i>Coord. 5ª e 6ª séries</i>
<i>Jacinta de Fátima Ramos de Vilhena</i>	<i>História</i>
<i>Janaina de Maria da Silva Lope</i>	<i>Serv. Gerais</i>
<i>Jeanne Patrícia dos Santos Sousa</i>	<i>Polivalência</i>
<i>João Batista Ferreira de Sá</i>	<i>Serv. Gerais</i>
<i>João Iranildo Ribeiro Lima</i>	<i>Ens. Religioso</i>
<i>João Paulo da Silva</i>	<i>Ed. Física</i>
<i>Jorge Henrique Lima da Silva</i>	<i>Ens. Religioso</i>
<i>José Afonso Soares Mesquita</i>	<i>Química</i>
<i>José Carlos de Carvalho Soares</i>	<i>Matemática</i>
<i>José de Andrade Silva</i>	<i>Serv. Gerais</i>
<i>José de Ribamar Carvalho</i>	<i>Secretaria</i>
<i>José Maria Gonçalves Teles</i>	<i>Ed. Musical</i>
<i>José Raberval Campos Cavalcanti</i>	<i>Serv. Disciplinar</i>
<i>José Wellington Alves da Costa</i>	<i>Serv. Gerais</i>

<i>Jorina Maria R. G. de Nascimento Costa</i>	<i>Coord. Comunitária</i>
<i>Kleber Barberrino Chesi</i>	<i>OSPB</i>
<i>Laurito Moreira</i>	<i>Serv. Gerais</i>
<i>Leila Maria do Nascimento</i>	<i>Inglês</i>
<i>Lidiana Sousa de Oliveira</i>	<i>Ens. Religioso</i>
<i>Luís Gonzaga de Araújo</i>	<i>Serv. Gerais</i>
<i>Magnó César de Sá Cardoso</i>	<i>Ed. Física</i>
<i>Manoel de Assunção Nunes</i>	<i>Serv. Gerais</i>
<i>Marcelo Amarim de Moura</i>	<i>Ens. Religioso</i>
<i>Maria Alves da Solidade Silva</i>	<i>Administração</i>
<i>Maria Celeste Duarte Gomes</i>	<i>Serv. Gerais</i>
<i>Maria Celeste Soares Machado</i>	<i>Biologia</i>
<i>Maria da Conceição Carvalho Alencar</i>	<i>Biblioteca</i>
<i>Maria da Conceição P. Brito</i>	<i>Coordenação</i>
<i>Maria da Conceição Paiva e Paixão</i>	<i>Ed. Física</i>
<i>Maria da Conceição R. dos Reis</i>	<i>Secretaria</i>
<i>Maria da Cruz Guimarães Sampaio</i>	<i>Serv. Gerais</i>
<i>Maria das Dores de Souza</i>	<i>Português</i>
<i>Maria das Dores Oliveira Medina</i>	<i>Geografia</i>
<i>Maria das Dores Ximenes</i>	<i>Serv. Disciplinar</i>
<i>Maria de Fátima Melo Oliveira</i>	<i>Português</i>
<i>Maria de Jesus do N. Aquino</i>	<i>Serv. Gerais</i>
<i>Maria de Jesus Sampaio Moura</i>	<i>Serv. Disciplinar</i>
<i>Maria de Lourdes Santana da Silva</i>	<i>Serv. Gerais</i>
<i>Maria do Carmo Alves Bacelar</i>	<i>Polivalência</i>
<i>Maria do Perpétuo Socorro de Oliveira Rodrigues</i>	<i>Português</i>
<i>Maria do Rosário Lima de Souza</i>	<i>Inglês</i>
<i>Maria do Socorro Evangelista de Moraes</i>	<i>Tesouraria</i>
<i>Maria Eugecylene de Castro Melo</i>	<i>Serv. Gerais</i>
<i>Maria Goreth Rezende Soares</i>	<i>Ciências</i>
<i>Maria Gorette Pereira Vilarinho</i>	<i>Matemática</i>
<i>Maria Isabel Pinheiro Pires</i>	<i>Coord. 1° à 4° série</i>
<i>Maria José Carvalho Melo de Araújo</i>	<i>Administração</i>
<i>Maria Kátia Coelho de Brito</i>	<i>Coordenação</i>
<i>Maria Lúcia Rezende de Araújo</i>	<i>Matemática</i>
<i>Maria Marta Carvalho de Araújo</i>	<i>SOE</i>
<i>Maria Mazzarello D. C. Mangueira</i>	<i>Português</i>
<i>Maria Ozeni Duarte Sousa</i>	<i>SOE</i>
<i>Maria Salvany Rodrigues de Freitas</i>	<i>Serv. Disciplinar</i>
<i>Maria Vilma de Oliveira Sousa</i>	<i>Desenho</i>
<i>Marluccia Lopes Gomes</i>	<i>Ed. Física</i>
<i>Martha Rajane Ribeiro Nogueira</i>	<i>SOE</i>
<i>Mírcela Sá Oliveira</i>	<i>História</i>

<i>Neuzimar Ursulino Alencar</i>	<i>Polivalência</i>
<i>Odairton Aragão Aguiar</i>	<i>Desenho</i>
<i>Paulo Rogério Batista de Sousa</i>	<i>Geografia</i>
<i>Pedro Afonso dos Santos</i>	<i>Matemática</i>
<i>Pedro Azeite Freitas Maciel</i>	<i>Matemática</i>
<i>Raimunda Maria de Carvalho Costa</i>	<i>Serv. Gerais</i>
<i>Raimunda Nonata da Silva Guerra</i>	<i>Polivalência</i>
<i>Raimunda Ozório da Rocha</i>	<i>Português</i>
<i>Raimundo Gonçalves da Silva</i>	<i>História</i>
<i>Raimundo Nonato Costa Andrade</i>	<i>Ed. Física</i>
<i>Raimundo Nonato dos Santos</i>	<i>Serv. Gerais</i>
<i>Raimundo Nonato Lima Pereira</i>	<i>Serv. Gerais</i>
<i>Raimundo Nonato Monte de Souza</i>	<i>Desenho</i>
<i>Rosa da Costa Santos</i>	<i>Serv. Gerais</i>
<i>Rosângela Gomes da Costa</i>	<i>Português</i>
<i>Rosângela Santana Pacheco</i>	<i>Est. Sociais</i>
<i>Samuel Silva Franco</i>	<i>Ed. Física</i>
<i>Sandra Valéria da Silva</i>	<i>Ciências</i>
<i>Stegjo Azeite de Holanda Costa</i>	<i>História</i>
<i>Soraya de Melo Barbosa Sousa</i>	<i>Português</i>
<i>Suzana Mara Paz Landin Sena</i>	<i>Português</i>
<i>Tâmara Fernanda de Sousa Ramos</i>	<i>Polivalência</i>
<i>Tânia de Jesus Carvalho</i>	<i>Inglês</i>
<i>Terezinha de Jesus de S. Sousa</i>	<i>Geografia</i>
<i>Terezinha de Jesus Rodrigues Moura Valle</i>	<i>Geografia</i>
<i>Valdeque Martins de Oliveira</i>	<i>Ed. Física</i>
<i>Valdir Gomes de Oliveira</i>	<i>Serv. Gerais</i>
<i>Valdomir Marques de Sousa</i>	<i>Coord.</i>
<i>Vera Sandra Mota Saraiva</i>	<i>Português</i>
<i>Waldemar Sampaio Soares</i>	<i>Física</i>
<i>Wilmaes Lustosa de S. Dourado</i>	<i>Inglês</i>
<i>Willian Carvalho Xavier Ribeiro</i>	<i>Geografia</i>

Anexo 009

Primeiros Alunos do Colégio Santo Afonso

01. ANTONIO VIEIRA DA SILVA
02. ANTONIA ELIZABETE CAMPOS MARQUES
03. ANTONIA MARIA DA CONCEIÇÃO
04. ALMERINDA NEVES DA SILVA
05. FRANCISCA DAS CHAGAS DE BARROS MORAIS
06. FRANCISCA SOARES DA SILVA
07. FRANCISCA MARIA DA SILVA
08. FRANCISCO DAS CHAGAS PEREIRA DA SILVA
09. GENÁRIO VIANA GONÇALVES
10. JOÃO GONÇALVES DE OLIVEIRA
11. JUSTINA MARIA FREITAS MARQUES
12. JOSÉ RIBAMAR DA SILVA
13. LUIZ LAURINDO DOS SANTOS
14. LUIZ ALVES MENESES
15. MARLY JACÓ COSTA
16. MANOEL MESSIAS DA CRUZ
17. MARIA LÚCIA SOARES DA SILVA
18. MARIA JOSÉ ALVES DE SOUSA
19. MOACIR ANDIRA DE NEIVA
20. MARIA DIVINA FERREIRA LIMA
21. PEDRINA SOARES DÁ SILVA
22. TERESINHA DE JESUS OLIVEIRA

Teresina, 21 de abril de 1988.

ANI - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE INSTRUÇÃO
ESCOLA SANTO AFONSO RODRIGUEZ
ROD. PI 112 KM 9 - TERESINA - PI

TERESINA

FORMAÇÃO HISTÓRICA

Desde que o Piauí foi elevado a capitania, seus primeiros governadores notaram a desvantagem da colocação da Capital em tão grande distância do mar, cêrca de 30 léguas do rio Parnaíba, em sertão sêco e estéril. Foi lembrada a vila de São João da Parnaíba, 3 léguas da costa, para a Capital. A idéia não teve prosêlitos por pretender colocar a Capital no extremo norte, mais de 200 léguas de extremo sul. Falaram também na mudança da Capital para um pôrto qualquer à margem do Parnaíba.

Predominando na política local a influência decisiva de chefes, filhos residentes e proprietários em Oeiras, a princípio o Cel. João do Rêgo Castelo Branco, depois o Cel. Luiz Carlos Pereira de Abreu Bacelar e por último, o Visconde de Parnaíba, ninguém mais cogitou do assunto e a Capital permaneceu em Oeiras por muitos anos.

Com o declínio do prestígio político do Visconde da Parnaíba, a idéia da mudança da Capital voltou à discussão, abertamente prestigiada pelas influências políticas do norte.

O presidente que substituiu o velho titular no govêrno da província, o dr. Sousa Ramos, em 1844, fez votar e sancionou a lei n.º 174, de 23 de agosto, que determinava a mudança da Capital para a foz do riacho Mulato no rio Parnaíba, lugar hoje ocupado pela cidade de Amarante. Esta lei não teve execução.

A fundação da cidade foi levada a efeito na administração do dr. José Antônio Saraiva, então presidente da província.

Apoiado pela lei n.º 140, de 1.º de dezembro de 1842, que autorizava a transferência da antiga vila do Potí para um lugar

próximo, que mais vantagem oferecesse aos seus habitantes, deixando-os ao abrigo das inundações que a tornavam salubre, Saraiva, dotado de força de vontade inquebrantável, tratou de pôr em execução o plano traçado, vindo escolher pessoalmente o local onde devia ser fundada a nova Vila do Potí, o mesmo onde se achava encravada a fazenda **Chapada do Corisco**, com a idéia preconcebida de transferir, logo após, de Oeiras para a futura cidade, a séde do govêrno da provincia, a qual teve a sua fundação a 20 de outubro de 1851.

A lei n.º 315, de 21 de julho de 1852, elevou a nova vila do Potí à categoria de cidade, com a denominação de Teresina, em homenagem à Imperatriz Teresa Cristina, ao mesmo tempo que autorizava a transferência da séde do govêrno da provincia para a nova cidade.

No dizer do inteligente historiôgrafo coestadano, Joel de Oliveira "sem medir as consequências do seu gesto, Saraiva — espírito novo, palpitante de energias realizadoras, poz mãos à obra grandiosa, arrostando com os entraves e a ociosidade decorrentes da tarefa que o pessimismo da quasi totalidade considerava irrealizável, sem se deixar vencer pelo receio do acontecimento pelo abrupto da mudança da Capital, sabido que os habitantes da margem da Mocha opunham tenaz resistência ao seu ato, convencidos, logicamente, de que a sua execução implicaria o desmoroamento, encarado sob todos os aspectos, da vetusta cidade de Oeiras".

Côscios e assinados, ante a perspectiva que a futura Capital se lhes desenhava, acorreram dos pontos circunvizinhos, novos e abastados povoadores que a tornaram em breve, núcleo populoso, através da metamorfose inovadora e dos esforços dinâmicos de Saraiva.

* * *

Como homenagem ao seu fundador, a cidade de Teresina deu-lhe em suas praças o nome de Conselheiro Saraiva, erigindo-lhe, no centro de outra praça, a Marechal Deodoro, uma coluna de mármore, inaugurada a 24 de agosto de 1859, que ali permanece como atestado de gratidão ao novo presidente.

De relance registra-se nesta monografia, que em 1925 — 1926, no govêrno — Dr. Matias Olímpio de Melo, quando da invasão dos revolucionarios do sul do País, de cheia do Capitão Luiz

Carlos Prestes. Teresina soube, heroicamente, repelir os invasores, tendo a 31 de dezembro de 1925, sob o comando do brioso oficial do Exército piauiense — Major Antônio da Costa Araújo Filho, em brilhante diligência, capturado nas suas imediações, na fazenda Areias, o Capitão revolucionário — Juarez Távora.

A especial publicação estatística — Principais Efemérides Piauienses, melhor esclarece êsse episódio da vida de Teresina. (ataque dos rebeldes), juntamente com inúmeras outras efemérides.

* * *

Teresina, na atualidade, oferece magnífico aspeto ao visitante, pela elegância simples e discreta de suas linhas, com as suas ruas largas, simétricas e arborizadas, destacando-se, nesta parte, a ala de carnaubeiras na Avenida Antonino Freire, em frente ao Palácio de Karnak, simbolizando, assim, uma das maiores fontes econômicas do Piauí.

O progresso da cidade se acentua, dia a dia, com a construção de prédios públicos e particulares, nos quais se notam gosto e arte, como atestam o dos Correios e Telégrafos, Colégio Estadual, Escola Industrial, Ginásio Sagrado Coração de Jesus, e Hospital Getúlio Vargas, Instituto dos Comerciantes e outras importantes construções. O serviço de calçamento, o acabamento das praças João Luiz, Rio Branco e Pedro Segundo, rede de escoamento para as águas pluviais em galerias subterrâneas, o tráfego intenso com o interior, por estradas carroçáveis e pela rodovia Teresina — Fortaleza, já em franco funcionamento até o encontro da E.F.C. do Piauí, em Piripiri, os telefones automáticos, e, por último, as asas possantes dos aviões da Cruzeiro do Sul, Aerovias Brasil, Aeronorte e Correio Aéreo Nacional, pondo-nos em contacto com a Capital da República, com o milagre de uma surpreendente aproximação, constituem um eloquente atestado do acentuado progresso de Teresina.

* * *

Os antigos e majestosos templos católicos — Igreja de Nossa Senhora das Dores (Catedral), Igreja de Nossa Senhora do Amparo e Igreja de São Benedito, sob a dedicada administração do Bispo D.

Severino Vieira de Melo, passaram por admiráveis reformas, com auxílios do govêrno do Estado e do povo em geral.

* * *

Em grandiosa época de progresso e grandeza — iniciou-se na Interventoria — Capitão Landri Sales Gonçalves, de idéias levantadas e de Honestidade indiscutível, seguida, com ampliação de traçado e rasgos de novos e mais dilatados horizontes, pelo govêrno — Dr. Leônidas de Castro Melo.

* * *

Todos os Prefeitos da Capital, sem distinção, muito trabalharam pelo município e grandeza desta.

IMPRESSA

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Teresina é o município, no Estado, que possui mais desenvolvida indústria.

A fabricação de tecidos de algodão, crus e tintos, de propriedade da Sociedade Anônima: COMPANHIA DE FIAÇÃO E TECIDOS PIAUIENSES, é um estabelecimento que ampara crescido número de operários, ora em reorganização.

Contam-se duas regulares usinas de fabricação de gelo, respectivamente, de J. Nelson e F. Carvalho & Filhos.

Existem diversas usinas de beneficiamento de arroz merecendo destaque, por sua vultosa organização, a de J. Nelson.

Há, mais, usinas de beneficiamento de algodão, cortumes, fábricas de cerâmicas, mosaicos, alfaiatarias, funilarias, panificação, massas alimentícias, pequenas oficinas, etc.

Com referência a indústria da cana de açúcar toma-se da citada publicação estatística Piauí — 1935, a seguinte transcrição:

“O índice do progresso da agricultura da cana de açúcar no Piauí, é a USINA SANTANA, distante da Capital apenas 4 léguas, a qual produz, com uma instalação moderna de mecanismo de grande valor, açúcar de excelente qualidade”. Na indústria açucareira.

cultura e nas diversas industrias.

ASSUNTOS DIVERSOS:

Religião—Católica Apostólica Romana, Protestante e Espírita; Igreja de Nossa Senhora das Dôres (Catedral), Igreja de Nossa Senhora do Amparo, Igreja de São Benedito, Capela do Sagrado Coração de Jesus, Capela de Nossa Senhora de Lourdes, Capela de Santa Isabel, Capela de São Raimundo Nonato, Capela do Convento São Benedito e Capela de Santa Teresinha na séde municipal; Capela do Menino Deus, no povoado Natal (Templos Católicos); 1.^a, 2.^a e 3.^a Igrejas Batistas de Teresina, na séde municipal como também uma Igreja Adventista; Igreja Batista de Cocal no povoado Cocal (Templos protestantes); **Festividades religiosas**: — Muitas em todos os templos da séde municipal e festa do Menino Jesus de 23 de dezembro a 1.^o de janeiro no povoado Natal; Teresina, a capital, como quase todas as demais cidades do Estado do Piauí, ado-

ta predominantemente a religião Católica, e, de modo destacado e brilhante festeja, anualmente em suas respectivas igrejas o seu padroeiro: Nossa Senhora das Dôres (Catedral) a 15 de setembro; N. S. do Amparo (Matriz) variável e São Benedito (Matriz) variável.

São festas tradicionais, além de muitas outras inclusive as do interior do município.

A afluência do povo aos festejos é grande e demonstra forte e vivo espírito religioso.

Festas de arraial, compostas de barraquinhas e outras respeitadas diversões populares concorrem, é certo, para, na parte profana, surgir maior brilhantismo às homenagens do programa levantado pelos vigários com integral e louvável apoio da sociedade teresinense, através de senhoras eminentemente religiosas.

Teresina conta, ainda com: **Cemitérios**: — 3; **Iluminação pública elétrica**, urbana e domiciliar; **Abastecimento d'água** — por canalizações domiciliares; **Arborização**: — Avenidas, praças e diversas ruas da sede municipal; **Hotéis**: — 7 e **Pensões**: — 20; **Teatros** — **Cinemas** e outras casas de diversões: — 6; **Clubes de dança** — 5; **Campos desportivos** — Estádio Municipal, o do 25 B/C, o do Colégio Estadual, o do Ginásio São Francisco de Sales, o do Ginásio Leão XIII, o do Ginásio Sagrado Coração de Jesus, o do Ginásio Dr. Demóstenes Avelino, o da Escola Industrial e um na sede do Clube River Atlético Clube; **Associações culturais**: Academia Piauiense de Letras, Diretório Acadêmico, Centro Estudantil Piauiense, Grêmio Lítero Musical Mons. Constantino Boson; Centro Cultural Católico; Grêmio Lítero "Da Costa e Silva", Associação Piauiense de Medicina; Grêmio Cultural "Sta. Catarina de Sena"; Associação Brasileira de Escritores; Associação Piauiense de Imprensa; Centro Cultural "Lima Rebelo"; **Associações Esportiva e Recreativa**: — Industrial Esporte Clube; River Atlético Clube; Aéreo Clube do Piauí; Sírio Brasileiro Esporte Clube; Fluminense Esporte Clube; Esporte Clube Teresinense; Botafogo Esporte Clube; Terríveis Esporte Clube; **Casas Editoras**: — Gráfica Esperança e Gráfica Excelsior; **Tipografias**: — Imprensa Oficial, Tipografia Popular, O Piauí, Freire & Cia., Jornal do Comércio, Jornal de Notícias; **Assistência a enfermos** — Departamento de Saúde Públi-

ASSOCIAÇÕES RELIGIOSAS

Apostolado da Oração, 15; Obra das Vocações Sacerdotais, 15; Propagação da Fé, 8; Pia União das Filhas de Maria, 5; Associação do Santíssimo Sacramento, 2. Confraria de Nossa Senhora do Carmo, 2, Associação de Santa Zita, 1; Associação de Santa Teresinha, 1; Confraria de São Vicente de Paula, 6; Confraria de Nossa Senhora do Perpetuo Socorro, 2; Associação do Imaculado Coração de Maria, 2; Ordem Terceira Franciscana, 2; Infancia Levítica, 1; Obras dos Tabernáculos, 2; Obras de Apostolado de Caridade, 1; Associação de São Geraldo, 1; Cruzada Eucarística Infantil, 3; Congregação da Doutrina Cristã, 3; Pequena Obra de Amor ao Divino Espírito Santo, 1; Associação do Transito de São José, 1; Moços Católicos, 1; Congregação Mariana, 1; Escravas de Maria, 1; Associação dos Santos Anjos, 2; Associação do Coração de Maria, 1; Filhas de Maria Imaculada.

PAROQUIAS DA DIOCESE DE TERESINA :

1. Alto Longá	— Nossa Senhora dos Humildes
2. Altos	— São José
3. Amarante	— São Gonçalo
4. Amparo (Teresina)	— Nossa Senhora do Amparo
5. Campo Maior	— Santo Antônio
6. Catedral (Teresina)	— Nossa Senhora das Dôres
7. Castelo do Piauí	— Nossa Senhora do Desterro
8. José de Freitas	— Nossa Senhora do Livramento
9. Miguel Alves	— São Miguel Arcanjo
10. Natal	— São Gonçalo
11. Regeneração	— Menino Jesus
12. São Benedito (Teresina)	— São Benedito
13. União	— Nossa Senhora dos Remédios
14. Valença do Piauí	— Nossa Senhora do O' e Con- ceição

PAROQUIA DE NOSSA SENHORA DAS DORES

A Paróquia de Nossa Senhora das Dores, foi fundada por Carta Régia de 4 de Setembro de 1866.

Com a criação da Diocese do Piauí, a sua Matriz elevou-se à categoria de Catedral e fica localizada na Praça Saraiva.

ESTABELECIMENTOS EDUCACIONAIS DE TERESINA

Ensino Superior — Técnico — Primário

— Normal — e — Secundário

FACULDADE DE DIREITO DO PIAUÍ

FACULDADE DE FILOSOFIA DO PIAUÍ.

ACADEMIA DE COMERCIO DO PIAUÍ

ESCOLA DE AGRONOMIA DO PIAUÍ, (em organização).

Seminário Diocesano Sagrado Coração de Jesús

Escola Normal Antonino Freire

Escola Industrial

Escola de Pilotos. (Aéro Clube do Piauí).

Escola de Telegrafista. (Correios e Telegrafos).

Escola de Música do 25.º Batalhão de Caçadores

Escola de Música da Fôrça Policial do Estado

Escola Profissional Leônidas Melo. (Arte e Música).

Escola Técnica de Datilografia Pratt

Escola Técnica. (Curso Datilográfico).

Escola Olímpia. (Curso Datilográfico).

Colégio Estadual do Piauí

Colégio Demóstenes Avelino

Colégio Diocesano São Francisco de Sales

Colégio Sagrado Coração de Jesús

—O Colégio Sagrado Coração de Jesús, mantem o CURSO NORMAL, e a ESCOLA NORMAL Antonino Freire, o Curso ginásial. —

Ginásio "Des. Antônio Costa"

Ginásio LEÃO XIII

Curso de Datilografia do S.E.N.A.C.

Curso de Corte, Costura e Bordado. (Patronato).

Curso de Corte, Costura e Bordado da SINGER.

Curso de Corte e Costura do S.E.S.I.

Curso de Administração do D.A.S.P.

Anexo 010
Colégio das Irmãs



Todos os alunos do Colégio reunidos para a tradicional foto de final de ano: As alunas na frente da Escola, localizada na Avenida Frei Serafim.

Fonte: Acervo Público do Piauí



Fonte: Acervo Público do Piauí

Anexo 011

Fotos e Noticias de Teresina



Fotografia 2: Avenida Frei Serafim e parte da Juscelino Kubitschek.

Fonte: ARAUJO Cristina Cunha de: Trilhas e Estradas: a formação dos bairros de Fátima e Jockey Clube de 1960 a 1980. Dissertação mestrado UFPI, 2010.



Exibição do Primeiro Circuito Automobilístico do Piauí, na Avenida Frei Serafim, em 19.12.1971 e a platéia.

Fonte: link postado por Alexander Galvão, colaborador e incentivador do resgate da memória de Teresina - Pi. Foto: LuisAdjafre.



Foto nº 02. Hospital “Getúlio Vargas”. Fonte: Almanaque da Parnaíba, 1942. p.199.

Hospital Getúlio Vargas, inaugurado em 1941, no governo de Leônidas Melo, em Teresina - Piauí.
Fonte: Almanaque da Parnaíba-1942p1. 99

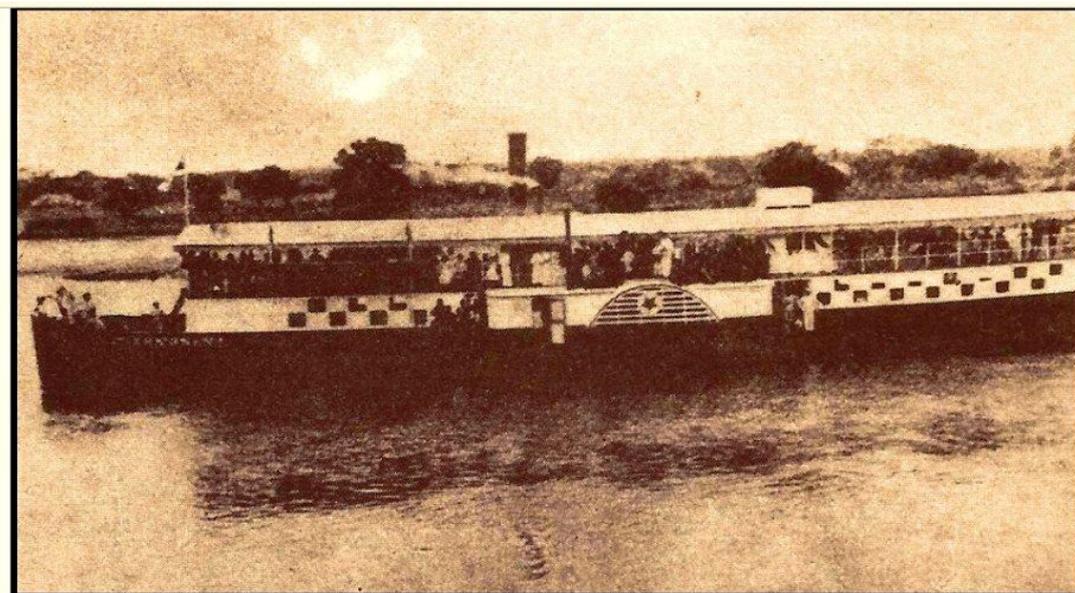


Figura3: Embarcação conhecida por Gaiola usada na navegação dos rios São Francisco e Parnaíba.
Fonte: PARANAGUÁ, Joaquim Nogueira. *Do Rio de Janeiro ao Piauí Pelo Interior do País: impressões de viagem*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1984. p. 111.

Embarcação conhecida por "Gaiola" usada na navegação dos rios São Francisco e Parnaíba.
Fonte: pesquisado por TERESINA MEU AMOR, no trabalho acadêmico: "O Sertão Piauiense em Pé de Guerra: o conflito armado entre José Honório Granja e a família Lustosa Nogueira" (1922-1926).foto do livro de Joaquim Nogueira Paranagua: "Do Rio de Janeiro ao Piauí pelo Interior do País: impressões de viagem." Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1984. p. 111.



Av: Antonino Freire- Teresina – Pi
Fonte:Arquivo Público do Piauí



Visita de Getúlio Vargas a Escola Normal de Teresina
 Fonte: Almanaque da Parnaíba - 1934

40 ALMANAQUE DA PARNAÍBA 1934

Abaixo lhe apresentamos 2 auxiliares valiosíssimos que não vencem ordenados, que não cansam e que nunca falham.

<p style="text-align: center;">MAQUINA DE ESCREVER MERCEDES</p> <p>A unica completamente desmontavel por qual-quer leigo.</p> <p>SILENCIOSA RAPIDISSIMA SOLIDA</p> <p>Panada individualmente ajustavel</p> <p>A maquina que se impõe pela qualidade</p>	<p style="text-align: center;">Maquina de Contabilidade MERCEDES ADDELEKTRA</p> <p>A unica completamente eletrificada com modelos especiaes para qual-quer serviço de contabilidade como sejam:</p> <p>FATURAMENTO FOLHA DE PAGAMENTOS QUADROS ESTADISTICOS CONTA CORRENTE DIARIO-COPIADOR O REVISOR INFALIVEL DO SEU NEGOCIO</p>
---	--

AGENTES NO PIAUÍ:
ROCHA & COMP.

Caixa Postal, 16 TERESINA

1934 ALMANAQUE DA PARNAÍBA 45

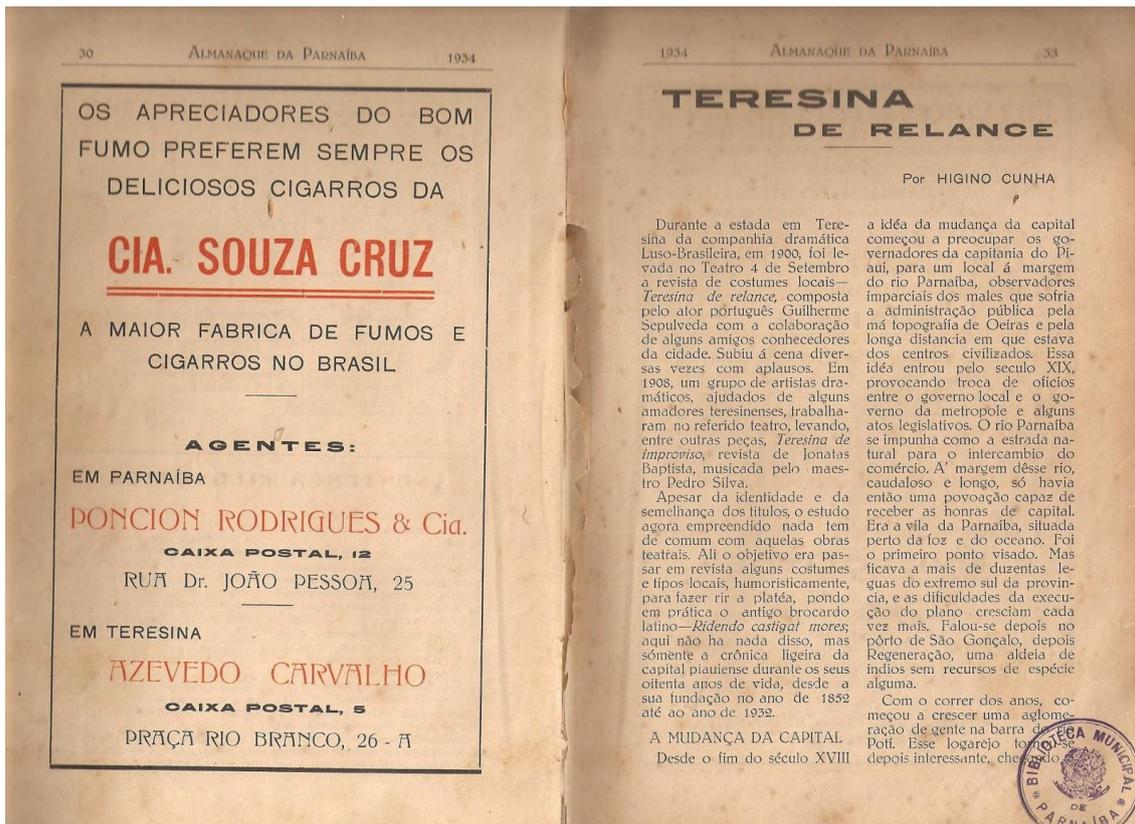
PIAUIENSES ILUSTRES



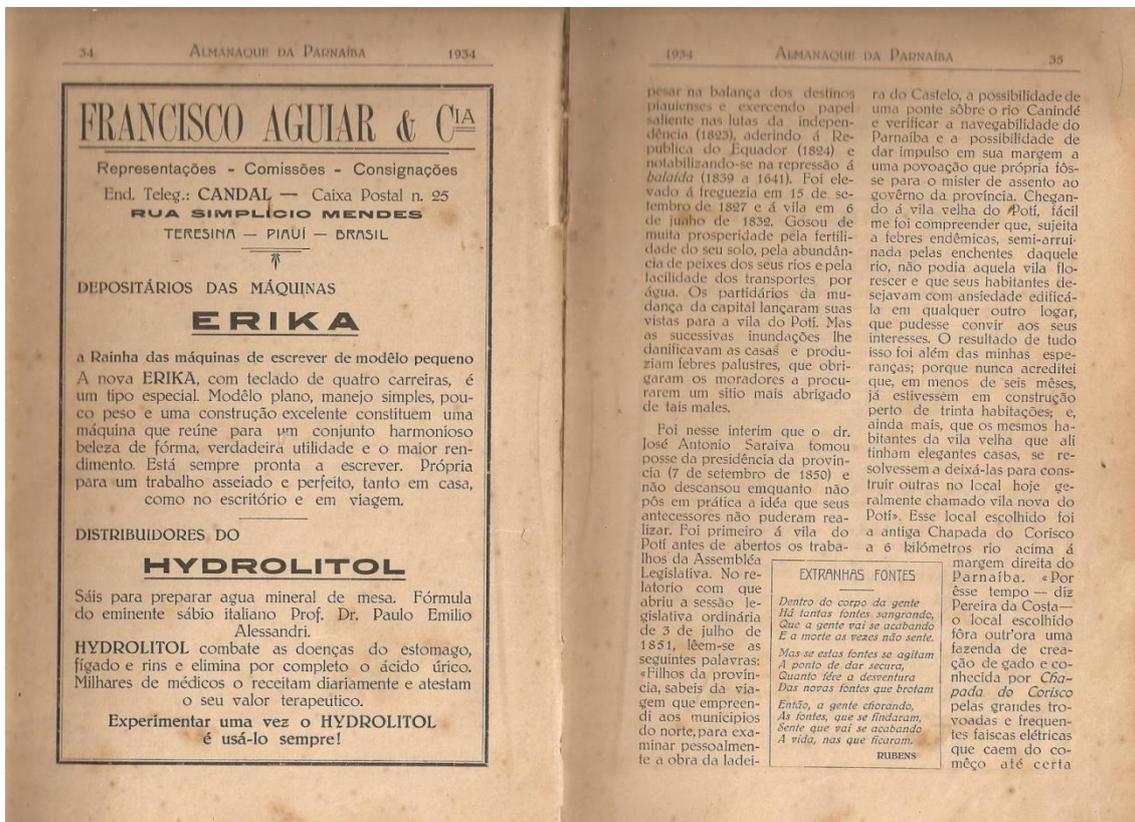
Engenheiro Civil LUIZ PIRES CHAVES,
operoso Prefeito Municipal de Teresina, que muito tem concorrido para o embelezamento da nossa Capital

Foto Piauienses Ilustres

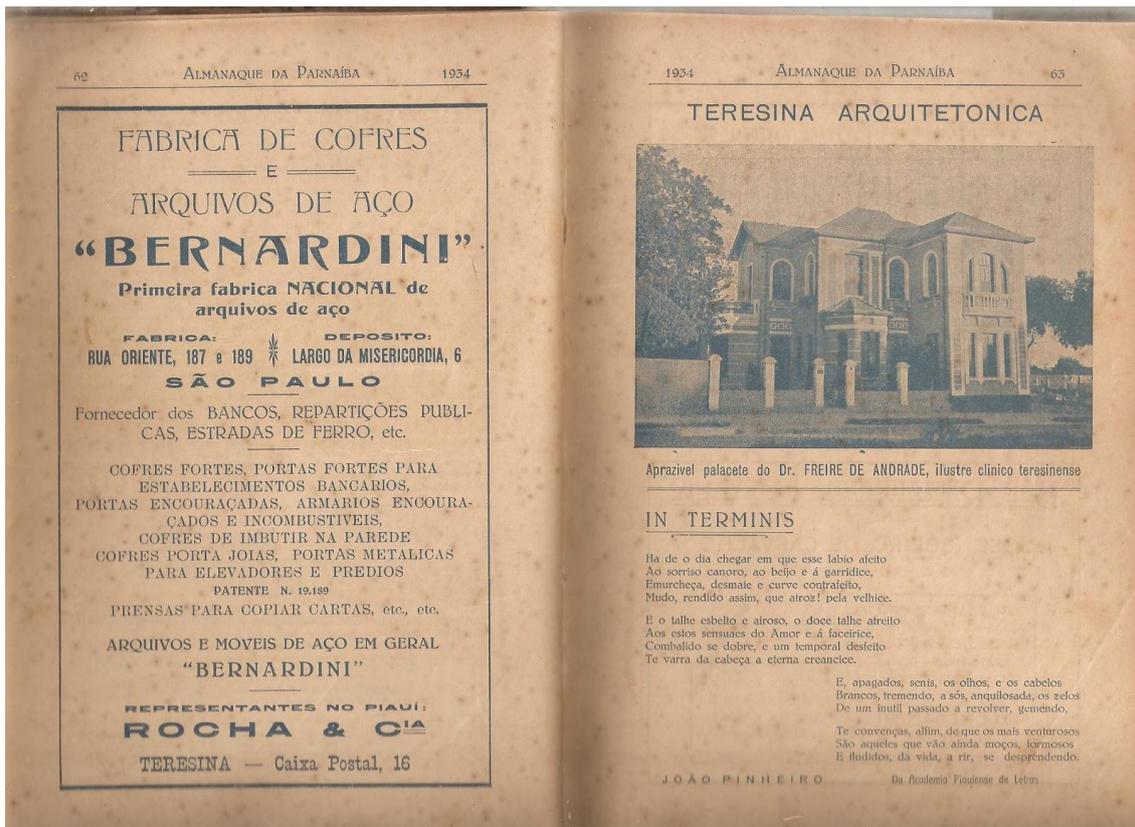
Fonte: <http://bibliotecaprofessorvaldinarfilhouespi.blogspot.com.br/2013/01/almanacks2.html>



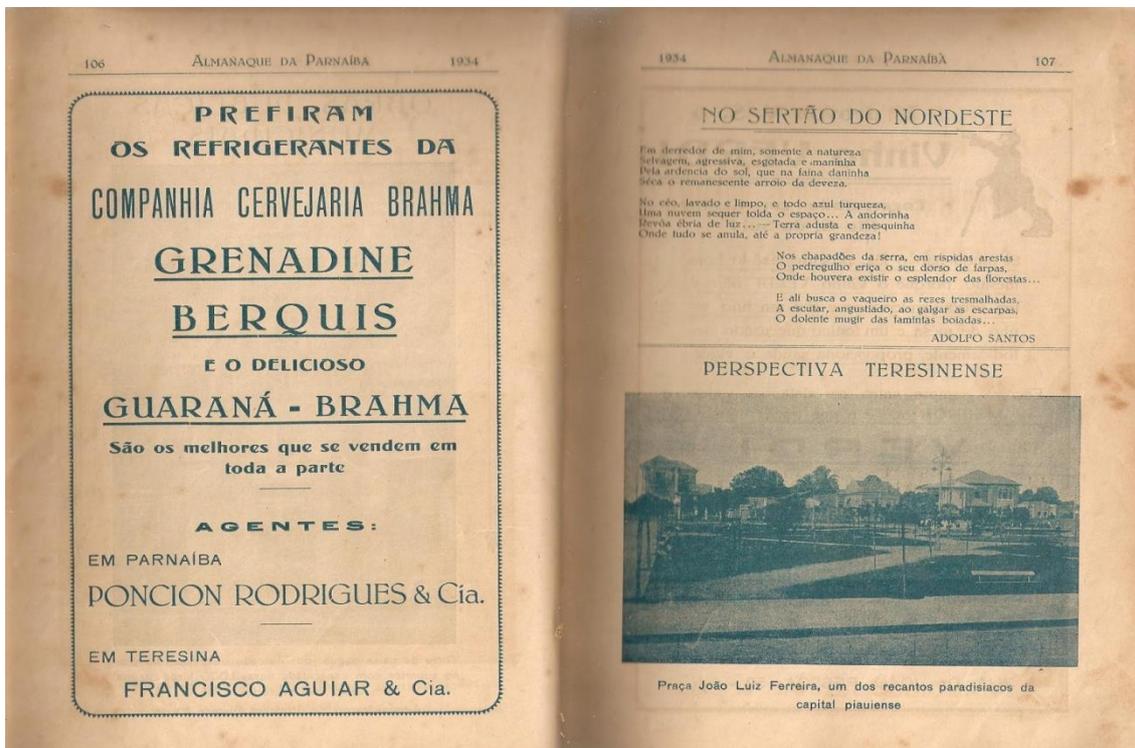
Fonte: <http://bibliotecaprofessorvaldinarfilhouespi.blogspot.com.br/2013/01/almanacks2.html>



Fonte: <http://bibliotecaprofessorvaldinarfilhouespi.blogspot.com.br/2013/01/almanacks2.html>



Fonte: <http://bibliotecaprofessorvaldinarihilhouespi.blogspot.com.br/2013/01/almanacks2.html>



Fonte: <http://bibliotecaprofessorvaldinarihilhouespi.blogspot.com.br/2013/01/almanacks2.html>

J. V. DE CARVALHO

REPRESENTAÇÕES — COMISSÕES — CONSIGNAÇÕES

TELEGRAMA: — JUCA

ACEITA REPRESENTAÇÕES DE CASAS DE PRIMEIRA ORDEM

O maior comprador de peles de

Cabras, Carneiros, Caititús, Queixadas, Capivaras, Gatos maracajá, Veados capoeiros e mateiros, Cobras gíboias, Teiús, Camelões e Couros de boi.

ACEITA PARA ARMAZENAR MERCADORIA DE EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO.

ENCARREGA-SE DE PESAGENS, CLASSIFICAÇÕES, EMBALAGENS E EMBARQUES A COMISSÕES MODICAS.

INFORMA, COM A MÁXIMA PRESTEZA, QUALQUER CONSULTA, CONCERNENTE AO COMÉRCIO.

ENCARREGA-SE TAMBÉM DE COMPRAS E VENDAS DE GADOS.

FLORIANO - PIAUÍ

O PROBLEMA EDUCATIVO PIAUIENSE E SUAS PERSPECTIVAS

Pelo Prof. MARTINS NAPOLEÃO
DIRETOR GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA



PROBLEMA educativo do Piauí não constitui, na sua situação característica, fenômeno isolado do complexo social brasileiro. Antes, sofre-lhe as deficiências generalizadas, reflete-lhe as impropriedades crônicas e espelha-lhe o grande mal da ausência de orientação indeclinável e coordenação. Aqui, como além, até bem pouco, éle se apresentou como simples equação ocasional, resolvida, a intervalos e parceladamente, nas folgas da administração e com as sobras do erário. Nunca, porém, se mostrou como problema em bloco, no conjunto dos vastos e importantes aspectos que, na realidade, encerra e comporta.

Verdade é, sem dúvida, que aquelas condições especiais derivaram sempre, ora do limitado horizonte visual dos seus administradores; ora da pobreza, sovinnice ou indiferença do tesouro, contrárias ao espírito de iniciativa de alguns dirigentes; ora, ainda, da própria limitação intencional dos serviços, da-

dos, por achéguas, entre rebarbas de outros empregos, a cidadãos em vilegiatura de professores. Sobre isso, o descritério partidarista, fábrica de escolas e prêmios de eleitores, com os docentes aliciados a grau de parentesco.

Nada, porém, ao lado dessas mazelas, que, a força de corrupção, se quiseram arraigar, impede de ver, como se deve e cumpre, sob todas as suas faces, a questão suprema, para a tentar resolver, tal como se revela, em todos os sentidos.

Ao observador menos afeito, o problema educacional, entre nós, se impõe com duas ferrenhas dificuldades a superar: expansão e aperfeiçoamento. Uma, atenta ao seu sentido horizontal, determinando a necessidade de lhe dilatar a superfície; outra, longe ao seu sentido vertical, precisando a necessidade de profundar no terreno, em busca de lhe solidificar as bases das construções.

No Brasil, a esse particular, dois campos de teóricos se contrapõem até hoje, sem ao menos sentir que a própria ir-

Fonte: <http://bibliotecaprofessorvaldinardilhouespi.blogspot.com.br/2013/01/almanacks2.html>

INDUSTRIA PARNAIBANA

Parnaíba, é um dos mais prósperos municípios do Piauí e que detém as principais fortunas particulares, mas que em matéria de indústria ainda não atingiu a décima parte da sua finalidade.

Aqui, onde pode ser adquirido a preços módicos matéria prima para as principais indústrias e que temos mão de obra relativamente barata, não há ainda organização industrial de vulto.

Hão se aventado no terreno industrial, a Usina S. José, de Moraes & Cia., que beneficia algodão; fabricas Cortez, do Comendador Francisco Cortez, extração de óleos vegetais e fabrico de sabão; cortume de couros e peles, de Roland Jacob; fabrica de Mosalcos, de Rezende Cia.; de Calçados: as sapatarias Moderna e Minerva, de Neves & Cia. e Lima & Cia; cigarros: Empresa Parnaibana de Fumos Ltd.; beneficiamento de algodão e cereais, de Narciso Machado & Cia. e Raimundo Cavalcini; e com viabilidade de grande desenvolvimento a **FABRICA ESTRELA** de propriedade do esforçado industrial, nosso amigo, Sr. ANTONIO JOSE DE SOUSA, que não há negar mereço, destaque pelo amor ao trabalho, encorajamento e força de vontade diante de todos os óbices que a quasi três anos, sem desalencimento, vem se batendo com interesse ao seu ramo de indústria, conseguindo agora, coroado de pleno êxito, as últimas experiencias feitas, conquistando grande preferência dos consumidores para o seu já conhecido **sabão Estrela**, em barra, que está sendo vendido em todo o Estado por intermedio dos concessionarios de sua fabrica, Srs. James Frederick Clark & Cia Ltd.; é que esse produto tem sido submetido a apreciação do comércio e consumidores, alcançando ottimo resultado por ser um sabão de primeira qualidade para lavar roupa.

Assim, sem favores dos governos, vem as indústrias parnaibanas sendo tratadas com interesse e carinho pelos nossos homens, mas muito longo está ainda de alcançar o ponto de destaque que naturalmente está reservado para as indústrias do Piauí, que deve ser um crescente aumento como se opera nos demais Estados da federação. Que meditem, pois, os capitalistas piauienses, sobre as grandes probabilidades que oferecem as indústrias em nosso Estado e a incentivem os nossos governantes, que dentro em pouco teremos um Estado próspero e um povo feliz.



Suntuoso edificio da Escola Normal de Teresina

reconciliação dá apenas tréguas prolongadas ao frato de tamanho assunto.

Os propagandistas da vertiginosa alfabetização em massa, acastelados na presunção do remedio herico, acutilam os propugnadores da educação integral, lenta e minima, porém completa.

Foge aos primeiros o senso da realidade objetiva, no cálculo de uma pronta impossibilidade financeira a essa dilusão da escola, por onde quer que haja um núcleo, mesmo escasso, de população infantil. Esquecem, consequentemente, a desproporção invencível entre a massa daquela população e o numero reduzidissimo de professores, fundamentalmente capazes, com algum vigor de intelligência, finta de cultura e consistência moral.

Aos outros, cuja aspiração é,

sinão mais extensa, pelo menos mais intensamente legítima, não acudiram, com perfeita clareza, além do embaraço oposto pela deficiência de tecnicos verdadeiramente aparelhados, os perigos da inatividade, na espectral, com o abandono da idéa de simples alfabetização.

Urge, então, aproximar as duas correntes antagonicas e, da sua reunião, inferir as possíveis diretrizes, para a concretização média de um plano viavel, dentro das nossas exaltadas possibilidades, difundindo o ensino e melhorando, simultaneamente, as suas condições tecnicas.

A simples alfabetização será apenas o lastro, sobre que há de repousar, aos poucos ou em dias melhores, o edificio da educação integral. A cada Estado, como ao nosso, cumpre um esquema de sistematização desse

Fonte: <http://bibliotecaprofessorvaldinardilhouespi.blogspot.com.br/2013/01/almanacks2.html>

144 ALMANAQUE DA PARNAÍBA 1934

Antonio Francisco Xavier
JOÃO PEREZ
 ESTADO DO MARANHÃO
COMPRADOR DE
GENÉROS DE EXPORTAÇÃO
 ESTABELECIDO EM 1918
COMPRA:
 Tucum, Cêra de Carnaúba,
 Couros, Peles, Crina, Mamo-
 na, Algodão, Goma de man-
 dioca, Farinha, Milho, Feijão,
 Arroz, Gergelim e outros
 generos.



TELEGRAMAS:
PARAENSE
 ARAIOSES - MARANHÃO

1934 ALMANAQUE DA PARNAÍBA 147

plano, dentro, porém, de uma norma de realização inflexível. Ao Piauí bastará, assim, a conservação das atuais escolas, com uma reserva orçamentária, anualmente renovada, suficiente ao seu melhoramento gradativo e à instalação de 20 escolas nucleares e 15 singulares rurais, por 10 anos seguidos, no último dos quais terá o orçamento geral para a Instrução aumentado de cerca de 600 contos. Com tão pouco, muito se fará, atendendo, a um tempo, à necessidade inadiável de expansão e aperfeiçoamento do ensino.

Otíma, seria, necessariamente, a cooperação do Governo Federal. Ótima, e já imprescindível, com auxílio direto, permanecendo a responsabilidade administrativa ao encargo do Estado, mediante controle estatístico e fiscalização, segundo alvitre nosso, no seio da IV Conferência Nacional de Educação, em 1931.

Até aí, contudo, só o aspecto administrativo do esboço de política educacional piauiense, no que respeita às suas relações normais de dependência financeira com o Poder Público.

De outros ângulos, porém, há-de, ainda, ser visada a questão. Não pôde haver dúvida de que o problema educacional é, na sua filosofia e na sua orgânica, nos seus princípios, métodos e finalidades — um reflexo da idealidade vivida no momento social, como aspiração de norma geral para o futuro. A escola individualista, que morreu por falta de ar, higienizador das casas e oxigenador dos espíritos, é um quisto na civilização moderna. Sem elo com a comunidade social, para a tonificar, movimentando-a, e para a melhorar, norteando-lhe os ideais mais puros; sem relação política com o todo regional, para lhe captar os correntes de ação dinamizadora, devolvendo-lhas em forma de trabalho cooperativo; sem radicação à terra, na sua significação produtora; e sem identificação com o homem, na sua expressão de atividade particular e distintiva, — é uma escola que falha.

A verdade é que os seus princípios, os seus métodos e as suas finalidades não-de responder, com precisão, ao melhor sentido ambiente, opondo-se-lhe aos erros, convenções e preconceitos, e orientando-se "a tudo que aí reclame solução, trato, direção, manejo, concêrto, reajustamento."

A reforma orgânica do ensino em vigor, — vencendo aprorísticas resistências individuais, e talando os campos de um passado infecundo e gafento, de cujo influxo o meio social não chegou a contaminar-se, de todo, com as suas esfêras de cultura, — si outros méritos lhe falecerem, teve a sobrada' preocupação de traçar, no grande rumo, os lineamentos esquemáticos da política educacional piauiense, sob êsse largo aspecto.

Por si só, como texto de lei, sem cumprimento extensivo e intensivo, não obrará o milagre de nos retazer dos vícios acumulados do pretérito e da me-

Fonte: <http://bibliotecaprofessorvaldinarfilhouespi.blogspot.com.br/2013/01/almanacks2.html>

152 ALMANAQUE DA PARNAÍBA 1934

FARINHA DE TRIGO
 VENDENDO AS AFAMADAS MARCAS
BUDA - SOBERANA NACIONAL
 FABRICADAS ESPECIALMENTE PELO
 MOINHO INGLEZ
 PARA O CLIMA DO NORDESTE
ANISIO NEVES
 RUA Dr. JOÃO PESSÓA, 2
PARNAÍBA - PIAUÍ

EULALIO FILHO & CIA
 COMERCIANTES
 CASA FUNDADA EM 1893



Correspondentes do Banco do Brasil — TERESINA
 ESTADO DO PIAUÍ

1934 ALMANAQUE DA PARNAÍBA 153

NOSSOS INDUSTRIAIS



JOSÉ DE MORAIS CORREIA — Presidente da Associação Comercial de Parnaíba e sócio da importante firma **MORAIS & CIA.**, desta praça.

Homem de largo descortino comercial e industrial, aliado a esmerada educação e fino trato.

Vem ultimamente desenvolvendo progressivamente o Serviço de Algodão no Piauí, pelos processos modernos de suas Usinas, que são dotadas dos aparelhos mais aperfeiçoados no Norte do País.

Faz jus, portanto, a admiração do nosso povo e as homenagens cordiais deste anuário da sua terra.

Fonte: <http://bibliotecaprofessorvaldinarfilhouespi.blogspot.com.br/2013/01/almanacks2.html>



Aspecto parcial da Praça Rio Branco, em Teresina, lindamente arborizada

Fonte: <http://bibliotecaprofessorvaldinarfilhouespi.blogspot.com.br/2013/01/almanacks2.html>